

# CRÍTICA CULTURAL

---

# СЛУЖБА КРИТИКЕ

ISSN 1980-6493

volume 14, número 2, jul./dez. 2019

ISSN 1980-6493 (eletrônica)

# CRÍTICA CULTURAL

---

# СRГГГUBAГ СВГГГГГГ

**Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina**



Palhoça – SC

v. 14, n. 2, p. 119-326, jul./dez. 2019

## Dados Postais/Mailing Address

Revista Crítica Cultural  
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem  
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)  
A/C Editores  
Av. Pedra Branca, 25 – Cidade Universitária Pedra Branca  
CEP: 88.132-000, Palhoça, Santa Catarina, Brasil  
critica.cultural@unisul.br

## Ficha Catalográfica

---

Crítica Cultural/Universidade do Sul de Santa Catarina. - v. 1, n. 1  
(2006) - Palhoça: Ed. Unisul, 2006 -

Semestral  
ISSN 1980-6493 (eletrônica)

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de  
Santa Catarina.

CDD 405

---

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul



Este periódico está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

## Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: Latindex; Portal de Periódicos (CAPES); e-Revistas - Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Diadorim; OAJI - Open Academic Journals Index.

The journal and its contents are indexed in: Latindex; Portal de Periódicos (CAPES); e-Revistas - Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Diadorim; OAJI - Open Academic Journals Index.



Reitor

**Mauri Luiz Heerdt**

Vice-Reitor

**Lester Marcantonio Camargo**

Chefe de Gabinete

**Ademar Schmitz**

Secretária Geral da Unisul

**Mirian Maria de Medeiros**

Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Inovação

**Hércules Nunes de Araújo**

Pró-Reitor de Administração e Operações

**Ademar Schmitz**

Assessor de Marketing, Comunicação e Relacionamento

**Fabiano Ceretta**

Assessor Jurídico

**Lester Marcantonio Camargo**

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

**Rafael Ávila Faraco**

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

**Zacaria Alexandre Nassar**

Diretor do Campus Universitário Unisul Virtual

**Ana Paula Reusing Pacheco**

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

**Fábio José Rauen (Coordenador)**

**Nádia Régia Maffi Neckel (Coordenadora Adjunta)**

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: [www.unisul.br](http://www.unisul.br)

## **Equipe Editorial/Editorial Staff**

### **Editores/Editors**

Ana Carolina Cernicchiaro  
Antonio Carlos Santos  
Dilma Beatriz Rocha Juliano

### **Conselho editorial/Editorial board**

Alessandra Soares Brandão, Universidade do Sul de Santa Catarina  
Ana Cecília Olmos, Universidade de São Paulo  
Ana Porrúa, Universidad Nacional de Mar del Plata  
Anelise Corseuil, Universidade Federal de Santa Catarina  
Carlos Eduardo Capela, Universidade Federal de Santa Catarina  
Célia Pedrosa, Universidade Federal Fluminense  
Cláudia Mesquita, Universidade Federal de Santa Catarina  
Deisi Scunderlick Eloy de Farias, Universidade do Sul de Santa Catarina  
Edgardo H. Berg, Universidad Nacional de Mar del Plata  
Flávia Seligman, Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Florencia Garramuño, Universidad de Buenos Aires/Universidad de San Andrés  
Heloisa Juncklaus Preis Moraes, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil  
Idelber Avelar, Tulane University  
Javier Krauel, University of Colorado at Boulder  
João Luiz Vieira, Universidade Federal Fluminense  
José Gatti, Universidade Federal de São Carlos  
José Roberto O'Shea, Universidade Federal de Santa Catarina  
Jussara Bittencourt de Sá, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil  
Luiz Felipe Soares, Universidade Federal de Santa Catarina  
Manoel Ricardo de Lima, Universidade Federal de Santa Catarina  
Mario Cámara, Universidad de Buenos Aires//Universidad de San Andrés  
Ramayana Lira de Sousa, Universidade do Sul de Santa Catarina  
Raúl Antelo, Universidade Federal de Santa Catarina  
Sandro Ornellas, Universidade Federal da Bahia  
Silviano Santiago, Universidade Federal Fluminense  
Susana Scramim, Universidade Federal de Santa Catarina  
Veronica Stigger, Universidade de São Paulo  
Verónica Tell, Universidad de Buenos Aires

### **Equipe Técnica/Technical Team**

Fábio José Rauen (Diagramação)

Daniel Lucas de Medeiros (Secretaria)

## SUMÁRIO/CONTENTS

**Apresentação****Presentation**

Dilma Beatriz Juliano  
Antonio Carlos Santos 127

**DOSSIÊ: “Política da crise: as universidades e a crise do pensamento”**  
**DOSSIER: “Politics of the Crisis: Universities and the Crisis of Thought”**

Sandro Luiz Bazzanella  
Nádia Neckel (Organizadores)

Das obscuridades e opacidades do tempo em que vivemos

*The Darkness and Opacities of the Time We Live*

Sandro Luiz Bazzanella  
Nádia Neckel 129

Crise do conhecimento ou crise da universidade:  
uma abordagem a partir do pensamento de Álvaro Vieira Pinto

*Knowledge Crisis or University Crisis:*

*An Approach from Álvaro Vieira Pinto's Thinking*

José Ernesto de Fáveri 135

Política da crise educacional:

causa ou efeito da racionalidade autoritária e plutocrática mundial?

*Educational Crisis Policy:*

*Cause or Effect of Worldwide Authoritarianism and Plutocratic Rationality?*

Sandro Luiz Bazzanella  
Camila Leonardo Nandi Albuquerque  
Luiz Eduardo Cani 161

- Reflexões sobre o “mito” da cegueira  
 ou a construção de uma “política da crise”  
*Réflexions sur le « mythe »  
 de la cécité ou la construction d’une « politique de la crise »*  
 Débora Massmann  
 Patricia Massmann 183
- Os ataques às universidades e a defesa da educação:  
 trajetória de sentidos em diferentes posições-sujeitos  
*Attacks on Universities and the Defense of education:  
 A Path of Sense in Different Positions-Subjects*  
 Helson Flávio da Silva Sobrinho  
 Ana Paula Santos de Oliveira  
 Simone Natividade Santos 193
- Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência,  
 a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015)  
*Transgender People in Higher Education: Struggles for Access and Permanence  
 and the Case of Federal University of Santa Catarina (2012-2015)*  
 Keo Silva  
 Alexandre Fernandez Vaz 209
- O sexo em discurso na contemporaneidade:  
 o fantasma do gênero e o acontecimento *Golden Shower*  
*Discursive Use of Sex in the Contemporaneity:  
 The Gender Phantom and the Golden Shower Event*  
 Glória França  
 Mariana Cestari  
 Tyara Veriato Chaves 223

**ARTIGOS**  
**ARTICLES**

Desfamiliarizações no poema 'Bósnia, 92, 93', de Dragica Rajčić

*Defamiliarizations in Dragica Rajčić's Poem 'Bosnien 92, 93'*

Dionei Mathias

241

Representação e discurso:

uma análise da representação feminina na arte

*Representation and Discourse:*

*An Analysis of the Representation of the Female Figure in Art*

Anelise Rublescki

Daniela Cristina Menti

251

**TRADUÇÕES****TRANSLATIONS**

Carl Sadakichi Hartmann, um crítico de arte na *belle époque* americana

*Carl Sadakichi Hartmann, an Art Critic at American Belle Époque*

Antonio Carlos Santos

Roberto Svolenski

261

Um apelo à fotografia direta

*A Plea for Straight Photography*

Carl Sadakichi Hartmann

269

Uma apreciação crítica de Alfred Stieglitz

*A Critical Appreciation of Alfred Stieglitz*

Carl Sadakichi Hartmann

279



Crisântemos brancos	
<i>White Chrysanthelements</i>	
Carl Sadakichi Hartmann	291
Pintura de retrato ou fotografia de retrato I	
<i>Portrait Painting and Portrait Photography I</i>	
Carl Sadakichi Hartmann	295
Pintura de retrato ou fotografia de retrato II	
<i>Portrait Painting and Portrait Photography II</i>	
Carl Sadakichi Hartmann	313
As chapas quebradas (conto)	
<i>The Broken Plates (Short Story)</i>	
Carl Sadakichi Hartmann	323

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019127-127>

## APRESENTAÇÃO PRESENTATION

*Crítica Cultural* apresenta neste número um **Dossiê** sobre a crise do pensamento, a crise das universidades, um chamado a pensar a sociedade individualizada que apenas reage aos imperativos do *marketing*. Organizado por Sandro Luiz Bazzanella e Nádia Neckel, o dossiê traz sete textos que procuram pensar as condições da universidade em um tempo adverso ao pensamento crítico, como o que vivemos hoje.

Para além do dossiê, na seção **Artigos**, Dionei Mathias lê o poema *Bósnia 92, 93*, de Dragica Rajcic, para trabalhar a desfamiliarização de concepções caras ao século XX, como pertencimento nacional, gênero e língua nacional. Nascida na Croácia, a poeta viveu muitos anos na Suíça e escreve em alemão, marcando sua distância através de uma “literatura menor” que impõe à língua alemã um traço de estranhamento que deixa claro sua “estrangeirice”. O corpo das mulheres, tal como construído pela pintura ocidental desde o Renascimento, é o tema de Anelise Rublescki e Daniela Cristina Menti em *Representação e discurso: uma análise da representação feminina na arte*. Trabalhando com a *Vênus de Urbino*, de Ticiano, e *Susana e os velhos*, de Tintoretto, as autoras reconstróem o imaginário masculino da época e o contrapõe a uma versão do tema tal como pintado por uma mulher, Artemisia Gentileschi. Desta forma, o tema do estupro apenas insinuado por Tintoretto, fica bastante claro.

Na seção **Tradução**, a revista publica também cinco textos traduzidos do inglês de um crítico de arte e de fotografia pouco conhecido no Brasil: Carl Sadakichi Hartmann, um *dandy* nascido no Japão, criado na Alemanha e atuante nos Estados Unidos na virada do século XIX para o XX. Os textos apresentam alguns dos lados dessa figura interessante que fazia performances, crítica de arte, escrevia poemas, – foi amigo de Walt Whitman – peças de teatro, e surpreende como ator fazendo uma ponta no filme *O ladrão de Bagda*, de Douglas Fairbanks, de 1924. Da crítica de arte, um texto sobre um dos seus pintores favoritos, James McNeill Whistler, à tentativa de estabelecer uma teoria para a fotografia que então dava seus primeiros passos no campo da arte nos Estados Unidos, até um texto literário, a seleção dá uma ideia deste crítico que marcou a vida artística dos Estados Unidos na Belle Epoque sendo depois esquecido.

Boa leitura!

Antonio Carlos Santos

Dilma Beatriz Juliano

*Editores.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019129-134>

## DAS OBSCURIDADES E OPACIDADES DO TEMPO EM QUE VIVEMOS *THE DARKNESS AND OPACITIES OF THE TIME WE LIVE*

Sandro Luiz Bazzanella\*

Nádia Neckel\*\*

Se há algo em crise no mundo hoje, definitivamente, não é a economia. Mas, o que é neste contexto que se entende por economia? É a economia uma ciência aos moldes das ciências exatas e naturais com objeto e métodos definidos a determinar as leis naturais e universais do comportamento humano na vida em sociedade? Por que a economia em sua pretensão científica assumiu em nosso tempo condição inquestionável na afirmação dos desígnios, das formas de organização e desenvolvimento dos indivíduos e sociedades humanas? Por que se solicita ética na política, mas se desconsidera sua urgência na economia? Por que o pensamento se apresenta impotente frente aos imperativos dos meios impostos pela economia? Como os engendramentos econômicos determinam, marcam, fazem circular, ou, interditam, as formas de constituição, formulação e circulação do conhecimento?

Talvez uma das tarefas mais urgentes do nosso tempo se apresenta na necessidade de profanar a economia e devolvê-la ao uso comum dos sujeitos e das sociedades como possibilidade de retomada da potência do pensamento diante da multiplicidade de possibilidades que a ação humana e o mundo proporcionam e requerem.

Trata-se, portanto de considerar que a economia para além de sua pretensão científica constitui-se como economia política. Sua função primordial é conformar uma ordem moral, que oriente os comportamentos, os costumes, as relações que os sujeitos estabelecem entre si, com os outros e com o mundo, no modo de estruturação dos modos de subjetivação, dos sentidos, das relações e das sociedades. A economia atua na conformação de subjetividades que agem na conformação de uma visão comum de mundo e na tessitura dos discursos.

Nesta perspectiva, a economia política que se espraia avassaladora pelo mundo promove diuturnamente o imperativo dos puros meios sem fim (Agamben, 2015). Trata-se de processos de subjetivação que circunscrevem os indivíduos no insulamento de suas

---

\* Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco (1989). Mestrado em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2003) e, doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Atualmente é professor titular de filosofia da Universidade do Contestado na graduação no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. E-mail: sandroluizbazzanella@gmail.com

\*\* Possui graduação em Educação Artística Licenciatura Artes Cênicas pela Universidade Federal de Santa Maria (1998), mestrado em Programa de Mestrado Em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2004) e doutorado em Linguística pela Universidade de Campinas (2010). Atualmente é professora titular do programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: nadia.neckel@unisul.br

vidas privadas. Vigiados e controlados, os sujeitos se submetem a processos de disciplina e normalização de suas vidas vinculadas a ininterrupta esfera da produção e do consumo.

A lógica do consumo alinha-se assim ao mundo semanticamente normal dos sentidos estabilizados como nos mostrou Michel Pêcheux (2006, p. 30):

Um grande número de técnicas materiais (todas as que visam produzir transformações físicas ou biofísicas) por oposição às técnicas de adivinhação e de interpretação de que falaremos mais adiante, tem a ver com o real: trata-se de encontrar, com ou sem a ajuda das ciências da natureza, os meios de obter resultado que tire partido da forma e mais eficaz possível (isto é, levando em conta a esgotabilidade da natureza) dos processos naturais, para instrumentalizá-los, dirigi-los em direção aos efeitos procurados. A esta série vem se juntar a multiplicidade das “técnicas” de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos...

Quando as práticas técnicas e as práticas de gestão social funcionam pela lógica do mercado, a linguagem vira objeto de consumo. Como nos aponta Tiburi (2017), vivemos um tempo de consumismo da linguagem. Sentidos que simplesmente se repetem em uma ordem parafrástica, valendo a regra: o mais do mesmo. Subtraindo assim, o elemento político da linguagem.

Esvaziada a esfera pública, destituída condição ontológica da política, as sociedades individualizadas consomem freneticamente a si mesmas e ao mundo. A experiência advinda das relações dos indivíduos, consigo mesmos, com os outros e, com o mundo já não se apresenta no horizonte de possibilidades. Fazem-se apenas experimentos caracterizados pelo aligeiramento, pela efemeridade e, pela violência constitutiva das formas de consumo.

Os indivíduos imersos nas sociedades individualizadas apresentam-se destituídos da potência do pensamento. Não pensam. Apenas reagem aos estímulos, aos imperativos do desejo produzidos pelo *marketing*, pela massificação de formas de comportamento e de ação. Neste contexto, de sociedades individualizadas, do imperativo dos puros meios emergem governos desprovidos de apreço pelas instituições, pela cultura, pela educação, pelo espaço público e pelos bens públicos, pelo bom uso da linguagem e, que operam num regime discursivo de pós-verdade em que a mentira é cotidianamente veiculada nas redes sociais. A arte de governar se reduz ao controle, à vigilância, à disciplinarização e docilização de corpos e mentes orientadas ao pleno consumo das relações e do mundo em sua totalidade.

É neste contexto, que se apresenta a crise das universidades e a crise do pensamento. A crise das universidades e, por decorrência do pensamento acadêmico, se apresenta em várias dimensões, entre elas a de produtora de um saber técnico instrumental a serviço das necessidades e interesse de mercado. Justifica sua existência, suas linhas de financiamento e de pesquisa pela “utilidade” do conhecimento científico que produz com potencialidade de tornar eficiente, os processos de produção e consumo. Noutra dimensão, a crise da universidade e do pensamento acadêmico se apresentam naquelas áreas do conhecimento taxadas de improdutivas, de inúteis aos interesses pragmáticos da lógica de mercado.

A práxis neoliberalista funciona pela denegação do outro, sem possibilidade dos movimentos constitutivos do sujeito no conhecimento/(des)conhecimento e reconhecimento da/na alteridade. O outro, que não seja o da inscrição do/no logicamente estabilizado, simplesmente não pode existir. Impossível de compreender o efeito ideológico elementar que produz o efeito de “unidade” e “identidade”, o que se tem é uma posição-sujeito como origem e um sentido como literal. Discursivamente compreendemos que se trata de efeitos, uma vez que o movimento de constituição de sujeitos e sentidos não é estanque, nem tão pouco, unívoco. Se, o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores (Pêcheux, 1990) os regimes de verdade da história e da ciência são resultados diretos das condições de produção das/nas conformações sociais. A partir de uma perspectiva discursiva é possível dizer que não há *Uma História* ou *Uma Ciência*, mas regimes de “verdades” engendrados no histórico-ideológico-social. Nesse sentido, trabalhamos com a noção de historicidade e não com a noção de história com H maiúsculo. A partir dessa posição teórico-analítica, é possível colocar em xeque os regimes de verdade inscritos nos sistemas do logicamente estabilizado e do mundo semanticamente normal. A produção e a circulação do conhecimento, portanto, só ocorre no terreno próprio das lutas de classe. É pelas relações de dominação-resistência que se estabelecem os regimes de verdade, incluindo aí, a Ciência (aquela com C maiúsculo) conferindo a ela um efeito de neutralidade, efeito este, que funciona como a recitação de um mito.

Justamente. A crise das universidades e a crise do pensamento se intensificam na medida em que promovem o mito da neutralidade científica, ou do conhecimento científico que elabora. Ou dito de outro modo, na medida em que se afasta de suas origens que se expressava na elaboração e afirmação de uma ciência local, regional, comprometida com os anseios comunitários em que se encontrava inserida. Assim, a crise das universidades e do pensamento também se apresentam em seu insulamento, na ausência de diálogo com a sociedade, no abandono do debate público do sentido político e ético de seu fazer científico. A ausência do diálogo é tomada como uma marca importante, quase um sintoma, do apagamento dos sentidos do político. Assistimos estarecidos a política interditar, apagar o político naquilo que lhe é próprio: a discussão e o diálogo. E submete a sociedade a aceitar, no lugar do diálogo, argumentos rasos, sem elaboração, falácias, *fakenews* (termo da moda), eis aí a incidência do consumismo da linguagem que emudece o sujeito político e dá a voz aos robôs, que fazem os sujeitos repetirem, curtirem e compartilharem o mais do mesmo. Imagens que se complementam, se confundem, reverberam e ressoam a *mise-en-scène* da linguagem ‘nos tempos que vivemos’. Esse cenário brasileiro e mundial atual reclama recuperar algo do materialismo histórico nas proposições de Marx é preciso criar um cenário de profunda crise no sujeito, nas sociedades, nas nações, para então, instalar o gesto dominador. Seria, então, a crise das/nas universidades um projeto?

Sob tais pressupostos, a crise das universidades e do pensamento se intensifica diante da emergência da racionalidade instrumental que conforma o horizonte existencial das sociedades individualizadas contemporâneas, sobremaneira pela emergência de governos de tendências totalitárias comprometidos com eficácia gerencial do Estado mínimo em âmbito social e máximo em âmbito jurídico e regulatório a serviço do capital.

Para esta arte de governar que se tornou a “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016), trata-se de aniquilar o que resta da potência do pensamento no interior das universidades.

Trata-se, portanto, de questionar: o que está em crise? A aposta reflexiva deste Dossiê é no pensamento como resposta a profundidade das questões apresentadas. Se ainda é possível pensar as universidades como tempos e espaços privilegiados do exercício da potência do pensamento, é no âmbito acadêmico em diálogo com a sociedade local, regional e nacional, que urge o exercício reflexivo em relação aos diversos contornos e variáveis da crise em curso.

A sociedade é diversa, heterogênea. Aliás, a heterogeneidade é o terreno fértil para o que é próprio do/no político. O não reconhecimento das diferenças leva ao aniquilamento do sujeito, das sociedades e da potência de pensamento. O papel das universidades é fundamental na garantia do debate, do diálogo, do que é diverso no pensamento.

Das práticas pedagógicas aos projetos de pesquisa entre universidades, o que vimos fazendo e trocando que caracterizariam a contraface ao obscurantismo de ideias que granjeiam as redes sociais? Pretende-se com a publicação deste dossiê promover o debate e a produção de “novas verdades” (HARDT; NEGRI, 2014) a comunidade acadêmica que, “desmediatizada”, assume a tarefa do pensamento, tão necessário, diante da crise que nos assola com ideias sem respaldo histórico, com pseudo pesquisadores enunciando “verdades” frouxas e duvidosas.

O filósofo e jurista Giorgio Agamben (2009, p. 59), nos convida ao exercício da contemporaneidade, que implica no desafio de compreendermos o tempo presente em toda sua intensidade e profundidade. Assim, nos diz o filósofo:

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissolução e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela.

Michel Pêcheux, por sua vez, dedicou-se a compreender os “efeitos de sentidos entre interlocutores” e para tanto pensou teórica e analiticamente o Discurso. Estabeleceu para isso um profícuo diálogo entre a linguística, a psicanálise e o materialismo histórico, a análise de discurso surge então na relação de entremeio a estes campos do conhecimento. Um leitor atento e crítico de Saussure, de Freud e Lacan, de Marx e Althusser, Pêcheux buscou pensar o seu objeto de estudo: o Discurso, justamente nos pontos de deriva, tomando a língua em sua equivocidade, a história em sua contradição e o sujeito sempre dividido no modo próprio de sua interpelação: inconsciente/ideologia. Se, na AD, como nos ensina Orlandi (2007, p. 15), procuramos compreender a linguagem “fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história”; então nos ocupamos da linguagem em seu funcionamento, em seu movimento, em sua corporalidade do e no laço social. Mas, e quando esse laço social fica afrouxado, fragilizado pelas demandas e generalizações excessivas produzidas

nas redes sociais? Se comprovadamente os algoritmos do virtual nos devolvem mais do mesmo, não estaríamos nos limitando a relações narcisistas? Relações estas que se fecham à heterogeneidade, e conseqüentemente empobrecem nossa experiência política de linguagem, limitando nossa capacidade de leitura e interpretação. Nossa potência de pensamento. E, no exagero, nos levando a intolerância, às atitudes racistas, homofóbicas, xenófobas, entre outras, produtoras dos discursos de ódio, próprios de regimes totalitários.

Desafiados a pensar e a compreender aspectos do contemporâneo “para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente”. (AGAMBEN, 2009, p. 64). Reunimos aqui pesquisadores, leitores dos autores referenciados neste texto de apresentação.

Desta forma, a publicação do presente Dossiê se constitui num convite a partir de olhares interdisciplinares sobre o contemporâneo com intuito de promover o debate, a reflexão, a troca pública de ideias advindas das mais diferentes áreas do conhecimento dispostas a exercitar a potência do pensamento diante das obscuridades da crise em curso, sobretudo no meio acadêmico. Os textos aqui presentes são contribuições analíticas e reflexivas empenhadas em provocar a potência do pensamento na compreensão do que está acontecendo no tempo presente.

Sob tais pressupostos, a importância deste Dossiê se constitui no posicionamento, no tempo presente, frente a retrocessos sociais e políticos e, por decorrência de ameaças de retorno à barbárie promovidas por variáveis proto-fascistas e totalitárias em curso de ação. Mas, sobretudo, neste contexto trata-se também de autores que se dispuseram a se posicionar frente às obscuridades de seu tempo, crítica e criativamente no esforço de promover a manutenção de um mundo que possa acolher as gerações vindouras. Tratou-se de doação, de um pouco de si, de preocupações, de conceitos, de ideias, mas, sobretudo, de memórias a serem revisitadas, questionadas, debatidas constantemente por aqueles seres humanos que vem, que virão, que herdarão este mundo e que seguramente terão quer fazer frente à barbárie que se apresentará em seu próprio e devido tempo.

Desejamos boas e profícuas leitura capazes de produzir ressonâncias, ousadia e, por que não, revoltas; pois, como nos diria Michel Pêcheux (1997, p. 304), em seu inverno político francês, há dois pontos incontornáveis:

- não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”.
- ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo”. (Grifos do autor)



## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Trad. de Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão no mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*. Trad. de Carlos Szlak. São Paulo: n-1 Edições, 2014.
- ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 7 ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Mariani, B. Campinas: Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi [et.al]. 3. ed. Campinas (SP): Unicamp, 1997.
- TIBURI, Márcia. *Como conversar com um fascista*. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019135-159>

## CRISE DO CONHECIMENTO OU CRISE DA UNIVERSIDADE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO KNOWLEDGE CRISIS OR UNIVERSITY CRISIS: AN APPROACH FROM ÁLVARO VIEIRA PINTO'S THINKING

José Ernesto de Fáveri\*

**Resumo:** Este trabalho consiste na análise sobre a questão do conhecimento e a crise da universidade mostrando como os dois eixos estão interligados por um estreito vínculo epistemológico e ideológico. O objetivo visa abordar que as crises do conhecimento e da universidade favorecem a classe minoritária em uma sociedade subdesenvolvida como é o Brasil de hoje. A estrutura do conteúdo dessa temática está distribuída em dois eixos centrais: a crise do conhecimento e da universidade para manter a ideologia dominante, cuja preocupação é a de preservação dos privilégios de uma minoria social oriunda da péssima distribuição de renda e do conhecimento. Isto acaba favorecendo a classe dos ricos e deteriora as condições socioeconômica da classe mais pobre. Tanto o acesso ao conhecimento quanto à universidade é restrito a camada social mais rica da sociedade. Em contrapartida a dificuldade de acesso das camadas sociais mais pobres à universidade não consegue se apropriar de um conhecimento vinculado à realidade e, com isso, não compreende o contexto em que se desenvolve a sua vida, produzindo a consciência ingênua que consolida a dominação e exploração sobre as massas dando origem ao fenômeno de desumanização do homem pobre. Enfim, esta temática foi organizada para que se acalente o debate em torno da crise social do conhecimento e da universidade enquanto fenômenos epistemológicos e ideológicos instrumentalizados para a dominação e a exploração da minoria sobre a grande maioria em sociedade.

**Palavras-chave:** Crise. Conhecimento. Reforma da universidade. Consciência crítica.

**Title:** Knowledge crisis on university crisis: an approach from Álvaro Vieira Pinto's thinking

**Abstract:** This present work consists of an analysis of the question of knowledge and the crisis in the university, showing how the two strands are interconnected by a narrow epistemological and ideological link. The goal of this approach aims to address that the knowledge and university crisis favor the minority class in a underdeveloped society as we have in Brazil nowadays. The content structure of this theme is distributed in two central axes: the crises of knowledge and the university to maintain the dominant ideology, concerns are the preservation of the privileges of a minority from the poor distribution of income and knowledge. This ends up teasing the rich class and deteriorates the socioeconomic conditions of the poorer class. Both access to knowledge and university are restricted to the richest layer of society. In contrast to the difficulty of access from the poorest social layers to the university means that there is no appropriation of knowledge linked to reality and, therefore, they do not understand the context in which their lives develop, producing the naive consciousness that consolidates the domination and exploration of the masses, giving rise to the phenomenon of dehumanization of the poor mass. Finally, this theme was organized to animate the discussion about the social crisis of knowledge and the university as an

\* Graduado em Pedagogia e Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco (1980), mestre em Educação: Ensino Superior pela Universidade Regional de Blumenau (1995) e doutorado na área da Educação: Fundamentos da Educação pela USFCar (2006). Atualmente realiza atividades de docência, pesquisa nas áreas da educação, filosofia, desenvolvimento nacional e regional na UNIDAVI. E-mail: [faveri@unidavi.edu.br](mailto:faveri@unidavi.edu.br)

*instrumentalized epistemological and ideological phenomenon for the domination and exploration of the minority over the vast majority in society*

**Keywords:** *Crisis. Knowledge. University reform. Critical awareness.*

**Recebido em: 22/09/2019. Aprovado em: 21/11/2019.**

## 1 O CONTEXTO DA ABORDAGEM

Esta abordagem não poderia iniciar-se sem uma referência ao pensamento de Albert Einstein, extraído da obra *Como Vejo o Mundo* (1934). O autor, nessa obra, faz uma referência para indicar aos leitores o significado da temática que nos propomos a analisar. Segundo o pensador, “a crise é a melhor benção que pode ocorrer com as pessoas e países, porque a crise traz progressos. A criatividade nasce da angústia, como o dia nasce da noite escura. É na crise que nascem as invenções, os descobrimentos e as grandes estratégias. Quem supera a crise, supera a si mesmo sem ficar superado”<sup>1</sup>. O sentido que Einstein atribui à crise está muito próximo do sentido que queremos dar, nessa abordagem, sobre a crise do conhecimento e da universidade como objetos de análise no momento atual da história, mas com uma diferença fundamental: enquanto Einstein vê na crise a potência e a possibilidade de transformação de si e do mundo, o conhecimento e a universidade hoje, consolidam o atual estágio em que ambos se encontram por reprimir e menosprezar o potencial de transformação que possui.

O objetivo dessa análise consiste em estimular o debate, no sentido de construir o caráter crítico do conhecimento e do modo como se concebe a universidade brasileira hoje. Somente o caráter crítico de ambas as concepções pode construir processos individuais e coletivos de pensar, capazes de gerar evolução no nível de consciência e atuação das pessoas no meio em que estão inseridas. A meta que se pretende alcançar com essa abordagem é o debate questionador sobre as temáticas, para impulsionar a criação de uma visão mais ampla e profunda do objeto em questão e, quiçá, estimular a mudança para um pensar menos ingênuo, para um pensar mais crítico e um agir mais consciente entre as pessoas diante da realidade em que se desenvolve a existência.

Longe de querer esgotar a temática, o que se pretende é levar o leitor a pensar sobre a realidade nacional balizada pelas políticas públicas de um governo voltado a defender os interesses da elite nacional e comprometido com o entreguismo do capital nacional às empresas internacionais, sob o pretexto de resolver o problema de caixa. Durante a leitura desse texto, torna-se salutar pensar no que está fazendo o governo Bolsonaro e como influencia no fenômeno social do imobilismo pela manipulação do povo simples a favor de si. Ou seja, “numa época de mentiras universais, difundidas pelas redes sociais, tentar dizer a verdade é um ato revolucionário”, conforme nos alerta George Orwell (1984). No caso do contexto nacional brasileiro, dizer a verdade é um risco e uma ameaça, porque o analista pode ser taxado irresponsavelmente de socialista pelo fato de pensar diferente,

<sup>1</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2OLgzAl>. Acesso em: 23 out. 2019

enquanto se fortalece um movimento arquitetado contra o pensamento de esquerda, por um gueto de pessoas desqualificadas do ponto de vista teórico e incapacitadas de análise por falta de argumentos e conhecimentos da realidade nacional. Por isso, esse gueto de pessoas que se autodenominam de “intelectuais salvadores da pátria” não passa de um bando de indivíduos com uma visão de mundo e da realidade nacional própria da consciência ingênua, sem nexos com os fatos e com os acontecimentos que constituem essa realidade. Portanto, uma análise própria do senso comum da pior estirpe veiculada por *Fake News*.

Finalmente, quero ressaltar que os dois eixos da temática aqui abordados estão intimamente ligados, porque quando pensamos na teoria do conhecimento é quase impossível separá-la do aforismo de que a universidade é o templo do saber, ou seja, do conhecimento. Tanto o conhecimento quanto a universidade, se não atingirem o grau máximo de criticidade, não poderão ser instrumentos eficazes para as transformações da realidade social que o mundo contemporâneo exige. Se não for alcançada essa condição, o conhecimento e a universidade, tornam-se um eficiente instrumento ideológico para consolidar a opressão local e universal, através da desciminação das desigualdades e injustiças no conjunto da sociedade, gerando o imobilismo das massas.

## 2 A CRISE SOCIAL DO CONHECIMENTO E A REVISÃO CRÍTICA DO PAPEL OPRESSOR DA UNIVERSIDADE

### 2.1 AS DIMENSÕES DO CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAR CRÍTICO

Algumas observações são imprescindíveis antes que seja abordada a concepção de conhecimento a fim de direcionar a análise que se pretende inserir aqui. A primeira, e talvez a mais fundamental de todas, é destacar que o conhecimento significa o resultado do que a espécie humana realiza coletivamente, não apenas como produto de uma consciência isolada dos demais seres vivos, mas, além e acima de tudo, deve ser entendido como uma atividade inerente à produção material da existência, objetivando promover e avançar na qualidade das condições de vida da espécie humana. Por isso, o conhecimento humano possui uma dimensão e um caráter eminentemente social, porque é resultado coletivo do pensamento e da ação do ser humano para se manter vivo. A segunda observação reside no conceito de conhecimento que não pode ser entendido única e exclusivamente como uma atividade abstrata e subjetiva, própria do homem distanciado da realidade em que se desenvolve o processo vital do ser humano. O ser humano possui uma essência concreta porque está imerso na realidade em que se manifesta o fenômeno da vida e da qual ele mesmo é parte e, a transforma para si com o intuito de melhorar a qualidade de vida. Por isso, o conhecimento está ligado diretamente à capacidade que esse ser tem de manusear o mundo e, ao fazê-lo, elabora e desenvolve a capacidade ideativa que constitui o próprio pensar, sobre si e o mundo que o rodeia, no sentido de compreendê-lo de forma mais abrangente e profunda. Com isso, constrói uma visão crítica do seu real estado de estar no e com o mundo. A terceira observação é que o conhecimento assume uma multidimensionalidade que, simultaneamente, ao longo do

processo de viver e conviver com os outros, manifesta-se como: relativo, concreto, existencial, empírico, racional, histórico enquanto processo evolutivo, antidogmático e fecundo; porque melhora a qualidade de vida individual e coletiva na linha do tempo do ser humano e da sua espécie. A quarta observação assenta-se na diferenciação entre saber e conhecimento, que embora distintos estão intimamente ligados. O saber é uma construção histórica de práticas para buscar, de forma mais elaborada, a sobrevivência que permitiu a esse ser e à espécie a capacidade de sobreviver e manter-se vivo em níveis e estágios sempre superiores, ao longo da história. Portanto, podemos referenciar o saber enquanto o conjunto histórico de práticas do ser humano sobre a natureza para manter-se vivo como indivíduo e espécie, em níveis superiores ao longo da história. O conhecimento é uma forma de construção do pensar sistemático e metódico que esse ser realizou ao longo da história sobre práticas, a partir da modernidade, usando a aplicação do método para superar e ascender do estado natural e espontaneista de conseguir as coisas materiais para manter-se vivo, com o fim de melhorar ao longo do processo de existir, o pensar e o agir sobre o mundo. Esse estágio intencional e metódico de produzir o conhecimento visa alcançar o mais elevado nível de qualidade de vida que possuímos hoje, sob todos as dimensões e aspectos do conforto proporcionado pela técnica<sup>2</sup> que temos à disposição, no momento presente da civilização. Por isso, o progresso e a evolução do saber, vinculado ao processo metafísico de produzir o conhecimento, estão ligados e religados por inúmeras formas de produzir o melhoramento das condições materiais desse ser, para manter-se vivo em níveis superiores ao longo da história da espécie humana. Afinal, qual a concepção de conhecimento que pode suscitar o pensamento crítico? Que tipo de conhecimento, simultaneamente, faz o ser humano evoluir no pensar e no agir cada vez mais elaborado para viver melhor? Em que consiste o conhecimento que leva o ser humano a construir o pensamento crítico?

A concepção de conhecimento tem de ser entendida como um processo evolutivo, que ascende do estágio incipiente do saber para o estágio metódico do ato de conhecer o mundo pelo qual o ser humano dota a consciência de novas ideias, enquanto representação da realidade e das práticas metódicas no pensamento, num processo de aperfeiçoamento sem fim, até alcançar o estágio de qualidade do pensar que temos hoje. Sem dúvida esse estágio ao qual nos referimos é a fase da ciência enquanto paradigma moderno das ciências empíricas.

O conhecimento, para Vieira Pinto (1979), consiste numa reação interna do sujeito frente ao meio que o cerca, e tem como objetivo manter-se vivo e melhorar as condições materiais da sua vida. Entretanto, ao realizar esta façanha desenvolve simultaneamente, o poder de ideação que nada mais é do que desenvolver a capacidade do pensamento de compreender a realidade objetiva. O grande desafio consiste em produzir um conhecimento para a vida, realizando a junção entre teoria e prática, da qual resultem novas facetas da teoria, produzindo o avanço da mesma e gerando um novo conhecimento que permita compreender e transformar o mundo para melhorar, tanto o conhecimento como a compreensão da realidade, num mesmo processo existencial em que o sujeito

---

<sup>2</sup> Ver tema publicado na obra: AMORIN, Wellington Lima (org). *Desenvolvimento, educação e regionalidade*. Apud Conceito de técnica em Ortega Y Gasset, Martin Heidegger e Álvaro Vieira Pinto. Erechim (RS): Deviant, 2019, p. 75-104.

esteja imerso. Essa forma de conhecimento coloca-se como motor que cria um nível de consciência mais crítico sobre a realidade, pois, busca soluções para as situações novas que surgem mediante a aplicação da teoria na prática e ampliar a capacidade de pensar do ser humano. Dessa forma, o conhecimento identifica-se com a vida, porque é fruto da relação do homem com a realidade e apenas se diversifica em vários graus evolutivos pela complexidade que abrange ao compreender o mundo em que vivemos. Então, o conhecimento é o fenômeno ligado à vida, porque gera ideias novas para superar situações novas que vão surgindo ao longo da existência.

Em decorrência dessa concepção de conhecimento, podemos abordar algumas dimensões fundamentais que possam gerar o pensamento crítico: a primeira, situa o conhecimento num processo evolutivo, considerado em uma escala e um grau de complexidade cada vez mais perfeito, criando a visão de totalidade de si e do mundo mais próximo em que se desenvolve a vida. Seria um grande equívoco afirmar que o conhecimento é fruto de uma iniciativa individual isolada do real, mas é outrossim, um processo que faz o ser humano interagir com a realidade na relação uns com os outros suscita, no indivíduo, novas ideias no pensamento, num processo contínuo e cada vez mais perfeito. Por isso, jamais podemos considerar o conhecimento como uma atividade individualista e linear de interpretação subjetiva, isolando o ser humano do mundo em que vive. Consiste, portanto, numa busca de compreensão da totalidade que somos e do mundo em que vivemos para produzir, dialeticamente, uma visão de si e da realidade mais ampla e profunda possível. Nesse sentido, visão de totalidade significa um pensar dialético aberto que evolui num processo de aperfeiçoamento sem fim, estreitando cada vez mais os laços entre teoria e prática. Essa visão de totalidade alcança o ápice numa etapa da evolução do pensamento. Na etapa seguinte, tende a reconstituir-se e retotalizar-se numa nova etapa superior, se comparada com aquela imediatamente anterior. Por isso, o conhecimento não é linear, mas evolui dentro de uma dinâmica que o faz avançar tanto no plano ideal quanto no plano real. Conhecimento é uma simbiose entre pensamento e realidade, que gera novas ideias constitutivas de uma nova forma de pensar e agir, ou seja, o pensar crítico do qual se origina a consciência crítica, porque liga e religa a ideia e a ação num mesmo processo de produção do conhecimento.

A segunda dimensão do conhecimento não está relacionada a uma ideia estável, sustentada na lógica formal do pensamento fechado em si mesmo pelo processo de abstração, próprio do pensar metafísico; mas ao contrário, entende-se que o conhecimento está vinculado ao fator histórico, porque sempre será relativo e evolutivo, pois tende manifestar-se como criação incompleta e inacabada entre uma etapa e outra em que é produzido. Assim, a totalidade de uma etapa do conhecimento tende a evoluir para outra ainda mais perfeita. Ou seja, a experiência pensada é que propulsiona o grau de aperfeiçoamento do conhecimento da realidade. Por isso, o conhecimento como fator histórico não comporta a lógica formal, mas a lógica dialética,<sup>3</sup> isto é, um processo de

---

<sup>3</sup> O significado da lógica dialética consiste na exigência de passagem do raciocínio formal ao dialético. O raciocínio formal se aplica a objetos, fenômenos e casos particulares como expressão da lógica clássica na formulação dos conceitos e enunciados em uma escala humana primária na formação do pensamento metafísico e abstrato. A dialética tem a sua própria lógica aplicada ao dinamismo do real como fato histórico e social na evolução da realidade e da espécie humana. A lógica dialética significa a presença racional do homem na realidade, existe um raciocínio que supere a sucessividade das ideias e os acontecimentos, e,

aperfeiçoamento constante, evolutivo e sem fim. A experiência até pode ser a mesma orientada por um método determinado, mas os resultados poderão ser diferentes e mais perfeitos entre uma e outra etapa histórica comparada com a anterior, porque uma experiência potencializa a evolução e acrescenta alguma novidade do que se quer conhecer na etapa subsequente. Por isso, a consciência crítica é o fenômeno humano que está ancorado no conhecimento com esse caráter de evolutividade, fundado no fator histórico que o condiciona e o determina.

Essa dimensão tem como ponto de partida o fato existencial e social que compõe a realidade em nossa volta. É o fato histórico que torna o conhecimento com a máxima amplitude e com maior profundidade na organização da matéria viva, na forma de pensamento com o mesmo caráter. Por isso, o fato como base inegável do conhecimento, gera o “eu penso”, enquanto atividade da inteligência, no espaço e tempo que me circunda naquele momento que apreendo o mundo no ato de pensá-lo. O que não permite e não comporta o “eu penso” entendido como um fato isolado do real, próprio do pensar metafísico alienado; mas um “eu penso” enquanto possibilidade do “nós pensamos” que consiste colocar as vistas em diferentes pontos da realidade para representá-la no pensamento. Porque além do conhecimento ter origem no fato, é organizado por muitos sujeitos, do qual resulta o autêntico conhecimento com a mínima exigência racional vincula a realidade objetiva. O que se quer afirmar aqui e, insisto nisso: é preciso esforçar-se para superar as especulações metafísicas no ato de conhecimento para entrar num processo dialético na forma de conhecer o mundo, cada vez mais perfeita. Isto é, a realidade é dinâmica e, por isso, o esforço de conhecer também deverá possuir o mesmo caráter no sentido de desenvolver a dinâmica do pensar compatível com o dinamismo da realidade. Assim sendo, tanto a realidade quanto o pensamento geram as ideias e constitui o conhecimento no sujeito empírico. Nessa perspectiva, assumem o caráter dinâmico do ponto de vista racional. Enfim, o conhecimento como fator histórico dá origem a teoria do conhecimento do “nós”, ou seja, o “cogitamos” e não um simples “cogito”. O “cogito” transforma-se em “cogitamos”. Dito de outra forma, o “eu penso” se transforma no “nós pensamos”, porque a base desse tipo de conhecimento é o fato e nenhum fato está isolado do outro assim como, nenhum sujeito empírico está isolado do outro. Por isso, o conhecimento é determinado por um fator histórico e, possui um caráter social e universal vinculando à realidade objetiva mais próxima em que o sujeito está inserido. Nesse sentido, o conhecimento supera a subjetividade e se transforma num processo objetivo, num aperfeiçoamento contínuo quando construído pela relação entre homem e a realidade, que compartilhado com o outro, torna-se num fenômeno racional intersubjetivado e com um caráter eminentemente social gerador do pensar crítico.

A terceira dimensão, diz respeito ao fundamento do conhecimento, que é a realidade objetiva em que o ser humano está inserido e da qual resulta no contexto social em que constrói as relações existenciais, inclusive as relações coletivas para a produção material da existência pela busca da sobrevivência. É a realidade que informa o “eu penso”, que,

---

incorpore no seu pensar a possibilidade da emergência do novo, a fim de, realizar as transformações no conteúdo e na forma de elaborar os conceitos e os enunciados como potencializadores da capacidade transformadora que o homem possui. Para aprofundar sobre a temática ver: PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência: os problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 175-215.

intersubjetivado com o “nós pensamos”, gera o ato de conhecimento e assume um caráter social, porque o fato supera a dimensão subjetiva quando pensado e compartilhado através do diálogo epistêmico sobre o real estado dos fatos e da realidade material entre os sujeitos ocupados em produzir conhecimento sobre o mundo em que vivemos. Os sujeitos envolvidos, nessa forma de conhecer entram num processo sem fim de aperfeiçoamento da compreensão de si e do mundo no qual se debruçam para conhecer a si e a realidade. Resulta daí o autêntico conhecimento veiculado entre outras coisas, a necessidade para melhorar, qualitativamente, a existência. O que temos à compreender é que a representação do fato será sempre individual. Entretanto, a representação do fato no pensamento comunicado para outro sujeito se torna uma relação da qual surge a dimensão social do pensamento, que atribui, ao conhecimento, o caráter social. Todo esse processo de conhecimento, em permanente processo de construção e reconstrução, tem como ponto de partida, a realidade objetiva e a finalidade consiste em desenvolver o conhecimento crítico pelo sujeito empírico, numa relação recíproca entre o sujeito que produz o conhecimento da realidade em que está imerso, num processo sem fim. Essa realidade, processada no pensamento entre vários sujeitos, transforma-se num processo de compreensão social do meio em que se desenvolve a vida humana, melhorando o nível de compreensão que temos da realidade e a satisfação qualitativa e mais elaborada das necessidades materiais prementes na maioria da sociedade. Por isso, produz a consciência individual e social de caráter crítico, através da visão de totalidade do real estado dos fatos e dos acontecimentos, transformando o ser humano no sujeito do conhecimento gerador da consciência crítica em torno dos condicionamentos que determina as reais condições de vida e não um mero receptor do que já temos produzido.

A quarta dimensão consiste em compreender que existe “o todo” e “a parte” do conhecimento numa fase específica de sua elaboração. Isso quer dizer que o processo de elaboração do conhecimento está alicerçado na ideia de que o conjunto total de conhecimento, produzido até o momento presente, está diretamente ligado à produção científica das ciências particulares e empíricas do momento atual. Ou seja, o todo de um momento atual do conhecimento constitui-se de um grande número de descobertas particulares. Por isso, não podemos afirmar que há uma supremacia da totalidade do conhecimento sobre as descobertas particularidades e muito menos o contrário. O que seria mais racional afirmar é que uma pequena descoberta particular influenciará na reconstituição de uma nova totalidade do conhecimento, em uma fase histórica. Quer dizer, as descobertas particulares influenciarão no todo, assim como, o todo influenciará as descobertas particulares, ainda mais avançadas, se comparadas com os avanços realizados na etapa imediatamente anterior. Pois o todo e a parte do conhecimento sempre estão intimamente ligados, porque um influencia o outro num processo em construção permanente. Por isso, a produção do conhecimento é sempre dialética e jamais um processo metafísico.

A quinta dimensão refere-se ao conhecimento com origem na realidade e para ela se volta, no sentido de adaptá-la, da melhor forma possível, ao ser humano para que possa satisfazer as necessidades básicas e viver melhor. O conhecimento possui uma natureza



e finalidade sociais,<sup>4</sup> porque é sempre baseado numa dupla relação, simultânea e reversível entre esses dois aspectos. De um lado, o pesquisador tem de converter-se à realidade em que está inserido para elaborar o conhecimento que pretende produzir e, por outro, uma vez produzido o conhecimento, esse retorna como ação eficaz e eficiente para a sociedade a fim de superar determinados problemas que são objetos de ocupação do trabalho de um pesquisador comprometido com a transformação da realidade. Retirado esse caráter social, o conhecimento perde o contato com a realidade objetiva e social, transformando-se numa análise abstrata, que distancia o pesquisador e o conhecimento da realidade objetiva e social. Esse é o tipo de conhecimento com ausência do caráter social, serve de base para criar um pensamento humano linear que nada influencia na transformação do estado atual da sociedade e da realidade. Aliás, só contribui para a consolidação da consciência alienada. É um pensar que leva à crise do conhecimento, porque não tem reflexo no cotidiano e consegue, com isso, separar o sujeito do conhecimento da realidade objetiva e social onde é produzido. Se isso não bastasse, além de separar o sujeito do objeto, separa o sujeito empírico da realidade no mesmo processo de conhecimento que o produz.

A finalidade social do conhecimento é a sua aplicação no coletivo para melhorar as condições sociais e materiais de uma comunidade específica. Por isso, esse tipo de conhecimento está sempre resolvendo algum problema da sociedade, porque a carga de conhecimento produzida e em produção está vinculada e é comum a todos os indivíduos de uma mesma espécie, num dado momento de sua evolução. Assim como os problemas dos indivíduos estão interligados, porque um está relacionado ao outro, as soluções oriundas de um processo de conhecimento de natureza social, também, são consequências de uma relação coletiva que envolve vários indivíduos em cooperação para produzir o conhecimento, a fim de solucionar os problemas objetivos comuns, tanto da vida pessoal quanto da vida coletiva do ser humano. Por isso, alegar que os problemas das pessoas são individuais é um argumento fraco e equivocado, porque o mesmo problema sempre possui referência e vínculos com os outros e envolve, simultaneamente, outros indivíduos. Portanto, a realidade objetiva de onde se origina o conhecimento é diversa, assim como o conhecimento aplicado sobre ela para resolver os problemas coletivos da comunidade são diversos. É isso que confere o caráter social do conhecimento, isto é, sua natureza e aplicação servem para melhorar a vida dos indivíduos em sociedade. Essa é a tônica do conhecimento que possui um caráter social.

A vinculação do conhecimento à realidade objetiva, que melhora as condições sociais dos indivíduos que vivem em sociedade, suscita uma forma de pensar coletiva, que gera um pensamento social capaz de levar o homem a melhorar o nível de consciência que possui, expandindo o pensar além da reflexão meramente subjetiva e isolado uns dos outros e da própria realidade, no sentido de melhorar as condições de vida objetiva para todos, porque o ser humano melhora sua capacidade de compreender o mundo para realizar avanços significativos no seu agir e interagir.

---

<sup>4</sup> Para aprofundar este aspecto do conhecimento ler o texto que trata da necessidade de produção da ciência própria e a apropriada para alavancar o conhecimento, enquanto fundamento da ideologia para o desenvolvimento nacional. Esse texto, ainda inédito, encontra-se com o autor dessa abordagem pelo contato [faveri@unidavi.edu.br](mailto:faveri@unidavi.edu.br).

A sexta dimensão é decorrente das anteriores, no sentido de que o conhecimento se torna cada vez mais crítico, na medida em que resulta da unidade entre teoria e prática. Ou seja, todos nós temos teorias que, ao vivenciá-las na realidade objetiva, imprimimos um ritmo de ação de acordo com as ideias que possuímos naquele momento e nas atuais condições. Isso faz avançar, tanto as ideias quanto as ações, num processo dialético de forma simultânea entre as teorias e as práticas que realizamos. O resultado dessa relação é o aumento do potencial de pensar o que somos e fazemos. Por isso, surge o caráter crítico da consciência, porque não está conformada e estabilizada nos extremos da teoria ou de uma prática. Esses extremos não fazem avançar qualitativamente o nível da consciência. O máximo que consegue realizar é uma mecânica forma de reproduzir ideias com a estagnação da possibilidade de evoluir no pensamento e nas ações. Essa perspectiva gera a crise social do conhecimento, isto é, não consegue forçar a sua evolução pelo processo prático de viver o que se pensa. Ao estabilizar o pensamento, estabiliza-se o agir e o interagir do ser humano, produzindo a inércia no cérebro, nas ações e relações que realizamos no conjunto da sociedade<sup>5</sup>. O uso equivocado das novas tecnologias, pelas novas gerações, contribui para agravar essa inércia no pensar que eleva a possibilidade da inércia no campo social, emperrando a possibilidade de evoluir porque não há mais sujeitos preocupados em elaborar novas ideias para serem aplicadas no mundo objetivo em que se desenvolve a existência. Por isso, a junção da teoria e da prática, num mesmo processo de viver, desenvolve o pensamento e melhora as condições de vida material e do pensamento, tanto nos indivíduos quanto nas condições sociais em que esse vive.

A sétima dimensão reside no fato de que o conhecimento só consegue impulsionar a inovação, tanto na vida quanto na produção material da existência, quando somos capazes de conceber as ideias com um duplo caráter: bem de produção e bem de consumo. Entretanto, a concepção de ideia que adotaremos nesta análise é a de “bem de produção”.

Antes de mais nada torna-se necessário salientar que uma ideia é a capacidade que o ser humano possui de representar a realidade no pensamento. E, quando essa realidade se transforma em ideia, passa a criar, potência de vontade de colocá-la em funcionamento. Toda a vez que esse fato acontece, estamos diante do processo de inovação do pensar e do agir humano, porque um vai, simultaneamente, aperfeiçoando o outro num processo sem fim. Essa é a qualidade inovadora das ideias, isto é, uma capacidade sucessiva e evolutiva de representar, no pensamento, os fatos e realidades que se originam da ideia e volta para a realidade na forma de ação; isso determina o dinamismo do pensar crítico, vinculado à realidade objetiva. A ideia, colocada em ação, imprime uma dinâmica que gera uma nova ideia, transformando-se num processo de mudança no pensamento e na qualidade da ação cada vez mais perfeita em níveis superiores. Essa nova ideia conserva

---

<sup>5</sup> Chamo atenção que as redes sociais juntamente com o uso equivocado dos artefatos tecnologicamente avançados, prestam um “des-serviço” na formação da habilidade de pensar, tanto no sujeito quanto na coletividade em que o indivíduo está inserido. O que se percebe é a formação desqualificada de novas gerações para desenvolver o próprio pensamento como prática de pensar o mundo em que vivemos para melhorá-lo e, com isso, melhorar qualitativamente a vida do indivíduo. Ou seja, a velocidade com que as informações chegam até nós, é igual ao seu esquecimento. Não há uma salutar preocupação de processar a informação, como base e fundamento para criar uma forma própria e apropriada de pensar, cuja a finalidade é melhorar a compreensão do que somos e o que fazemos para influenciar positivamente, no melhoramento da sociedade a que pertencemos ou mesmo ao mundo em que os homens vivem.

parte da anterior e acrescenta-lhe alguma dimensão nova, oriunda da ação, quando colocada em prática. Essa ação, representada novamente no pensamento, gera um processo de cognição novo, gerador de uma nova ideia, que, posta em prática, gera ações e situações novas. Quando esse processo avança ao mesmo tempo na ação e na representação no pensamento, estamos realizando a inovação tanto no plano das ideias, quanto nas ações. Pois essa não pode ser concebida fora do pensamento, mas sempre inerente a ele e do esforço de colocar a ideia em ação, no sentido de fazê-la funcionar. Um conhecimento gera nessa perspectiva, além de possuir o caráter crítico, possui um caráter inovador, tanto no pensar quanto no agir humano individual e coletivo.

O conhecimento oriundo da ideia como um bem de produção realiza-se quando o conjunto de ideias geradora do conhecimento consegue atingir a finalidade social a que se destina. Ou seja, o conhecimento que resolve os problemas e produz a solução que a sociedade necessita para que os indivíduos possam viver com maior qualidade de vida, sob todos os aspectos e dimensões. Torna-se, então, um conhecimento de caráter prático e de abrangência social, porque beneficia uma comunidade inteira. Vemos que, embutido nesse papel social do conhecimento, encontramos sua dimensão ética. Isto é, a responsabilidade de quem produz o conhecimento para torná-lo útil à sociedade é o valor social ético da produção de um determinado conhecimento. Isso quer dizer: o conhecimento é útil e se ajusta a melhorar a qualidade de vida dos indivíduos em sociedade. Por isso, o conhecimento que assume essa dimensão ética, por ser produtor de soluções aos problemas sociais, transforma a sociedade das condições desiguais e injustas para uma sociedade mais justa e igualitária com condições de vida mais humanas. Aí está inserido o valor ético do conhecimento que está vinculado à realidade objetiva em que o indivíduo está imerso e na sociedade em que realiza, coletivamente, suas pulsões de sobrevivência. É necessário, também, além dessa condição ética do conhecimento, por ser um bem de produção, pelo fato de gerar solução aos problemas sociais, propiciar que a maioria da população possa ter acesso a esse conhecimento, para que o mesmo possa, de maneira igualitária na sociedade, beneficiar a grande maioria de indivíduos com as criações científicas que geram os novos conhecimentos, tão necessários para melhorar qualidade de vida individual e coletiva. Por isso, o conhecimento é instrumental e não é uso privado de alguns indivíduos empoderados financeiramente.

Agora, o conhecimento, como um bem de consumo é privilégio, e não uma forma de saber à disposição da sociedade. Passa a ser um bem de consumo, porque apenas uma pequena minoria tem acesso aos conhecimentos avançados, por parte da população que tem mais conforto e condições de vida melhores. Com isso, produz as desigualdades e as injustiças no acesso e na distribuição dos conhecimentos criados. Essa situação alcança o nível de desumanidade, porque enquanto alguns poucos têm acesso ao conhecimento avançado, outros apenas conseguem obter os conhecimentos mínimos para resolver os problemas do contexto de miséria em que vivem e buscam sua sobrevivência, quiçá em que condições. Ou seja, a maioria que não acessa o conhecimento avança é condenado a viver nas condições de vida desumanas. Poderíamos, aqui, fazer uma análise mais avançada, abordando a sociologia do conhecimento, no sentido de pensar como está sendo distribuída a produção do conhecimento avançado. A distribuição do conhecimento que se produz hoje é injusta, porque esse é sempre, na origem e na finalidade, social para consolidar desigualdades de acesso a ele e os resultados que produz. Porque é produto

da espécie com o fim de produzir soluções à sociedade em geral e não para servir à uma minoria de indivíduos endinheirados. Se assim não o for, perde sua nobre finalidade que é ser instrumento de melhoria das condições de vida para todos ou para a maioria que vive em sociedade. O que não podemos imaginar ou pensar é que o conhecimento é mercadoria de acesso para quem possui a maior parte dos recursos financeiros. Sabemos que produzir conhecimento é produto caro e raro, mas nem por isso deve atender a uma finalidade desumana no seu acesso e distribuição desigual do mesmo entre as pessoas. Restringir o acesso ao conhecimento é o mesmo que restringir a condição humana de vida da maioria que vive em sociedade. Esse é o caráter e o sentido do conhecimento, enquanto um bem de consumo na atual sociedade em que vivemos e que promove a desumanização do ser humano. O conhecimento, assim concebido, não possui a dimensão ética, porque não é disponibilizado como instrumento para resolver os problemas sociais da maioria dos indivíduos, no sentido de melhorar as condições de vida material e cultural de uma sociedade específica.

O que tentamos abordar, até então, é que a questão do conhecimento deve ser concebido como um instrumento para os indivíduos e a sociedade a pensar e usufruir desse, enquanto bem de pensamento para que todos possam ter condições de acesso ao conhecimento, visando melhorar a vida e a própria espécie humana, cuja finalidade é elevar a capacidade de pensar da humanidade e levar adiante a produção do conhecimento para resolver os problemas da coletividade. Isto é, longe de estar a serviço da melhoria para uma pequena parcela da sociedade. É nessa desigualdade no acesso ao conhecimento que assume um caráter e um papel social antiético e desumanizador do ser humano, que atinge o caráter de imoral, tanto na individualidade quanto na coletividade.

Somente um tipo de conhecimento, assim dimensionado anteriormente, pode desenvolver o pensar crítico. Dessa forma, a produção de conhecimentos avançados não pode parar de evoluir pelas razões óbvias e que, nessa busca de resolver os problemas para a maioria da sociedade, não se restrinja a resolução dos problemas para as minorias que vivem na mesma sociedade. A crise do conhecimento gera a desumanização, que é a crise humanitária na humanidade ou gera a crise humana de uma sociedade específica. Reafirmo que somente o conhecimento acessado e disponibilizado para a ampla maioria produz soluções e resultados positivos para fazer a espécie humana avançar em qualidade da vida humana e melhorar, simultaneamente, a vida dos indivíduos que nela vivem e convivem.

## 2.2 O VÍNCULO ENTRE A CRISE SOCIAL DO CONHECIMENTO E A ORIGEM DA CONSCIÊNCIA NACIONAL ALIENADA

A crise social do conhecimento tem origem em sua distribuição desigual, gerando a alienação social. As pessoas encontram, por conta disso, dificuldade de acesso aos produtos e serviços para melhorar dinamicamente a qualidade da sua vida, tanto do ponto de vista material, quanto sociocultural. A consequência mais grave disso é que, pela falta de conhecimento, essa maioria não consegue compreender a origem desse estágio de coisas e as condições desiguais de acesso a tudo o que necessita para manter-se viva com dignidade.

Uma sociedade inteira está alienada porque há diversas formas de conhecer e de pensar que não chegam ao alcance da grande maioria. As massas não conseguem entender que o conhecimento produzido é, em grande parte, financiado pelo trabalho fatigante da maioria pobre que vive na atual sociedade e, cujo resultado desse, não conseguem usufruir dos bens e serviços que produzem. A mesma sociedade é incapaz de distribuir esse conhecimento para que a população compreenda quem decide os rumos da sociedade e sobre a distribuição desigual do conhecimento no corpo da sociedade. Por isso, quem usufrui dos conhecimentos avançados produzidos pelas ciências empíricas são sempre aqueles que estão por cima na sociedade, isto é, os ricos. Essa parcela minoritária de ricos que conquistaram esse status pela exploração do trabalho miserável, vendido pelas massas a preço de banana na busca da sua sobrevivência, tornou-se poderosa, e, também, possui maior acesso ao conhecimento para dominar cada vez mais os que estão sob seu domínio. Por isso, a questão da abordagem do conhecimento está vinculada à questão sociológica, porque, de alguma forma, o modo como a sociedade se organiza para produzir os bens materiais, distribui os bens de pensamento, entre eles o conhecimento que se produz. Hoje não se pode desvincular o debate sobre a distribuição social do conhecimento na sociedade e do papel importante da universidade para produzir o conhecimento objetivando realizar o avanço qualitativo das condições materiais de vida individual e da espécie humana. O conhecimento é um bem produzido pelo homem para melhorar as condições pessoais e sociais da vida do ser humano. O acesso ao conhecimento não pode ser considerado um privilégio de uma classe social, porque sua origem é social e a aplicação do mesmo possui um papel, também social, no sentido de melhorar a qualidade de vida da maioria da população.

A crise do conhecimento é social porque progressivamente, as novas gerações conhecem menos e pensam menos. Em decorrência disso, não compreendem a realidade, as suas condições e necessidades materiais para viver melhor. O uso indiscriminado e inadequado da tecnologia gera um mundo inadequado para viver, humanamente, com dignidade. Isto é, leva as novas gerações a uma ignorância absoluta acerca da apropriação do conhecimento como forma de construção de um pensar o que somos e fazemos. O uso da tecnologia, por gerações que não fazem o mínimo de esforço para criar ideias novas no pensamento, gera a inércia no desenvolvimento do pensar e da possibilidade de compreender o mundo que está a sua volta. Falta formação do pensamento por uma educação que reintegre as novas gerações para construir o próprio pensamento, a fim de construir o destino do homem e do mundo de forma equilibrada e humanizada. Por isso, a crise social do conhecimento está ligada ao modo como usamos os artefatos tecnológicos, redes sociais, entre outros, que matam a vontade de dialogar e pensar, como forma humana de interagir, nos grupos sociais aos quais pertencemos, bem como na sociedade em geral.

A lógica da crise social do conhecimento é muito simples. A falta da prática de pensar não gera ideias das quais originam-se o conhecimento como processo de investigação científica. Por isso, o conhecimento parando de evoluir, estaciona a qualidade dos produtos e nos bens de pensamentos que promovem a qualidade de vida material e “espiritual” nos indivíduos e nas atuais sociedades. Isso é muito grave, porque compromete não só o momento presente dessas gerações, mas talvez comprometa o futuro

das novas gerações por serem incapazes de fazer avançar em quantidade e qualidade na produção material da existência e, coetaneamente, na produção dos bens de pensamento, entre eles a cultura e o conhecimento, que certamente comprometerá a possibilidade de melhorar as condições de vida para todos num futuro próximo. Parando o pensamento, cessa a evolução e o aperfeiçoamento da espécie humana. O mais grave de tudo isso é que, mediante o uso inadequado da tecnologia, produz-se uma inércia generalizada na possibilidade de pensar e de agir. Talvez algumas pessoas terão o privilégio de desenvolver o pensamento, por isso, a dominação seja reeditada com maior teor de desumanidade entre a espécie humana, porque poucas pessoas possuirão o poder de pensar e, facilmente serão induzidas, submissamente, ao agir coletivo, definidos pela minoria que pensa. Dessa forma, está posta a condição, num futuro próximo, a imposição da filosofia de barbárie, que entra na paranoia da destruição da vida humana em larga escala social.

Assim sendo, a crise do conhecimento gera a crise na consciência coletiva e crítica, porque o pensar é restrito apenas a algumas pessoas privilegiadas. Refiro-me à desigualdade na distribuição do conhecimento. Ou seja, o conhecimento centralizado nas mãos de poucos, pode se transformar numa poderosa arma de destruição do mundo e da essência humana. O que prevalece, nessa condição, é a disseminação indiscriminada da consciência ingênua, isto é, alienada. Porque o que prevalece é o poder nas mãos de poucos com capacidade máxima de destruição de si e do mundo. Essa consciência ingênua nos leva a assumir posturas de seres gregários, que apenas seguem a teoria da manada, por comandos alheios ao seu pensar e do seu agir. Não seremos mais sujeitos de vontades, emoções e capacidade de realizar, na prática, o que desejamos e pensamos, mas apenas seremos dirigidos como robôs incapazes de atribuir finalidade às ações e relações que construiremos. Consequentemente, a desumanização, que é a perda humana do sentido da vida e dos atos que realizamos, toma conta da existência e nos conduz para a tragédia de perder a própria identidade pessoal e racional de quem somos e para aonde vamos. A questão que se deixa para pensar: Esse é o melhor caminho para o indivíduo e para espécie humana? O que a universidade está fazendo diante dessa situação anunciada, uma vez que ela é responsável pela formação das novas gerações dos futuros profissionais que atuarão no mercado? Somente a formação técnica do profissional resolve a crise do conhecimento, da universidade e da sociedade? A informação que chega até nós, pela tecnologia avançada e complexa, é processada no pensamento ou simplesmente cai no esquecimento?

Alguns indícios dessa cruel realidade universitária já são percebidos em meio à crise social do conhecimento, em diversos setores da sociedade e nas diferentes dimensões da vida: Na universidade, o conhecimento difundido é uma política de verdade consumível de disciplinas, prioritariamente, de formação técnica com exclusão e maltrato das disciplinas de ciências humanas: filosofia, sociologia, antropologia etc. O que se vê são docentes que, por não terem o que fazer na sociedade, vem fazê-lo na universidade, inclusive dar aulas na área das ciências humanas. Ou seja, a consequência que essa situação produz é a transmissão de um conteúdo pela leitura de slides e exposição do conhecimento na forma de *self*, onde a abordagem das temáticas em sala de aula não oferece a possibilidade de construir uma visão de totalidade e, por isso, não se cria uma

visão crítica da realidade. O que o acadêmico consegue, através do que estuda, é realizar repetições fragmentadas e mal elaboradas pela inadequada forma de transmitir os conceitos, as teorias e as ideias que já existem. Portanto não se produz, na classe estudantil, uma visão de totalidade do que se ensina e aprende, mas, apenas transmite-se conceitos e teorias desvinculados da realidade e de forma fragmentada, que impossibilita o aluno a ter uma visão global e profunda da realidade e de si mesmo, através do conhecimento que se apropria na universidade.

Nessas condições, onde fica a formação do pensamento do cidadão? São raros os professores que conseguem falar uma aula, ou seja, quem pensa, sabe falar e, quem sabe falar é capaz de pensar. Do contrário, o que se consegue fazer é ler e comentar slides projetados na tela. A formação do cidadão é literalmente atirada no lixo pois o conhecimento que recebe não lhe proporciona a habilidade de pensar, não reúne condições de orientar o aluno para a vida. Isso ocorre porque o conhecimento transmitido tem origem fora da realidade objetiva em que os alunos estão imersos. Nas escolas, o ensino está fundado em atitudes de copiar e colar, práticas usadas pelo uso equivocado da tecnologia avançada, sobre uma teoria do passado composta dos procedimentos baseado no estímulo e resposta para condicionar o pensar e o agir. O resultado é o adestramento pela repetição mecânica das ideias e do conhecimento desvinculados da realidade objetiva. O ensinar se reduz à transmissão linear e mecânica do conhecimento estimulado pela política governamental para resolver apenas os problemas paliativos da educação atual, satisfazendo interesses da iniciativa privada dos empresários, ansiosos para aplicar a teoria da manada na gestão do trabalho humano e da produção predadora que apenas se preocupa em gerar lucros. Ou seja, não existe a preocupação com o fim de priorizar a formação do pensamento no aluno pelas práticas pedagógicas escolares. O governo é o primeiro a promover o desmonte do ensino para o pensar, porque a formação técnica vem sempre antes da formação do pensamento e da formação política do cidadão. Com isso, valoriza-se a ideia da teoria da manada para produzir apenas seguidores sem consciência de para onde são conduzidos, para viver ou fazer morrer. Dessa forma, não se trabalha para viver, mas se trabalha para morrer, no sentido de que o resultado do seu trabalho limita o acesso às coisas materiais para a maioria da sociedade manter-se viva, com o mínimo de dignidade. Ou ainda, para produzir o fenômeno do imobilismo social generalizado na sociedade brasileira, sem o mínimo de conhecimento sobre para onde os governantes estão conduzindo as massas, através de implementação de políticas de governo perversas e de efeitos devastadores para a qualidade de vida da população.

Com a ausência de conhecimento, mas com uma tecnologia avançada e acessível às massas, surge o fenômeno do direcionamento da consciência e do comportamento coletivo condicionado, porque a informação é apenas repassada e não processada. Ou seja, praticamente estamos vivendo a era das mentiras universais e que, processá-las pela desmascaração e desvelamento, pode se tornar um ato revolucionário. Por isso, todos estão intimidados pela postura *neo-nazifacista* postas em prática pelo atual governo para produzir medo individual, ódio generalizado e imobilismo social. Essa é a realidade do Brasil de hoje

Nessa mesma linha de raciocínio, difundem-se apenas interpretações subjetivas, que conduzem a tomar decisões e reação ações e relações de gestão assentadas na filosofia

da barbárie no momento de implementar políticas para estimular o desenvolvimento nacional para todos. Os fatos e os acontecimentos são ignorados porque, no discurso, produz-se o convencimento e não se estimula o ato de pensar a realidade objetiva. Por isso, não se produz a consciência sobre si, sobre o mundo e sobre as relações sociais entre os indivíduos no mundo em que estes estão inseridos. Apenas basta crer ingenuamente nos discursos produzidos por falsos líderes e naqueles que possuem um comando de competência política suspeita para conduzir os destinos do país. Enfim, sem conhecimento, somos uma massa uniforme sem consciência, uma espécie de rebanho de ovelhas seduzidas por comandos do pastor, sem questionar as finalidades que dirige cada um e a todos para viver ou morrer, pois no rebanho apenas existe um comportamento que segue os comandos de uma consciência fanática e sectária, cujo objetivo é desumanizar o ser humano e o ser da nação a que pertence.

Finalmente, qual a contribuição da universidade para formar a consciência alienada? A crise do conhecimento é apenas social ou já entrou nas instituições de ensino superior do *lato* e do *strito sensu*? Enfim, mediante a crise do conhecimento, o que está em questão na atual universidade?

### 2.3 A CRISE SOCIAL DO CONHECIMENTO E A URGENTE REFORMA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Sem dúvida, torna-se imprescindível e urgente realizar uma revisão crítica do papel social da universidade no atual contexto, no sentido de reformá-la para que alcance o papel de protagonista na construção ideológica das mudanças sociais mais profundas, criando um ambiente mais humanizado, onde a maioria dos indivíduos, possam viver em melhores condições e, dessa forma, possam se sentir bem porque, o Estado promove o bem-estar na sociedade. Enfim, a universidade possui o compromisso social e ético com o contexto e a comunidade em que está inserida. Jamais deve estar a serviço da promoção e degradação da essência humana; mas sim, fortalecer laços e lastros no contexto coletivo para que o homem tenha condições de viver com o mínimo de dignidade, no presente e no futuro. A universidade jamais, deverá ter a função de promover a desumanização do ser humano e da sociedade para instalar o mal-estar na atual e futuras gerações, através da promoção das desigualdades e consolidação das injustiças em larga escala social e de toda a ordem. Por isso, é urgente reformar a universidade e realizar uma revisão crítica do seu papel na sociedade, bem como quebrar a atual lógica de produção da ideologia dominante, que defende as desigualdades socioeconômicas e os privilégios de alguns sobre muitos. Enfim, a universidade tem de se colocar na vanguarda de interromper a maleficência da produção da ideologia dominante. Ou seja, questionar e debater, com profundidade, o discurso pregado por alguns governantes, que apenas defendem a política de que a maioria tem de trabalhar na condição de escravocrata para as minorias. Essa é uma filosofia de governo que segue a perspectiva dos princípios da ignorância e da xenofobia, pela falta de conhecimento na tomada de decisões com base ao fanatismo e ao espontaneísmo, base de um movimento neo-nazifacista reeditado com requintes tecnológicos de crueldade e imoralidade, para desumanizar o indivíduo e a nação.



A análise em torno da necessidade de reformar a universidade brasileira, que vamos abordar, é urgente para que possamos contribuir para a produção da ideologia do desenvolvimento nacional para todos. Isso significa construir uma ideologia contrária à dominante, para criar, nas massas, um pensamento crítico, a fim de compreender a realidade objetiva em que essas estão imersas. Dessa forma, a nação consegue autoperceber o atual modelo de universidade a favor da classe dominante e será capaz de comprometer-se para implantar e implementar um sistema universitário nacional capaz de alavancar e propulsionar o desenvolvimento crítico da consciência coletiva para que seja capaz de elaborar uma contra ideologia. Nessa perspectiva, as massas serão capazes de enfrentar o atual sistema universitário, que consolida os interesses da classe dominante e, em seu lugar, criar uma cultura emancipatória/libertadora das massas, imersas e envolvidas por uma ideologia alheia aos seus interesses, gerando, na maioria, o imobilismo social que presenciamos atualmente. A produção de uma ideologia do desenvolvimento para todos é um grande desafio com o objetivo de superar o estágio de desumanidade em que se encontra a atual sociedade. Nessa perspectiva, a difusão de uma contra ideologia, construída por uma universidade comprometida com a libertação das massas, cria, nelas, um pensamento crítico que gera o comprometimento coletivo dos indivíduos em favor de uma nova universidade, com objetivo de contribuir para resolver os problemas socioeconômicos da grande maioria. Esse é o papel social da universidade, comprometida com o desenvolvimento nacionalista e solucionando os problemas que desumanizam a grande maioria da atual sociedade, por não terem acesso aos bens materiais necessários para manter-se viva com dignidade e, muito menos, possui o acesso aos bens de pensamento para produzir a consciência crítica do que somos e fazemos, no sentido de superar as condições de vida desumanizantes.

Nessa direção da análise, vamos abordar alguns princípios fundamentais para realizar uma reforma universitária prudente que proporcione, à sociedade, uma vida social decente. A universidade, com essa preocupação, coloca-se a favor da transformação do seu atual modelo que consolida a contradição entre os ricos, que têm a possibilidade maior de acesso ao conhecimento, objetivando preservar seus interesses diversos e aos pobres, excluídos de forma crescente do acesso ao conhecimento necessário para consolidar as transformações ideológicas e sociológicas que a sociedade precisa realizar, na perspectiva de superar a desigualdade de distribuição social do conhecimento e da renda *per capita*.

A Universidade está numa crise pelo falso aforisma de ser o templo da produção e difusão do conhecimento crítico. O que se ensina na universidade não se vive na vida, e o que se vive na vida não é ensinado na universidade. Fazer um curso de graduação ou mesmo de pós-graduação equivale ao procedimento de ir ao mercado e comprar um produto ou um bem material de consumo. Apenas com uma diferença: no mercado você compra à vista e na universidade você adquire um diploma em suaves prestações. O suposto conhecimento está sempre longe das dimensões já expostas. Serve apenas para consolidar a conjuntura desigual e injusta que se tem na atual sociedade. Se a universidade está em crise, qual reforma deve ser encaminhada?

b) O ponto de partida para iniciar o processo de reforma da universidade é de fora para dentro, e não de dentro para fora. Isso corresponde à prática mais comum entre as universidades, porque a competência dos atuais gestores, ao conduzir as mudanças, é

sempre marcada pela postura “de dentro para fora”, colocando sob suspeita a sua autonomia e forma de condução de tais processos de transformação da universidade. Quem deve dizer que tipo de universidade o país necessita é a maioria da sociedade, porque é ela que sofre com os mecanismos socioeconômicos da brutal dominação e exploração que lhe é imposta. Ora, essa iniciativa quebra a lógica burocrática dominante no interior da universidade, porque o conhecimento a ser difundido certamente seria outro, visto que o conhecimento que hoje se veicula na universidade é viciado e influenciado pelo modelo de sociedade espúrio e elitista que temos. As ideias da reforma, tendo origem social, servem de base para formular a cultura de mudança e reformular setores da universidade, com o objetivo de se aproximar da comunidade e do contexto em que está imersa. É a mesma situação da origem e da finalidade do conhecimento abordada anteriormente. A origem da universidade reside na sociedade em que está inserida para que o desenvolvimento das atividades que lhe são inerentes (pesquisa, ensino e extensão) se voltem a favor da comunidade em que a mesma está inserida e, não o que presenciamos atualmente. Hoje, percebemos que o setor produtivo e a população pobre possuem uma clara aversão pela atuação que a universidade faz na sociedade a que pertence, pelo fato de consolidar os privilégios e desigualdades da sociedade.

c) a reforma tem de ser tratada na sua essência e não em seus aspectos superestruturais da instituição, entre outros: reforma do pedagógico, distribuição da ciência a serviço da alienação cultural do país, cerimonial didático, reprodução da ideologia das classes dominantes. Por isso, a reforma da universidade

[...] não é tarefa de natureza jurídica, institucional. E muito menos pedagógica, e sim consiste na transformação da sua essência, convertendo-a de órgão socialmente alienado da realidade brasileira em fator de transformação progressista dessa mesma realidade. [...] a reforma da universidade do país subdesenvolvido, que necessita sacudir o jugo das pressões imperialistas *internas e externas* que o entravam, e criar, com plena liberdade, a sua cultura própria, *a própria ciência* não tem primordialmente finalidade pedagógica, mas visa antes de tudo a uma finalidade política *social*. (PINTO, 1994, p. 15, grifos nossos).

O problema da reforma da universidade deve ser tomado à luz da história e da realidade nacional. Isso não significa exigir que os docentes se formem na realidade europeia, distante da realidade brasileira, como se costuma fazer; mas, buscar para nós, diante da nossa realidade definir o que significa universidade para um Brasil subdesenvolvido e comprometido em superar esse estágio, para um país desenvolvido. Ou seja: superar a falsa crença de que a universidade possa se tornar uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico. Assim sendo, o problema da reforma é político, no sentido de romper com a produção da ideologia de dominação onde uma pequena classe se sobrepõe à maioria na sociedade, através do discurso quando defende trabalho social desumano que a universidade hoje presta na comunidade em que está inserida. Enfim, quando decidido o destino político da universidade, cabe a ela conduzir o país para participar do projeto de transformação social de libertação da conjuntura imperialista, interna e externa, que determina a universidade ser o que é, para se transformar no fundamento e instrumento de produção da ideologia que venha libertar a nação oprimida e promova o desenvolvimento da nação por inteira, com o fim de contribuir para humanizar o máximo possível os indivíduos que nela vivem.

d) Uma das questões da reforma universitária não será com os alunos que lá estão, mas com os alunos que não estão nela e que não puderam ingressar. Ao analisar essa questão, chegaremos a conclusão de que temos que elitizar menos e popularizar mais o acesso à universidade, num país em que a cultura dominante é a cultura dos ricos que manipulam, de todas as formas e estratégias, a cultura das massas, para mantê-los sob o jugo dos grilhões dessa classe opressora: os ricos. Por isso, o compromisso legítimo da universidade é democratizar o acesso dos estudantes oriundos da classe popular, assim criar-se-á condições objetivas de elaborar a contra ideologia, hoje imposta pela classe dominante à universidade com o fim de consolidar os seus interesses.

e) Outra questão importante para a reforma universitária brasileira consiste em compreender e transformar as relações que existem entre universidade e a realidade do país e da comunidade em que está inserida. A primeira relação a ser rompida é que, no atual contexto, a universidade é um instrumento de dominação do capital interno e externo para manter a estrutura política vigente para continuar e promover a opressão e submissão da maioria da população; ou seja, manter a classe dos pobres, sob os interesses diversos dos ricos. Isso significa romper com a estrutura política vigente de opressão interna, que produz o imobilismo social dos estudantes na sociedade em que vivem e a submissão externa, romper com a internacionalização dos potenciais de riqueza nacional, vendidas para as empresas estrangeiras com generosos descontos e sem o valor real de mercado. Com isso, a universidade assume o grave delito contra os interesses da nação, pelo processo de instrumentalização do povo para mantê-lo escravizado, abandonado ao trabalho indignamente remunerado e em condições socioeconômicas indigente para a maioria da sociedade. A segunda relação a ser superada é o papel alienante que a universidade desempenha frente ao debate sobre o real estado de dominação da totalidade do país. Isto é, à universidade cabe converter-se ao debate sobre a realidade nacional, enquanto desenvolve suas atividades de pesquisa, ensino e extensão. Esse debate sobre a realidade nacional na universidade visa a tomada de consciência da classe estudantil sobre a condição desumana em que se encontra as massas oprimidas. Essas duas relações a serem superadas vem ao encontro de um debate para combater, em todos os recintos da universidade, o discurso alienante que vigora nela até o presente. Isso só será possível no momento em que, na universidade, ao debater sobre o papel alienante que ela exerce, possa ser criada uma autêntica cultura nacional, cujas ideias predominantes tenham origem na realidade nacional e nas políticas públicas por ela elaboradas e que se voltem como fator positivo de superação dos problemas nacionais. Que se busque, na realidade nacional, a fonte de ideias e a inspiração para implementar um projeto de desenvolvimento para todos. Isto é, um debate promovido pela universidade, olhando para si como instituição e como nação, a fim de construir uma autêntica ideologia do desenvolvimento nacional, em vez de repetir contraditoriamente as ideias nos livros estrangeiros para a criação da cultura nacional dominante, consolidando a alienação e exploração da maioria Assim supera-se o colonialismo intelectual do Brasil pela imposição da ciência metropolitana aos países subdesenvolvidos, como é a situação real do nosso país. Por isso, é importante criar a própria e apropriada ciência para implantar um projeto de desenvolvimento nacional para todos. Nessas condições, a universidade inspira-se na realidade como a base e a fonte do debate e a criação de ideias para orientar a transformação da sociedade, que produz a desumanização do indivíduo e da classe a que pertence. Enfim, isso é superar o atual papel opressor da universidade que está descaradamente favorecendo a ideologia hegemonicamente dominante.

f) A universidade, preocupada com o desenvolvimento do país, tem de estar em sintonia com a realidade nacional e regional quando promove os debates através do ensino, pesquisa e extensão. Portanto, o desafio da universidade é criar uma cultura nacional no sentido de pensar o contexto e os problemas da realidade nacional ou regional em que está inserida. Afirma Vieira Pinto (Idem, p. 42),

Sem dúvida nosso pensamento não coincide exatamente com o dos magnatas universitários, da imprensa que os apoia, dos benfeitores que os estipendiam. Todas estas respeitáveis personalidades acreditam que a universidade é um templo sagrado, onde uma corporação de sacerdotes do saber pontifica sobre todos os assuntos, na plena posse da verdade. [...]. Os cursos das faculdades são praticamente o desenrolar de uma liturgia, um serviço divino, que os professores oficiam perante um público passivo, escassamente atento, interessado em cumprir simplesmente o ato de presença. O mestre pontifica como sacerdote que profere a verdade aos ouvintes ignorantes. Tudo conspira para dar à universidade esse caráter de “templo” e os aspectos místicos que lhe são associados, as honrarias, as cerimônias litúrgicas de formatura, etc. ; mas tudo isso contribui para afastar dela a verdadeira cultura e para tornar cada vez mais impermeáveis os seus recintos as ideias renovadoras, as que realmente teriam ressonância no espírito do povo.

No atual momento e contexto, com as políticas do governo Bolsonaro para o ensino superior, a cultura que a universidade produz contribui, equivocadamente, em larga escala, para difundir a cultura alienada de origem externa, metropolitana e sobretudo aquela originada nas grandes metrópoles. Ou mesmo para construir uma cultura neutra para reprimir a ascensão das massas e impedir o surgimento da autopercepção de si e da realidade desumana em que o povo está inserido. Enfim, o domínio da cultura alienada/opressora/imperialista é ainda de tal forma extensa, onipotente e onipresente, que quase nenhum eco da cultura libertadora atravessa as paredes das universidades. Enfim, o desafio é inverter essa lógica da dominação ideológica interna da universidade como propagadora e consolidadora da ideologia dominante para resguardar privilégios e desigualdades a favor da classe dos ricos.

g) A universidade nacionalista está em luta constante com o imperialismo cultural imposto pelas universidades metropolitanas. Aqui, compete apenas destacar que a universidade comprometida com a compreensão da realidade nacional é aquela que busca “expressar o universal concreto que é cada sociedade em particular, ou seja, precisa expressar em juízos universais os interesses particulares dessa sociedade, nação ou classe” (Idem, p. 46). Por isso, a universidade nacionalista, que promove a cultura com base à realidade nacional e regional, é aquela que representa, no pensamento em forma de ideias, os problemas internos e externos da universidade que atravancam o desenvolvimento nacional e amortecem a tomada de consciência para engajar-se na luta com o fim de transformar o atual estado desumano em que se encontra a sociedade subdesenvolvida. Para cumprir com essa tarefa em relação à reforma da universidade, torna-se necessário destacar a importância da formação de qualidade dos pesquisadores e intelectuais que exercem a docência e a pesquisa no ensino superior. Quando se fala da qualidade, referimo-nos à capacidade de produção própria de ideias e conhecimentos vinculados a realidade objetiva, que o docente tem obrigação de construir no desempenho de suas atividades intelectuais, a partir do contexto e da realidade nacional e regional em que está inserido. Docente que só ensina, jamais ultrapassou a condição de aluno que apenas

aprendeu a repetir, sem nada criar de novo. Por isso, somente consolida a degradante situação atual do país. Esse talvez seja um dos grandes empecilhos para realizar a reforma da universidade, porque a classe docente, na sua maioria, não possui capacidade de produção científica própria. Apenas aprenderam a copiar e ensinam a copiar. Isto é, o conteúdo de ensino tem origem nos intelectuais representantes da classe dominante nacional e internacional. Este tipo de ensino convém, tão e somente, para consolidar os interesses ideológicos dos grupos dominantes dentro e fora da universidade para dar continuidade a atual conjuntura interna e externa da instituição de ensino superior de maneira sincronizada.

h) Para que de fato haja uma profunda reforma da universidade, no sentido de se tornar base para impulsionar o debate em torno do desenvolvimento nacional e regional, o desafio é pensar em torno dos aspectos da contradição entre classes institucionais<sup>6</sup>, no âmbito da universidade. Pois a mesma contradição social entre direita e esquerda, capital e trabalho, opressor e oprimido, nação desenvolvida e nação subdesenvolvida aparece no âmbito interno da universidade, nas relações entre classes institucionais de diferentes níveis e formas na conjuntura institucional.

Aqui não há tempo e espaço suficientes para analisar todas as contradições entre classes institucionais. Apenas abordaremos as três principais: a) A contradição entre professores e alunos é a mais profunda contradição de interesses que gera a luta mais podre e visível no âmbito pedagógico no ensino superior. Nessa relação contraditória, nascem todos os estereótipos para impedir que se forme uma ideologia e um pensamento comum, comprometida com a transformação da conjuntura institucional atual. Esse é o desafio a ser vencido, ou seja, a universidade tem de estar pronta e ciente de conduzir as mudanças urgentes e necessárias na contribuição para formação de uma sociedade mais humana e consciente. Em primeiro lugar, ser aluno nos cursos de graduação é um privilégio social descendente das camadas e das classes economicamente mais favorecidas. Essa origem de classe, de algum modo, amortece a disposição de construir um pensamento disposto a lutar por transformações mais amplas na sociedade. As gerações de alunos universitários estão vinculadas, em sua maioria, às classes dirigentes do país. Assim no futuro próximo, tornarão-se sócios dos privilégios da classe dominante. Uma pequena fração de alunos universitários, de origem social menos privilegiada, até forja a construção de um pensamento alternativo e procura lutar em defesa de transformações mais amplas na sociedade pela construção de uma contra ideologia dominante, para diminuir a tensão entre a classe dos ricos e a classe trabalhadora pobre. Entretanto, essa tensão tende a se harmonizar pelo discurso dominante dos docentes, que, na ampla maioria, defende, aberta e diretamente sob uma falsa democracia, a harmonização entre as classes como manutenção da contradição interna entre docentes e alunos que tem origem nas classes sociais antagônicas. Por isso, a reforma universitária tem de ser feita de fora para dentro, com a participação inclusive do contingente social excluído, que são as massas. Nada melhor do que elas para apontarem que tipo de universidade é necessária para o desenvolvimento nacional do país. Ou seja, esse é o

---

<sup>6</sup> Classes institucionais são os diversos segmentos de uma conjuntura institucional com funções diferentes e relações desiguais no desempenho das atividades que lhe são inerentes. Isso produz conflitos de interesses e geram relações de poder antagônicas intensas e divergentes.

desafio interno da universidade para iniciar todo seu processo de libertação cultural, enquanto representação dos interesses da classe social privilegiada e dominante no país. Enfim, cabe um esforço comum no interior da universidade para interromper a geração da ideologia dominante, veiculada na universidade. b) A outra contradição refere-se a classe professoral. Este é um ponto interessante que precisa ser esclarecido diante do desafio de reformar a universidade. Começamos pelo processo seletivo de recrutamento dos docentes, cujo critério usado na prática da escolha é o nível de harmonia entre o candidato e corpo docente, tanto no pensar e quanto no agir dentro da instituição, homogeneizando as formas de pensar. Os concursos e processos seletivos apenas servem para legitimar a escolha dos escolhidos pelo direcionamento dos editais e provas, tanto de conhecimento quanto de títulos. Com isso, elimina-se qualquer oportunidade de ingresso de docentes com um pensamento discordante dos mandatários sociais e dos docentes que representam os interesses das classes sociais privilegiadas e que atuam na universidade. O maior pretexto para eliminar essa contradição é a construção do discurso de que é ridícula qualquer discussão ideológica diferenciada da confraria que compõe o corpo administrativo e docente da universidade, bem como as forças de governo externo, identificado num só corpo ideológico da sociedade dominante que determina a sincronia interna da instituição de ensino superior. A justificativa é sempre a mesma, a universidade, é considerada como uma família e, portanto, entre irmãos não deve prevalecer a discórdia, porque pensar diferente é um defeito que destoa dos interesses da classe dominante que a universidade defende. Daí a proliferação do discurso da necessidade de banir a filosofia e sociologia, por ser considerada uma ideologia que destoa e destrói a falsa harmonia entre a universidade elitista e a sociedade com o mesmo caráter. O que se defende é a conciliação das ideias e nas formas diferentes de pensar, criando, subjacentemente, no corpo docente uma harmonia para que o discurso seja um só na universidade, com o intuito de preservar a ideologia da dominação e da exploração na sociedade. Enfim, é preciso evitar a qualquer custo a discórdia universal do conhecimento para consolidar a harmonia particular no desempenho das atividades de docência, cuja finalidade é manter a sociedade composta de classes sociais contraditórias para manter a contradição externa da universidade entre ricos e pobres. No contexto interno da própria universidade, afirma Vieira Pinto (Idem, p. 64),

A classe professoral possui real homogeneidade quando a analisamos nos seus comportamentos globais. Contudo, isso não significa inexistir no corpo docente, ao sabor das circunstâncias, certo agrupamento momentâneo de indivíduos, que desempenham o papel de “esquerda” em determinado problema ou em dada reunião da congregação ou dos conselhos técnicos e universitários. Ao lado desta “esquerda” eventual, relativa e variável, devemos contar um número extremamente reduzido de verdadeiros homens de esquerda, por convicções ideológicas, mas estes são tão poucos, que praticamente só há que contar com a “esquerda” ocasional, formada por elementos que, por esta ou aquela razão, tomam, no momento, atitudes contrárias às direções das faculdades e das reitorias, e desempenham na maior parte dos casos, papel progressista com essa simples resistência ou reclamação.

Por isso que a luta pela reforma não pode ser feita de dentro para fora, porque será sempre uma luta vã: a minoria que pensa diferente sempre será vencida na batalha ideológica e nas atividades práticas no interior da universidade pelas forças que, no seu interior, representam as mesmas forças dominantes na sociedade, fazendo com que a

contradição social de classe dominante dentro e fora da instituição permaneça intocável. Não havendo, dessa forma, nenhuma possibilidade de criar uma cultura libertadora dos vínculos da universidade com a sociedade regida pela força da dominação e da exploração. c) A contradição entre os alunos e o embate a ser realizado consiste em provocar a desagregação da estrutura alienada e dominadora do ponto de vista ideológico da universidade, a favor dos interesses de uma sociedade carregada de privilégios para uma minoria e, reserva-se para a maioria da sociedade, consolidar o atual papel e função da instituição de ensino superior, predadora de direitos e consolidadora dos excessos de deficiências materiais e culturais para manter a atual situação degradante do ensino, da pesquisa e da extensão. O antagonismo na classe estudantil reside no fato de que o estudante descomprometido com a reforma é sempre um estudante interessado em manter a sociedade como está. Pois é originário da classe dos mais favorecidos. Ou seja, manter a contradição maior da sociedade pela desigualdade de privilégios e interesse entre ricos e pobres. O estudante comprometido com a reforma é aquele que compreende que o estado em que se encontra a universidade é a base da sustentação e manutenção da contradição entre ricos e pobres. Esse estudante, objetivando a construção da visão de totalidade do contexto, empenha-se pelo fato de possuir uma consciência crítica da realidade social desigual e injusta, compromete-se na construção de uma contra ideologia dominante e compromete-se com o fim explícito de mudar este estado contraditório de coisas. Por isso, o aluno comprometido com a libertação da universidade, dos grillhões que mantêm o povo nas condições desumanas, na busca de sua sobrevivência para manter-se vivo, é sempre minoria e dificilmente logra sucesso na transformação do papel social da universidade elitista. O aluno com uma visão crítica percebe que o papel da universidade não é consolidar privilégios sociais, mas lutar para criar condições humanas para que todos possam manter-se vivos com dignidade e, com isso, buscar a humanização da maioria em sociedade pela democratização do acesso à universidade e apropriação do conhecimento a fim de comprometer-se nessa luta por mudanças dos rumos da atual universidade. Por isso, procura construir, na universidade e no meio da classe estudantil, uma análise e um discurso libertador. Essa contradição só será superada quando a classe estudantil perceber que existe a possibilidade de se constituir uma sociedade mais igualitária com menos privilégios para alguns, guiados por uma consciência socialmente crítica e justa para todos. Somente com essa condição será possível encabeçar uma luta por uma universidade diferente dessa que temos hoje, para que, no amanhã, cumpra seu papel de influência na construção de uma contra ideologia dominante para criar na sociedade uma consciência para que todos tenham dignidade nos processos de busca da sobrevivência material.

Portanto, a essência da reforma da universidade para contribuir na humanização da sociedade, que pretenda oferecer condições mais humanas para a maioria consiste em:

Impedir a reprodução da classe dominante, a qual tem, na universidade, sua fábrica mais importante, no que se refere aos expoentes intelectuais. De fato, são estes que tem por tarefa principal fabricar os instrumentos jurídicos e ideológicos que asseguram a perpetuação no poder dessa mesma camada predominante. Não haverá reforma da universidade sem interrupção do processo de autorreprodução da classe dominante, pois esta sustenta, e sustentará sempre a universidade *do modo como está organizada* (PINTO, 1994, p. 77, grifo nosso).

O atual modelo de universidade, para essa sociedade de classes sociais e institucionais antagônicas, tem de ser um instrumento ideológico das forças sociais dominantes para amortecer a possibilidade do surgimento de uma ideologia alternativa de mudanças no atual estado de dominação e exploração em que se encontra a nação brasileira e, a própria universidade assume o papel de aparelho ideológico de reprodução da dominação. As instituições de ensino superior no Brasil, encontram-se organizadas em função das ideias dominantes das quais se origina e atua com a mesma finalidade de manter o processo de dominação ao longo do tempo. Assim sendo, o terreno ideológico é o procedimento de que as classes dirigentes lançam mão para impedir que se realize a reforma da universidade a serviço do desenvolvimento autenticamente nacional, no sentido de que a maioria da população possa ter dignidade de vida. Essa luta por reformar a universidade não é uma luta comunista e socialista, mas uma luta por uma cidadania com o fim de oportunizar, à maioria da sociedade, uma vida humana razoável. Enganam-se os que defendem que a universidade e o ensino têm que ser neutros, porque isso não existe e é prova de que essa visão é própria de uma consciência ingênua, alienada e fanática.

### 3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese que desejamos reafirmar ao longo do trabalho é realçar o eixo do conhecimento e da universidade como instrumento possível para emancipação do ser humano e da sociedade subdesenvolvida. O eixo que trata do conhecimento é a base de transformação da consciência quando atinge o caráter crítico, porque tem origem na realidade e, a ela, retorna na forma de soluções dos problemas trazidos pela mesma. Dessa forma, o conhecimento possui um forte caráter social desde sua origem até a sua aplicabilidade concreta. Então, o conhecimento, além de elevar a consciência individual e coletiva de caráter crítico, contribui para a formação de uma pensar em torno da realidade nacional, com o intuito de estimular o indivíduo a participar da luta pela sua transformação. A universidade somente torna-se um instrumento de produção da cultura libertadora quando se realiza uma reforma onde a sociedade define que tipo de universidade é mais adequada para alavancar o desenvolvimento nacional para todos. Por isso, olhando para a universidade que temos hoje, é urgente uma reforma no sentido de romper com o ciclo de reprodução da ideologia da classe dominante, a fim de superar as contradições de classe social e, com ela, toda a espécie de desigualdades e injustiças consolidadas pela universidade com o caráter elitista.

Para produzir um conhecimento que impulse a revolução, o sujeito que o produz necessita converter-se a pensar a realidade nacional como origem e fonte das ideias e conhecimento, que estimule ações coletivas para transformar o atual estado da realidade nacional caracterizada pelo pensar ingênuo, que leva as massas ao imobilismo social, fruto da consciência coletiva ingênua. O conhecimento que pretende possuir um caráter crítico e formador do nível crítico da consciência nacional origina-se do pensar sobre o contexto local, que possibilita a compreensão da realidade nacional. Para realizar essa façanha, vamos citar Santo Agostinho, quando afirma; “a esperança tem duas belas irmãs: a indignação e a coragem”. A indignação é um ato de consciência diante das reais



condições materiais em que vive o ser humano imerso na realidade nacional. A esperança é a força que a consciência crítica produz, no indivíduo, para engajar-se no processo de libertação do ser humano das condições existenciais precárias em que se desenvolve sua vida para uma situação existencial mais dignificante de si e da sociedade a que pertence. Por isso, o conhecimento crítico gera a consciência crítica, caracterizada por uma racionalidade instrumental para pensar a prática e fortalecer a racionalidade do possível como orientação do pensamento para realizar o projeto humano de melhorar as condições materiais e culturais em que se desenvolve a vida do ser humano. Portanto, superar a crise do conhecimento é o ponto de partida que contribui para reformar a universidade. Desde que o conhecimento tenha origem e aplicação na realidade existencial em que vive a maioria da população. Sendo assim, o acesso ao conhecimento pela maioria da sociedade e a sua apropriação, com o perfil abordado, reúne condições para dizer que tipo de universidade o país precisa para desenvolver-se de forma autônoma e soberana, com o fim de humanizar a nação pela transformação para melhorar as condições de vida da população.

Para fazer aflorar na atividade da pesquisa científica, esse tipo de conhecimento, a universidade precisa ser reformada para produzir conhecimento que rompa com a reprodução da classe dominante. Mas, também, tem de assumir o desafio de fomentar e produzir a contra ideologia para superar o caráter anti-humano do processo de dominação na coletividade em que o ser humano está inserido. A dominação gera o imobilismo, que é próprio de uma consciência conformada com os contornos de subjugamento de uma classe social sobre a outra, isto é, a classe dos ricos impondo as condições desumanas e seus interesses para a maioria da população e fazendo-a aceitar tal condição como algo natural. Somente o povo pode dizer que tipo de universidade devemos ter para libertar-nos dos condicionamentos desumanizantes em que vive a maioria da população. Em hipótese nenhuma, podemos esperar que a classe dominante venha libertar a classe dos oprimidos e suas condições desumanizantes, uma vez que, tal condição foi criada pelos indivíduos que fazem parte da classe opressora. Isto é, jamais o opressor vai realizar a libertação dos oprimidos, haja vista que ele próprio é o causador das condições desumanizantes em que vive o oprimido.

Encerro esse texto fazendo, minhas, as palavras de Paulo Freire (1992): “Subestimar a sabedora que resulta necessariamente da experiência sociocultural é ao mesmo tempo, um erro científico e a expressão inequívoca da presença de uma ideologia elitista. Talvez seja mesmo o fundo ideológico escondido, oculto, opacizando a realidade objetiva, de um lado, e fazendo, de outro, míopes os negadores do saber popular, que os induz ao erro científico. Em última análise, é essa ‘miopia’ que, constituindo-se em obstáculo ideológico, provoca o erro epistemológico”

## REFERÊNCIAS

- FAVERI, José Ernesto de. *Álvaro Vieira Pinto: contribuições à educação libertadora de Paulo Freire*. São Paulo: LiberArs, 2014.
- FAVERI, José Ernesto de. *Filosofia da educação: o ensino da filosofia na perspectiva freireana*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FAVERI, José Ernesto de. (org.) *O legado de Álvaro Vieira Pinto a partir da voz dos seus contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2011.

- FAVERI, José Ernesto de. *O filosofar e a ética nas organizações: convite à reflexão e ação*. 3. ed. Blumenau: Nova Letra, 2011.
- FAVERI, José Ernesto de; WOLFF, Celi Terezinha. (Orgs.). *Filosofia da educação: o fundamento da prática de docência comprometida e transformadora*. Blumenau: Nova Letra, 2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- PINTO, Álvaro Vieira. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, Rio de Janeiro, 2005. (v.1 e v.2).
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência: os problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. (v.1 e v. 2).
- PINTO, Álvaro Vieira. *A sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1956.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019161-181>

## POLÍTICA DA CRISE EDUCACIONAL: CAUSA OU EFEITO DA RACIONALIDADE AUTORITÁRIA E PLUTOCRÁTICA MUNDIAL? EDUCATIONAL CRISIS POLICY: CAUSE OR EFFECT OF WORLDWIDE AUTHORITARIANISM AND PLUTOCRATIC RATIONALITY?

Sandro Luiz Bazzanella\*

Camila Leonardo Nandi Albuquerque\*\*

Luiz Eduardo Cani\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo promover o debate em torno das estratégias plutocráticas de mercantilização de um dos bens públicos fundamentais para a constituição autônoma de cidadãos e de culturas, povos e países: a educação. Mas, a lógica de precarização da educação, senão da mercantilização da educação, características de governos despóticos, autoritários a serviço da plutocracia financeirizada global implica na estratégia de aniquilação da potência do pensamento constitutiva de singularidades comprometidas com os direitos humanos, com a dignidade da vida em sua totalidade e, sobretudo, com a defesa do espaço público, do bem comum, condições primordiais na conformação de sociedades e de um mundo suficientemente humano e responsável com as futuras gerações. O artigo sugere que é condição intransferível num contexto de acumulação do capital financeiro manter atuante a potência do pensamento que historicamente encontrou acolhida e se desenvolveu no seio das universidades; considerando o contexto naquilo que é controlado pela plutocracia nacional e global, promotor da crise como técnica determinante das formas de governo, sob a prerrogativa de um estado de direito, operacionalizado pelo permanente estado de exceção. Sobretudo nas circunstâncias da sociedade brasileira constituída sob o ethos da escravidão, as universidades públicas constituem-se como lócus para excelência de constituição de reflexões, análises e questionamentos que viabilizem nos tomarmos como objeto, compreendendo os limites, mas sobretudo as potencialidades civilizatórias a nossa disposição.

**Palavras-chave:** Educação. Pensamento. Universidade. Subjetivação. Plutocracia. Exceção.

**Abstract:** This article aims to promote the debate around the plutocratic strategies of commercialization of one of the fundamental public goods for the autonomous constitution of citizens and cultures, peoples and countries, education. But the logic of precariousness of education, if not of the commodification of education, characteristics of despotic,

\* Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Santa Rosa (RS); Mestre em Educação e Cultura pela UDESC; Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas UFSC. Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. E-mail: sandro@unc.br

\*\* Graduada em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina, mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado, mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, bolsista do Programa PROSUC/CAPES, professora. E-mail: camilanandi\_@hotmail.com

\*\*\* Graduado em Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2013), especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (2015), mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado (2019) e doutorando em Ciências Criminais na Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2019-2022), bolsista da CAPES. Advogado e Professor. E-mail: luizeduardocani@gmail.com

*authoritarian governments at the service of the global financialized plutocracy implies the strategy of annihilation of the power of constitutive thinking of singularities committed to human rights, to the dignity of life. in its entirety and, especially with the defense of the public space, the common good, primordial conditions in the shaping of societies, and of a sufficiently humane and responsible world with future generations. The article suggests that it is an untransferable condition in a context of financial capital accumulation, controlled by the national and global plutocracy, promoter of the crisis as a determining technique of the forms of government, under the prerogative of a rule of law, operationalized by the permanent state of exception. the power of thought that historically found itself accepted and developed within the universities. Particularly in the circumstances of Brazilian society constituted under the ethos of slavery, public universities are constituted as locus par excellence of constitution of reflections, analyzes and questions that enable us to take ourselves as an object, understanding the limits, but especially the civilizing potentialities at our disposal.*

**Keywords:** Education; Thought; University; Subjectivation; Plutocracy; Exception

**Recebido em: 19/09/2019. Aprovado em: 31/10/2019.**

## INTRODUÇÃO

Iniciemos com o famoso jargão economicista: “Educação é investimento”. Outrora esta frase de efeito parecia ser consenso entre empresários, políticos, comunicadores e, até parte da sociedade brasileira autointitulada esclarecida. Porém, nos últimos meses parece que se tornou lugar comum uma expressão econômica inversa: “Educação é despesa”. O remédio para a despesa é corte, diminuição dos recursos e precarização de serviço público vital ofertado pelo Estado à população brasileira.

Educação seja em âmbito formal - ou informal - é o bem mais precioso que uma sociedade possui. Educação é necessária e indispensável para a qualificação da visão de mundo de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Promove a ação adequada dos indivíduos capazes de ler, escrever, interpretar e analisar as mais diversas situações presentes no seio de suas sociedades, desencadeando dinâmicos processos de desenvolvimento humano, social, político e econômico.

A educação promove a cidadania, que pode se caracterizar pelo sentimento e, sobretudo, pelo zelo em relação ao espaço e aos bens públicos constitutivos do bem comum. A observância e o cuidado com o bem comum representam a possibilidade de constituição de um mundo que acolhe a vida humana e a vida em sua totalidade. Nesta direção, o apreço pela educação como movimento de conformação do mundo, em suas mais variadas formas, encontra-se entre nossos ancestrais mais primevos, que há milhões de anos atrás fizeram inscrições (pinturas rupestres) nas paredes das cavernas. Registraram suas práticas cotidianas provavelmente com o intuito de instruir as jovens gerações, bem como as gerações vindouras.

Os cortes promovidos pelo atual governo na educação estão na contramão da trajetória da humanidade desde tempos imemoriais. Retrocesso. Disseminação da mediocridade. Deformação. Obscurantismo. Não há argumento social, político e cultural suficientemente compreensível para a voracidade com que são anunciados e executados tais cortes. Apenas compreende-se minimamente esta lógica se considerarmos que se trata de um governo a serviço de uma plutocracia financeirizada, ávida por explorar bens e serviços públicos.

Neste diapasão governamental e plutocrático educação é uma *commodity*. Há um público consumidor à disposição. Vender ensino de baixo custo desonerado da pesquisa e da extensão é um excelente negócio. Ademais esta *commodity* possui baixa exigência de investimento em marketing, na medida em que está no imaginário popular a percepção de que somente com “estudo” é possível ascender a melhores funções, a melhores salários e, por decorrência lógica, socialmente. Porém, Walter Benjamin em seu texto advindo de sua experiência como líder estudantil entre os anos 1914/15, cujo título assim se apresenta: “A vida dos estudantes”, alerta: “Onde a ideia dominante da vida estudantil é a profissão e o emprego, não há lugar para a ciência”(BENJAMIN, 1986, p. 155).

É sob esta perspectiva que se apresenta a lógica dos cortes e do contingenciamento promovido pelo governo Bolsonaro nos primeiros meses de 2019. O orçamento da União previsto para 2019 em relação ao investimento em ensino superior era de R\$ 49,621 bilhões de reais. Em abril o Ministério da Educação anunciou o congelamento de R\$ 1,7 bilhões dos gastos de 63 Universidades e 38 Institutos Federais, representando 24,84% dos gastos não obrigatórios, ou discricionários e 3,43% do orçamento total das referidas instituições. As despesas não obrigatórias se dividem em duas categorias. A primeira categoria é o gasto com custeio, ou despesas correntes, entre elas: conta de luz, de água, de bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos para laboratórios e pagamento de funcionários terceirizados. A segunda categoria são as despesas de investimento, ou de capital, que são obras realizadas nas universidades, bem como compra de equipamentos.

O anúncio destes cortes foi simploriamente conduzido pelo então ministro da educação, que inicialmente (em 30 abril de 2019) anunciou a redução de verbas de três universidades: Universidade Nacional de Brasília (UNB); Universidade Federal Fluminense (UFF) e, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Na ocasião, justificou tal atitude afirmando o baixo desempenho acadêmico e científico de tais universidades, bem como promoção de “balbúrdia” nas referidas instituições. Após pressões e constrangimentos institucionais e sociais o ministro anunciou corte/contingenciamento de 30% das verbas das universidades públicas federais. No dia 9 de maio, em uma representação cênica, o ministro utilizou chocolates para justificar o corte/contingenciamento das verbas, errando o cálculo, talvez intencionalmente, para dizer que o corte de 30% representava apenas 3,5 chocolates dentre 100, ou seja, 3,5% do orçamento.

A tragédia dos cortes na educação superior continua avassaladora. Desde abril de 2019 até o presente momento foram bloqueadas 11.811 (onde mil oitocentas e onze) bolsas de pesquisa de doutoramento e pós-doutoramento pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Este corte representa uma economia de R\$ 544 milhões aos cofres públicos e nada criativos cofres da União (REDE BRASIL ATUAL, 2019).

A título de comparação dos cortes/contingenciamento na Educação Superior Pública Federal, vejamos alguns outros números que incidem sobre os cofres públicos. O orçamento do poder judiciário para 2019 é de 49,9 bilhões de reais (CNJ, 2019). O Congresso Nacional (Deputados e Senadores) custa aos cofres públicos 10,8 bilhões de reais (CORREIO DO POVO, 2019). CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da

previdência concluído em 2018 demonstrou que a iniciativa privada devia a Previdência a soma de 450 bilhões de reais (SENADO, 2019). O agronegócio devia aos cofres públicos mais de 17 bilhões de reais, mas os bancos públicos concederam descontos de até 95% do valor, a ser custeado pelo Tesouro Nacional, isto é, com os impostos pagos pela vilipendiada população brasileira (JORNAL DO COMÉRCIO, 2019).

Na mesma perspectiva, vejamos alguns números da educação superior relativos ao ano de 2017. Naquele ano, o Brasil possuía 296 Instituições de Educação Superior (IES) públicas e 2.152 privadas. As instituições públicas se dividem em 41,9% estaduais, 36,8%, federais e 21,3%, municipais. Quase 3/5 das IES federais são universidades e 36,7% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (MEC, 2019).

A 5ª Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Graduandos das Universidades Federais, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) [...], mostrou que, em 2018, 70% dos alunos de graduação em universidades federais vinham de famílias cuja renda é de, no máximo, um salário mínimo e meio per capita (menos de R\$ 1.500 por mês, por pessoa).[...] Em 2002, 500 mil pessoas faziam cursos de graduação em universidades federais. Hoje, são mais de 1,1 milhão. [...], levantamento feito neste ano pelo diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique Brito, revelou que, dos estudos publicados pelas cem instituições de ensino superior do país nos últimos cinco anos, mais de 95% eram de universidades públicas. A participação delas na inovação também é extremamente relevante: de acordo com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), das dez organizações brasileiras que mais depositaram pedidos de patentes de invenção em 2018, nove eram universidades. (GALILEU, 2019).

O *ranking* das universidades brasileiras realizado anualmente pelo site da UOL e pelo Jornal Folha de São Paulo em 2018 demonstrou que, baseados nos critérios: qualidade de ensino, desenvolvimento de pesquisa, impacto de mercado, incentivo a inovação e a internacionalização, as 10 dez melhores universidades brasileiras são públicas (FOLHA, 2018). No *ranking* internacional das melhores universidades as 10 (dez) primeiras universidades são públicas. A primeira a aparecer na 118ª posição é a USP (Universidade de São Paulo); seguida pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) na 204ª posição; a terceira coloca é a Universidade Federal do Rio de Janeiro na 361ª posição (G1, 2019).

Do ponto de vista da economia popular e de um possível projeto de desenvolvimento social, político e econômico local, regional e nacional e diante das informações e dos números expostos, torna-se (in)compreensível a política de cortes e contingenciamentos do atual governo brasileiro. Porém, há indícios suficientes para considerar que a estratégia governamental é desvincular os interesses sociais da esfera dos interesses de rentistas e investidores, ávidos por açambarcar o “mercado educacional” brasileiro, descomprometidos com investimentos em ensino e pesquisa de qualidade, bem como da extensão. Trata-se de vender ensino sob as modalidades mais rentáveis possíveis, a baixo custo e, por decorrência lógica, de baixa qualidade. É nesta direção, que se pode compreender alguns aspectos do discurso oficial à opinião pública, apresentando as universidades públicas como perdulárias dos recursos públicos. Promotoras de balbúrdia. Centros disseminadores de ideologias de gênero, de esquerda e, outros anacronismos discursivos em curso na atualidade.

Sob tais perspectivas, pode-se considerar que está em curso uma proposta dedesmonte por parte dos agentes do Estado da educação pública. Não se trata nem mesmo de uma obtusa reforma educacional para educar para as exigências do mercado de trabalho, senão simplesmente de transformar a educação numa *commodity* atrativa a investimentos especulativos. Trata-se no campo educacional de implantação do programa neoliberal, “para el neoliberalismo el Estado de derecho consiste meramente em Estado mínimo con capacidad para mantenerelorden, defender la propiedad, garantizarlos contratos, programar e y elaborar política y aplicar lasleyes com rigor” (FLAX, 2013, p. 87). Assim, o corte de bolsas, de fundos de financiamento para pesquisas e de insumos básicos, significa enfraquecer e, sobretudo, condenar a ciência brasileira ao definhamento, justamente num momento global de transição tecnológica e científica em que a pesquisa se faz urgente e necessária.

Educação é bem público, cuja finalidade última é a afirmação do bem comum. Ou seja, educação requer investimentos em suas diversas fases e dimensões, cujo retorno se revela em médio prazo em desenvolvimento social e econômico de excelência. Estratégias públicas que desconsideram exigências educacionais de ordem civilizatória (reconhecimento do bem e do belo), reduzindo-a a mercadoria a ser ofertada em escala aos consumidores condenam sociedades inteiras à mediocridade, ao embrutecimento, ao analfabetismo funcional, ao subdesenvolvimento. A negligência reproduz massas de indivíduos desprovidos de autonomia de pensamento e ação, presos ao *ethos* escravocrata que circunscreve a conformação da sociedade brasileira em seu percurso histórico. Reproduz levas de indivíduos loquazes, ventrículos e bufões a reverberar discursos desprovidos de consideração em relação ao permanente zelo pelo espaço público, pelo bem comum, construindo hábeis teorias da justificação daquilo que posteriormente se apresentará como farsa, ou mesmo como barbárie.

Cualquier orden social supone una eticidad mínima assumida por todos, sin la cual es imposible la asociación y la conservación de la paz social en el largo plazo. Los abusos de poder, los abusos de posición dominante y los abusos de las asimetrías de información que dan lugar a nuevas formas de sumisión y opresión son inviables en la medida en que se vayan cayendo las máscaras del proyecto neoliberal, que lejos de ser liberal, se sostiene en el disciplinamento social y em la manipulación de la opinión pública (FLAX, 2013, p. 22).

A educação formal é um bem público inalienável e de importância estratégica para o exercício e a potencialização do pensamento necessário a constituição da autonomia dos indivíduos e de uma ordem social adequada. A transformação da educação pública formal em mercadoria a ser comercializada na forma exclusiva de ensino a custo reduzido, desprovida do compromisso social com a pesquisa e a extensão, promove a perpetuação da subserviência, da mediocridade e, sobretudo, aprofunda a dinâmica da desigualdade social. Sob tais pressupostos, está em curso o comprometimento da potência do pensamento das atuais e futuras gerações, circunscritas num modo de subjetivação necessário a manutenção da dinâmica financeirizada global.



## PLUTOCRACIA MUNDIAL E CRISE COMO TÉCNICA DE GOVERNO

A situação dramática em que se encontra o sistema educacional brasileiro, precipuamente no que tange à questão das universidades, guarda íntima ligação com a crise da democracia representativa que se vivencia. Nesse contexto, cabe tecer alguns comentários acerca do conceito de Estado, democracia e seus respectivos limites a partir da modernidade, para relacionar essas perspectivas à realidade brasileiro no intuito de verificar se aquelas clássicas categorias ainda se enquadram no contexto brasileiro. A hipótese é de que não mais se apresenta na contemporaneidade o paradigma<sup>1</sup> fundado na concepção liberal burguesa embasado em um modelo representativo, e que viceja uma nova forma de gerenciamento dos corpos no qual não mais existe a distinção entre a coisa pública e a coisa privada.

O conceito de Estado na atualidade não é o mesmo dos antigos e da sociedade medieval. Porém, as bases dessa construção abstrata são encontradas no período medieval. A concepção atual surge a partir das necessidades históricas do modo de produção capitalista (ENGELS, 2000), e opera a cisão entre o público e o privado, de modo que a sociedade fica remetida à esfera privada, e o político à esfera pública.

Essa perspectiva se constitui inicialmente com o Estado absolutista, a partir do século XV e XVI, que operava na criação de direitos, especialmente quanto àqueles que diziam respeito à propriedade privada. Esse arranjo, que teve como seu maior expoente Thomas Hobbes, é rompido quando a burguesia deflagra as Revoluções Liberais. Referido segmento almejava possuir para além do poder econômico também o poder político. Instaura-se, assim, o Estado Moderno Liberal.

Com o advento do Estado Moderno, houve um processo de diminuição do protagonismo jurídico e político da sociedade com a paulatina retirada da pluralidade jurídica e política características da antiguidade e do medievo, em parte porque os anseios pareciam ter-se concretizado no processo constitutivo das instituições modernas. Inaugura-se o monismo jurídico, no qual cabe somente ao Estado criar a normatividade jurídica. Ainda, o Estado Moderno Liberal tem como pressuposto uma cidadania representada, no qual o povo é o seu maior expoente.

A partir de meados do século XIX, frente às reivindicações do operariado por melhores condições sociais e políticas, bem como frente à necessidade de reorganização do modelo de regime econômico capitalista para evitar possível ruptura, o Estado Liberal se transforma em Estado Social. Propugna, portanto, garantir, por meio de ações estatais, os chamados direitos sociais.

O Estado democrático de direito é tributário desse período, caracteriza-se pela imposição de limites ao exercício de poder na medida em que estabelece as “regras do jogo” democrático, e assegura direitos e garantias fundamentais, esses caracterizados como muralhas que barram a concretização do desejo da maioria contra as minorias. Ademais, é nesse contexto que são previstas as regras de separação dos poderes, as regras

---

<sup>1</sup> O termo paradigma é aqui situado frente à concepção dada por Kuhn (1997), que se refere “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1997, p. 13).

que condicionam a elaboração de leis, as regras de modificação do texto constitucional, bem como o estabelecimento das atribuições e competências dos órgãos e agentes públicos. Na contemporaneidade, essas regras e limites esvaneceram ao ponto de perderem sua importância.

A partir da derrocada do modelo de bem-estar social, cuja característica marcante foi o surgimento e a afirmação de direitos coletivos da sociedade, verifica-se uma profunda crise da cidadania representativa moderna. Nesse vão que se escancarou frente à crise do paradigma fundante da modernidade reside a chave para a compreensão do que se vivencia atualmente, sobretudo nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Sob a perspectiva de Giorgio Agamben, não cabe a realização de um juízo de valor sobre a democracia, mas sim apontar suas contradições constitutivas, na medida em que ela é defendida como um valor absoluto na contemporaneidade. Nesse sentido, o filósofo italiano aponta para o fato de que a adocracia na atualidade corresponde a uma técnica de administração da vida biológica dos indivíduos, que se baseia em pesquisas de opinião orientadas e manipuladas, nas eleições, no gerenciamento dos meios de comunicação entre outras variáveis, de modo que não se assemelha em nada à democracia do século V a.C.

[...] os termos soberania, direito, nação, povo, democracia e vontade geral encobrem agora uma realidade que não tem mais nada a ver com aquilo que tais conceitos designavam, e quem continua acriticamente servindo-se deles não sabe literalmente do que está falando. A opinião pública e o consenso não têm nenhuma relação com a vontade geral (...). A política contemporânea é esse experimento devastador, que desarticula e esvazia em todo o planeta instituições e crenças, ideologias e religiões, identidades e comunidades, para voltar depois a repropor a sua forma definitiva multifacetada (AGAMBEN, 2015, p. 101-102).

A fim de demonstrar esse descolamento dos conceitos e de seus significados na conjuntura atual, cabe verificar as definições acerca das formas de governo e formas de Estado<sup>2</sup>. A partir da classificação aristotélica, tem-se a monarquia, a primeira das formas de governo, e representa o governo de um só. “Atende o sistema monárquico à exigência unitária na organização do poder político, exprimindo uma forma de governo na qual se faz mister o respeito das leis”. (BONAVIDES, 2000, p. 248).

A segunda forma é a aristocracia, que significa, na classificação de Aristóteles, o governo de alguns, o governo dos melhores. Conforme expõe Paulo Bonavides (2000), já na etimologia da palavra “aristocracia” se depara com a ideia de força, de modo que a exigência de todo governo aristocrático deve ser, segundo Aristóteles, a de selecionar os mais capazes, os melhores.

A terceira forma de governo, advinda da classificação aristotélica é a democracia, governo que deve atender à sociedade aos reclamos de conservação e observância dos princípios de liberdade e de igualdade (BONAVIDES, 2000). Ainda nesta direção, uma definição interessante acerca do conceito de democracia é dada por Lavale Dardot (2017),

---

<sup>2</sup> Cabe situar que há uma diferenciação na literatura estrangeira quanto ao emprego dos termos formas de governo e formas de estado. Segundo Paulo Bonavides “O vocabulário político alemão denomina formas de Estado (*Staatsformen*) aquilo que os franceses conhecem sob a designação de formas de governo, como por exemplo, nas classificações mais antigas e tradicionais, a monarquia, a aristocracia e a democracia” (BONAVIDES, 2000, p. 259).

na qual democracia é o nome que se atribui a um regime em que o poder é exercido pelos pobres, de modo que a sua oposição seria a oligarquia, regime em que o poder está nas mãos de uma minoria rica. Nesse sentido, democracia é entendida como soberania das massas.

Para além do critério quantitativo, as formas de governo são classificadas por Aristóteles como puras ou impuras. São considerados governos puros aqueles nos quais os titulares da soberania, quer se trate de um, de alguns ou de todos, exercem o poder soberano tendo em vista o interesse comum. Por seu turno, os governos impuros são aqueles em que prevalece o interesse pessoal, o interesse particular dos governantes contra o interesse geral da coletividade. Para Aristóteles, quando os interesses pessoais se sobrepõem aos interesses da sociedade, na gestão dos negócios públicos, aquelas formas de governo já mencionadas degeneram por completo. (BONAVIDES, 2000).

Dessa forma, quando “desvirtuada de seu significado essencial de governo que respeita as leis a monarquia se converte em tirania. A aristocracia depravada, por sua vez, transformar-se em oligarquia, plutocracia ou despotismo, como governo do dinheiro, da riqueza desonesta, dos interesses econômicos antissociais”. Por fim, “a democracia decaída se torna demagogia, governo das multidões rudes, ignaras e despóticas”. (BONAVIDES, 2000 p. 249).

Frente à utilização da máquina pública para seus interesses espúrios e o total desprezo pelo bem comum, percebe-se que na acepção aristotélica o estado brasileiro se caracteriza como a forma de governo impuro, degenerado, identificando-se, portanto, com a tirania, a oligarquia, a plutocracia, o despotismo e a demagogia.

O esgotamento da democracia liberal guarda íntima relação com aquilo que se convencionou chamar de razão neoliberal. E na perspectiva dessa governamentalidade, a crise se torna a razão para todas as medidas contrárias ao bem comum. Por esse motivo, a crise é algo perene, que se perpetua no tempo na medida em que é necessária e desejável. Conforme argumenta Agamben (2019), o conceito de crise é o mote da política moderna, e expressa duas raízes semânticas: uma de cunho médico, que diz respeito ao curso de uma doença, e a outra de cunho teológico, que diz respeito ao Juízo Final. De acordo com o filósofo italiano:

‘Crise’ na medicina antiga remetia a um julgamento, ao momento decisivo em que o médico percebia se o doente sobreviveria ou não. A concepção atual de crise, por outro lado, se refere a um estado duradouro. Assim, essa incerteza é estendida ao futuro, ao infinito. É exatamente o mesmo com o sentido teológico: o **Juízo Final** era inseparável do fim dos tempos. Hoje, no entanto, o juízo é divorciado da ideia de resolução e repetidamente adiado. Então, o prospecto de uma decisão é cada vez menor, e um processo interminável de decisão jamais se conclui. (AGAMBEN, 2019, s/p)

Sob tais pressupostos, a crise é utilizada como técnica de governo na medida em que coloca em constante juízo todas as coisas. O lugar da crise, do juízo, opera no mundo dos homens o funcionamento de um *estado de exceção fictício*, em que a lei vige sem significar (AGAMBEN, 2004). Conforme explicita Agamben (2014b, p. 76) “ela separa de seu ‘dia decisivo’ e se transforma numa condição permanente” de maneira que “acaba a faculdade de decidir de uma vez por todas, e a decisão incessante não decide propriamente nada”.

Agamben identifica essa situação nas práticas dos estados contemporâneos, inclusive daqueles chamados democráticos. Opera-se por meio da criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico), no qual a suspensão da norma em razão de uma situação emergencial ensejada por uma constante crise é utilizada como técnica de governo.

Sob outra perspectiva, Dardot e Laval (2016, p. 379) argumentam que um dos principais motivos para a corrosão dos fundamentos da democracia liberal é o desaparecimento da separação entre a esfera pública e privada, ou melhor, dito nas palavras dos autores, “trata-se de mostrar a que ponto essa extensão, fazendo desaparecer a separação entre esfera privada e esfera pública, corrói até os fundamentos da própria democracia liberal”.

Isso porque, segundo os autores, a democracia liberal pressupõe algumas questões como certa irredutibilidade da política e da moral ao econômico, certa primazia da lei como ato do Legislativo, e por esse motivo certa forma de subordinação do poder Executivo ao poder Legislativo, uma preeminência do direito público sobre o direito privado, ou ao menos uma consciência da necessária delimitação de suas esferas de atuação, bem como uma valorização da participação direta do cidadão nas questões públicas, precipuamente quando está em jogo a própria existência da comunidade política.

Porém, a racionalidade neoliberal operou, segundo Dardot e Laval (2016, p. 379-380), uma desativação sem precedentes do caráter normativo, ocasionando.

[...] diluição do direito público em benefício do direito privado, conformação da ação pública aos critérios de rentabilidade e da produtividade, depreciação simbólica da lei como ato próprio do poder Legislativo, fortalecimento do Executivo, valorização dos procedimentos, tendências dos poderes de polícia a isentar-se de todo controle judicial, promoção do ‘cidadão consumidor encarregado de arbitrar entre ‘ofertas políticas’ concorrentes.

Todas essas características são assinaladas pelos autores como tendências comprovadas que mostram o esgotamento da democracia liberal como norma política. No plano da educação, percebe-se claramente essa tendência no projeto de sucateamento da universidade pública brasileira, de modo a abrir esse nicho de mercado aos interesses especulativos, e assim, engrossar o caldo da atual concepção consumista dos serviços outrora públicos. Conforme expõem Dardot e Laval (2016), o entendimento dos bens públicos, assim como os princípios de sua distribuição são profundamente afetados na medida em que o que vale é o caráter técnico, isto é, a boa governança, e não mais aqueles entendimentos relacionados à ação pública como a pluralidade das ações possíveis.

Ademais, a cidadania é subvertida, já que as proteções sociais, historicamente estabelecidas como consequência lógica da democracia política, são questionadas. A figura do cidadão desaparece e dá lugar à figura do ator auto empreendedor, o sujeito ao qual a sociedade nada deve. Passam a valer as regras negociadas, de modo que o direito público perde espaço (DARDOT; LAVAL, 2016).

A questão se adensa quando se toma como pressuposto o fato de que o estado de bem-estar social teve como pressuposto lógico, para além da gestão biopolítica das

populações, a “integração dos assalariados no espaço político mediante o estabelecimento das condições concretas da cidadania” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 381). Sob essa perspectiva, a corrosão dos direitos sociais do cidadão coloca em risco os próprios fundamentos da cidadania em si, já que historicamente se fundam na solidariedade de uns com os outros.

Conforme argumentam os pesquisadores franceses, nessa nova racionalidade, cujo desempenho é o único critério de uma política, os fins justificam os meios, e as leis e as normas são apenas instrumentos cujo valor relativo depende exclusivamente da realização dos objetos. Essa lógica opera uma ruptura e uma dessimbolização daquelas categorias fundadoras da democracia liberal. A questão do sucateamento das universidades brasileiras é um espectro desse contexto avassalador, que inaugura uma sombria e tortuosa nova fase da história, que é denominado pelo político inglês Colin Crouch (2004) como “pós-democracia”. No contexto pós-democrático, os limites ao exercício do poder são mitigados, e o poder econômico está imiscuído no poder político, a democracia corresponde mais que nunca apenas à forma, e não à vivência.

Nesse contexto, de desmonte das universidades públicas brasileiras o que está em jogo é o enfraquecimento da autonomia intelectual universitária, bem como o intuito já desvelado de tornar esse segmento apenas mais uma transação financeira. Movimento esse que vem na esteira de um contexto no qual há um massivo ataque às liberdades, precipuamente a liberdade de pensamento. O foco é evitar que o sujeito consiga ter consciência de si e do meio em que vive, bem como fomentar a mentalidade de que o sujeito é empresário de si. Essa lógica cruel serve para que o Estado se exima cada vez mais de suas responsabilidades sociais na medida em que o indivíduo, enquanto gestor de si, é o único culpado pelo seu fracasso. Por esse motivo, cabe a reflexão acerca da universidade, sua origem, pressupostos e tendências no atual contexto político e econômico brasileiro.

## AUTORITARISMO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

A etimologia da palavra autoritarismo é uma derivação da palavra latina *auctoritas*, central na teoria política ocidental. O termo autoridade passou por transformações no decurso dos séculos. Mario Stoppino (1998, p. 89) entende que se trata de um “poder estável, continuativo no tempo, a que os subordinados prestam, pelo menos dentro de certos limites, uma obediência incondicional”. Contudo, desde uma perspectiva agambeniana, cuja compreensão deita raízes em Michel Foucault, pode-se pensar que esse poder decorre de um dentre os incontáveis espaços de poder, não estável, mas dinâmico, podendo locomover-se não circunscrito às relações institucionalizadas.

Autoritarismo é, portanto, o substantivo derivado de autoridade; autoritário é o adjetivo. Foi também Mario Stoppino (1998) quem pavimentou o caminho para as multiplicidades, na medida em que atentou para a existência de três contextos de uso do substantivo autoritarismo. Primeiro, na estrutura dos sistemas políticos o autoritarismo diz respeito à concentração do poder político no governo, com redução das possibilidades de atuação dos governados. Segundo, nas disposições psíquicas acerca do poder se tratar

de características dos governantes, obedientes aos superiores e arrogantes com os inferiores. Terceiro, nas ideologias políticas há a negação de igualdade entre indivíduos e proposições de medidas autoritárias.

Embora neste texto se trate do sistema político, não é possível que um governo opere autoritariamente sem disposições psíquicas sobre o poder, pois um governo autoritário não é mero acidente no percurso histórico, mas consequência de projetos de exercício de poder, tampouco que inexista operacionalização ideológica, na medida em que a neutralidade é impossível, porquanto a ideologia diz respeito a pontos de vista. Portanto, ainda seguindo os rastros agambenianos, consideram-se não três contextos, mas três variáveis que se cruzam num mesmo contexto, um contexto autoritário constituído por múltiplos fatores dos quais é um efeito.

Entretanto, pensar autoritarismo como antônimo de liberalismo e de neoliberalismo é um equívoco, seja no campo jurídico ou político. Isso porque, como Ricardo Jacobsen Gloeckner (2018, p.79) demonstrou em uma ampla pesquisa genealógica, ideias liberais autoritárias podem se entrelaçar, como de fato entrelaçaram nas ideias dos processualistas criminais brasileiros, inspirados pelos fascistas italianos:

[...] a manutenção do termo autoritarismo é essencial para servir como base operativa através da qual se pode verificar e diagnosticar práticas que não servem à democracia e oriundas de linguagens autoritárias. O discurso processual penal autoritário constitui-se como o discurso que nega a ruptura democrática e constitucional através do tecnicismo jurídico, recorrendo à tradição 'liberal' das categorias.

Essa estratégia de recorrer às ideias e categorias liberais parece ser adotada nos campos da política e da economia. Para tanto, o tecnicismo e o cientificismo servem de cortina de fumaça que encobre a manobra. Assim é possível negar a ruptura democrática, seja lá a concepção que se tenha de democracia, e constitucional. Os postulados iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade, em todos os desdobramentos que resultaram nos direitos declarados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), bem como na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791) escrita por Olympe de Gouges, são reafirmados como fontes de inspiração para governos de todas as ordens, como se fossem consensos universais e imprescritíveis que operam como tabus nas sociedades contemporâneas ocidentais.

Contudo, isso não diz respeito apenas ao liberalismo, mas também ao neoliberalismo. Para compreender melhor o que isso quer dizer, é necessário primeiro distinguir liberalismo de neoliberalismo.

Michel Foucault apontou três características centrais do liberalismo: (a) verificação do mercado; (b) limitação da razão governamental pelo cálculo da utilidade; e, (c) posição da Europa como região de desenvolvimento econômico ilimitado no cenário mundial (FOUCAULT, 2008). O neoliberalismo, por outro lado, é: (a) do ponto de vista econômico, a reativação de teorias econômicas surradas; (b) do ponto de vista sociológico, aquilo através do que passa a instauração de relações mercantis na sociedade; e (c) do ponto de vista político, uma cobertura, um encobrimento, uma justificativa para uma intervenção generalizada e administrativa do estado nas relações sociais. O problema do neoliberalismo, por consequência, é regular o exercício do poder político, a nível

global, a partir dos princípios de uma economia de mercado, livre<sup>3</sup>, ao contrário do problema do liberalismo que era garantir as relações comerciais para estabelecer um preço justo, do *laissez faire*, de uma política sem dirigismo. Isso quer dizer que há uma intervenção permanente na forma de constante vigilância da população (FOUCAULT, 2008).

A ruptura do neoliberalismo com o liberalismo se deu em um conceito bem delimitado de crise que culminou na crise estadunidense de 1929 e escancarou os limites do princípio de não intervenção estatal dos liberais clássicos:

A crise do liberalismo é também uma crise interna, o que é esquecido de bom grado quando se assume a tarefa de fazer a história do liberalismo como se se tratasse de um corpo unificado. A partir de meados do século XIX, o liberalismo expõe linhas de fratura que vão se aprofundando até a Primeira Guerra Mundial e o entre guerras. A tensão entre dois tipos de liberalismo, o dos reformistas sociais que defendem um ideal de bem comum e o dos partidários da liberdade individual como fim absoluto, na realidade nunca cessou. Essa dilaceração que reduz a unidade do liberalismo a um simples mito retroativo constitui propriamente essa longa “crise do liberalismo” que vai dos anos 1880 aos anos 1930 e que pouco a pouco vê a revisão dos dogmas em todos os países industrializados onde os reformistas sociais ganham terreno. Essa revisão, que as vezes parece conciliar-se com as ideias socialistas sobre a direção da economia, forma o contexto intelectual e político do nascimento do neoliberalismo na primeira metade do século XX (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37-38).

Mas neoliberalismo e liberalismo não são apenas ideias esparsas. Isso porque, como Maurizio Lazzarato observou, a partir de Foucault, o neoliberalismo é um modo de governo consumidor da liberdade, mas a liberdade não é natural, precisa ser produzida e organizada, através das leis, para depois ser consumida, utilizada como moeda de troca. Assim são fabricados os “empresários de ‘capital humano’” (LAZZARATO, 2011, p. 28).

Há quem defina o neoliberalismo como uma teoria do conhecimento (epistemologia) (COUTINHO, 2007), que se irradia, se dissemina, produz, rompe e constitui saberes em todos os campos. Essa explicação também parece não ser suficiente, a menos que se expanda tanto a definição de epistemologia a ponto de abranger também as condutas sociais e individuais orientadas pela teoria do conhecimento.

Em sentido próximo pensam Dardot e Laval, para quem o neoliberalismo não é apenas ideologia e nem política econômica, mas uma racionalidade que estrutura tanto as ações dos governantes, quanto as condutas dos governados. A principal característica dessa racionalidade é a generalização da concorrência como modelo de subjetivação. Por isso, entendem que o neoliberalismo “é a razão do capitalismo contemporâneo”, isto é,

---

<sup>3</sup> “O neoliberalismo existe, mas só para os pobres. O mercado livre é para eles, não para nós. Essa é a história do capitalismo. As grandes corporações empreenderam a luta de classes, são autênticos marxistas, mas com os valores invertidos. Os princípios do livre mercado são ótimos para ser aplicados aos pobres, mas os muito ricos são protegidos. As grandes indústrias de energia recebem subvenções de centenas de milhões de dólares, a economia de alta tecnologia se beneficia das pesquisas públicas de décadas anteriores, as entidades financeiras obtêm ajuda maciça depois de afundar... Todas elas vivem com um seguro: são consideradas muito grandes para cair e são resgatadas se têm problemas. No fim das contas, os impostos servem para subvencionar essas entidades e com elas, os ricos e poderosos. Mas além disso se diz à população que o Estado é o problema e se reduz seu campo de ação. E o que ocorre? Seu espaço é ocupado pelo poder privado, e a tirania das grandes corporações fica cada vez maior” (CHOMSKY, 2019).

“o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Trata-se, portanto, de uma racionalidade que não tem apenas efeitos negativos, mas também positivos, que a partir de um conjunto de técnicas produz formas-de-vida (para a concorrência), no sentido agambeniano do termo, tanto no liberalismo, quanto no neoliberalismo:

[...] uma vida – a vida humana – em que os singulares modos, atos e processos do viver são sempre simplesmente fatos, mas sempre e antes de tudo possibilidade de vida, sempre e antes de tudo potência. E a potência, enquanto não é outra coisa que a essência ou a natureza de cada ser, pode ser suspensa e contemplada, mas nunca absolutamente separada do ato. O hábito de uma potência é o uso habitual dessa e a forma-de-vida é esse uso. A forma do viver humano não é nunca prescrita por uma específica vocação biológica nem atribuída por uma necessidade qualquer, mas, porquanto habitual, repetida e socialmente obrigatória, conserva sempre o caráter de uma possibilidade real, põe, isto é, sempre em jogo o viver mesmo. Não há, isto é, um sujeito ao qual compete uma potência, que ele pode decidir ao seu arbítrio meter em ato: a forma-de-vida é um ser de potência não só ou não tanto porque pode fazer ou não fazer, suceder ou falhar, perder-se ou encontrar-se, mas antes de tudo porque é a sua potência e coincide com essa. Por isso o homem é o único ser no qual viver vai sempre para a felicidade, cuja vida é irremediavelmente e dolorosamente atribuída à felicidade. Mas isso constitui imediatamente a forma-de-vida como vida política<sup>4</sup> [tradução livre] (AGAMBEN, 2014a, p. 264-265).

É diante do processo produtivo dessa forma-de-vida para a concorrência que se está contemplando a precarização, o desmonte, a divisão e, futuramente, a privatização do ensino público no Brasil, e, em breve, possivelmente de todos os serviços essenciais que decorrem dos direitos sociais. A referência de Dardot e Laval à generalização da concorrência como modelo de subjetivação é precisa.

É disto que se trata no contexto brasileiro atual: o uso de tecnicismos e cientificismos para justificar a ineficiência das prestações estatais, bem como para criticar as obstruções à concorrência em um mercado que não consegue ser livre se o estado realiza atividades que supostamente incumbem ao deus mercado.

---

<sup>4</sup> Col termine forma-di-vita, intendiamo [...] una vita che non può mai essere separata dalla sua forma, una vita in cui non è mai possibile isolare e mantenere disgiunta qualcosa come una nuda vita.[...] Una vita, che non può essere separata dalla sua forma, è una vita per la quale, nel suo modo di vivere, ne va del vivere stesso e, nel suo vivere, ne va innanzitutto del suo modo di vivere.[...] Essa [espressione] definisce una vita – la vita umana – in cui i singoli modi, atti e processi del vivere non sono mai semplicemente fatti, ma sempre e innanzitutto possibilità di vita, sempre e innanzitutto potenza. E la potenza, in quanto non è altro che l'essenza o la natura di ciascun essere, può essere sospesa e contemplata, ma mai assolutamente divisa dall'atto. L'abito di un a potenza è l'uso abituale di essa e la forma-di-vita è quest'uso. La forma del vivere umano non è mai prescritta da una specifica vocazione biologica né assegnata a una qualsiasi necessità, ma, per quanto consueta, ripetuta e socialmente obbligatoria, conserva sempre il carattere di una possibilità reale, mette, cioè, sempre in gioco il vivere stesso. Non vi è, cioè, un soggetto a cui compete una potenza, che egli può decidere a suo arbitrio dimettere in atto: la forma-di-vita è un essere di potenza non solo o non tanto perché può fare o non fare, riuscire o fallire, perdersi o trovarsi, ma innanzitutto perché è la sua potenza e coincide con essa. Per questo l'uomo è l'unico essere nel cui vivere ne va sempre della felicità, la cui vita è irremediabilmente e dolorosamente assegnata alla felicità. Ma questo costituisce immediatamente la forma-di-vita come vita politica. (AGAMBEN, 2014a, p. 264-265).



O conhecimento supostamente neutro e supostamente qualificado dos especialistas de plantão encobre o discurso autoritário dos asseclas de plantão, que não convivem bem com a divergência de ideias, para justificar sempre um retorno às ideias originais, como a liberdade para decidir os rumos da própria existência, para empreender, para enriquecer, etc.

Assim as pessoas com pouca compreensão do que se passa se tornam reféns e reprodutoras dos discursos simplistas e opiniões das supostas autoridades nos assuntos específicos. Aliás, não por acaso, a difusão do capitalismo se deu a partir de uma velha estratégia: dividir para conquistar. Grandes empresas levaram as corporações de ofício à bancarrota com a automação, que reduziu os preços dos produtos, bem como segmentaram a linha de produção. Assim, pouco a pouco, o conhecimento integral do processo produtivo foi perdido, os membros das corporações precisaram recorrer à contratação pelas empresas após perderem os locais de trabalho, e as ferramentas de trabalho usadas nas corporações se tornaram obsoletas.

Nesse ponto, Foucault (2008) foi cirúrgico ao constatar a reativação das teses surradas do liberalismo. Gloeckner (2018) também, ao perceber o movimento quase circular dos autoritários para justificar as medidas autoritárias a partir das ideias liberais.

## UNIVERSIDADES, FINANCEIRIZAÇÃO E POTÊNCIA DO PENSAMENTO

É possível afirmar que as origens da universidade remontam à Academia de Platão, fundada por volta de 387 a.C., ou a fundação do Liceu por Aristóteles por volta de 335 a.C. Mas, a universidade na forma institucional presente na atualidade é uma criação medieval. Seu surgimento e, constituição foi significativamente documentada e, “carrega ela mesma o testemunho de um prestígio persistente de uma instituição que tem sido, há tempos, reconhecida como uma das criações mais originais e mais fecundas da civilização do Ocidente Medieval” (VERGER, 1999, p. 81).

As universidades surgem por volta do século XIII resultantes de escolas dirigidas por pensadores e pesquisadores que atraíam pessoas das mais diversas regiões da Europa para desenvolver seus estudos e conhecimentos. A importância alcançada por estas escolas preexistentes conduziu a criação das primeiras universidades, entre elas Bolonha na Itália, Montpellier em Paris e Oxford na Inglaterra. “Essas primeiras universidades, para além da diversidade das instituições, tinham em comum serem organismos autônomos de natureza corporativa” (VERGER, 1999, p. 82).

No que se refere a autonomia na constituição das primeiras universidades encontram-se diferenças entre as instituições originárias nas regiões da Europa de conformação latina em relação as regiões anglo-saxãs. Mas, para efeito da análise em curso, a autonomia presente na origem das universidades refere-se ao fato de os mestres recrutarem acadêmicos de acordo com seus critérios, estabelecerem seus planos de ensino, de pesquisa, bem como seus estatutos acadêmicos contemplando regimes disciplinares, entre outras normas.

Ser autônomo significa ser mestre de seu recrutamento, poder dotar-se de estatuto, poder impor aos seus membros o respeito de uma certa disciplina coletiva e a regras de cooperação mútua, ser reconhecido como uma pessoa moral pelas autoridades exteriores, tanto eclesiásticas quanto laicas, poder, enfim, organizar livremente aquilo que era a própria razão de ser da cooperação universitária, quer dizer, o ensino, os programas, a duração dos estudos, as modalidades de exames que sancionavam esses estudos e a colação de graus que coroavam o êxito dos exames. (VERGER, 1999, p. 82)

Esta autonomia que se apresenta na origem das universidades no medievo “não foi um fenômeno espontâneo, simplesmente uma pura criação de mestres e de estudantes” (VERGER, 1999, p. 83), mas o resultado de uma vontade política no contexto do nascimento do Estado moderno e da necessidade de constante reafirmação do poder e da influência política da Igreja. Assim, o alcance da legitimidade política e jurídica das universidades é resultante do reconhecimento da importância estratégica da formação alcançada pelas pessoas que as frequentavam contribuindo para contemplar as necessidades e interesses das instituições eclesiásticas e estatais.

Diante do exposto é fundamental reconhecer três aspectos constitutivos da universidade desde sua origem: a) *Locus* por excelência de estudos e pesquisas inovadoras e aprofundadas com o intuito de constituir conhecimento lógico, sistemático, cientificamente consistente sobre os mais variados aspectos do mundo e do fazer humano; b) Autonomia de expressão de ideias e das formas de constituição e manifestação do pensamento e, com a relação ao tempo necessário para desenvolvimento e maturação de conhecimentos; c) Importância política e econômica despertada pelo pensamento acadêmico e, por seu fazer científico nas corporações, nas empresas, nas mais diversas instituições e no Estado.

Sob tais pressupostos, a universidade assume no ocidente condição central associada a ideia de vanguarda, de progresso e de desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico e profissional, fundamental para as comunidades, povos e países. Esta trajetória histórica é crucial para compreendermos aspectos da constituição da universidade no Brasil, bem como a situação na qual a universidade e o pensamento acadêmico estão submetidos na atualidade.

A colonização portuguesa em terras brasileiras foi exclusivamente de exploração das riquezas naturais num primeiro momento e, posteriormente da produção dos diversos gêneros agrícolas de interesse comercial por parte de Portugal. Neste diapasão, a dinâmica da colonização se constituiu sobre o trabalho escravo. Primeiro foram os índios e, posteriormente e longamente os negros. Neste longo período que se inicia no século XVI (1500) e alcança o século XIX (1800) a educação esteve ao encargo dos Jesuítas na perspectiva de uma educação catequética para as massas, enquanto os filhos dos senhores de engenho estudavam em Portugal, França e Inglaterra.

O controle educacional e intelectual de Portugal sobre o Brasil colônia era de tal envergadura que Charles Darwin ao aportar na costa brasileira em 1832 e ficar extasiado com a intensidade da fauna e da flora nativas desconhecia “que nossos colonizadores, nos impediram, até 1808, de montar uma tipografia. A escravidão e a ignorância, em um lugar no qual a natureza tinha sido tão generosa, transformava o Brasil em paraíso da tristeza”. (TEIXEIRA, 2019, p.58). A primeira universidade brasileira teve que aguardar a

independência do Brasil em 1822, atravessar o século XIX, assistir o definhamento do Império e a proclamação da República em 1889 e adentrar pelas primeiras duas décadas do século para enfim se constituir.

A primeira universidade efetivamente laica surge com a USP, na luta entre o Estado de São Paulo, vencido na Revolução Constitucionalista contra o poder central. O lema da USP (“A ciência vence”) era um recado sutil aos donos do mando federativo: com a ciência seria possível atingir os alvos dos insurgentes de 32. A missão francesa ajudou a formar o plano de pesquisas e de ensino na USP, o que deu a ela um caráter clássico e ao mesmo tempo contemporâneo. (ROMANO, 2019, p. 7).

Assim, constatamos que a implantação de universidade no Brasil é recente remontando às primeiras décadas do século XX, bem como o acesso a ela foi ao longo deste período aos dias atuais, restritivo a maioria da população brasileira. Tal condição é reverberada em inúmeros estudos de intelectuais que se dedicaram a pensar a condição da universidade no contexto de uma sociedade brasileira conformada sob a égide do *ethos* escravocrata herdado da condição colonial e vigente nas estruturas e instituições sociais que conformam o Estado brasileiro. A manutenção deste *ethos* produz uma sociedade marcada pela desigualdade social e, sobretudo pela violência imposta por diminutas parcelas da população que se locupletam a partir da defesa de seus interesses privados sobre a coisa pública promovendo a exclusão social. E tal condição societária se apresenta, para o filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1986, p. 27), na universidade brasileira, nos seguintes termos: “Não sendo do povo, nem feita para o povo, nada tem a ver com aquilo que define por excelência o povo – o trabalho social útil. Não estando ligada às massas trabalhadoras, estas não tomam conhecimento dela”.

Tal condição é confirmada pelo Relatório Final “*Rethinking quality assurance for high reeducation in Brazil*” (OECD, 2018), publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico em fins de 2018. O referido relatório demonstra que o Brasil é um dos países com menor percentual de pessoas com ensino superior completo entre os 45 países que compõe a OCDE. O relatório demonstra que apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos possuem ensino superior completo, menos da metade dos demais países analisados pela Organização, que em média alcançam 44% de seus jovens com formação superior completa. A análise dos percentuais dos pós-graduados no *stricto sensu* demonstra números pífios com apenas 0,8% de brasileiros entre 25 a 64 anos com mestrado concluído. No âmbito do doutorado apenas 0,2% alcançam tal condição. Entre os países da OCDE que disponibilizaram seus dados educacionais (35 países) o Brasil ocupa as últimas posições.

No contexto de uma sociedade marcada pelo *ethos* da escravidão e, por decorrência lógica da promoção cotidiana da violência e da exclusão a universidade assume condição de centralidade na vida social e política do país. É na universidade, ou por meio dela, que se podem desenvolver estudos, pesquisas que conformam ideias, percepções e formas de pensamento e ação que promovam a capacidade da sociedade brasileira de tomar-se como objeto, com intuito de definitivamente compreender suas contradições e paradoxos constitutivos geradores de desigualdade social e, por decorrência a condição de país subalterno no cenário geopolítico e estratégico regional e mundial. Nesta direção, a universidade é *locus par excellence* do desenvolvimento daquilo que o filósofo e jurista Giorgio Agamben (2007, p.361-362) denomina como potência do pensamento.

Potente es aquello que acoge y deja suceder el no ser y este acoger del no ser define la potencia como pasividad y pasión fundamental. Y es en este doble carácter de la potencia donde, como es evidente en el término mismo con que Aristóteles expresa lo contingente [...], radica el problema de la contingencia, da posibilidad de no ser. [...], podemos decir entonces que el hombre es el viviente que existe en modo eminente en la dimensión de la potencia, del poder y del poder no. Toda potencia humana es, cooriginariamente, impotencia; todo poder-ser e poder-hacer está, para el hombre, constitutivamente en relación con la propia privación. [...]; el hombre es el animal que puede la propia impotencia. La grandeza de su potencia se mide por el abismo de su impotência.

Sob tais pressupostos, a universidade em sua diversidade de cursos, de cátedras, de áreas do conhecimento abrangendo o conjunto de áreas científicas que transitam nas ciências exatas, naturais e humanas é o espaço e o tempo privilegiado da potência do pensamento como abertura e realização de singularidades humanas potenciais, críticas e criativas diante das exigências de conformar uma condição civilizatória na qual o país não apenas faça parte, mas se apresente como protagonista. Ou seja, a universidade como um dos espaços privilegiados da potência pensamento pode permitir a parcelas significativas de acadêmicos a percepção de que a liberdade de pensamento e ação dos indivíduos e da sociedade é condição *sine qua non* à contraposição de situações de exclusão, de violência e, de barbárie promovida por governos autoritários, de conotação totalitária.

No momento em que refletimos e escrevemos estas linhas, “assistimos” a um duro ataque da plutocracia nacional e financeirizada global e, de seus representantes no governo, às universidades, sobretudo as universidades públicas, ao pensamento acadêmico, ao exercício livre do pensamento, a capacidade de elaborar novos conhecimentos por meio da pesquisa científica. Trata-se de coibir a potência do pensamento e, em contrapartida, promover modos de subjetivação conformados nas ideias de esvaziamento da esfera pública no âmbito da assunção da esfera privada, no isolamento dos indivíduos como empreendedores e empresários de si mesmos. Ou dito de outro modo, trata-se de promover a afirmação de uma sociedade individualizada, integrada na dinâmica da judicialização e financeirização do mundo e da vida em sua totalidade.

Neste contexto, multiplicam-se os discursos de inutilidade das ciências humanas e de valorização social das ciências sociais aplicadas, entre outros campos científicos e pragmáticos. Precarizam-se as condições de ensino e se inviabilizam a condição de pesquisa. Ideologiza-se o debate em torno das questões urgentes da universidade brasileira. A opinião pública é insuflada a ver a universidade como sinônimo de preguiça, má vontade, improdutividade e consumo de recursos públicos. Desprestigia-se o trabalho acadêmico de seus pesquisadores fazendo falar cotidianamente *experts* e especialistas de plantão a serviço da lógica da financeirização. Enfim, vende-se o argumento à população de é preciso privatizar, ou fazer com que a universidade pública se vincule aos interesses de mercado como condição de sua sobrevivência.

Como se pode notar, o horizonte para as universidades oficiais brasileiras não é róseo. Pelo contrário, a ameaça da sua privatização é a cada instante mais patente. Um clima de caça às bruxas se instalou com o governo Bolsonaro e pode-se dizer que a política governamental de hoje se enquadra perfeitamente no termo cunhado por Platão, milênios atrás: temos um poder misólogo, inimigo da pesquisa e do ensino públicos (ROMANO, 2019, p. 10).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos presenciando tempos difíceis, senão sombrios. A atual fase de acumulação do capital na forma financeirizada ataca frontalmente o Estado democrático de direito em função de seus pleitos sociais. Afirma-se a primazia do estado de direito, que tem como fundamento a garantia de propriedade, da salvaguarda por parte do Estado dos contratos de rentabilidade do capital especulativo, mesmo que para tal fim comunidades e povos tenham que ser submetidos a perdas de direitos e a precarização de suas condições de vida e, sobretudo, o comprometimento do futuro das jovens gerações.

Ressalte-se que a afirmação do estado do direito implica a instauração do estado de exceção permanente como garantia de afirmação e manutenção de uma ordem social vilipendiada, desprovida da garantia de direitos, entre os quais o exercício da potência do pensamento. Trata-se da afirmação de um pensamento (ou mesmo ausência de pensamento) único, intolerante ao cultivo das ideias, da investigação, da pesquisa, senão da constituição de conhecimentos que possam propor outras formas de concepção e ação no mundo.

Neste contexto promove-se cotidianamente o avanço da sociedade da ignorância, que se caracteriza pelo culto ao fetichismo da mercadoria. Ou dito de outra forma, tudo é transformado em mercadoria a ser consumida diuturnamente por ávidos consumidores potencializados ininterruptamente em seu desejo de consumo. Canaliza-se a potência criativa das singularidades para a voracidade de consumo dos indivíduos. Hannah Arendt (2007), em sua obra a “A condição humana”, chama atenção para a relação de descartabilidade e destruição que os consumidores estabelecem com o mundo. Consomem as relações com outros seres humanos, inviabilizando a ação humana por excelência que garante o espaço público onde a condição humana pode se realizar em sua plenitude. E na última cena do último ato consomem a si mesmos na redutibilidade de suas vidas nuas finalmente destituídas de sua condição humana.

Esta racionalidade instrumental, niilista, corrosiva do caráter do humano e do seu mundo, adentra todas as esferas do mundo da vida, propondo derradeiramente que também a educação se apresente como mercadoria, como *commodity* a ser comercializada em larga escala e a baixos custos. Nesta direção, o discurso instrumental dos operadores do estado de direito, que operam sob a lógica do estado de exceção, implica em desprestigiar a educação em sua tarefa civilizatória de promotora da potência do pensamento em relação às possibilidades de uma sociedade, de um mundo que vem, comprometido com a dignidade da vida em sua totalidade. O compromisso da potência do pensamento com a vida, com o mundo, afronta diretamente a instrumentalidade intolerante do capital, do fetiche da mercadoria, da subjetivação das massas de indivíduos consumidores.

Para os operadores da lógica do capital financeiro, bem como para os governantes submetidos e subservientes a tal condição operacional, trata-se de reiterar cotidianamente a primazia do caráter instrumental da educação, afirmando uma educação para o saber “fazer”, para a produtividade, para o “mercado de trabalho”, para a “formação” de indivíduos obedientes, dóceis e comprometidos com a reprodução do capital, que paradoxalmente apresenta-se descomprometido com garantias de qualidade de vida

daqueles que ao garantir a lógica da acumulação entregam suas vidas. Trata-se de apresentar a opinião pública, a inutilidade da educação para o exercício da potência do pensamento. Trata-se de acusar de conspiradores todos aqueles que ousam pensar e questionar o permanente estado de exceção em curso.

A massificação junto à opinião pública dos discursos instrumentais em relação à educação vem acompanhada, no caso brasileiro, de corte de recursos públicos para a educação, atingindo diretamente as universidades públicas. A estratégia plutocrática em curso de tonalidade autoritária e flertando constantemente com variáveis totalitárias se consubstancia em duas direções. Num primeiro momento, desmobilizar, senão aniquilar, formas de pensamento que possam de alguma forma oferecer resistência ao modelo de subjetivação necessária à consolidação de uma sociedade individualizada e consumidora. Esta estratégia se materializa na perseguição de professores, de intelectuais, nos cortes de recursos das universidades, nos cortes de bolsas de pesquisa, entre outras práticas que se apresentam cotidianamente. Num segundo momento, a abertura do “mercado” educacional aos investidores privados transformando a educação numa *commodity* lucrativa.

É recorrente na trajetória de povos e civilizações a forma agressiva como governos despóticos, autoritários e tiranos, procuram controlar, senão impor um modelo educacional como forma de legitimação do poder. Nesta direção, o percurso civilizatório do Brasil colônia, imperial e, republicano, salvaguardados parcos períodos, é irrefutável. A proposta de construção de escolas militares, a ausência de uma proposta educacional consistente nas diversas instâncias educacionais, bem como o desmonte da universidade pública, a desvalorização das humanidades e, em contrapartida, a valorização das áreas instrumentais em seu saber fazer, é sintomático dos tempos sombrios que vivenciamos. Tal condição se aprofunda a partir da opção deliberada das elites plutocráticas nacionais de impor à sociedade brasileira uma posição de subserviência à lógica plutocrática financeirizada global e, ao permanente estado de exceção como garantia de seus interesses privados.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *A crise infindável como instrumento de poder*: uma conversa com Giorgio Agamben. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/533355-a-crise-infindavel-como-instrumento-de-poder-uma-conversa-com-giorgio-agamben>. Acesso em: 18 set. 2019.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *La potencia del pensamiento*. Traducción de Flavia Costa y Edgardo Castro. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. *L'uso dei corpi*: homo sacer IV, 2. Vicenza: Neri Pozza, 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim*: notas sobre a política. Tradução Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- AGAMBEN, Giorgio. *Pilatos e Jesus*. São Paulo: Boitempo, 2014b.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- BENJAMIN, Walter. A Vida dos estudantes. In: *Documentos de cultura, documentos de barbárie*: escritos escolhidos. Tradução Celeste H. M. Ribeiro de Souza et. al. São Paulo: Cultrix, 1986.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. São Paulo: Malheiros, 2000.

- CHOMSKY, Noam. *As pessoas já não acreditam nos fatos*. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987\\_936609.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987_936609.html). Acesso em: 18 set. 2019.
- CNJ. *CNJ dá parecer favorável à proposta orçamentária do Judiciário para 2019*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87639-cnj-da-parecer-favoravel-a-proposta-orcamentaria-do-judiciario-para-2019>. Acesso em: 18 set. 2019.
- CORREIO DO POVO. *Congresso Nacional gasta R\$ 10,8 bilhões por ano*. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/congresso-nacional-gasta-r-10-8-bilh%C3%B5es-por-ano-1.339706>. Acesso em: 18 set. 2019.
- COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *Dogmática crítica e limites linguísticos da lei: ainda!*. In: André Luís Callegari (Org.). *Política criminal, estado e democracia: homenagem aos 40 anos do Curso de Direito e aos 10 anos do Curso de Pós-graduação em Direito da Unisinos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- CROUCH, Colin. *Post-democracy*. Cambridge: Polity, 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução Leandro Konder. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FLAX, Javier. *Ética, política y mercado: em torno a las ficciones neoliberales*. Los Polvorines: Universidade Nacional de General Sarmiento, 2013.
- FOLHA. *Ranking universitário Folha 2018*. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2018/ranking-de-universidades/>. Acesso em: 18 set. 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- G1. *USP sobe 3 posições em ranking é a 118ª melhor universidade do mundo; Unicamp sai do top 200*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/usp-sobe-3-posicoes-em-ranking-e-a-118-melhor-universidade-do-mundo-unicamp-sai-do-top-200.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2019.
- GALILEU. *Alvos de críticas e cortes, universidades lutam para mostrar sua importância*. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/08/alvo-de-criticas-e-cortes-universidades-lutam-para-mostrar-sua-importancia.html>. Acesso em: 18 set. 2019.
- GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. *Autoritarismo e processo penal: uma genealogia das ideias autoritárias no processo penal brasileiro*. Florianópolis: Tirantol Blanch/Empório do Direito, 2018.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Governo proíbe banco público de renegociar dívidas rurais de R\$ 17 bi*. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2018/05/economia/627360-governo-proi-be-banco-publico-de-renegociar-dividas-rurais-de-r-17-bi.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/economia/627360-governo-proi-be-banco-publico-de-renegociar-dividas-rurais-de-r-17-bi.html). Acesso em: 18 set. 2019.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *La pesadilla que no acaba nunca: el neoliberalismo contra la democracia*. Barcelona: Editorial GEDISA, 2017.
- LAZZARATO, Maurizio. *O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal*. Tradução Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EdUFScar, 2011.
- MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Dados do censo da educação superior. As universidades brasileiras representam 8% da rede, mas concentram 53% das matrículas*. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206). Acesso em: 18 set. 2019.
- OECD. *Education at a glance 2018*. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/eag/documentos/2018/EAG\\_Relatorio\\_na\\_integra.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2018/EAG_Relatorio_na_integra.pdf)
- PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez, 1986.
- REDE BRASIL ATUAL. *Corte de bolsas deve causar 'fuga de cérebros', alerta neurocientista*. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/09/corte-de-bolsas-deve-causar-fuga-de-cerebros-alerta-neurocientista/>. Acesso em: 18 set. 2019.
- ROMANO, Roberto. *Boa gestão universitária desligada do espírito acadêmico gera apenas burocracia e repressão intelectual*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/539>. Acesso em: 18 set. 2019.
- BAZZANELLA, Sandro Luiz; ALBUQUERQUE, Camila Leonardo Nandi; CANI, Luiz Eduardo. *Política da crise educacional: causa ou efeito da racionalidade autoritária e plutocrática mundial?* *Crítica Cultural – Critic*, Palhoça, SC, v. 14, n. 2, p. 161-181, jul./dez. 2019.

- SENADO. *Empresas privadas devem R\$ 450 bilhões à Previdência, mostra relatório final da CPI*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/23/empresas-privadas-devem-r-450-bilhoes-a-previdencia-mostra-relatorio-final-da-cpi>. Acesso em: 18 set. 2019.
- STOPPINO, Mario. Autoridade. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 89.
- TEIXEIRA, João de Fernandes. Nossa Filosofia Jabuticaba. *Revista Filosofia Ciência & Vida*, n. 147, pp. 56-66, 2019.
- VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Tradução Carlota Boto. Bauru: Edusc, 1999.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.





DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019183-191>

## REFLEXÕES SOBRE O “MITO” DA CEGUEIRA OU A CONSTRUÇÃO DE UMA “POLÍTICA DA CRISE” RÉFLEXIONS SUR LE « MYTHE » DE LA CÉCITÉ OU LA CONSTRUCTION D’UNE « POLITIQUE DE LA CRISE »

Débora Massmann\*

Patricia Massmann\*\*

**Resumo:** Este artigo se inscreve no domínio da análise de discurso, tal como proposta por Pêcheux (1969) e Orlandi (2002) e propõe uma reflexão sobre a chamada “crise nas universidades” no Brasil. Observando o processo de produção de sentidos na história, trabalhamos com a memória discursiva e analisamos o funcionamento dos “discursos de” e “dos discursos sobre” (ORLANDI, 1990) a crise nas universidades. As análises apresentadas pretendem contribuir para a compreensão dos sentidos que vem sendo produzidos em torno de um fenômeno que vamos chamar de “política da crise”. A “política da crise” vem sendo construída pelos “discursos sobre” que se sustentam em práticas de consenso (RANCIÈRE, 1996) e em discursos autoritários.

**Palavras-chave:** Análise de discurso. História. Memória discursiva. Universidade. Crise.

**Résumé:** Cet article s’inscrit dans le domaine de l’analyse du discours, telle que définie par Pêcheux (1969) et Orlandi (2002) et il propose une réflexion sur la “crise dans les universités” au Brésil. En observant le processus de production de sens dans l’histoire, nous travaillons avec la mémoire discursive et nous analysons le fonctionnement des “discours de” et des “discours sur” (Orlandi, 1990) la crise dans les universités. Les analyses présentées visent à contribuer à la compréhension des sens qui sont produits autour d’un phénomène que nous appellerons “politique de la crise”. La “politique de la crise” est construite par les discours sur lesquels se fondent dans les pratiques de consensus (Rancière, 1996) et les discours autoritaires.

**Mots-clés:** Analyse du Discours, Histoire, Mémoire Discursive. Université. Crise.

Recebido em: 06/10/2019. Aprovado em: 31/10/2019

### O “MITO” DA CEGUEIRA

Por que foi que cegamos?

Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão.

Queres que te diga o que penso?

Diz!

Penso que não cegamos, penso que estamos cegos.

Cegos que veem.

Cegos que, vendo, não veem.

José Saramago

\* Doutora. Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: deboraquel.hm@gmail.com

\*\* Doutoranda (Bolsa Filantropia Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e Bolsa CAPES/PROSUP) Mestre e Advogada. Centro Universitário UNIMetrocamp|Wyden. Email: brasil.pbrasil@gmail.com

A obra, “Ensaio sobre a cegueira”, de José Saramago, descreve, sob a forma de texto ficcional, a súbita chegada e a instalação de uma epidemia de cegueira. Na apresentação pública da obra, Saramago (2019, s/p) destacou que, com este livro

francamente terrível, [...] quero que o leitor sofra tanto como eu sofri ao escrevê-lo. Nele, se descreve uma longa tortura. É um livro brutal e violento e é simultaneamente uma das experiências mais dolorosas da minha vida. [...] Através da escrita, tentei dizer que não somos bons e que é preciso que tenhamos coragem para reconhecer isso.

Na ficção, a cegueira é usada metaforicamente para tratar das questões contemporâneas. Lançada em 1995, a publicação traz uma descrição simbólica da sociedade que nos parece ainda muito atual: a cegueira em relação aos problemas políticos, econômicos e sociais que parecem resultar da voracidade do capitalismo.

Na metáfora de Saramago, transformam-se em cegos aqueles que só conseguem “ver” e compreender o simbólico em sua superficialidade, sem problematizar e refletir sobre o funcionamento da ideologia nos processos de significação e de individuação na sociedade e na história. Em nosso gesto de leitura, inscrito nas condições de produção de nosso tempo, podemos considerar cegos aqueles que, em determinadas condições de produção, não questionam e não compreendem o funcionamento (e os perigos iminentes) de discursos que convencem o grande público sustentados em argumentações falaciosas e jogos de linguagem. Dito de outro modo, em nossa leitura, cegos são aqueles que acreditam nas evidências que “fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 1995, p. 146). No cenário de caos retratado na obra, é possível observar que poucas são as personagens que escapam da “doença”. Em nossa leitura, entendemos que não são acometidos pela cegueira apenas aqueles que refletem sobre a relação do simbólico com o político, como aqueles que percebem o funcionamento da linguagem para além de sua transparência.

Ao alertar para um grande problema da sociedade contemporânea, a “cegueira branca”, Saramago coloca em funcionamento alguns dos principais objetivos da arte, a saber, provocar o público, produzir rupturas e criticar aquilo que é dado como estável. Compreende-se assim que a literatura, a arte que se materializa no traço das/nas letras e, conseqüentemente, nas e pelas palavras, também tem a função de desestabilizar sentidos que circulam, se fundam e se emaranham nas práticas de consenso tão comuns em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, “a literatura, assim como qualquer manifestação artística, é discurso, é política e, sobretudo, resistência” (MASSMANN, 2018, p. 44). Já as práticas de consenso<sup>1</sup> apresentam e (re)produzem sentidos engessados, homogêneos, sentidos coercitivamente construídos para que não sejam questionados. Aqui, o dissenso, a possibilidade de rupturas e de produção de outros sentidos são inexistentes. Nas práticas de consenso, explica Rancière, “cada vez mais há uma saturação ‘*policière*’ da política [...]. Todos os grupos e problemas entraram nessa lógica, de realizar pactos para fixar os limites do possível, com parceiros sociais definidos e já identificados e integrados”. (RANCIÈRE, 1995, s/p).

<sup>1</sup> Aqui, tomamos a noção de “consenso” a partir da obra de Jacques Rancière.

Compreendemos assim que enquanto a arte se inscreve na tipologia do discurso lúdico<sup>2</sup>, isto é, “aquele em que seu objeto se mantém presente enquanto tal (enquanto objeto, enquanto coisa) e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta (o exagero é o *non sense*)” (ORLANDI, 1996, p. 15); as práticas de consenso, por sua vez, se filiam à tipologia do discurso autoritário, em que, segundo Orlandi (idem), “o referente está ausente, oculto pelo dizer, não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando)”.

Analisando as especificidades do discurso lúdico e do discurso autoritário, é possível compreender que o “fenômeno” da cegueira branca, descrito por Saramago, parece ser consequência de uma certa hegemonia de discursos autoritários que tentam fazer crer que há apenas um sentido possível e uma única história. Se não fosse uma obra ficcional, a narrativa do autor português poderia ser considerada o registro autêntico da atual conjuntura brasileira. Nossa sociedade (ou melhor, grande parte dela) está cega. Parafraseando, podemos dizer que a sociedade está em crise. Mas que crise? Crise política? Crise econômica? Crise social? Crise das instituições?

A busca por respostas nos conduz necessariamente à análise do funcionamento de um processo histórico de produção de sentidos em torno da constituição da sociedade brasileira. Temos consciência de que uma reflexão dessa envergadura impõe um estudo mais amplo que, muito provavelmente, não caberia nos limites deste artigo científico. Desse modo, compreendendo que a reflexão sobre essas questões é inadiável, neste estudo, vamos tratar, especificamente, da chamada “crise nas universidades”. Tentaremos assim contribuir para a compreensão dos sentidos que vêm sendo produzidos em torno de um fenômeno que vamos chamar de “política da crise”.

## EM TERRA DE CEGOS, AINDA (H)Á ANÁLISE DE DISCURSO

Fundamentado na análise de discurso, tal como proposta por Pêcheux (1969) e Orlandi (2002), este estudo busca compreender a discursividade da crise que vem sendo produzida em torno das instituições públicas de ensino superior e do conhecimento científico ali produzido. A análise de discurso se apresenta como um domínio disciplinar cujo interesse está em refletir e analisar a linguagem na sua relação com a sociedade. A partir deste dispositivo teórico-analítico, busca-se investigar e compreender os processos de significação que são postos em funcionamento nas diferentes produções de linguagem.

O papel da análise de discurso, segundo Orlandi (2002, p. 26), é compreender “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. Para isso, essa teoria se interessa pelos gestos de interpretação que são produzidos na relação entre sujeitos e sentidos, pois, como destaca Orlandi (2006, p. 24) “face a qualquer objeto simbólico, o sujeito é instado a interpretar, pois ele se encontra na necessidade de ‘dar’ sentido. O que é dar sentido? Para o sujeito que fala, é construir sítios de significação, é tornar possíveis gestos de interpretação”.

---

<sup>2</sup> Confira ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

Observa-se aí que sujeito e sentido constituem elementos fundamentais de qualquer reflexão de e sobre a linguagem na perspectiva discursiva. De fato, para análise de discurso, todo e qualquer dispositivo de análise deve ser organizado tomando como ponto de partida a língua (consequentemente, o sentido), o sujeito e a história, pois “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos” (ORLANDI, 2002, p. 47). É a partir deste tríptico elementar (língua, sujeito e história<sup>3</sup>) aos estudos discursivos que podemos compreender o funcionamento da significação e que podemos, também, analisar as condições de produção, a ideologia, a memória discursiva entre outros elementos que afetam o funcionamento da interpretação.

Podemos dizer que com a Análise de Discurso, inaugura-se um novo espaço de reflexão sobre o funcionamento da linguagem em que a história possui um papel fundamental nos processos de significação. Para Pêcheux (1969), o sentido de uma palavra não existe em si mesmo. Isso acontece porque, segundo o autor, ele é determinado e afetado pelas posições ideológicas que estão em funcionamento no processo sócio histórico de produção da linguagem. Ou seja, o sentido também tem história uma vez que é produzido e enunciado a partir de certas posições que são sustentadas por aquele que fala a partir do lugar de onde fala, afinal, como destaca Orlandi (2002, p. 39), “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Trata-se das formações discursivas<sup>4</sup> que projetam na linguagem as formações ideológicas: “as palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (Orlandi, 2006, p. 17).

É, pois, fundamentadas na teoria discursiva que, nesta reflexão, analisamos os sentidos produzidos em torno da “política da crise” nas Universidades brasileiras.

## POR QUE FOI QUE CEGAMOS?

Em um texto publicado em 1985, Zilton de Andrade, então diretor da Fundação Oswaldo Cruz, lança o seguinte questionamento “Que se passa com a Universidade brasileira?”. Segundo Andrade (1985, p. 277), as universidades brasileiras, até aquele momento, viviam permanentemente em crise: faltavam investimentos (sobretudo na pesquisa), faltava infraestrutura, faltava valorização dos professores e pesquisadores, faltavam pessoas qualificadas etc. Já naquela época, a crise nas universidades brasileiras era crônica, pois, como destaca o autor,

---

<sup>3</sup> Para a Análise de Discurso, teoria de linguagem que se filia ao materialismo histórico, proposta, na França, por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni P. Orlandi, a história possui um papel fundamental nos processos de significação. Orlandi (2002, p. 47) destaca que a “Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas também essa [...] não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai se chamar a forma material [...] que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, linguístico-histórica.”

<sup>4</sup> De acordo com Orlandi (2006, p. 17), “chamamos então de formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito.

em nosso tipo de desenvolvimento dependente, não se espera que a Universidade seja inquieta, contestatória, renovadora, mas sim dócil e ordeira, para produzir os técnicos para operar as máquinas sofisticadas, mas não para inventá-las ou modificá-las; para refletir e acompanhar os avanços científicos e artísticos dos povos mais desenvolvidos, mas não necessariamente para gerar aqui novos avanços e novas contribuições. Na realidade, face à grandeza e ao potencial do nosso país e do nosso povo, vamos ter de caminhar para uma Universidade que se integre na sua comunidade e seja fator precípuo de progresso e de mudanças (ANDRADE, 1985, p. 278).

A publicação de Andrade nos permite compreender que os sentidos de crise atravessam a história e a memória das universidades brasileiras, em especial, das universidades públicas. De fato, para elas, a regra sempre foi lidar com diferentes dificuldades (sobretudo, de verbas e de infraestrutura) que afeta(va)m o ensino, a pesquisa e a extensão. Se toda regra tem uma exceção, no “universo” das instituições públicas de ensino superior, a exceção era ter recursos para fazer a estrutura funcionar.

Da época em que o texto de Andrade foi publicado até os dias de hoje, o país assistiu a uma verdadeira gangorra no que se refere aos investimentos. Entre 2001 e 2014, os incentivos financeiros vinham crescendo ainda que discretamente. Os governos pareciam enfim compreender que a educação deveria ser sua prioridade. Neste período, as Universidades públicas começaram a ter um orçamento minimamente à altura de suas necessidades e de suas responsabilidades. Isso impulsionou fortemente a produção e a circulação do conhecimento científico, bem como a formação de profissionais qualificados. No período, a área de ciência e tecnologia apresentou avanços importantes. Houve também amplo crescimento na qualificação em alto nível com a titulação de um número expressivo de mestres e doutores.

No período de 2014 a 2018, com a chegada de mais uma crise econômica, a comunidade acadêmica conheceu o outro lado da gangorra. Os investimentos caíram bruscamente, como podemos observar, na tabela<sup>5</sup> abaixo referente aos repasses do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) destinados à pesquisa nas universidades:

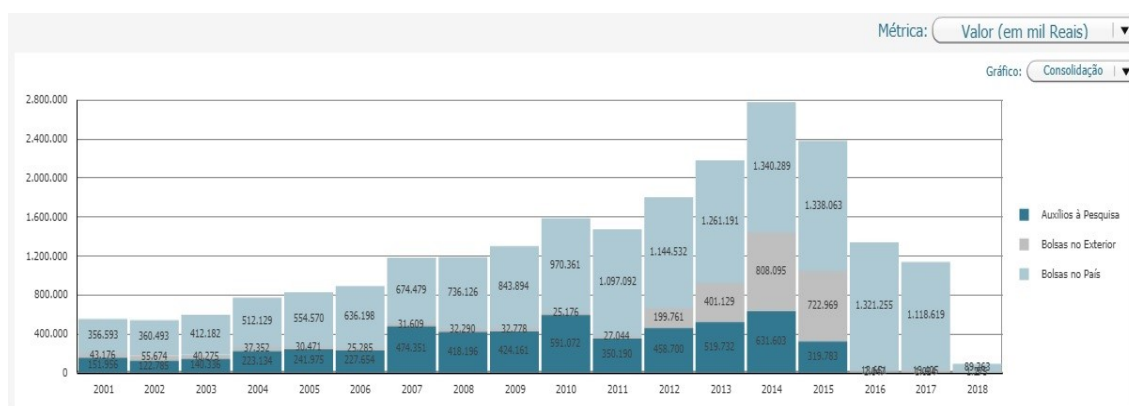


Tabela 1: Número de bolsas e auxílios à pesquisa concedidos pelo CNPq

<sup>5</sup> Fonte: CNPq. Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/painel-de-investimentos>. Acesso em: 28 set. 2019.

A falta de recursos é só a ponta do iceberg. O que tem preocupado a comunidade acadêmica, além dos cortes orçamentários, é um movimento que, aliado à crise política e econômica, vem tentando desacreditar o conhecimento científico. Como exemplo disso, podemos citar, a tese do terraplanismo, a negação das mudanças climáticas e o movimento antivacinas, entre outros, que vêm conquistando muitos adeptos. Trata-se de uma postura que, dentre outros efeitos de sentido, produz um posicionamento anticiência ou, em outras palavras, que tenta minar o conhecimento científico e as pesquisas que o embasam. Para a professora Esther Colombini (2019)<sup>6</sup>, há uma mudança em relação à valorização da educação e da ciência:

Trabalhamos muito além do nosso expediente normal para alavancar a ciência e inovação – agora somos tratados como o problema e não como o que ainda funciona na esfera pública. Porque é claro que a universidade pública tem problema, mas é de longe uma das poucas coisas que realmente funciona. O que me desanima é as pessoas não enxergarem o que é a universidade, tratando-a como inimiga do povo.

De nossa parte, com base na leitura que temos feito, esses acontecimentos (tais como cortes e contingenciamento de verbas das instituições públicas de ensino superior, desvalorização da educação, descrédito no conhecimento científico, movimento anticiência etc.) dão a conhecer a instalação de uma “política da crise”. Política esta que vai sendo construída por meio uma discursividade que se funda em práticas de consenso (RANCIÈRE, 2006), ou melhor, em um discurso dominante em que se relaciona a racionalidade política ao consenso e este ao princípio mesmo da democracia. Segundo Rancière (2006, p.367), quando se comemora o consenso nacional, ressurgem

as formas mais brutas, mais arcaicas, da guerra étnica, da exclusão, do racismo e da xenofobia. O discurso oficial celebra a vitória da razão consensual sobre as formas arcaicas e irracionais do conflito político. Mas o que corresponde a essa suposta vitória da razão modernista é o retorno de um arcaísmo bem mais radical: o retorno da velha irracionalidade da lei do sangue. Habitualmente tais fenômenos são tratados em termos de atraso, de transição, de defasagem. São considerados como fenômenos de adaptação difícil e resistência temporária às exigências da nova racionalidade.

Compreendemos com Rancière que esse retorno do irracional (como pode ser o caso dos acontecimentos que têm sustentado a produção da “política da crise”) se coaduna a certa ideia de razão política. Ou seja, as novas irracionalidades se conjugam com a razão política promovendo assim práticas de consenso dos discursos dominantes em detrimento da racionalidade que é própria da política. Conseqüentemente, isso vai fortalecendo a construção de um imaginário popular que remete à crise da ciência e da educação superior (pública) do Brasil. A cegueira está instalada!

A redução de investimentos para pesquisas e o contingenciamento de verbas são fatos inquestionáveis e consolidam a instalação dessa política da crise que vem sendo materializada e sustentada por meio de discursos autoritários. Esses discursos desconhecem o *savoir-faire* acadêmico e na busca por argumentos defender sua posição se amparam em falácias, *FakeNews*, juízos de valor e opiniões pessoais e limitadas.

---

<sup>6</sup> Idem.

De acordo com Andrade (1985, p. 278), uma sociedade que não valoriza a ciência e a educação se torna “dependente, desigual, atrasada”. Em seu posicionamento, o autor considera que uma sociedade que “descarta da sua Universidade e não a inclui como, e nem exige que seja, a alavanca propulsora” do desenvolvimento científico, político, econômico e social se torna submissa e subordinada. Inscrevendo-se na mesma direção argumentativa, o neurocientista brasileiro, Miguel Nicolelis (2019), ao ser questionado sobre a situação atual das universidades públicas no Brasil, criticou a redução de verbas, a perseguição às ciências humanas e o enfraquecimento da ciência. Para ele, o estrangulamento das universidades públicas pode comprometer a soberania do país:

O Brasil estava tendo uma ascendência meteórica com os investimentos que foram feitos tanto pelo Ministério da Educação quanto pelo Ministério da Saúde e Ciência e Tecnologia. Essa ascendência foi notada em número de publicações, na qualidade das publicações, na qualidade de alunos brasileiros, na penetração dos cientistas brasileiros no mercado internacional de ciência. Isso era tudo muito claro. Era tangível. Você podia medir, ver.

Então, esse momento, que já vem desde 2015 [...] e depois, no governo Temer, a curva, eu chamo, é de ascensão e o crash da ciência brasileira. De repente, se puxou o tapete. [...] A conclusão é essa: é uma grande tragédia que compromete drasticamente a soberania do Brasil. Não agora, somente, mas em várias décadas que estão por vir ainda (NICOLELIS, 2019, s/p).

Mais de três décadas separam Nicolelis de Andrade. Entretanto, é possível observar que ambos se inscrevem em uma rede de significação que produz como efeito de sentidos a defesa da universidade pública, da ciência e da liberdade intelectual. Rede histórica. Nas palavras desses professores-pesquisadores, podemos observar o funcionamento do discurso *de*<sup>7</sup> (ORLANDI, 1990), o discurso *da* universidade ou ainda *da* comunidade acadêmica. Aqui, desta posição-sujeito, os sentidos de “crise” comparecem, mas eles materializam nuances muito distintas daquelas que tem sido postas em circulação.

O dizer desses autores, cada um a seu tempo, coloca em funcionamento a memória discursiva *da* crise nas universidades públicas que, atualizada pelas respectivas condições de produção, ressignifica a frase-denúncia de Darcy Ribeiro na 29ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1977: “a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa” (RIBEIRO, 1986, p. 20).

Nesse movimento dos sentidos, temos o funcionamento da memória, ou melhor, o “trabalho da memória em perpétuo confronto consigo mesma. E é neste confronto da memória com a memória [...] que se aloja o vai e vem da interpretação, dos gestos de leitura e da força do imaginário” (ORLANDI, 2014, p. 2). Nesse sentido, a memória discursiva (ou interdiscurso) constitui, pois, “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2002, p. 33). As palavras de Orlandi nos conduzem a pensar que há um já-dito que permeia todo o processo de produção da linguagem e se coloca como componente fundamental para a compreensão do funcionamento discursivo, sua relação com os sujeitos e com a ideologia.

À medida que observamos como a significação se produz, conseguimos relacionar os dizeres *de* e *sobre* a crise nas universidades a toda uma rede de filiação de sentidos que remete a uma memória e, assim, em sua historicidade, identificamos sítios de significância

<sup>7</sup> Confira ORLANDI, E. P. Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.



que, em dadas condições de produção, inscrevem-se em posições políticas e ideológicas determinadas. Desse processo, derivam sentidos polifônicos, plurais. Sentidos em efervescência que se engancham ao discurso *da* crise e/ou ao discurso *sobre a* crise. Em relação a esse funcionamento, Orlandi (1990, p. 44) estabelece que os discursos *sobre* são responsáveis pela institucionalização dos sentidos, pois

É no ‘discurso *sobre*’ que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o ‘discurso *sobre*’ é um lugar importante para organizar diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema são parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos dos discursos *do* samba, *do* cinema etc.

Mariani (1996, p. 64), por sua vez, considera que os discursos *sobre* se constituem como discursos intermediários, pois “ao falarem sobre um discurso, situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja ele” (MARIANI, 1996, p. 64, grifo nosso). Compreendemos assim que, ao se constituir nesta posição que produz o efeito de institucionalização dos sentidos (Orlandi, 1990), esses discursos *sobre* dão corpo aos sentidos, legitimando-os. Retomando nosso objeto de reflexão, entendemos então que esses discursos *sobre* a “crise” nas universidades constituem mecanismos importantes na (re)produção e na circulação da “política da crise”. Eles parecem funcionar silenciosamente. E assim, vão estabilizando sentidos, produzindo uma única versão.

Pela análise da memória discursiva, podemos observar que esses discursos *sobre* sempre estiveram em circulação. Talvez agora, dadas as condições de produção, eles tenham encontrado nas práticas de consenso um terreno fértil para se desenvolver. Mais uma vez, aqui, retomamos Darcy Ribeiro (1986, p. 20), para quem a crise educacional do Brasil não era necessariamente uma crise, mas sim um programa: “Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos”. Ou seja, essa “política da crise” já era anunciada nos discursos *de* (discurso *da* educação, discurso das universidades) desde os anos 1970. Eis que o “amanhã” de ontem é o agora de hoje, século XXI. O programa da crise já se instalou e foi discursivamente sendo construído pelos discursos *sobre*, pelos discursos autoritários que colocam em circulação as práticas de consenso. E o consenso, segundo Rancière (1996, p. 378-379),

O consenso é a pressuposição de uma objetivação total dos dados presentes e dos papéis a distribuir. [...] Em suma, o consenso suprime todo cômputo dos não-contados, toda parte dos sem-parte. Ao mesmo tempo, pretende transformar todo litígio político num simples problema colocado à comunidade e aos que a conduzem. Pretende objetivar os problemas, determinar a margem de escolha que comportam, os saberes requeridos e os parceiros que devem ser reunidos para sua solução. [...] O consenso então não é nada mais que a supressão da política.

Então, por que foi que cegamos?

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Zildo. A crise na Universidade. Parte do discurso proferido por ocasião do recebimento do título de Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia. In *Cadernos de saúde pública*. Rio de Janeiro: 1(3). Jul-Set, 1985.

MASSMANN Débora; MASSMANN Patricia. Reflexões sobre o “mito” da cegueira ou a construção de uma “política da crise”. *Crítica Cultural* – Critic, Palhoça, SC, v. 14, n. 2, p. 183-191, jul./dez. 2019.

- COLOMBINI, Esther. In: *El País*. Reportagem: Os primeiros efeitos da asfixia financeira de Bolsonaro sobre as ciências do Brasil. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618\\_348570.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618_348570.html). Acesso em 28 set. 2019.
- MARIANI, Bêthania. Resenha da obra “Análise de discurso. Princípios e procedimentos”. In: *Revista da ANPOLL*, n. 8, p. 213-219, jan./jun. 2000.
- MARIANI, Bêthania. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1996.
- MASSMANN, D. O político na/da arte: Instituições, discursos, resistências. In ORLANDI, Eni.; MASSMANN, Débora; DOMINGUES, Andrea (orgs.). *Linguagem, instituições e práticas sociais*. Pouso Alegre: Univas, 2018.
- NICOLELIS, Miguel. Entrevista: Miguel Nicolelis: "O mundo está perplexo com o desmonte da educação no Brasil". In: *Brasil de fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/26/miguel-nicolelis-o-mundo-esta-perplexo-com-o-desmonte-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em 28 set. 2019.
- ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de leitura*. Da história no discurso. 4. ed. Campinas (SP): Unicamp, 2014.
- ORLANDI, Eni. Educação em direitos humanos: um discurso. In: ROSA, Maria Godoy Silveira, et al. *Educação em direitos humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa (PB): Editora Universitária, 2007.
- ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy e ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Textualidade*. Coleção Introdução às Ciências da Linguagem. Campinas (SP): Pontes, 2006.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. Princípios & procedimentos. 2.ed. Campinas (SP): Editora Pontes, 2002.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, Eni. Discurso e argumentação: um observatório do político. In: *Fórum Lingüístico*, Florianópolis, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download>. Acesso em 20 ago. 2019.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio, no movimento dos sentidos*. 4.ed. Campinas (SP): Unicamp, 1997.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas (SP): Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas (SP): Unicamp: 1990.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de Leitura. Da história no discurso*. 4. ed. Campinas (SP): Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. “Análise Automática do Discurso (AAD-69)”. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Trad. Coletiva. Campinas (SP): Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas (SP): Unicamp, 1995.
- RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In NOVAES, A. (Org.) *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os riscos da razão*. Disponível em: [http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista\\_filosofia\\_jacques\\_ranciere.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_jacques_ranciere.htm). Acesso em 21 set. 2019.
- RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SARAMAGO, José. *Discurso de José Saramago, por ocasião da apresentação pública do seu romance “Ensaio sobre a Cegueira”*. Disponível em: [http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/saramago/apr\\_ens3.html](http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/saramago/apr_ens3.html). Acesso em 10 set. 2019.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019193-208>

## OS ATAQUES ÀS UNIVERSIDADES E A DEFESA DA EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA DE SENTIDOS EM DIFERENTES POSIÇÕES-SUJEITOS ATTACKS ON UNIVERSITIES AND THE DEFENSE OF EDUCATION: A PATH OF SENSE IN DIFFERENT POSITIONS-SUBJECTS

Helson Flávio da Silva Sobrinho\*

Ana Paula Santos de Oliveira\*\*

Simone Natividade Santos\*\*\*

**Resumo:** A partir da perspectiva da Análise do Discurso (AD), na linha de Michel Pêcheux, analisamos os discursos presentes nas manifestações de maio de 2019, que tratam da defesa das universidades públicas e se posicionam contrariamente aos ataques do governo de Jair Bolsonaro. Nosso percurso analítico parte das condições de produção históricas de tal discursividade e chega às materialidades discursivas com o objetivo de compreender os gestos de interpretação a partir do enunciado “Em defesa da educação”. Como resultado, encontramos um discurso que se contrapõe à política de cortes do Governo Federal, enfrentando a questão por meio de manifestações que polemizam os dizeres e, sobretudo, desvelam as posições-sujeitos contraditórias e os interesses ideológicos em jogo.

**Palavras-chave:** Discurso. Universidade. Educação. Ataque. Defesa.

**Abstract:** From the perspective of Discourse Analysis (AD), in line with Michel Pêcheux, we analyze the speeches present in the demonstrations of May 2019, which deal with the defense of public universities and against attacks by the government of Jair Bolsonaro. Our analytical course starts from the historical conditions of production of such discursivity, arrives at the discursive materialities in order to understand the gestures of interpretation from the statement “In defense of education”. As result, we find a discourse that opposes the Federal Government’s policy of cuts, addressing the issue through manifestations that polemicise the sayings and, above all, reveal the contradictory subject-positions and ideological interests at stake.

**Keywords:** Discourse. University. Education. Attack; Defense.

**Recebido em: 08/10/2019. Aprovado em: 31/10/2019.**

### INTRODUÇÃO

A educação pública no Brasil é um complexo cuja compreensão exige levar em consideração a totalidade das relações políticas e econômicas aí constituídas pela determinação do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, em termos discursivos,

---

\* Sociólogo, professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: helsonf@gmail.com

\*\* Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: virtual.ana@gmail.com.

\*\*\* Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Alagoas (UFAL). E-mail: sysyufal\_sp@hotmail.com

pode-se dizer que a crise que atravessa a educação brasileira, em especial a educação superior, atualiza memórias cuja rede de sentidos é agitada a cada mudança no quadro político e econômico do país, pois tem a ver com determinados projetos de sociedade em disputa numa conjuntura histórica.

Para analisar a atual situação da educação superior no Brasil, agravada pela face mais dura da política do Estado mínimo, que ganhou terreno após a destituição de Dilma Rousseff da presidência, em 2016, é necessário considerar que o Brasil é um país constituído por contradições produzidas pelo sistema capitalista. Assim, se, por um lado, o Estado brasileiro afirma “garantir” o acesso universal e a gratuidade do ensino público, como preceitua a Constituição Federal de 1988, por outro lado, não dá condições para uma educação plena, que alcance todos os sujeitos. No caso da educação superior, apesar da expansão verificada na última década com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), ainda se vê impossibilitada de aumentar o número de matrículas, visto que continua a manter um modelo de exame competitivo e injusto para o seu ingresso, mascarado de meritocracia.

Podemos arriscar dizer que essa condição imposta à educação superior explica, de certo modo, a inexistência de forte adesão popular na defesa das universidades públicas, pois seu acesso ainda é restrito. Como efeito que tem raízes nos interesses do grande capital, materializam-se discursos a favor de cortes financeiros, de reformas e privatizações das universidades, sob promessas de progresso econômico para o país – tão recorrentes em nossa história. É o funcionamento da ideologia dominante nessa discursividade, que, dissimulando sua existência, produz evidências constitutivas dos sujeitos e dos sentidos, e, assim, silencia-se o real caráter das “mudanças” decorrentes da atual crise estrutural do capital. Como aponta Orlandi (2002, p. 76), “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’. É o não-dito necessariamente excluído”, que, a nosso ver, está funcionando nessa discursividade.

Partindo do princípio de que todo discurso é produto de condições de produção (materiais e ideológicas) determinadas, o presente artigo busca desvelar os efeitos de sentidos em torno do enunciado EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, que circulou em protestos e manifestações no quinto mês do (des)governo do presidente Jair Bolsonaro<sup>1</sup>.

Em tais discursos, é possível verificar a forte divisão política que atravessa o Brasil nos últimos cinco anos, convertida em posições-sujeitos que estão inseridas na contradição econômica e política que as engendrou e as mantém<sup>2</sup>. Essa divisão se deu a ver nas manifestações de maio de 2019. De um lado, os bolsonaristas, produto da atual onda conservadora mundial, ligada à extrema direita, com interesses e práticas neoliberais de Estado mínimo; de outro, a direita progressista e/ou a centro-esquerda, defensoras do Estado democrático e da garantia do acesso à educação como forma de desenvolvimento social e econômico. Trata-se, então, de posições-sujeitos (ideológicas) distintas e contraditórias.

---

<sup>1</sup> Ao dizer “(des)governo” estamos fazendo trabalhar os sentidos, problematizando o gesto de interpretação, questionando o que é um governo, quais são os projetos políticos, sociais e econômicos que estão sendo postos em prática e quais os desdobramentos dessas práticas na sociedade civil.

<sup>2</sup> A nosso ver, a política é uma práxis inscrita na totalidade da sociedade, pondo em marcha o mundo fenomênico social como um campo de mudança, desencadeada pelo desenvolvimento socioeconômico, seja conservando, seja destruindo o existente (LUKÁCS, 2013).

No presente estudo, propomo-nos analisar os discursos sobre a educação que se fizeram presentes nos protestos e manifestações de maio de 2019. Para isso, mobilizamos as categorias teóricas e metodológicas da Análise de Discurso (AD) na linha de Michel Pêcheux, que tem o discurso como objeto sócio-histórico e parte do princípio de que os sujeitos são interpelados pela ideologia, tomam posições na discursividade, e que o sentido tem caráter material, pois “só pode ser efetivamente compreendido como mediação no processo de reprodução social de uma determinada sociabilidade. Fora disso, não há discurso, não há sentido” (SILVA SOBRINHO, 2018a, p. 75), de modo que os chamados espaços de produção e de difusão científica, como as universidades, não estão incólumes às determinações sócio-históricas que os constituem.

## O DISCURSO SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E O CERCEAMENTO DA LIBERDADE

Falar sobre a universidade é também tratar de produção do conhecimento em determinada sociedade. Nossa posição é que a produção do conhecimento como práxis dos sujeitos em sociedade deve ser sempre crítica e libertadora. No entanto, o modo como se tem acesso ao saber, como ele é produzido e como ele circula ou é utilizado nas práticas sociais, tem a ver com as condições de produção e interesses em jogo numa determinada conjuntura histórica.

Conforme Cavalcante (2007, p.121),

Não há prática educativa sem objetivos, pois eles explicitam os propósitos educacionais, ou seja, orientam as “ações pedagógicas” para uma direção – para a conservação ou para a transformação. Explicitam, pois, as finalidades da educação, em face das exigências postas pela sociedade, além de refletir as opções políticas e pedagógicas dos agentes educativos.

Desse modo, para compreender os efeitos de sentido das materialidades discursivas que iremos analisar mais à frente, é preciso acompanhar alguns trajetos dos processos políticos e econômicos que nos levaram à situação atual de crise na educação, de modo geral, e nas universidades, em específico.

Assim, num recorte histórico, iniciemos ressaltando a existência da crise econômica mundial que vem se alastrando desde 2008, com aumento do desemprego, falência de empresas e queda da taxa de lucro, e também a crise política brasileira nos últimos anos. Mais especificamente, retomemos o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Eleita democraticamente em 2014, a presidenta Dilma foi deposta do poder em 2016 por um golpe de Estado. Por conseguinte, “assumiu” o governo o seu vice, Michel Temer, que se encarregou de propor determinadas “reformas”, a saber: a do Ensino Médio, a “reforma” trabalhista, a PEC 55 (do teto dos gastos públicos), que limitou recursos para a educação e a saúde, e, por fim, a proposta da “reforma” da previdência, que não vigorou e foi deixada para seu sucessor.

Numa disputa eleitoral polêmica e violenta sustentada por *fake news*, Jair Bolsonaro venceu as eleições em 2018, assumindo o poder em janeiro de 2019. Desde então, a educação, especialmente a universidade pública, vem sendo fortemente atacada em sua autonomia.

É preciso lembrar que a universidade é responsável pela produção de conhecimento em todas as instâncias; inclusive, produz saber no âmbito do político. Podemos destacar como exemplo de funcionamento desse espaço de reflexão crítica e libertadora a criação, em 2018, em algumas universidades brasileiras, de cursos sobre o golpe de 2016, que se espalharam por diversas universidades do país<sup>3</sup>. O formato de cursos livres foi essencial para compreender a gênese do golpe, quais disputas políticas estavam em jogo e também quem eram os atores envolvidos.

Krawczyk e Lombardi (2018, p. 2) se referem ao golpe de 2016 como “golpichment jurídico-parlamentar-midiático”. Com isso, explicitam a relação intrínseca entre os aparelhos ideológicos do Estado e a crise do capital. Podemos dizer que, nesse contexto, os cursos livres produzidos pelas universidades representavam formas de reflexão crítica sobre as práticas políticas, ou seja, estamos falando do exercício de “autonomia e liberdade para pensar, debater e confrontar diferentes visões, métodos e teorias, sem as quais nenhum conhecimento novo se produz, nenhuma revolução filosófica, científica e artística seria possível”.

Em fevereiro de 2018, o então Ministro da Educação do governo Temer, Mendonça Filho, anunciou um processo no Ministério Público Federal (MPF) contra o curso “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, a ser ofertado pela Universidade de Brasília (UnB). O ministro anunciou ainda que a Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) seriam acionados para comprovar a ocorrência de improbidade administrativa pelos organizadores do curso. Em nota divulgada pelo MEC, os acadêmicos foram acusados de fazer “proselitismo político e ideológico de uma corrente política, usando uma instituição pública de ensino” (GÓIS, 2018, s/p).

Após a ameaça do ministro, desencadeou-se uma onda de solidariedade à UnB, com a participação de cerca de 50 universidades e instituições de ensino superior do Brasil, além de sindicatos e de organismos internacionais, em defesa da autonomia das universidades. Por fim, em 27 de abril de 2018, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão oficial do MPF, pronunciou-se, diante das representações de militantes do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Projeto Escola Sem Partido, que questionaram a constitucionalidade do curso. Em seu parecer, a Procuradoria observa que

cercear a discussão de determinados assuntos, no ambiente escolar, afeta a gestão democrática do ensino público, além de contrariar os princípios constitucionais conformadores da educação brasileira – dentre os quais, as liberdades constitucionais de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, assim como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (MPF, 2019, *on-line*).

A abordagem desses cursos no âmbito das universidades públicas gerou polêmicas e hostilidades, sobretudo de grupos conservadores da direita, que definem o acontecimento de 2016 como *impeachment*, e não como golpe<sup>4</sup>. Propagar a sua

<sup>3</sup> Os cursos tratavam dos seguintes temas: “A crise no Brasil e na América Latina”, “Do golpe de 2016 à prisão de Lula: aspectos jurídicos e políticos”, “Operadores do golpe: papel da mídia”, “Impactos do golpe na economia, na educação e relações sociais”, “Golpe e democracia” e “O golpe na educação”.

<sup>4</sup> Sobre o *impeachment*/golpe ver SILVA SOBRINHO (2018b, p. 596): “Estamos aqui trabalhando na contradição do discurso. Não se trata de um processo lógico-linguístico (ou *impeachment* ou golpe), mas

veracidade resultou numa atitude audaciosa, uma vez que tocou em particularidades por vezes silenciadas e que merecem ser debatidas e desmistificadas, a fim de desconstruir discursos que reproduzem uma espécie de ficção dos fatos sobre um capítulo histórico de um Brasil de *golpichment*, de prenúncios de um período de transições e desconstruções, alimentando uma direita devastadora.

Em nossa análise, consideramos a onda conservadora que ressurge com força no Estado burguês inerente à crise estrutural do capital. Segundo Mészáros (2011, p. 121), o Estado, ao “articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias”, pode assumir diversas formas “legais” e políticas, adequando-se a circunstâncias históricas específicas, e deixar de cumprir funções quando a hegemonia socioeconômica é ameaçada.

Logo, um modelo político liberal-democrático pode assumir a forma ditatorial de legislação e dominação política, podendo o Estado avançar e recuar nessa direção, como nos casos da Alemanha de Hitler e do Chile pós-Pinochet, que mantiveram a formação socioeconômica dos regimes anteriores, em meio a mudanças no complexo jurídico e político. Essa mudança seria inviável se o Estado fosse só uma superestrutura, segundo Mészáros (2011).

O encadeamento político-econômico vinculado ao golpe de 2016 desembocou, além de desmontes revestidos de “reformas”, também em cortes de verbas das universidades e censuras à prática docente, registrando-se, inclusive, fugas de pesquisadores brasileiros para o exterior.

Nesse cenário, os sentidos dominantes que circulam sobre a educação compactuam com a conservação de um sistema vigente que não deseja a transformação social, mas a manutenção do *status quo* da sociedade capitalista. Nesse sentido, as universidades são significadas como campo de ameaças ao poder dominante, formada por professores “perigosos”, tidos como “doutrinadores”; há ainda dizeres que afirmam que na universidade “só tem comunista”, que a “esquerda tomou conta da universidade”, que esta “não cumpre sua função social” etc. Trata-se de dizeres que no jogo das formações imaginárias, como diria Pêcheux (1997), nos mecanismos das formações sociais em suas regras de projeção que estabelecem relações entre as situações e os lugares e as posições no discurso, têm beirado o completo “delírio”, gerando uma atmosfera caótica e perturbadora nas práticas de produção do conhecimento.

No entanto, não podemos ficar no fenomênico, pois tudo isso tem um propósito certo, como aponta Orso (2017), a saber, a volta da exclusividade do ensino superior para a classe privilegiada e, podemos acrescentar ainda, a submissão das pesquisas aos interesses do capital. Em consequência, sobram para a classe trabalhadora, quando muito, os cursos técnicos e seu “adestramento” para o trabalho longe das universidades.

Em tempos de obscurantismo, de panorama intimidador, a universidade é ameaçada, sucateada, violentada, ultrajada e censurada<sup>5</sup>. A nosso ver, um governo que

---

sim das determinações históricas dos sentidos e dos sujeitos em suas condições materiais de reprodução/transformação [...]. Assim, é preciso considerar que tanto a palavra Golpe como a palavra *Impeachment* estão essencialmente marcadas, em seu caráter material linguístico-histórico, por sentidos controversos e posições-sujeito antagônicas inconciliáveis”.

<sup>5</sup> Entendemos censura assim como Orlandi (2002): política do silêncio, clivagem de sentidos, ou ainda, uma prática histórica que proíbe dizer determinadas palavras para não produzir determinados sentidos. “A



cerceia a universidade, silencia sujeitos e controla sentidos, cria obstáculos para a transformação social. Assim, temos nos deparado com práticas discursivas que produzem sentidos diversos sobre a universidade – de opressão, mas também de resistência.

Analisaremos a seguir esses efeitos de sentido nas práticas discursivas em defesa da educação.

## OS EFEITOS DE SENTIDOS NAS MANIFESTAÇÕES DE MAIO DE 2019

Como resposta aos cortes na educação básica e superior e aos congelamentos nas áreas de desenvolvimento de ciência e tecnologia autorizados pelo ministro Abraham Weintraub<sup>6</sup>, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e diversos sindicatos e associações docentes, entre outras organizações, convocaram a população para participar de duas manifestações em prol da educação pública, nos dias 15 e 30 de maio de 2019, nomeando-as de Dia Nacional em Defesa da Educação.

Anunciado no quarto mês do mandato do presidente Jair Bolsonaro, o bloqueio/corte de 30% na verba das Universidades e dos Institutos Federais evidenciou o desinteresse do governo pela educação pública, de um governo, aliás, que foi eleito com base na crítica à liberdade de cátedra dos professores e na disseminação de *fake news* que buscavam colocar a massa, potencial eleitor, contra os profissionais da ciência e da educação<sup>7</sup>.

A amplitude dessas questões avassaladoras pode ser vista nos dizeres do ministro Weintraub, que afirmou: “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”<sup>8</sup> (grifo nosso). Em seguida, cortou 30% do orçamento da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), acusando-as de promoverem “bagunça” e “eventos ridículos” com “sem-terra” e “pessoas peladas” dentro dos *campi*. Esse discurso causou polêmica e contradiscursos. Em consequência, o corte se estendeu a todas as Universidades e Institutos Federais do Brasil, passando a ser chamado de “contingenciamento”<sup>9</sup>.

---

censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de uma forma localizada, o que, do dizível, **não** deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala”. (ORLANDI, 2002, p. 79).

<sup>6</sup>Abraham Weintraub foi o segundo ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro. O primeiro foi o também polêmico Ricardo Vélez Rodríguez, que quis revisar os livros didáticos para afirmar que em 1964 não houve “golpe”, encaminhou ofícios às escolas solicitando que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional e, além disso, enfatizou que a “universidade não é para todos”, mas “somente para algumas pessoas”.

<sup>7</sup>“A cultura do ódio e da violência tem sido a principal marca da campanha à Presidência de Jair Bolsonaro. O culto à violência e os ataques às minorias sociais, étnicas e de gênero tem omitido outro alvo preferencial da família Bolsonaro: os professores. Desde 2014, o clã bolsonarista apadrinhou os projetos de lei ‘Escola Sem Partido’, com o pretexto de combater uma pretensa doutrinação marxista, e a ‘ideologia de gênero’ nas escolas. Ao abraçar essa proposta, Bolsonaro e seus filhos elegeram os professores como os verdadeiros culpados pelo fracasso do sistema educacional brasileiro”. (BEMVINDO, 2018, Jornal Brasil de Fato-online).

<sup>8</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>. Acesso em: 21 set. 2019.

<sup>9</sup> Em um vídeo transmitido ao vivo pelo *Facebook*, o ministro da Educação usou chocolates para explicar “simplesmente” o “contingenciamento”, dizendo que não é “corte”, mas sim “contingenciamento” dos

Os efeitos de sentidos que atravessam os discursos que circularam nas manifestações de maio de 2019 nos movem entre posições-sujeito contraditórias que, por um lado, ao repudiar a decisão do governo de cortar as verbas das Universidades e Institutos Federais, conclamam, por outro lado, o Estado (burguês) a continuar a investir em educação e em pesquisa, ao tempo que apagam a relação intrínseca entre Estado e governo em prol da manutenção das contradições do modo de produção capitalista, das quais decorre a dificuldade no acesso ao ensino superior e outros dilemas, também contundentes, das universidades públicas.

Segundo Silva Sobrinho (2018b, p.611), para entender essa contradição

Devemos considerar que a universidade está inserida no processo histórico, ou seja, possui caráter material e se entrelaça às polêmicas e práticas que movem, dialeticamente, a sociedade brasileira em seu processo histórico. Podemos dizer, por um lado, que a universidade também está sob o efeito da lógica do capital, e, por outro, é lugar de resistência e revolta.

Em 15 de maio, estudantes e educadores, professores e pesquisadores foram às ruas de várias cidades do Brasil. Entre os acontecimentos que marcaram esse dia, tomaremos como materialidade discursiva uma faixa com fundo negro, na qual estava escrita, em letras brancas, o seguinte enunciado: EM DEFESA DA EDUCAÇÃO. A faixa estava posta na entrada do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR)<sup>10</sup>, em Curitiba.

SD1 – EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

### Foto divulgação/UFPR.



Fonte: divulgação/UFPR. Disponível em: <https://bandnewsfmc Curitiba.com/estudantes-se-unem-para-colocar-nova-faixa-na-ufpr-em-favor-da-educacao>. Acesso em: 5 jul. 2019.

recursos das universidades federais: “deixa pra comer os três chocolatinhos e meio em setembro”. Trata-se do efeito da ilusão do sujeito de tentar controlar os sentidos na práxis sócio-histórica. Vale ressaltar que, para a Análise do Discurso, o sentido se produz na tensão da historicidade, na posição-sujeito, na relação com a memória e possui caráter material.

<sup>10</sup> Esse enunciado “EM DEFESA DA EDUCAÇÃO” se fez presente em praticamente todas as manifestações espalhadas pelo Brasil. Muitas universidades também estamparam dizeres como “Universidade X, eu defendo!”.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da; OLIVEIRA Ana Paula Santos de; SANTOS Simone Natividade. Os ataques às universidades e a defesa da educação: trajetória de sentidos em diferentes posições-sujeitos. **Crítica Cultural** – Critic, Palhoça, SC, v. 14, n. 2, p. 193-208, jul./dez. 2019.

A sequência traz como destaque uma discursividade que, se desconsiderarmos a sua posição-sujeito, encaixa-se tanto em Formações Discursivas (FDs)<sup>11</sup> conflituosas quanto em FDs relativamente harmoniosas, no sentido de que, se, por um lado, a educação é entendida como um aparelho ideológico através do qual “mentes” são treinadas para servir ao sistema capitalista, de outro, ela possibilita alcançar a consciência de classe, imprescindível à transformação social. Como sabemos, todo dizer é aberto, pois deriva para outros discursos, outros sentidos possíveis, sendo o texto “um bólido de sentidos”, visto que “‘parte’ em inúmeras direções, em múltiplos planos significativos”, conforme Orlandi (2012, p. 14). No entanto, não é porque é aberto que o processo de significação não é administrado, daí sua determinação histórica, seu caráter material. O dizer da faixa, contraditoriamente, tanto possibilita a movimentação como o trabalho de estabilização do discurso. Desse modo, a faixa traz outras pistas, materializadas em outras três sequências discursivas (SD), apresentadas abaixo do enunciado EM DEFESA DA EDUCAÇÃO:

SD2 – OrgulhoDeSerUFPR

SD3 – #Universidade Pública

SD4 – #Eu defendo

Partindo das condições de produção desse discurso, podemos compreender que a faixa assume caráter contestador, pois vai de encontro à decisão do Governo Federal de bloquear verbas das universidades públicas federais. Nessa perspectiva, temos uma posição-sujeito que se opõe à posição do governo de Jair Bolsonaro. Contudo, é preciso destacar que esse discurso tem seus limites, pois não se reivindica uma “transformação” do funcionamento da universidade, mas sim a sua defesa (SD1), que é materializada em forma de hashtag (#), demarcando-se o atual estágio tecnológico e o “orgulho” de ser uma universidade pública.

Esses enunciados implicam vários funcionamentos e produção de sentidos, pois a palavra “defesa” remete à guerra, e, por isso, remete a formas de proteção de determinadas ofensivas, no caso, os ataques do Governo Federal contra as universidades. O efeito de sentido vincula-se também aos sentidos de proteção (proteger o que está em perigo), que demanda do sujeito uma prática enunciativa que assume uma posição bem demarcada: “eu defendo”. Por outro lado, também podemos pensar em medidas de proteção que tendem à resistência, tendo em vista que pode deslocar da simples “guarda” (defesa) para os sentidos mais concretos de “luta”, confronto, que, por sua vez, necessita de novas ações para alcançar o patamar da transformação, no sentido revolucionário. Trata-se, para nós, de uma prática discursiva; de um trabalho dos sentidos sobre os sentidos, de discursos contra outros discursos em diferentes e contraditórias posições-sujeito<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> A categoria Formação Discursiva é compreendida em Análise do Discurso como regionalizações do interdiscurso (já-dito) e que, articulada às Formações ideológicas, numa conjuntura histórica dada, determina o que deve e o que não deve ser dito.

<sup>12</sup> Vale citar também a interpretação do presidente Bolsonaro sobre os protestos do dia 15 de maio: “É natural, mas a maioria é militante. Se você perguntar a fórmula da água, não sabem, não sabem nada. São uns idiotas úteis sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo das universidades federais no Brasil”. Disponível em: <https://bit.ly/2rmhsXh>. Acesso em: 27 nov.2019. Não nos deteremos na análise dessa materialidade discursiva; deixaremos que o/a leitor/a tire suas próprias conclusões sobre a posição-sujeito (presidente), sempre ideológica, e interogue a interpretação em pauta.

Além desse recorte da discursividade, outro ato político, ou ainda, outro gesto como ato no nível do simbólico, como diria Pêcheux (1997, p. 78), desafia nossa reflexão. Trata-se da violenta retirada da faixa acima por manifestantes (bolsonaristas)<sup>13</sup> em “defesa” do governo, em 26 de maio de 2019. A faixa com o enunciado EM DEFESA DA EDUCAÇÃO foi bruscamente retirada sob os aplausos de bolsonaristas que participaram de ato em prol do governo, da “reforma” da Previdência e do “pacote” anticrime apresentado por seu Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Na ocasião, o reitor da UFPR, Ricardo Marcelo Fonseca, definiu a ação como “inacreditável” em sua conta no *Twitter*. Em meio à fúria bolsonarista, jornalistas que cobriam a retirada da faixa foram agredidos de forma verbal e até fisicamente, sendo classificados pejorativamente de “comunistas”, num ataque também à liberdade de imprensa.

**Foto: Franklin de Freitas/Estadão Conteúdo**



Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-bolsonaristas-retiram-faixa-em-defesa-da-educacao-em-predio-da-ufpr/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Circularam nas redes sociais vários vídeos dos manifestantes bolsonaristas festejando a retirada da faixa EM DEFESA DA EDUCAÇÃO. Analisaremos apenas a fala de um manifestante, visto que ela permitirá aprofundar nossa reflexão crítica sobre essa posição ideológica. No ato de retirada da faixa do prédio da UFPR, um dos bolsonaristas, vestido de verde e amarelo, no calor do acontecimento, olhando direto para uma câmara (uma segunda pessoa o estava gravando), como se estivesse se dirigindo a um grande público, aos gritos e com movimentos com as mãos, faz a seguinte assertiva:

SD5 – Olha aqui, oh, vamos retirar essa faixa porque prédio público não pode ser utilizado de forma ideológica. É Brasil. Dinheiro público é com responsabilidade. Nós tamos aqui buscando um Brasil melhor. Não vamos permitir mais isso. (Diário do Centro do Mundo, em 26 de maio de 2019)<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Essa forma de denominação de sujeitos como “bolsonaristas” caracteriza a relação da língua na história para produzir sentidos. Ou seja, trata-se da língua em sua relação político-simbólica com a história e os sujeitos que votaram em Jair Bolsonaro e/ou que possuem identificação com este governo. Tanto é assim que a palavra “defesa” ganha outro sentido em acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam. No caso, defende-se o governo, e não a educação.

<sup>14</sup> Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-bolsonaristas-retiram-faixa-em-defesa-da-educacao-em-predio-da-ufpr/> Acesso em 10/08/2019

Analisando essa materialidade discursiva, tomando a relação da língua com a história, podemos visualizar que há marcas do autoritarismo, do nacionalismo exacerbado (simbolizado pela camisa amarela da seleção brasileira) e a perseguição à ideologia contra-hegemônica, numa espécie de volta da caça às bruxas. Tal funcionamento mascara o próprio mecanismo da ideologia, como podemos constatar no trecho da SD5: “prédio público não pode ser utilizado de forma ideológica”. Como se a ideologia não atravessasse todas as instituições, nem constituísse todos os sujeitos. E como se o seu próprio ato (violento) não fosse um ato ideológico. Trata-se de um discurso alinhado à posição-sujeito do governo Bolsonaro, excludente e antidemocrático, e mais ainda, à forma-sujeito que os interpela.

Segundo Orlandi (2001, p. 22):

O sujeito *é* interpretação. Fazendo significar, ele significa. É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito da literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá. A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade.

Portanto, ao produzir sentidos, o sujeito se deixa ver no discurso; ele significa o mundo e se significa ao mesmo tempo, revelando, desse modo, sua posição ideológica. Ou ainda, como diz Pêcheux (2014, p. 160), “o sentido não existe em si mesmo, pois é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são (re)produzidas”. Assim, a rede de sentidos produzidos contra a esquerda, em geral, tem seu funcionamento atrelado à defesa do grande capital e a uma posição discursiva contra o socialismo e o comunismo (imaginário)<sup>15</sup>. Assim, o sistema capitalista é interpretado como o único modo de produção viável, o “único” capaz de assegurar “liberdade” e “bem-estar” à humanidade – “É Brasil (...) Nós tamos aqui buscando um Brasil melhor”, destaca outra passagem da SD5. Dessa forma, os dizeres fazem significar um “Brasil” da direita ultraconservadora e silenciam as contradições do sistema hegemônico, que, por conta da lógica do capital, produz muita riqueza concentrada nas mãos de poucos e muita miséria para a classe trabalhadora.

Contudo, embora a ideologia dominante tenha o poder de inculcar na massa a aceitação de suas práticas excludentes, há, na própria sociedade de classes, espaços de resistências que na cadeia significativa possibilitam ao sujeito posicionar-se de forma não esperada e produzir resistência, pois “não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura”, explica Pêcheux (1990, p. 17). Nessa linha de raciocínio, podemos ainda citar Orlandi, que diz: “a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares” (ORLANDI, 2001, p. 103).

<sup>15</sup> Para maiores reflexões sobre o “comunismo imaginário”, ver o importante trabalho de Mariani (1998). Nele, a autora analisa o discurso jornalístico sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e mostra como foi atribuído aos comunistas o lugar de inimigo da sociedade brasileira, pois se cristalizaram nessa discursividade sentidos negativos de “maus brasileiros”, ou mesmo, de “não brasileiros”.

Designaremos como resistência o acontecimento de 30 de maio de 2019, pois no segundo dia de protestos contra os cortes de verbas da educação, estudantes e professores voltaram ao prédio histórico da UFPR para repor a faixa. Era outra faixa, dessa vez maior, e que preservava as mesmas cores e os mesmos dizeres da anterior. Em contagem regressiva, uma multidão assistiu, sob a chuva, à cerimônia de sua reinauguração.

SD 6 – *Sob chuva, ato “reinaugura” faixa no prédio histórico da UFPR*  
(Folha de Londrina, 30 de maio de 2019)

**Foto: Franklin de Freitas/Estadão conteúdo**



Fonte: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/sob-chuva-ato-reinaugura-faixa-no-predio-historico-da-ufpr-2941849e.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

O ato de reinaugar a faixa, a nosso ver, prática de resistência, representa a atualização de uma posição-sujeito que resiste à violência da lógica do capital que transforma tudo em mercadoria, inclusive a educação. A faixa reposicionada se confronta novamente com a rede de sentidos do autoritarismo, que se dá, não por acaso, quando o modo de produção hegemônico enfrenta obstáculos. Recorrendo a Courtine (2009, p. 104), cabe afirmar que “toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – faz circular – formulações anteriores, já enunciadas”. Por isso, cabe ressaltar que, no momento, o Brasil ensaia uma volta ao passado, similar ao contexto anterior às ditaduras de 1930 e 1964, em forma de pré-construídos materializados em críticas às ciências, sobretudo às ciências humanas<sup>16</sup>, trazendo em seu lugar uma série de falácias, ressignificadas em tempos de *fake news*, que buscam pôr em descrédito saberes comprovados cientificamente, e em discursos eivados de ameaças aos direitos humanos.

<sup>16</sup> Em sua conta no *Twitter*, em 26 de abril de 2019, o presidente Bolsonaro declarou: “O Ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”. Tais declarações também provocaram indignação, e diversas universidades e associações científicas lançaram notas de crítica à “ignorância” do presidente e de seu ministro.

É preciso destacar também que nos atos de derrubada e de recolocação da faixa, um mesmo símbolo se faz presente, a cor amarela, que remete ao nacionalismo brasileiro, materializado na segunda e na terceira imagens vistas acima, pela camisa da seleção e pela bandeira do Brasil, respectivamente. No entanto, numa demonstração do caráter polissêmico da linguagem, ambas as posições fazem circular diferentes sentidos. De um lado, temos o patriotismo, cujos apoiadores se identificam com o governo Bolsonaro, e que carregam a bandeira brasileira em nome de “mudanças” sociais de cunho conservador; em contrapartida, constatamos o outro lado da moeda, representada pelos sujeitos que se contraidentificam, isto é, estão na Formação Discursiva de sujeitos que não compactuam com as decisões do governo, contra a conjuntura de desmontes das diversas esferas institucionais e dos direitos sociais e humanos. Ao defender a educação, o segundo grupo clama não só pelo desbloqueio de verbas e pela continuidade das pesquisas, mas por uma concepção de educação construída sob uma base democrática, em oposição à elitização do saber.

Enquanto alternativa, o discurso de defesa dos que se contrapõem ao atual estado das coisas remete os dizeres à proteção das conquistas na educação pública. A prática simbólica é a de um escudo humano que levanta a bandeira da resistência, a fim de impedir o avanço da ofensiva das políticas governamentais. A prática é reproduzida na materialidade abaixo, datada da manifestação de 15 de maio. Trata-se de uma bandeira que não aceita posturas retrógradas e preconceituosas. No mesmo cenário do ato de recolocação da faixa, os guarda-chuvas atuam como espécie de bloqueio (escudos) e resistência contra os duros ataques à educação.

**Foto: Everson Bressan/Futura Press/Estadão Conteúdo**



Fonte: [http://picdeer.com/media/2045503861149690118\\_205949558](http://picdeer.com/media/2045503861149690118_205949558). Acesso em: 19 set. 2019.

Tendo como fundo o prédio histórico da UFPR, com sua imponente arquitetura, os acontecimentos citados acima constroem as suas narratividades de produção de sentidos em relações de forças, em relações de sentidos e em formações imaginárias. A cor preta da faixa, símbolo do luto, e os guarda-chuvas, que escrevem o enunciado “A universidade resiste”, destacam-se do fundo branco do edifício da universidade e funcionam como sinal de alerta.

Em 30 de maio de 2019, outra “cena”, também no âmbito educacional, pegou os brasileiros de “surpresa”, algo também da ordem do “inacreditável”, quando o Ministro

da Educação, Abraham Weintraub, usou sua conta pessoal do *Twitter* para postar um vídeo em que, numa atitude provocadora, aparece parodiando uma cena do filme “Cantando na chuva”<sup>17</sup>. Assim, com um guarda-chuva em mãos, no que parecia ser um gabinete, decorado com uma bandeira do Brasil ao fundo, verbaliza: “Está chovendo *fake news*”, e destaca que “novamente um veículo de comunicação das pessoas que estão de mal com a vida tenta macular a imagem do MEC” com notícias falsas. E segue a “dança” em sua “astuta” desenvoltura política...

#### Foto: vídeo no YouTube



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=uJaSXvir-kA>. Acesso em: 19 ago. 2019

Podemos dizer que entre sentidos produzidos, os eventos de maio de 2019 nos põem cara a cara com os efeitos da ideologia (conhecimento e desconhecimento), nos põem também diante do inusitado ou mesmo do “ridículo” e “inacreditável”, mas também nos expõem à violência simbólica e concreta, e, sobretudo, com o funcionamento do cinismo, do sarcasmo, da piada, ou mesmo do “mico” nas posições ideológicas em jogo nessa conjuntura histórica.

Após a circulação desse vídeo, vários dizeres e contradiscursos foram produzidos e circularam no meio social, a exemplo da charge abaixo. Nela, podemos retomar as falhas nos rituais ideológicos e compreender, na formulação do discurso, sua espessura histórica, que quebra a transparência da linguagem (sob o efeito da ideologia) do que seja “corte/contingenciamento”. Além disso, produz resistência, desloca a maneira de ler, pois reformula o discurso, dá a ver outras discursividades possíveis, sentidos outros. Pelo humor, traz os vestígios das sérias consequências do ataque do governo às Universidades e à educação em geral, como interrupção dos serviços essenciais das Universidades e Institutos Federais, e com consequências drásticas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, como cortes de transportes, diárias, passagens, energia elétrica, água, serviços de limpeza e conservação, material de consumo, assistência estudantil e manutenção de projetos de pesquisa e ações de extensão importantes para toda a sociedade.

<sup>17</sup> Fonte: dirigido por Stanley Donen e Gene Kelly, o filme “Cantando na chuva” é um clássico de 1952.



Foto: Fanpage Jota Camelo Charges



Fonte: <https://www.facebook.com/jotacamelocharges/> Acessado em: 19/09/2019

Como vimos, diferentes linguagens significam diferentemente e podem produzir os mesmos e outros sentidos, sejam de opressão, sejam de resistência. Em nossa análise, ora presenciamos pessoas, aparentemente instruídas, retirando, de maneira raivosa, uma faixa em defesa da educação da fachada de uma universidade; ora “assistimos” a um Ministro da Educação provocar a massa, levando a discussão sobre a educação a um nível mais rasteiro da política.

Ao final deste texto, chegamos à conclusão de que precisamos estar alertas a essas discursividades de ataques à educação, visto que, se não as analisarmos de modo rigoroso, corremos o risco de nos distrair no efeito fenomênico do “inacreditável” que elas produzem, perdendo a totalidade da questão, pois, enquanto isso, outros ataques com “reformas” seguem sua “dança” no Congresso Nacional, retirando os direitos da classe trabalhadora, para a satisfação do grande capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tantos entraves, é preciso manter acesa a resistência e jamais se conformar com tamanha balbúrdia política constatada nos últimos acontecimentos históricos do país. Podemos afirmar que vivemos conflitos em que as disputas ideológicas antagônicas se encontram em confronto na arena discursiva dominada por hostilidades e direcionamentos políticos e econômicos que pode nos encaminhar cada vez mais para a barbárie. Diante disso, é necessário continuar com nossas análises rigorosas, mirando essas discursividades impiedosas, já que

[...] nossa leitura e nossa escrita analítica são sempre um gesto político que desafia o contexto histórico, pois nos deparamos com a opressão, a violência, a repressão, a desilusão e o conformismo, mas também com a indignação, o inconformismo, a esperança, a resistência-revolta e a luta pela emancipação humana. A cada análise temos o compromisso de elucidar o processo discursivo em seu movimento dialético no processo histórico que está, em última

instância, inscrito nos antagonismos inconciliáveis das classes sociais do modo de produção capitalista. E é assim que buscamos compreender/intervir nas práticas históricas de nosso tempo. Desse modo, podemos dizer que fazer AD é para nós uma perspectiva de trabalho de resistência-revolta e luta contra a opressão do capital. (SILVA SOBRINHO, 2014, p. 41).

Portanto, o que nos instiga enquanto analistas do discurso é o enfrentamento e a superação dos desafios que se apresentam neste cenário desolador, através da nossa maior arma: o trabalho incessante em desvelar discursos em sua concretude histórica.

## REFERÊNCIAS

- BEMVINDO, Vítor. Por que Bolsonaro odeia professores? In: *Jornal Brasil de Fato*, 26 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/26/artigo-or-por-que-bolsonaro-odeia-professores/>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro. *Qualidade e cidadania nas reformas da educação Brasileira: o simulacro de um discurso modernizador*. Maceió: Edufal, 2007.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos (SP): EduFSCar, 2009.
- DCM. Diário do centro do mundo. *Bolsonaristas retiram faixa em defesa da educação em prédio da UFPR*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WbD-qGNg3gU>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- FOLHA DE LONDRINA. *Sob chuva, ato "reinaugura" faixa no prédio histórico da UFPR*. 30 maio 2019. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/sob-chuva-ato-reinaugura-faixa-no-predio-historico-da-ufpr-2941849e.html> Acesso em: 12 ago. 2019.
- GÓIS, Fábio. *Ministério da Educação prepara ação para barrar curso sobre "golpe de 2016" anunciado pela UnB*. Congresso em foco, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/ministerio-da-educacao-prepara-acao-para-barrar-curso-sobre-golpe-de-2016-anunciado-pela-unb/>. Acesso em: 12 set. 2019.
- KRAWCZYK, N.; LOMBARDI, J. C. (Org.) *O golpe de 2016 e a educação no Brasil*. 1. ed. Uberlândia (MG): Navegando, 2018.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1992-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2002.
- ORLANDI, Eni. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e texto*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2001.
- ORSO, Paulino José. A educação em tempos de golpe, ou como avançar andando para trás. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 50-71, abr. 2017.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas (SP): Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cadernos de estudos linguísticos*, n. 19. Campinas (SP): Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas (SP): Unicamp, 2014.
- SILVA SOBRINHO, Helson. O analista de discurso e a práxis sócio-histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético. In: *Revista Conexão Letras*, v. 9, n. 12, 2014.

SILVA SOBRINHO, Helson. Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso. In: BALDINI, Lauro; BARBOSA FILHO, Fábio. *Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades*. vol. 2. Campinas (SP): Pontes, 2018a.

SILVA SOBRINHO, Helson. Resistências ao golpe de 2016: universidade, ciência, política e ideologia. In: SOUSA, Lucília *et al.* (Orgs.). *Resistirmos, a que será que se destina?* São Carlos (SP): Pedro & João editores, 2018b.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019209-221>

**PESSOAS TRANS NO ENSINO SUPERIOR:  
LUTAS POR ACESSO E PERMANÊNCIA, A EXEMPLO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (2012-2015)  
TRANSGENDER PEOPLE IN HIGHER EDUCATION:  
STRUGGLES FOR ACCESS AND PERMANENCE AND THE CASE  
OF FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA CATARINA (2012-2015)**

Keo Silva\*

Alexandre Fernandez Vaz\*\*

**Resumo:** As resoluções normativas das universidades brasileiras que garantem o nome social de alunos e alunas trans foram passo importante na luta por reconhecimento desse segmento populacional. Políticas institucionais como essa podem compor um projeto mais abrangente, a democratização do ensino superior no Brasil. Nesse sentido, o presente trabalho se ocupa de um comentário sobre essa problemática e da análise da experiência da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), resultado das lutas por reconhecimento efetivadas em um conjunto de resoluções. Ainda que insuficientes, os avanços têm sido importantes, entre os quais se destaca o direito ao nome social. Esse processo diz das possibilidades de a universidade brasileira ampliar direitos, contribuindo com o avanço democrático. No entanto, as disputas políticas atuais não dão margem para otimismo no que tange à garantia de direitos e acesso à cidadania, colocando sob ameaça a democratização de espaços como a universidade.

**Palavras-chave:** Pessoas Trans. Nome Social. Universidade. Gênero.

**Abstract:** The normative resolutions of the Brazilian universities that guarantee the preferred name of transgender students were an important step in the struggle for recognition of this social group. Institutional policies such as these may compose a broader project, the democratization of higher education in Brazil. In this sense, this paper aims to comment this subject and to analyze the experience in the Federal University of Santa Catarina (UFSC), a case of struggle for recognition that results in a set of resolutions. Although insufficient, advances have been important, including the right to a preferred name. This process suggests the possibilities of the Brazilian University to expand rights, contributing to the democratic advance. However, current political struggles do not allow optimism regarding the guarantee of rights and access to citizenship, putting the democratization of spaces such as the University under threat.

**Keywords:** Transgender People. Preferred Name. University. Gender.

**Recebido em: 07/10/2019. Aprovado em: 21/11/2019.**

\* Cientista Social e Mestre em Educação pela UFSC, com bolsa CNPq; Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea e do Núcleo de Pesquisa das Travestilidades, Transexualidades, Transgeneridades (NeTrans), ambos da UFSC. E-mail: keo\_ech@gmail.com

\*\* Doutor em Ciências Humanas e Sociais (Leibniz Universität Hannover, Alemanha). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da UFSC; Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea, UFSC; Pesquisador CNPq. E-mail: alexfvaz@uol.com.br

## INTRODUÇÃO

Os últimos anos têm visto emergir no cenário brasileiro a afirmação de grupos sociais que reivindicam direitos, lugar na política e reconhecimento social<sup>1</sup>. Entre eles estão as pessoas trans\*<sup>2</sup>. Vítimas de preconceito, discriminação e violência em uma sociedade binária e cis-heteronormativa, elas encontram tanto no cotidiano quanto em aspectos políticos e jurídicos uma série de barreiras, penalizados por não se terem resignado a um corpo no qual não se sentem confortáveis e em que não se reconhecem como sujeitos.

Tradicionalmente a sociedade moderna orienta-se por uma determinação organicista que pressupõe um alinhamento entre o sexo e o gênero, o que podemos chamar de cisgeneridade. Assim, os indivíduos que correspondem a esse alinhamento podem ser definidos como cisgêneros.

Em consonância com as perspectivas de estudos gênero como a de Judith Butler, observamos como a cisgeneridade como norma social estabelece hierarquia entre os corpos. Os corpos correspondentes a essa norma são considerados legítimos dentro das mais diversas esferas da vida social e aqueles que não correspondem a essa marcação têm suas experiências deslegitimadas. A invalidação das experiências fora da norma com frequência se dá por meio da violência, marginalização e exclusão, na esfera social, tanto quanto na vida familiar e nas relações do mundo público.

As consequências dessa hierarquização se mostram nas estatísticas que apontam o Brasil como o país que mais mata pessoas trans no mundo<sup>3</sup>. Nesse mesmo contexto, a expectativa de vida de um brasileiro cisgênero é de aproximadamente 70 anos, enquanto a de uma pessoa trans chega a metade disso. O transfeminicídio<sup>4</sup> e o suicídio são as principais causas de morte dessa população, o que deixa bastante evidente a assimetria entre as vidas que são legitimadas pelo discurso normativo do gênero e as que não são.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho tem origem na dissertação de Mestrado em Educação *Dos Saberes e outros trânsitos: percursos de alunos e alunas trans\*, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social*, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina em agosto de 2019, com apoio de bolsa CNPq. É ainda resultado parcial do Programa de Pesquisas Teoria Crítica, Racionalidades e Educação (V), financiado pelo CNPq (Processos 310115/2017-5 e 423773/2018-6).

<sup>2</sup> Expressão utilizada como termo guarda-chuva para se referir as categorias identitárias travestis, transexuais e transgêneros. O uso do asterisco é uma forma de evidenciar que o termo está sendo utilizado no sentido de abordar todas as categorias citadas. Ao longo do texto utilizaremos a expressão trans sem asterisco apenas para possibilitar uma leitura mais fluida do texto, mas sempre que o termo for utilizado estará no sentido de abordar todas as categorias a que diz respeito.

<sup>3</sup> Pesquisa realizada pela *Transgender Europe* realizada em 2016 aponta que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Vide relatório da pesquisa da *Transgender Europe*, realizada em 2016. Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019

<sup>4</sup> Para a socióloga Berenice Bento, transfeminicídio pode ser entendido como o assassinato de uma pessoa provocado por seu gênero, especificamente o feminino. A violência é decorrente de uma aversão ao gênero feminino conjugada com outra, à transgeneridade. Neste caso ocorre uma dupla opressão, tanto por se performar o gênero feminino quanto por se ultrapassar as fronteiras dos determinismos de que o gênero é definido pelo sexo.

Quando olhamos para os altos índices de evasão/expulsão escolar de pessoas trans no ensino básico, fica claro como a cisgeneridade funciona como marcador para um desfecho bem-sucedido nos percursos escolares. Enquanto a oferta de vagas se ampliou nas últimas décadas, a formação escolar ainda é para as pessoas trans um dos principais obstáculos para o alcance da cidadania. O ensino médio é importante gargalo – entre outros motivos, porque com frequência coincide com o período de transição de gênero – e o ensino superior é ainda uma exceção para a essa população. Nesses ambientes os problemas são diversos, do uso de banheiros ao *bullying*, das questões de saúde à retificação do nome, do uso do nome social ao preconceito, velado ou não.

Na contramão desse processo, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pioneira nas políticas de cotas para negros e alunos oriundos da escola pública, também foi vanguardista no que se refere à democratização do acesso que pudesse alcançar a população trans, instituindo em 2007 as primeiras vagas no vestibular destinadas à disputa por pessoas desse grupo social.

Na esteira dessa e de outras experiências, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vem desenvolvendo desde 2012 ações no sentido de ampliar o leque de possibilidades de acesso e permanência de pessoas trans em seu quadro discente. Fruto de intensos debates e lutas políticas e jurídicas, as sucessivas resoluções implantadas vêm mostrando um esforço de inclusão e reconhecimento social que não pode ser negligenciado.

A relevância de pensar essas questões diz sobre os efeitos dessas resoluções ao longo dos anos, desde que foram aplicadas na universidade, ao mesmo tempo em que dá visibilidade a um debate importante entre ela e a população trans.

O momento não é bom para as populações politicamente minoritárias, com clara posição do executivo nacional em favor do que ele tem chamado de governo para as majorias, em clara distorção do *modus operandi* democrático, que procura, ao contrário, ampliar direitos e acolher diferenças.

Os ataques vêm desde pronunciamentos do Presidente da República em redes sociais, em que se coloca em posição contrária ao debate de temas que abordem questões relacionadas à comunidade trans<sup>5</sup>, como a presença do Pajubá<sup>6</sup> na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em novembro de 2018, até ações desfavoráveis às pessoas trans, como o cancelamento do edital específico para candidatos autodeclarados transexuais, travestis e transgêneros na universidade da Integração Internacional da

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/05/O-dicion%C3%A1rio-do-dialeto-LGBT-citado-na-prova-do-Enem>. Acesso em: 02/03/2019.

<sup>6</sup> O *pajubá* é uma linguagem popular resultante da mistura de várias expressões vindas de línguas africanas ocidentais e que foram incorporadas na língua portuguesa. Um dialeto muito utilizado por seguidores de religiões de matrizes africanas e também pela comunidade LGBT. O *pajubá* passou a ser incorporado pelas travestis durante a ditadura militar como meio de enfrentar a repressão policial, despistar a presença de pessoas indesejadas através do uso de uma linguagem não compreendida pelos repressores. Tanto para as religiões de matrizes africanas que utilizam esse dialeto quanto para a comunidade LGBT *pajubá* tem o significado de “fofoca”, “novidade”, no sentido de descrever fatos ocorridos nessas realidades. Tornando-se assim um patrimônio linguístico dessas comunidades.

Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)<sup>7</sup>, em julho de 2019. Esses dois episódios demonstram que a população trans está no cerne da disputa moral que ocorre no Brasil nos dias de hoje. Mesmo que não seja uma estratégia inovadora, o pânico moral, é uma ferramenta de dominação política que, por meio dos *mass media*, principalmente da internet, cria a fantasia da desordem moral, agenciando discursos normativos sobre gênero e sexualidade. Para Gayle Rubin (2012, p.36),

Pânicos morais são o “momento político” do sexo, em que atitudes difusas são canalizadas em ação política e a partir disso em mudança social. (...)Durante um pânico moral tais medos se ligam a uma infeliz população ou atividade sexual. A mídia se torna inflamada com indignação, o público se comporta como uma massa fanática, a polícia é ativada, e o estado põe em ação novas leis e regulações. Quando o furor passa, alguns grupos eróticos inocentes foram dizimados, e o estado estendeu seu poder em novas áreas do comportamento erótico. (...). Todo o pânico moral tem consequências em dois níveis. A população-alvo sofre mais, mas todos são afetados pelas mudanças sociais e legais. (...). A criminalização de comportamentos inócuos como a homossexualidade, prostituição, obscenidade, ou consumo recreativo de drogas é racionalizado ao representá-los como ameaças a saúde e segurança, mulheres e crianças, segurança nacional, a família, ou a civilização em si mesma.

Um das frentes políticas mais midiáticas dos segmentos reacionários é sua oposição à *ideologia de gênero*, a refutação de que a categoria gênero é construção social e não determinada pelo discurso biológico, demonstrando como questões sobre gênero, sexualidade, corporalidades são elementos em disputa nesse conflito moral que vivenciamos (CÉSAR; DUARTE, 2017). Um ponto marcante dessa estratégia política ocorre quando o Programa Brasil Sem Homofobia (2004) é interdito pelo governo federal em 2011. A proposta original era a da discussão da cidadania da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais), a fim de problematizar questões como a violência e a discriminação na escola de jovens desse segmento. No entanto, o programa ficou conhecido, pejorativamente, como “kit gay” e os grupos mais regressivos que se opunham à fantasiosa ideologia de gênero defenderam que sua implementação incentivaria as crianças ao “homossexualismo” e à promiscuidade.

Outro episódio emblemático foi a reação à vinda da filósofa Judith Butler ao Brasil<sup>8</sup>, com vistas a participar do seminário internacional *Fins da Democracia*, em 2017. Grupos organizados se manifestaram contra a presença da estadunidense, manifestando-se em frente ao local do evento, onde foi recebida aos gritos e cartazes de *menos Butler e mais família e deixe nossas crianças em paz!*, e até mesmo um ataque verbal no aeroporto, quando estava por deixar o país.

Esses fatos retratam o conflito de posições políticas que a sociedade brasileira vive. É possível encontrar outras manifestações ofensivas que colocam a população LGBT *no front* da disputa ideológica que toma corpo com o tema do gênero, a exemplo de discursos da corrida eleitoral de 2018, presentes também no ano em curso.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/07/16/bolsonaro-mec-intervem-e-universidade-anulara-vestibular-para-transexuais.htm>. Acesso em: 10/05/2019

<sup>8</sup> Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1934406-passagem-da-filosofa-judith-butler-br-por-congonhas-termina-na-delegacia.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2019.

Uma atualização desse projeto político anti-minorias emerge no Estado de Santa Catarina nas discussões sobre suprimir a expressão *identidade de gênero*<sup>9</sup> do Plano Estadual de Educação. Após o posicionamento de alguns deputados nesse sentido, o próprio Governador afirmou que “o estado não permitiria essa abordagem”<sup>10</sup>, arguindo a falta de relevância desse assunto nas escolas, colocando-se assim em posição que em nada ajuda na desmistificação do tema e o combate aos preconceitos direcionados à população trans. além de desconsiderar totalmente que todos os indivíduos tem identidade de gênero, tanto pessoas cisgêneras quanto trans. Deixando o debate bastante restrito, a proposta para a substituição do conteúdo é de que a abordagem deveria ser apenas em relação à biologia, demonstrando um retrocesso em relação à importância de abordagens sobre gênero e sexualidade, e deixando evidente que a população trans e os debates que a tangenciam devem ser excluídos da agenda desse governo que classifica os corpos entre os que importam e os que não importam, se podemos aqui tomar emprestada a expressão de Judith Butler (1993). Mostra-se também uma profunda desconsideração pelo fato de que os corpos são construções sociais, resultando do encontro, muitas vezes conflituoso, entre os desejos e as imposições sociais. Podem, portanto, no sentido da democracia, ser produto do exercício da liberdade.

A aprovação de medidas como a proibição da expressão identidade de gênero nos materiais escolares representa um retrocesso em termos de direitos conquistados a população LGBT, em específico da população trans, o que mostra a importância de se pensar políticas que assegurem a cidadania dessa população, inclusive na universidade.

Pesquisas como as de Luma Andrade Nogueira (2015) e de Megg Rayara de Oliveira (2018) problematizam como a normatividade, em relação à sexualidade e à identidade de gênero, é agenciada nas instituições de ensino. A presença de pessoas trans desestabiliza a ordem normativa no interior da escola, por romper com os padrões binários de gênero implícitos na ordenação dos corpos escolarizados. No que se refere ao abandono escolar, Berenice Bento (2008) destaca que não é evasão escolar o que deriva da devida falta de reconhecimento da identidade de gênero na instituição de ensino. A escola, ao negar a identidade de gênero, desrespeitando ou negando-se a reconhecer o uso dos pronomes e gênero com os quais alunos e alunas trans se identificam, acaba por expulsar esses indivíduos da escola, reiterando a ideia de não pertencimento e exclusão. Além disso, a não aceitação dos colegas da escola em relação à identidade de gênero acaba por ser outro fator que diz sobre essa dinâmica normativa.

Na universidade, os debates sobre o reconhecimento das identidades de gênero ganham força após a implementação de resoluções normativas pelos Conselhos Universitários, instâncias máximas de deliberação universitária, garantindo o uso do nome social para alunos e alunas que se autodeclaram transexuais ou travestis. Esse movimento acontece ainda no início dos anos 2000 e decorre das lutas por reconhecimento da população trans na área da saúde, e que se estende à educação.

---

<sup>9</sup> Para a psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus (2012), identidade de gênero refere-se ao gênero ao qual o indivíduo se identifica, seja ele correspondente ao gênero atribuído ao nascimento ou não. Mas também pode ser utilizado para referir-se ao gênero atribuído a determinado indivíduo por marcadores como os papéis sociais de gênero, como práticas sociais compreendidas como masculinas e femininas, roupas, cortes de cabelo etc.)

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/governo-de-sc-comeca-a-discutir-retirada-do-termo-identidade-de-genero-do-curriculo-da>. Acesso em: 05/10/2019



Nesse caminho, este artigo propõe uma análise das resoluções normativas sobre o nome social – nome pelo qual a pessoa se reconhece e é reconhecida em suas relações sociais – criadas pela UFSC, no intuito de compreender aspectos da luta por reconhecimento em relação à identidade de gênero na universidade. Pessoas trans adotam o nome social como estratégia para ter sua identidade de gênero reconhecida nos casos em que não tenha sido feita a mudança de nome e gênero nos documentos de identificação oficiais, tais como registro geral (RG), carteira nacional de habilitação (CNH) e cadastro de pessoa física (CPF). Ao mesmo tempo em que a cidadania é acessada por meio dos documentos, ela também estabelece sua impossibilidade aos que não os possuem. Na experiência de parte da população trans há dissonância entre sua identidade de gênero e as informações determinadas nos documentos oficiais, caracterizando, de alguma forma, o não reconhecimento daquele indivíduo, em concordância com sua identidade, pelo Estado. Dessa forma, a política de nome social é desenvolvida como resposta a esse imperativo dos documentos vigente em nossa sociedade. A falta de documentos muitas vezes é mecanismo impeditivo para que pessoas trans consigam ocupar espaços sociais.

Nas próximas páginas, antes das considerações finais, observamos a trama entre corpos que importam e que não importam, principalmente os últimos, para logo após tratar especificamente do ingresso e permanência de pessoas trans na escola, para então, finalmente, abordar o movimento de reconhecimento legal e político de direitos de pessoas trans na universidade, tomando como exemplo o percurso desenvolvido pela UFSC.

## CISNORMATIVIDADE E A REALIDADE DE PESSOAS TRANS NOS ESPAÇOS DE ENSINO

O Brasil concentra um volume bastante alto de evasão/expulsão escolar de pessoas trans, já que o reconhecimento da identidade de gênero – ainda sobremaneira escasso – funciona como um dos principais fatores que garantem a permanência na instituição. Pesquisa realizada em 2016<sup>11</sup> mostra que 82% dos alunos trans e travestis se evadem da escola antes de terminar o ensino médio; outra investigação aponta que apenas 0,2% da população trans brasileira está nas universidades<sup>12</sup>. Nesse sentido, é importante observar quais as políticas públicas internas e também de maior abrangência que estão implicadas no acesso e permanência de pessoas trans na universidade.

Essa dinâmica de exclusão vincula-se a como a norma social que atua no controle e produção de determinados corpos, excluindo outros. Escola e universidade são espaços em que essa dinâmica está fortemente naturalizada. Para Vergueiro (2017), esses espaços concentram maior tensão entre cisnormatividade e as diversidades corporais e de gênero.

---

<sup>11</sup> Pesquisa realizada pelo defensor público João Paulo de Carvalho Dias, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Diversidade da OAB do estado do Mato Grosso no ano de 2016. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transsexuais-o-direito-ao-estudo>. Acesso em: 04 nov. 2018.

<sup>12</sup> Segundo noticiado no site da Folha de São Paulo uma pesquisa realizada pela Andifes (entidade de reitores) com 424 mil estudantes matriculados nas “federais” mostra que apenas 0,2% se declararam homens e mulher trans. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>. Acesso em 21 jul. 2019.

Como consequência do não enquadramento, a ordem cisnormativa a evasão/expulsão passa a ser um desenlace comum à realidade de pessoas trans no Brasil. Uma pesquisa realizada pela Fundação Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) do Brasil, em 2015, intitulada de *Juventudes na Escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?*<sup>13</sup> aponta que 19,3% dos alunos em diversas escolas do Brasil não gostariam de ter alunos gays e trans como colegas. Esse dado elucida a realidade de não aceitação de pessoas trans no ambiente de ensino, demonstrando como sua experiência é muitas vezes marcada pela impossibilidade de nele permanecer. Observe-se que não se trata da mera tolerância, mas de uma importante rejeição de quase um quinto dos alunos.

Ao se pensar sobre as ações desenvolvidas para acesso e permanência de pessoas trans nos espaços de ensino, a política de nome social ganha destaque. Ela foi desenvolvida inicialmente no campo da saúde, como uma das demandas do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), em 2008. O Processo Transexualizador elaborado pelo SUS foi “um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais passam os indivíduos transexuais em determinados momentos de suas vidas”. (LIONÇO, 2009. p. 44). Após a implementação do nome social nas políticas de saúde, que se somaram às demandas de entrada de pessoas trans na universidade, resoluções internas foram desenvolvidas a fim de garantir o nome social em algumas instituições de nível superior.

Foi nas universidades que o nome social ganhou seu enfoque e foi tema de discussões dos conselhos superiores, suas máximas instâncias deliberativas. A UFSC foi uma das primeiras instituições a elaborar uma resolução normativa como forma de assegurar o reconhecimento do nome e de gênero de identificação de alunos e alunas trans. A luta por uma política interna como essa se deu principalmente pela presença de alunas trans e travestis na universidade (MASSA, 2018; CORRÊA, 2017), um marco histórico e político importante. Como aponta Mario Felipe de Lima Carvalho (2015, p.157),

É importante ressaltar que a lenta transformação que ocorre no panorama do ativismo trans brasileiro, principalmente em termos de escolaridade, capital cultural e idade, tem relação direta não apenas com a existência do processo transexualizador no SUS, mas também, como a gradual ampliação da incidência política do ativismo e, não em menor grau, com a ampliação no acesso ao ensino superior no Brasil na última década.

Dessa forma, percebemos a importância de pensar como ocorre o processo de entrada de pessoas trans na universidade e como esta desenvolve políticas para respeitar a identidade de gênero. Observamos que esse processo faz parte de outro ainda maior, que corresponde ao período de ampliação de acesso ao ensino superior no Brasil. Mostraremos a seguir algo do percurso e das principais mudanças que ocorreram desde a implementação da primeira resolução de nome social na UFSC em 2012 e a resolução que a sucedeu em 2015.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas-por-que-frequentam>. Acesso em: 19 nov. 2018

## O NOME SOCIAL: UMA ALTERNATIVA À BRASILEIRA

O nome social pode ser definido como aquele pelo qual uma pessoa trans é reconhecida em sua comunidade e em todos os âmbitos sociais. Esse nome é, na maioria das vezes, diferente do que consta nos documentos oficiais de identificação. Em casos em que a pessoas trans não realizou a retificação de nome e gênero<sup>14</sup>, ela pode solicitar o nome social nas instituições de ensino. Desde 2016 após decreto presidencial<sup>15</sup>, o nome social passou a ser um direito no interior dos órgãos públicos para o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans. Anteriormente não havia qualquer normativa que garantisse o reconhecimento da política em âmbito nacional, mas apenas dispositivos jurídicos que asseguravam o direito ao nome social nas esferas municipais e estaduais.

O desenvolvimento dessa política na UFSC e em outras universidades foi anterior ao decreto supracitado, e está ancorado e assegurado pela autonomia da instituição em criar políticas internas para que o reconhecimento da identidade de gênero, no caso específico da resolução de nome social, seja garantido no espaço universitário. Na UFSC a política de nome social foi elaborada e passou a vigorar após a implementação da resolução normativa 18/CUn/2012<sup>16</sup>, colocando a instituição como a sexta universidade brasileira a empregá-la.

Ao longo dos últimos anos, especificamente após a aprovação da primeira resolução a respeito do nome social na UFSC, em 2012, é notória a presença cada vez maior de alunos e alunas trans na universidade em diversos cursos de graduação e também de pós-graduação. Dessa forma, podemos dizer que o nome social contribui para o acesso de pessoas trans à universidade, uma vez que a instituição o garante desde o vestibular para alunos e alunas que se autodeclarem trans, contribuindo também para a permanência.

Os limites da política de nome social são estreitos e os anos de sua implementação nas universidades os deixaram evidentes, pois a política funciona apenas em espaço universitário. Nesses termos, Berenice Bento (2014, p.166) aponta que o Brasil tem uma maneira específica de fazer política no que diz respeito aos direitos das minorias:

Há um *modus operandi* historicamente observável das elites que estão majoritariamente nas esferas da representação política no Brasil, qual seja: a votação/aprovação de leis que garantem conquistas para os excluídos (econômicos, dos dissidentes sexuais e de gênero) são feitas a conta-gotas, aos pedaços. E assim se garante que os excluídos sejam incluídos para continuarem a ser excluídos.

<sup>14</sup> Termo jurídico que corresponde ao pedido feito ao juiz para que seja autorizada a modificação de nome. É um termo genérico que abrange hipóteses diversas de modificação de nome. Para o reconhecimento da identidade de gênero, que consistiria na retificação do nome e do gênero nos documentos oficiais, é possível realizar esse processo nos cartórios desde agosto de 2018, sem precisar de autorização judicial, como nos processos anteriores a essa data. Esse processo é garantido pelo provimento 73 emitido pela corregedoria nacional de justiça. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

<sup>15</sup> Decreto de 29 de abril de 2016 assinado pela então presidenta Dilma Rouseff que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm). Acesso em: 21/04/2019.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78418>. Acesso em: 23/11/2018

A autora também destaca o nome social como uma política que corresponde ao modelo de cidadania precária:

A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo. (BENTO, 2014, p. 167).

Frente ao *modus operandi* de fazer política à conta gotas para as populações historicamente vulneráveis e marginalizadas, a única possibilidade de alcançar cidadania e mesmo a condição de humanidade, é a construção do próprio corpo como um corpo político que se constitui no enfrentamento das imposições normativas que tentam ceifar modos de vida não hegemônicos.

Há, no entanto, diferentes questões em relação à política de nome social. Se por um lado há um posicionamento segundo o qual a política é produtora de subjetividades, implicando no respeito e na garantia ao direito do nome social, possibilitando maior chances de acesso e favorecendo a permanência de pessoas trans na universidade. Por outro ela revela de que forma as políticas públicas e a cidadania são distribuídas às populações vulnerabilizadas socialmente. A forma como a política foi elaborada e desenvolvida nas universidades mostra como esse direito é distribuído, como as políticas visando a cidadania para as minorias são desenvolvidas no Brasil, levando em consideração que o reconhecimento garantido pelo nome social, tem seus limites nas fronteiras da universidade, ou seja funciona apenas dentro da instituição, demonstrando uma forma de reconhecimento que não corresponde a um modelo de plena cidadania, em que a identidade de gênero de pessoas trans é considerada em todas as esferas da vida pública.

## AS RESOLUÇÕES DA UFSC

A política de nome social foi implementada na UFSC depois da decisão unânime do Conselho Universitário, em abril de 2012. É importante voltar a dizer que a efetivação da política nas universidades ocorre em consonância às reivindicações dos movimentos sociais somada à entrada de alunas trans na universidade. Em 2015 uma nova resolução com o intuito de complementar o documento da resolução de 2012 passou a vigorar. Entre as principais modificações realizadas na nesta última, está a do artigo 1º, que dizia o seguinte:

Art. 1.º Fica assegurada a possibilidade de uso do nome social aos travestis e transexuais nos registros, documentos e atos da vida acadêmica, na forma disciplinada por esta Resolução Normativa. (Resolução Normativa (CUn/18/2012). (Sublinhado no original).

Na resolução seguinte, o artigo primeiro ficou com esta redação:

Art. 1º Fica assegurada a possibilidade de uso do nome social para pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) nos registros, documentos e atos da vida acadêmica, em qualquer nível de ensino ou atividade acadêmica na forma disciplinada por esta Resolução Normativa. (Resolução Normativa 2015 (CUn/59/2015). (Sublinhado no original).

No documento de 2015 foi incluído o termo “para pessoas trans” para substituir “aos travestis e transexuais”, alteração que demonstra reconhecimento da condição humana, afinal é mencionada a palavra pessoas. Além dessas modificações, destacamos outras, como a alteração do prazo para a mudança de nome no sistema interno da universidade, onde ficam os cadastros com dados pessoais de identificação, o que inclui o nome, além da matrícula. A resolução de 2012 previa um prazo de 180 dias, ou seja, um semestre inteiro que o aluno/a deveria que ir às aulas sendo chamado pelo nome de registro, até que houvesse a alteração. Na resolução de 2015 o prazo foi diminuído para até 90 dias após a solicitação, tornando o processo mais célere e gerando mais confiança da parte de alunos e alunas trans, o que facilita seu acesso e permanência na universidade. Outra mudança significativa é que na resolução de 2012 constava que o nome social apareceria ao lado do nome de registro nas listas de chamada e afins, o que poderia ser um fator gerador de constrangimento a alunos e alunas trans. Na resolução de 2015 lê-se que a apenas o nome social deve estar nas listas de chamadas e afins.

A resolução de 2015 também permite que cada aluna ou aluno utilize o nome social desde o vestibular, decisão que antecede o decreto federal de 2016, fazendo a UFSC pioneira em termos de reconhecimento institucional para pessoas trans.

Alinhados ao pensamento de Axel Honneth (2003), consideramos que as demandas pela política de nome social se originam a partir de experiências de desrespeito em relação à identidade, tanto individuais quanto coletivas. Para Honneth, a luta por reconhecimento de determinados grupos sociais historicamente marginalizados implica na disputa de pertencimento à moral social, característica da dinâmica social de determinada época. A luta por reconhecimento, nos termos de Honneth (2003), imprime ânimo na dinâmica social. Ou seja, ela faz com que as relações sociais e as estruturas que as configuram se atualizem da disputa por reconhecimento de determinados grupos sociais que são colocados a margem, para a movimentação de processos sociais. Talvez se possa dizer que esse ânimo transposto à cultura varia de acordo com os regimes de governabilidade e que ampliam ou reduzem o que Honneth chama de gramática moral de cada época, dinamizada por meio da luta por reconhecimento.

Uma das formas de reconhecimento, segundo Honneth (2003), diz respeito ao campo jurídico, em que as leis se modificam historicamente, fazendo com que nessa atualização, a cada época, determinados grupos passem a fazer parte do escopo de populações reconhecidas ou não. O nome social, mesmo que com seus limites bem determinados, representa uma mudança na ordem jurídica no que diz respeito aos direitos da população trans no Brasil, ainda que dentro das especificidades de uma cidadania à brasileira<sup>17</sup>. Foi através da luta por reconhecimento dos movimentos sociais, que se

---

<sup>17</sup> Cidadania à brasileira é termo utilizado por Berenice Bento (2011) para pensar as políticas públicas implicadas nos direitos à cidadania de determinados grupos sócias que historicamente têm sido

concretizou nas resoluções internas de cada instituição, que a luta por reconhecimento da população trans avançou. Além disso, não é desprezível que a universidade reconheça a população trans em sua gramática moral, mesmo que com alguns entraves na adequação da política, a exemplo da resolução de 2012, em que o nome de registro aparecia ao lado do nome social nas listas de chamadas, podendo causar constrangimentos aos alunos e demonstrando um reconhecimento apenas parcial da identidade de gênero.

Após sete anos da elaboração da primeira resolução normativa sobre o nome social, observa-se certo avanço nas discussões e ações em relação às políticas de acesso de pessoas trans à universidade. Exemplo disso são os debates sobre ações afirmativas específicas para pessoas trans nos programas de pós-graduação. Ainda que em número reduzido de programas, tem sido abordada essa questão em diálogo com os pesquisadores e pesquisadoras trans da UFSC, coadunando com a ideia de que a população trans faz parte da gramática moral da instituição. Destarte, reiteramos que a grande urgência está em pensar políticas de acesso e permanência às pessoas trans no ensino básico e para o ingresso na universidade. No entanto, consideramos que a existência de ações afirmativas destinadas à população trans na pós-graduação contém o caráter político da visibilização e a possibilidade de construir novas perspectivas para essas subjetividades.

É notório que os posicionamentos da universidade têm sido favoráveis às demandas institucionais dessa população, mas, como mencionado acima, a força motriz da dinâmica social é regulada por uma governabilidade que tem implicações diretas nos aspectos culturais e, sobretudo, na gramática moral de seu tempo. Assim, as incertezas são constantes, visto o curso dos acontecimentos atuais que deixam mais que evidente que as contestações das moralidades têm sido o epicentro das disputas políticas contemporâneas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No complexo momento que vivemos no Brasil, em que a população trans se vê diretamente atingida, coloca-se o papel que pode desempenhar a universidade no sentido da efetivação de práticas democráticas, ampliando direitos de maneira direta, por via do acesso, mas também de forma indireta, ao promover visibilidade e presença de pessoas trans profissionalizadas em nível superior, o que inclui o campo da própria pesquisa e docência universitárias.

Políticas como a de nome social demonstram a importância da autonomia universitária na elaboração de políticas de acesso e permanência de populações em vulnerabilidade social.

O nome social, mesmo com sua particularidade de uma cidadania precária, possibilitou o acesso progressivo de pessoas trans a universidades brasileiras. Na UFSC, sete anos após a primeira resolução normativa de 2012, e também com a parceria de professores que apoiaram a iniciativa, foi possível a criação do Núcleo de Pesquisa das Travestilidades, Transexualidades, Transgeneridades (NeTrans), núcleo de pesquisa criado por pesquisadores trans da universidade. Através de diálogos entre núcleo de

---

marginalizados. A autora aponta que há uma *modus operandi* próprio que determina a maneira como é feita a distribuição desses direitos a essas populações.

pesquisa e outras instâncias universitárias, foi possível discutir acerca de políticas de ações afirmativas para pessoas trans nos programas de pós-graduação, a exemplo de outras instituições de nível superior do Brasil que já haviam implementado políticas como essa.

Considerando os altos níveis de exclusão da população trans das escolas, percebemos uma lacuna preocupante quando observamos que boa parte enfrenta uma realidade de expulsão e não de evasão; por falta de reconhecimento de sua identidade de gênero, não conseguem concluir o ensino médio, deixando mais distantes no horizonte de possibilidades o ingresso no nível superior. As políticas como a de nome social e outras mais amplas, como as ações afirmativas, operam como potencializadores de diferentes perspectivas de futuro para população trans brasileira, que na maioria das vezes se depara com uma realidade de marginalização e exclusão.

O desenvolvimento de políticas como a de nome social faz parte de uma pauta política das lutas por reconhecimento do movimento trans no Brasil que se inicia no campo da saúde no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 e se amplia para setores como a educação já na virada do século XXI, ao mesmo tempo em que também corresponde a uma agenda que versa sobre a ampliação do ensino público superior no Brasil. Dado que vivenciamos uma disputa moral em nossa sociedade hoje, percebemos que essas e outras políticas estão sob ameaça. A reversão de tal quadro exige atenção e resistência.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. Coord. *Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?* / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio Jacobo Waiselfisz. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese (doutorado). Área de Concentração: Educação – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. 278 f.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista de Estudos Feministas*, v.19, n. 2, maio-ago. 2011, pp. 548-559.
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea* v. 4, n. 1, jan.–jun. 2014, pp. 165-182.
- BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, L. *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016.
- BRASIL, DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016.
- BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. Nova York: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *"Muito prazer, eu existo!" Reconhecimento e ativismo de pessoas trans no Brasil*. Tese (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde. Rio de Janeiro, 2015.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.
- Jesus, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – EDA/FBN Registro EDA/FBN nº 563034, Livro 1074, Folha 91 Protocolo EDA/DF 2012, nº 366.
- LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 2009, p. 43-63.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre Fernandez. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). *Crítica Cultural* – Critic, Palhoça, SC, v. 14, n. 2, p. 209-221, jul./dez. 2019.

MARTENDAL, Laura. Relatos de minhas experiências na UFSC com relação ao uso do “nome social”. In: GROSSI, Miriam P.; FERNANDES, Felipe Bruno M. (orgs). *A força da “situação” de campo: ensaios sobre antropologia e teoria queer*. Florianópolis (SC): UFSC, 2018.

MASSA, Jimena M. *Nomes que importam: lutas pelo reconhecimento das identidades trans na UFSC*. In: GROSSI, Miriam P.; FERNANDES, Felipe Bruno M. (orgs). *A força da “situação” de campo: ensaios sobre antropologia e teoria queer*. Florianópolis (SC): UFSC, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, Programa de doutorado em educação. Curitiba, 2017. 190 f.

RUBIN, Gayle. “Thinking sex: notes for a radical Theory of the Politics of sexuality”. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Gayle Rubin. [1984]. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes Revisão de Miriam Pillar Grossi. 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin\\_pensando\\_o\\_sexo.pdf](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf) Acesso em: maio/2019

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador 2015.

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Dispõe sobre o uso do nome social por travestis e transexuais para fins de inscrição no concurso vestibular e nos registros acadêmicos no âmbito da universidade e dá outras providências. Resolução Normativa nº 18, de 24 de abril de 2012. Repositório UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78418> Acesso em: 23/11/2018

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Dispõe sobre o uso do nome social por pessoas trans para fins de inscrição no concurso vestibular e nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina. Resolução Normativa nº 59, de 13 de agosto de 2015. Repositório UFSC. Disponível: [http://propg.ufsc.br/files/2010/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Normativa-59.CUn\\_2015-13-de-agosto-de-2015-uso-de-nome-social.pdf](http://propg.ufsc.br/files/2010/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Normativa-59.CUn_2015-13-de-agosto-de-2015-uso-de-nome-social.pdf) Acesso em: 23/11/2018



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.





DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019223-240>

**O SEXO EM DISCURSO NA CONTEMPORANEIDADE:  
O FANTASMA DO GÊNERO  
E O ACONTECIMENTO GOLDEN SHOWER  
DISCURSIVE USE OF SEX IN THE CONTEMPORANEITY:  
THE GENDER PHANTOM AND THE GOLDEN SHOWER EVENT**

Glória França\*

Mariana Cestari\*\*

Tyara Veriato Chaves\*\*\*

**Resumo:** *Um presidente, uma conta no Twitter e muitas polêmicas em torno da denominada “ideologia de gênero”. Tomamos aqui o caso do Golden Shower, no período do carnaval de 2019, como acontecimento que, analisado numa rede de memória, propicia reflexões sobre a produção da verdade na contemporaneidade e a discursivização do sexo na sua relação com a política e com a moral, na qual o medo ocupa um papel preponderante. Atravessados pela onda dos discursos de ódio, esses funcionamentos discursivos ainda se relacionam ao modo de enunciar no digital em tensão com a política institucional e os funcionamentos da figura enunciativa do porta-voz, afetando o que pode e deve dizer um presidente.*

**Palavras-chave:** *Contemporaneidade. Acontecimento. Digital. Sexualidade. Discurso.*

**Abstract:** *A president, a Twitter account and several controversies about the so called “gender ideology”. This paper takes into analysis the “Golden Shower” issue, situated during the 2019 Carnival, as an event. This event analysed in a complex memory chain foster consideration about the truth production in the contemporaneity and about the discursive use of sex related to politics and to moral, in which the predominant role is played by the discursive use of fear in this context. This discursive functioning, which is also crossed by the hate discourses wave, is related to the enunciation (uttering) mode in the digital, in the tension between institutional policy and the spokesperson enunciative figure and affects what a President may and must say.*

**Keywords:** *Contemporaneity. Event. Digital. Sexuality. Discourse.*

**Recebido em: 10/11/2019. Aprovado em: 21/11/2019.**

## 1 O POLÍTICO NO CONTEMPORÂNEO: SEXO E MEDO

O pensamento sobre o contemporâneo em Agamben encontra guarida não apenas em uma noção de tempo cronológico, mas naquilo o que urge intempestivamente em determinado momento e possui a capacidade de convocar ao mesmo tempo o passado e

\* Doutora em Linguística. Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão. Grupo de Estudos e Pesquisas em Discursos, Interseccionalidades e Subjetivações (GEPEDIS/CNPQ). E-mail: gloria.franca@gmail.com

\*\* Doutora em Linguística/ Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: marianajcestaricefet@gmail.com

\*\*\* Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e integrante do Grupo de Pesquisa Mulheres em Discurso (141740/2015-9 - CNPq). E-mail: tyaraveriatoc@gmail.com

lançar-se pelo futuro. Mas o contemporâneo diz também de uma náusea, um incômodo, um desajustar-se àquilo que se apresenta aos olhos numa determinada época, assim, o olhar sobre a contemporaneidade não se reduz àquele que enxerga a escuridão do presente, mas diz, sobretudo, daquele que: “dividindo e interpelando o tempo, é capaz de transformá-lo e de relacioná-lo com outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de citá-la segundo uma necessidade que não provém de maneira alguma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual não pode não responder” (Agamben, 2014, p. 32-33). É difícil sermos contemporâneos dessa época, de viver em suas vértebras fraturadas, de perceber o modo como uma escuridão estranhamente familiar se instala e em 2019 vive o encontro intempestivo da sexualidade com o poder em seu desejo de controlá-la, delimitá-la, persegui-la e, como uma espécie de caça às bruxas, a chamada “ideologia de gênero”, que tanto se denuncia e tanto se quer proibir, emerge como um dos fantasmas de um governo que não cessa de falar e mostrar cenas de um sexual.

Em *Mulheres, Cultura e Política* (2017, p. 166), Angela Davis, citando Marx e Engels, afirma que “a arte é uma forma de consciência social [...] com o potencial de despertar nas pessoas tocadas por ela um impulso para transformar criativamente as condições opressivas que as cercam”. Em outra via, Derrida (2014) coloca as dificuldades em torno de atribuir à literatura (e digamos, às artes) uma função crítica, um programa ou mesmo um ideal regulador, no sentido de que se isso a honra, por outro lado, limita o seu acaso. Ao mesmo tempo, se as artes jogam com uma certa função crítica, isto está intimamente ligado àquilo o que relaciona política, censura e suspensão da censura no Ocidente. Da forma como está descrita por Davis e problematizada por Derrida, o campo estético parece se constituir no revés da onda (ou tsunami) conservador(a) que tem banhado o frágil terreno democrático deste país. Em que pesem as particularidades do caso brasileiro, ele participa das marés de uma conjuntura transnacional de disputas em torno de questões de gênero e sexualidade que têm atravessado o cenário político de modo a mobilizar e agrupar posições em circulação em programas de governo, protestos nas ruas e nas redes sociais, falas em cultos religiosos<sup>1</sup>, por vezes em movimentos de censura e interdição que se constituem em uma falação (e numa mostração) sobre/do sexo, conforme veremos mais adiante.

A título de exemplo dessas águas turvas que aqui estamos chamando de conservadorismo(s), citamos dois momentos com funcionamento discursivo similar. O primeiro caso diz de um funcionamento da *narrativização imaginária* alardeada por discursos moralizantes que é perceptível no caso da vinda ao Brasil da filósofa norte-americana/estadunidense Judith Butler quando de sua participação no seminário intitulado “Os fins da democracia”, organizado pelo SESC Pompéia, em 2017.

---

<sup>1</sup> Entre 2012 e 2016, assistimos forças católicas, muçulmanas e de direita em manifestação contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo na França. Em defesa do que denominam família tradicional, balões rosas e azuis deram o tom a manifestações com dezenas de milhares de pessoas nas ruas de Paris. Ouviam-se rumores de que as crianças pequenas teriam lições de teoria de gênero nas escolas francesas. Já na Colômbia, em 2016, o gênero emergiu como ideologia “diabólica e marxista” a ser combatida no referendo sobre o Acordo de Paz entre governo e FARC sob o argumento de que o texto do acordo privilegiaria a comunidade LGBTQI. No Brasil, forças católicas e evangélicas e o movimento Escola Sem Partido mobilizaram-se para excluir o termo “gênero” do Plano Nacional de Educação. Em seguida, o combate à “ideologia de gênero” foi um ponto importante para o bom desempenho de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. (PRADO; CORREA, 2018)

Da ameaça de uma *fantasia*, *fantasma*, ou ainda de uma *palestra imaginada*, ao organizador do seminário foi entregue um abaixo-assinado solicitando que Butler não ministrasse a suposta palestra sobre “ideologia de gênero”. Ressalta-se que as investidas não se restringiram a um documento escrito - somaram-se a ela manifestação na porta do evento, onde se liam cartazes pedindo por “menos ONU, e mais família” e até mesmo foi ateado fogo em uma imagem da filósofa, atualizando uma memória do que Neckel e Flores (2018) chamaram em estudo recente de *fogueiras contemporâneas*. A teoria que a filósofa feminista encarnou na narrativa imaginada foi objeto de ataque assim como ações no âmbito da educação que tematizassem gênero e sexualidade. Para retomarmos o teor dos dizeres na ocasião do acontecimento, na página eletrônica da revista *Época*, matéria sobre o ocorrido fez circular que uma das manifestantes afirmou tratar-se de uma “teoria do mal que quer destruir a identidade do ser humano. Se eles fizerem isso, teremos uma sociedade detonada. Eu vou olhar para você e dizer ‘hoje eu acho que sou homem, hoje eu acho que sou uma jabuticaba’”, a que outra completou afirmando, em oposição a um *eles* que projeta imaginariamente dois coletivos polarizados em seus posicionamentos: “Eles querem mostrar às crianças que não se nasce nem homem nem mulher, querem ir contra a biologia e contra Deus” (Finco, 2017, *Cultura*, s/p). Por sua vez, declara Butler em seu artigo publicado na *Folha de São Paulo* (Butler, 2017, *Ilustríssima*, s/p): “Não sei ao certo que poder foi conferido à palestra sobre gênero que eu daria. Deve ter sido uma palestra muito poderosa, já que, aparentemente, ela ameaçou a família, a moral e até mesmo a nação”.

Um outro caso exemplar foi a polêmica envolvendo a exposição que, promovida pelo grupo Santander Cultural e intitulada “*Queer* Museu, foi designada como “apologia e incentivo à pedofilia”, e após protestos e cobranças à instituição financeira em questão, foi fechada às pressas na cidade de Porto Alegre (RS). Meses depois, com o apoio de uma campanha de financiamento coletivo, a mesma exposição foi instalada no Rio de Janeiro, seguida novamente de polêmicas, de tentativas de sanções e limitações de acesso, e de falas de chefes de igrejas evangélicas. Segundo o professor da PUC-Rio e crítico de arte, Sérgio Bruno Martins, em entrevista a *BBC Brasil* (In: Carneiro, 2017): “Eles viram no meio da arte a chance de inflamar uma espécie de guerra cultural, jogando com um plano moral, no qual uma retórica da escandalização tem um apelo muito fácil, especialmente nesse ecossistema de redes sociais”. Do lado dos que se doeram com a exposição, especificamente, com a performance *La Bête*, chama-nos a atenção certos comentários que circularam na época, a exemplo dos seguintes: “Para começar, não entendo que isso seja arte, muito menos que uma criança tenha acesso a esse tipo de coisa” e “isso não é arte é tudo putaria” (Chaves & Medeiros, 2017)

De forma geral, os acontecimentos mencionados e alguns termos que circularam como objeto de disputa de sentidos – a exemplo de “ideologia de gênero”<sup>2</sup> – reclamam interpretações desde nossa posição como estudiosas do discurso ao optarmos por construir objetos teóricos atravessados pelas relações de classe, gênero, raça e

<sup>2</sup> “Ideologia de gênero” e “teoria de gênero” são por nós compreendidas como objetos paradoxais, divididos em seus sentidos pelas lutas ideológicas de deslocamento (PÉCHEUX, 2011), simulacros produzidos desde uma posição sujeito em uma determinada região da memória discursiva que se constitui (também) pela oposição àquilo que nomeia.

sexualidade. Quais relações de força posicionaram, no centro do debate público, gênero e sexualidade, de modo a polarizar interpretações em um fenômeno que envolve, de modo mais amplo, os processos eleitorais, as políticas de Estado e as religiões? Mais do que isso, buscamos um gesto de leitura que se pergunte sobre o modo como universidade, intelectuais e teoria, mas também o campo das artes, constituem-se discursivamente como objetos de ataque sob rótulos como “ideologia de gênero”, sendo tal ideologia considerada de caráter tão perigoso, que seu potencial destruidor de famílias e crianças provocaria o medo, a repulsa, o ódio, a violência, em um processo de negação do ideológico no interior do ideológico.

No recorte que propomos neste artigo, pretendemos analisar o funcionamento linguístico-discursivo daquilo que estamos chamando de falação do sexo ou de sexo em discurso como um funcionamento que nos permite aceder ao processo pelo qual a formação social brasileira passa atualmente. Desse complexo processo, abordamos o seu funcionamento na relação com a produção de discursos sobre sexo e sexualidade, em particular a sexualidade homoafetiva, por meio de uma profusão de falas produzidas, formuladas e de circulação no digital, mais especificamente nos modos de enunciar da rede social *twitter*. Trata-se de pensar em uma certa relação com a produção da verdade e com um jogo dos lugares e papéis enunciativos, conforme já analisado por Zoppi-Fontana (2019a, 2019b). A essa reflexão sobre um determinado jogo dos lugares enunciativos que contribui na produção dos sentidos sobre aquilo que se diz e que se mostra, acrescentamos esta análise de discursos sobre sexo, no/sobre o digital, partindo de uma profusa e confusa massa discursiva em torno do sexual. Da distribuição de “mamadeiras de piroca” por certo partido, passando pelo “*kit gay*” e pela “ditadura *gay*”, citando ainda o “pênis de borracha”, que supostamente seria distribuído em todas as universidades, partimos da constatação de que boa parte das chamadas *fake news* apontam para o sexo e a sexualidade.

De forma específica, na análise que apresentamos, interessa-nos pensar nos modos como os sentidos daquilo que é tido como escandaloso, depravado e absurdo põem a funcionar uma determinada negociação com os limites do que funciona na evidência: sendo a palestra de Butler sobre questões de gênero e sexualidade, como se produz a evidência de que é preciso lutar contra a mesma? Como uma exposição artística é significada como potencialmente perigosa? Além disso, essa narrativização alardeante se constitui por uma lógica dos polos em redes de repetição por meio de uma “imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” (Pêcheux, 2012, p. 34) ou preguiça cognitiva, como bem formula Dunker (2019)<sup>3</sup>. Como um breve movimento de análise, retomamos os enunciados recortados para a apresentação dos acontecimentos e recuperamos oposições que apontam para essa lógica polarizada que se repete e se desloca, como ONU / famílias; putaria / arte; teoria de gênero / identidade do ser humano; ideologia de gênero / biologia e Deus; gênero / religião, moral, nação.

Contrariamente ao que se formula no título da seguinte reportagem: “Queer museu’, a exposição mais debatida e menos vista dos últimos tempos, reabre no Rio”, o que é

<sup>3</sup> Dunker fala sobre “O mito do mito” em vídeo homônimo em seu canal <https://www.youtube.com/watch?v=JpTmh0GccTw>. Acesso em: 25/10/2019

digno de nota desse funcionamento que analisamos é exatamente o efeito de muito (se) mostrar e (se) exhibir, e do pouco se dizer (ou muito se não-dizer). Parece ainda haver um funcionamento performático: diz-se que se está mostrando como evidência do sentido, como se a imagem fosse a verdade, a ilustração ou a prova daquilo que, como veremos, aponta um não-dito.

Buscamos compreender a produção de um efeito de evidência<sup>4</sup> imposto nesse funcionamento, que não admite nem nuances nem contradições, e em que *queer*, sexo, gays, lésbicas viram sinônimos e amálgamas daquilo que é abjeto<sup>5</sup>, daquilo que é inaceitável, aquilo sobre o qual muito se fala, mas aquilo sobre o que pouco ou quase nada se diz. Ao mesmo tempo em que pretendemos analisar o modo como, por meio desse funcionamento do discurso dito conservador, além de esconder, proibir e interditar, existe um efeito de excesso de falação e de mostração do sexo. Um exhibir sem dizer o quê. Um alarde que aponta para uma ameaça, para algo que amedronta. Quais os sentidos dessa ameaça? Quais sujeitos e corpos estão na mira dessa ameaça?

Nossa análise se constitui a partir de enunciados que colocam em evidência o ponto em que a nomeação estremece quando se fala do sexo e, mais precisamente, o ponto em que a língua contorna um certo impasse de dizer no manejo de um “isso”, um “esse”, um “aquilo”, dentre outras formas dêiticas que apontam para uma certa região da memória discursiva que deprecia, censura e interdita tudo aquilo o que diz respeito ao terreno do pornográfico, do erótico e do “baixo sexual”<sup>6</sup>. Quando levamos em conta o *real da língua* (Milner, 2012) nos deparamos com a impossibilidade mesma de simbolizar um sexual que é desde já a marca de um fracasso na linguagem. Mas a questão aqui parece ir além, ela marca o ponto em que o real da língua encontra o real da história (Gadet & Pêcheux, 2004), o ponto em que sexo e política se roçam. De nossa parte, não se trata de produzir uma interpretação sobre os objetos estéticos em questão como “pornográficos” e “baixos” por si, mas de colocar em questão esse olhar que produz o efeito, que julga e deprecia, em suma, esse dizer sobre; esse dedo que aponta e diz “*isso não é arte*”. Como Pêcheux (2016] provoca, a posição de analisar discursos implica em um fazer-se de imbecil, assim, formulamos a pergunta mais elementar: afinal, o que é “isso”? O que é “esse tipo de coisa?”. E quando é o presidente da república aquele que aponta o dedo?

---

<sup>4</sup> Referimo-nos a um efeito resultante dos processos ideológicos de subjetivação e identificação no qual sujeito e sentido se constituem (Pêcheux, 1975). O efeito de evidência do sentido, portanto, resulta da constituição do sujeito no interior de formações ideológicas e discursivas.

<sup>5</sup> O abjeto aparece em nosso artigo considerando as formulações de Butler em *Bodies That Matter*, quem, em entrevista, esclarece que o abjeto não se restringe a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a “todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’ Para dar uma ideia, a imprensa dos Estados Unidos regularmente apresenta as vidas dos não-ocidentais nesses termos.” (In: PRINS & MEIJER, 2002, p.161). Esses corpos não são inteligíveis e não têm uma existência legítima, logo não importam desde a perspectiva dos discursos dominantes. Segundo a autora, aquilo que não pode ser vivido e compreendido tem uma vida discursiva como figura não questionada, indistinta e sem conteúdo.

<sup>6</sup> A respeito de uma reflexão sobre o ‘baixo materialismo’ na tetralogia erótica de Hilda Hilst ver Chaves & Medeiros, 2017.

## 2 “O QUE É GOLDENSHOWER?” E #GOLDENSHOWERBOLSONARO

Dentre os hits do momento e as tradicionais marchinhas carnavalescas, entre os bloquinhos de rua e a imensa massa que pipocava nos trios elétricos das grandes cidades, entre a cerveja, a cachaça, o confete, os abadá e as fantasias, um grito ecoou no pré e durante o carnaval de 2019: “*Ei, Bolsonaro, vai tomar no cu*”. Do norte ao sul de um Brasil tão dividido, o grito debochado unia os descontentes num bloco que se situava entre o desabafo, o xingamento, o protesto, o escracho. Era carnaval e, conforme dizem por aí, a lei que rege essa festa dionisíaca é justamente a suspensão, a derrisão, a transgressão de qualquer lei. Mas sobre o carnaval, assim como sobre o sexo, paira um desejo de policiamento, uma necessidade de controle para os que se sentem ameaçados diante do incontido, do transbordante, do inebriante, e aí nos deparamos com uma série de enunciados do tipo *isso pode aquilo não, aí já é demais, tudo tem limite etc.*

A respeito do enunciado que ecoou com o seu nome, o então presidente da república não se pronunciou, mas como o real, como diz Pêcheux (2012), é algo com qual o sujeito esbarra, se depara, é pego de surpresa, nos deparamos com o olhar do presidente sobre um vídeo que, na (in)feliz coincidência, une o corpo à língua. Quem assistiu ao vídeo sem tarja descreve a cena da seguinte forma: “um vídeo de um bloco de rua em que dois homens dançam e em determinado momento um deles coloca o dedo no ânus se abaixa para outro urinar nele” (Postagens sobre 'golden shower' somem de rede social de Bolsonaro, 2019). E o ânus, ou como diriam os descontentes com Bolsonaro, o cu, que circulava no grito coletivo, reaparece no olhar do presidente quando numa terça-feira de carnaval, em seu *twitter* pessoal, como que por um efeito de metonímia, ou ainda por um efeito de literalidade, ele dispara: “Não me sinto confortável em mostrar, **mas** temos que **expor a verdade** para a população ter conhecimento e sempre tomar suas prioridades. É **isto** que tem virado muitos blocos de rua no carnaval brasileiro. Comentem e tirem suas conclusões”. (Postagens sobre 'golden shower' somem de rede social de Bolsonaro, 2019).

Na quarta-feira de cinzas, interpelado pela repercussão de seu tuíte da terça-feira, tanto no digital quanto no *off-line*, tanto no Brasil quanto na comunidade internacional, o presidente pergunta em seu *twitter*: “o que é golden shower?”. (G1, 2019, s/p).

Ao se estudar o discurso digital, uma das dimensões levadas em conta é o que Paveau (2017) chama de “locutor aumentado”, nesse sentido um tuíte é sempre maior do que os 140 caracteres ou, ainda, vai sempre além da sua própria postagem, evidenciando assim as condições de produção constitutivas de todo discurso. Neste caso, o eixo da circulação do discurso, por seus modos e lugares que se constituem na contingência da produção discursiva do digital, incide no nível da formulação do discurso. O botão “editar” das redes sociais ou a marca “editado” ou ainda “ver edições anteriores nos posts” encontrado nas principais redes sociais são exemplos deste funcionamento *materialmente rastreável*. Os *vestígios* ou *marcas materiais* do discurso digital podem ser ilustrados pelo número de curtidas, retuítes e comentários acrescentados ao tuíte inicial. Conforme divulgado por reportagem do portal de notícias G1, que informa que Bolsonaro tem quase 3,5 milhões de seguidores no Twitter: “O post do presidente com o vídeo teve mais de 8 mil retuítes, mais de 46 mil curtidas e 39 mil comentários até as 12h de quarta. Já a pergunta sobre golden shower teve 28 mil retuítes, mais de 54 mil curtidas e 18 mil

comentários até o mesmo horário” (G1, 2019, s/p). O assunto esteve entre os mais comentados na rede social internacionalmente. Entre as principais hashtags dos *Trending Topics* estavam #ImpeachmentBolsonaro, #BolsonaroTemRazão, #goldenshowerpresidente, #VergonhaDessePresidente. As *hashtags*, curtidas e comentários contribuem a evidenciar e põem a circular diversos sentidos e posições ideológicas para a postagem da terça-feira, configurando *a posteriori* a mesma como um acontecimento<sup>7</sup>.

Retomando a primeira postagem, percebemos que no jogo enunciativo e imaginário entre a primeira pessoa do singular (“não me sinto confortável”) e a primeira pessoa do plural (“mas temos que expor”), oscila a posição de quem publica um tuíte em sua página pessoal, que fala para os seus, e o lugar institucional da presidência da república, que se dirige a uma nação. O enunciado que funciona nessa gangorra tem um desfecho que mostra que uma hora um dos lados pesa mais, ou melhor, trata-se de falar para os seus e ao mesmo tempo de ocupar esse lugar de Chefe de Estado, numa espécie de cumplicidade em que “população” não abarca todo mundo nos processos de identificação e “comentem e tirem suas conclusões” funciona mais ou menos como: *se escandalizem como eu me escandalizei*. À parte o escândalo, não do vídeo, mas do modo como esses lugares são ocupados sem reserva - ou para falar a linguagem do sexo, sem pudor -, nos deparamos com uma espécie de obsceno que atravessa todo esse episódio e esse obsceno, como sabemos, é o olhar que se situa fora da cena e que a alça para algo que extrapola os limites do enquadramento: a “ideologia de gênero”, a “sexualidade perversa”, “a libertinagem”, “o comunismo”, “a esquerda”. O escândalo é o olhar (do homem de bem).

O jogo entre o visível e o nomeado, como aponta Pêcheux (2010), também se apresenta como um nó neste acontecimento não porque a língua consiga dar conta do que se passa nesse bloco de movimento-duração das imagens que é o vídeo, mas justamente porque algo vacila no terreno do dizível e do objeto (ou do abjeto) do qual se fala, e então, não temos mais do que o enigma marcado no rastro do “isto”. Um isto que remete ao *falar e pensar naquilo*, a uma espécie de baixo sexual que se de um lado ameaça a família, a moral e os bons costumes, do outro lado atíça os olhares como uma espécie de empuxo, como diria Lacan (1998, p. 81), o olhar tem *função de voyura*, ou seja, aquilo o que num primeiro momento se evidencia como repulsa, horror, asco, na verdade introduz a dimensão escópica, de “[...] um sujeito se sustentando numa função de desejo” (Lacan, 1998, p. 84.), ou, como diria Bataille (2018, p. 125) sobre esse vai-e-vem da sujeira ao ideal: “[...] somos seduzidos baixamente”.

<sup>7</sup> A reflexão sobre a noção de acontecimento perpassa alguns momentos da reflexão teórica de Michel Pêcheux ([1984] 2010): o acontecimento como aquilo o que irrompe e desestrutura uma série, o acontecimento como aquilo o que implica uma postura ética e política diante da posição de analisar discursos, o que necessariamente nos destitui do lugar positivista da descrição e nos faz assumir gestos de interpretação, justamente porque há língua e “[...] toda descrição - quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual não muda nada, a partir do momento em que nos prendemos firmemente ao fato de que ‘não há metalinguagem’ - está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua” (Pêcheux, 2012, p. 53). Assim, antes de definir aquilo o que seria ou não um acontecimento, trata-se aqui de assumir o risco e o incômodo de nos colocar diante daquilo o que circula. Essa, talvez, seja a aposta desse trabalho que se marca por um desconforto, um desajuste com o contemporâneo nos termos de Agamben, mas também pelo desejo de no vazio político atual engajar o campo teórico na “produção de acontecimentos”, como afirma Pêcheux em 1981, uma colocação extremamente contemporânea para nós, que em 2019 vivemos o absurdo do nosso tempo.



Aqui o convite para que todos espreitem o sexual não se reduz a uma ideia de repressão do sexual como censura. O que destacamos é um certo funcionamento contraditório no qual as interdições e censura dos discursos sobre o sexo não se fazem sem uma profusão de dizeres sobre o sexo - uma discursivização do sexo<sup>8</sup>, como já apontava Foucault (1976). Em outras palavras, no dispositivo de saber-poder da sexualidade, não se expressa somente um caráter negativo do poder, mas sua faceta produtiva de incitação ao discurso<sup>9</sup>, que aqui temos chamado de falação do/sobre o sexo.

Consideramos, junto ao autor, a importância de se analisar quem fala sobre sexo, os lugares e os pontos de vista, as instituições que incitam a fazê-lo. No caso, “a colocação do sexo em discurso” relaciona-se ao controle pelo medo do que se produz como abjeto, um outro que se mostra, que se vê, ao mesmo tempo em que se odeia e não se conhece em sua contradição pelo efeito de uma evidência ideológica. Ao mesmo tempo, essa falação do sexo aponta o tempo inteiro para um lugar vazio, em que “expor a verdade” não é dizer, mas enrodilhar-se num “isto” que remete tão somente a uma imagem em seu funcionamento profundamente opaco. Falação aqui é um bla-bla-blá que resulta antes de mais nada em uma compulsiva mostração. Mas essa falação reserva também uma espécie de convite, de promessa, pois o vídeo, tal como foi publicado, com a banalidade de quem portava um celular e gravou no afã da situação nos coloca, ainda, a dimensão de um ver sem parar, em suma, de uma “ordem panóptica” nos termos de Foucault (1975), e nos termos do poder, um convite: vamos policiar o sexo, cada um, com seu *smartphone*, na dimensão mais privada e obscena possível.

E o observar e o mostrar - agora indissociáveis - revelam uma vontade de saber que, ao mesmo tempo que constitui o abjeto polarizado na estabilização lógica (os depravados vs os homens de bem) constitui o sujeito em um processo que atinge o desejo e as condutas individuais como “técnicas polimorfos do poder”. De algum modo, parafraseando as questões lançadas por Foucault, fazendo ecoar tantas análises que mostraram a proeminência do discurso sobre o sexo no contemporâneo<sup>10</sup>, perguntamo-nos pelos efeitos de poder do que se diz sobre o sexo e a relação com os prazeres. Nas palavras do filósofo, recuperando seu projeto de genealogia do dispositivo da sexualidade, tateamos com a análise realizada o regime de poder-saber-prazer que sustenta o discurso sobre a sexualidade entendido como constitutivo do sujeito e de objetos. A posição-sujeito que se projeta/se identifica com esse discurso, em diálogo com essa perspectiva, pode ser considerado também como constituída pelo o que (não) se diz e o que (não) se mostra por certas práticas sexuais ou por certos corpos significados como abjetos, por vezes indizíveis, reduzidos a um “isso” ou a uma fórmula como “ideologia de gênero”. Poderia ainda se pensar essa posição como constituída pelo sexo em discurso como imagem opaca que veicularia sua verdade não-dita em um efeito de evidência - o

<sup>8</sup> “*Mise en discours du sexe*”, no original em francês.

<sup>9</sup> Os “elementos negativos — proibições, recusas, censuras, negações — que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso”. (Foucault, 1988, p.16)

<sup>10</sup> Um exemplo desse tipo de reflexão pode ser lido em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-nao-e-conservador-e-um-abusador-midiatico/>. Acesso em: 13/08/2019

efeito elementar do ideológico. Assim, se um dos efeitos imediatos desse discurso é constituir o outro como potencial sexual-depravado-ameaçador, no fundo, o que percebemos mesmo é o olhar investido do sexo, ou melhor, o dedo que aponta, conforme a máxima freudiana: “quando Pedro me fala de Paulo, sei mais de Pedro que de Paulo”.

### 3 “O TWITTER RESPONDEU A BOLSONARO O QUE É GOLDEN SHOWER”<sup>11</sup>

A noção de “acontecimento” tal como proposta por Pêcheux (2012), conforme já vimos, implica em uma relação constitutiva com a memória num trabalho em que a dimensão da língua é algo fundamental. Assim, ele coloca o fato de que aquilo o que acontece é incessantemente trabalhado, percorre diversas instâncias enunciativas atravessadas por formulações irremediavelmente equívocas. Quando pensamos a contemporaneidade, esse trabalho enunciativo se alastra pelo digital em que se cruzam posições oficiais, matérias jornalísticas, indignações militantes, apoiadores do governo e uma profusão de *memes*, que introduzem a dimensão dos efeitos do humor, do deboche, da ironia. O que resulta dessa produção em torno do acontecido é uma espécie de temporalidade múltipla em que o acontecimento se lança História adentro e futuro afora, ou seja, o acontecimento produz devir e é pelo jogo contingente dos equívocos da língua e sua inscrição na História, que algo desliza para outros lugares que não só a repetição enfadonha, como *um retorno de um mito*, de um poder que escandaliza e é escandalizado com o sexo.

A dimensão daquilo que é produzido no digital não se limita de modo algum a esse espaço/modo de circulação, assim a notícia “Bolsonaro apaga tuíte do '*golden shower*' após revelação de ação no STF”, publicada na página da BBC (Senra, 2019) é uma das materializações desse funcionamento. Aliás é interessante perceber como o gesto de apagar algo resulta na verdade na hiper visibilização daquilo o que se apagou, digamos que apagar, nesse caso, funciona no extremo oposto do desaparecer, mas, na verdade, do amplificar, do viralizar, do “jogar no ventilador”, no processo recorrente da falação do/sobre sexo entre o silenciamento e a incitação aos discursos - ou mesmo o silenciamento em um lugar que incita o dizer em outro. Esse ato de apagar, nativo do digital, se constitui em uma de tantas repercussões e reações possíveis, e parece estabelecer com a memória e com o sujeito uma relação de literalidade e de centralidade, como se apagar um tuíte retirasse o dizer e o sentido de circulação, produzindo ainda um efeito de individualização dos sentidos do que ele diz/mostra, apontando para um sujeito que se projeta *irresponsavelmente* como dono do seu dizer.

Nesse processo, entram em cena diversas outras reações: desde a pergunta “ingênua” do presidente, um dia após a publicação: “O que é *Golden Shower*?”, mas concomitante a isso, várias respostas em forma de *meme*, e até mesmo as declarações oficiais na tentativa de contornar (mas de, ao mesmo tempo, escancarar) não o que “pegar mal” do lado do vídeo, mas do lado do Presidente a partir de uma reação transnacional à sua postura pouco adequada quando se considera o que deve e pode dizer um Chefe de

<sup>11</sup> <https://www.hypeness.com.br/2019/03/o-twitter-respondeu-a-bolsonaro-o-que-e-golden-shower/>. Acesso em: 04/07/2019

Estado. Dentre as *tags* que circularam na época (#goldenshowerpresident #VergonhaDessePresidente e #ImpeachmentBolsonaro), #goldenshowerbolsonaro acabou funcionando, de modo irreverente, como nomeação para se referir ao presidente no *twitter* (em vez da menção pelo @, modo mais convencional de se mencionar alguém nessa rede), esse funcionamento aponta para uma reação envolvendo os lugares de dizer e de enunciar que parecem vacilar no discurso político contemporâneo, atravessado pelo digital.

No jogo da língua, algo desliza sem cessar do *Golden Shower* da prática sexual para o *GoldenShowerBolsonaro*, da “pouca vergonha” do vídeo para a vergonha *desse* presidente e, finalmente, para uma tomada de posição política, um convite à ação, ao *impeachment*. Assim, se uma certa onda conservadora se materializa pelo trabalho da língua (e como vimos, por um dedo que aponta e diz “olhe isto”, mas não fala nada ou não nomeia o isto), temos, por outro lado, um processo de resistência que também passa pelo funcionamento equívoco da língua no próprio jogo da “imbecilidade”, como Pêcheux (1990, p. 17) coloca, “não entender ou entender errado, tomar os enunciados ao pé da letra, jogar com o léxico”. E assim, temos uma série de “respostas” à pergunta “o que é golden Shower?": a publicação de *memes* com a imagem de uma ducha dourada; um cachorro urinando na foto de campanha do presidente e, mais especificamente, na boca; mas também publicações como: “As prioridades, que ele fala tomar, serão para proibir o carnaval ou proibir o golden shower? Ou será que o 'tomar' tem a ver com VTNC? Tantas perguntas” (Bolsonaro pergunta o que é golden shower; internautas não perdoam, 2019). Um gesto que dispara em várias direções, jogando o enunciado do presidente contra si mesmo na força performativa que ele evoca: tomar o quê? Mostrar para quê? Para proibir o quê? Ao mesmo tempo é pelo léxico da língua que “tomar” também remete ao grito que ecoa carnaval afora no xingamento ao presidente.

Uma outra formulação remetendo a um outro lugar de enunciação é quando, do lugar institucional do porta-voz da Presidência da República<sup>12</sup>, se vêem pelas vias institucionalmente reconhecidas como o processo de formulação, esclarecer “a intenção” na postagem do vídeo “na conta pessoal de uma rede social”, trazendo à baila o que se tem chamado de uma pós-verdade:

No vídeo, postado pelo **Sr Presidente da República** em sua **conta pessoal** de uma rede social, há cenas que **escandalizaram**, não só o próprio Presidente, bem como grande parte da sociedade. É um crime, tipificado na legislação brasileira, que violenta os valores familiares e as tradições culturais do carnaval. Não houve **intenção** de criticar o carnaval de forma genérica, **mas** sim **caracterizar uma distorção clara** do espírito momesco, que simboliza a descontração, a ironia, a crítica saudável e a criatividade da nossa maior e mais democrática festa popular. (Tweet de Bolsonaro com ‘golden shower’ em carnaval repercute no mundo, 2019, grifo nosso).

Destacamos o “mas” na formulação do porta-voz e o funcionamento do pré-construído em “distorção clara” como algo que todo mundo poderia ver. Novamente, há um efeito ideológico de evidência, que produz, pela filiação a uma rede de memória, e a

<sup>12</sup> A fala circulou no seu canal no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=OJ1hxr7cRJK>. Acesso em: 27/10/2019

uma posição de identificação com os discursos conservadores, um enxergar com clareza os sentidos do *isso* que não se nomeiam. O funcionamento desse pré-construído reforça-se na negação - negar a crítica ao carnaval, símbolo da brasilidade, mesmo em uma conjuntura de que igrejas que desaconselham seus fiéis a frequentarem a festa da carne, - o que significaria um certo recuo da posição de quem representaria a nação, inclusive em suas imagens para o exterior. E essa fala do porta-voz mais uma vez reformula e reitera os sentidos do contemporâneo, não somente não se desculpando pela livre associação entre carnaval e “cenas que escandalizam”, mas apontando como evidência de que há algo ali que é criticável, criminoso em “é um crime”, uma frase sem sujeito, sem nome. O que é um crime? O carnaval? O sexo entre homossexuais? No recrudescimento dos discursos conservadores, a existência dos homossexuais? O sexo explícito? O atentado ao pudor? O golden shower? Qual família é violentada em seus valores pelas imagens? Esses valores teriam sido violentados caso as imagens não tivessem sido expostas pelo Presidente? Qual seria a relevância das imagens do ponto de vista político se não tivessem sido espalhadas por Bolsonaro? Em suma, o *twitter* como dispositivo digital de circulação dos sentidos tanto tem efeito na enunciação política desde o lugar de enunciação do Presidente quanto nas possibilidades de reação do público.

Retomando Foucault (1988), no funcionamento discursivo analisado, consideramos que o *quem diz* e sua posição institucional significam e são de maior interesse que o próprio objeto de dizer - parece que temos então o exercício da presidência aproximada de uma polícia moral, em outras palavras, o que inscreve o acontecimento que se instaura como objeto de outros dizeres - de comentários sobre em diversas materialidades discursivas - é quem o enuncia e o modo de enunciação, mais do que o que enuncia, ou ainda, o inenunciável de seu dizer e do seu dito. Ao mesmo tempo, não haveria um outro objeto que não cessa de não se dizer?

A contradição entre o pessoal e lugar social/institucional do Presidente, conforme se pode perceber também em seu próprio post no *twitter* (jogo de alternância entre a primeira pessoa do singular/primeira pessoa do plural), é aqui reiterada nas palavras do porta-voz: “conta pessoal do Presidente da República”. Nesse funcionamento Zoppi-Fontana (2019a, s/p), retomando Silveira (2015), tem identificado uma certa “sobreposição do ordinário do digital com o institucional”, transbordando

os limites confusos e instáveis entre uma fala pública e uma fala privada, uma fala institucional e uma fala individual, uma declaração oficial e uma opinião pessoal, o comunicado de uma decisão definitiva ou de uma tentativa provisória [...] A atual circulação da palavra política coloca para a mídia especializada e para a população atenta questões de difícil resposta: quem diz, a partir de que lugar, ocupando qual posição, com qual teor?

Podemos ilustrar esse *desdobramento do sujeito enunciador* com o *deslimite* entre o que é postado na *conta pessoal* mas que, ao mesmo tempo, e explicitando esse contraditório, vem a ser esclarecido pelo porta-voz da presidência. Podemos ainda exemplificar com o fato de que se criou (e/ou se fez circular como tal) uma conta no *twitter* com a identificação digital @goldenshower (se filiando à memória dos nomes de contas pessoais, identificadas pelo @), e que questiona em uma postagem: “o que é Bolsonaro?”, uma forma linguística que pergunta por objeto ou prática (*O que é x?* E não

quem é x?), reduzindo o sujeito à condição de coisa. Além dessa caricatura feita para não ser levada a sério o que seria uma conta pessoal (aqui nos referimos à conta pessoal @goldenshower), e que aponta justamente para algo que beira o absurdo, uma vez que o objeto na condição de pessoa pergunta pela pessoa na condição de objeto. Um artifício que resvala para riso e escárnio, assim, podemos ainda mencionar esse jogo com os lugares de enunciação posto em evidência a partir do acontecimento #goldenshowerbolsonaro a partir da potência memética do digital (Zoppi-Fontana, 2016).

Para essas reflexões, Zoppi-Fontana (2019a) contribui com suas formulações sobre os “dispositivos de enunciação política no Brasil atual”, ao relacionar o que se compreende, a partir de Pêcheux, como *des-localização do sujeito enunciador* com as práticas discursivas nomeadas como “pós-verdade”<sup>13</sup> e “fake news”<sup>14</sup>. O tuíte de Bolsonaro e o *esclarecimento* de seu porta-voz convocam ao escândalo, mobilizam pela emoção que provoca no seu funcionamento com efeito de clareza, “um simulacro de certeza, sustentado numa crença excessiva que afeta os participantes da interlocução”, baseando-se em saberes filiados a regiões do interdiscurso que circulem hegemonicamente como senso comum (ZOPPI-FONTANA, 2019a, s/p). Esse *efeito de clareza* se projeta nas declarações oficiais que se constituem como uma busca por tamponar (mas também, escancarar) e resolver *aquilo* que é posto em discussão pelo presidente - buscando *falar com clareza e força*, e ao mesmo tempo explicitando o contraditório e atualizando dizeres de uma fala autoritária - como na declaração do Assessor especial para assuntos internacionais da presidência, Filipe G. Martins: “Theodore Roosevelt dizia que a Presidência da República é um ‘bully pulpt’, uma **posição pública** que permite **falar com clareza e com força** sobre **qualquer problema**. Foi o que o presidente @jairbolsonaro fez ao **expor o estado de degeneração** que tomou nossas ruas nos últimos dias”. (Tweet de Bolsonaro com ‘golden shower’ em carnaval repercute no mundo, 2019, grifo nosso).

O “estado de degeneração” se encaixa na formulação do assessor da presidência atualizando uma memória, inscrevendo os sujeitos e os sentidos “no imaginário politicamente dividido e ideologicamente determinado que dá sustentação aos processos de identificação” (Zoppi-Fontana, 2019a, s/p). Assim assistimos a

Um jogo sobre as regras e os rituais dos aparelhos de Estado, para melhor deles se servir, um jogo sobre os modos de dizer e a enunciação da fala pública, para embaralhar os lugares de enunciação e corroer os regimes de verdade que lhe estão associados. Um jogo performático-midiático, aproveitando os recursos da *web*, que explora as possibilidades e virtualidades de seu funcionamento para reproduzir sob outras roupagens, para dizer o “novo” sem nunca romper.

<sup>13</sup> No nosso trabalho entendemos, assim, a ‘pós-verdade’ como uma “forma histórica particular da enunciação política que se caracteriza por ser *a fala pública de um locutor autorizado, identificado por um nome próprio e inscrito em um lugar institucional de destaque no campo político, a quem lhe seria atribuído um modo de dizer emocional e irracional e uma vontade de enganar ou confundir a opinião pública*” (ZOPPI-FONTANA, 2019a, s/p, grifos da autora)

<sup>14</sup> No texto em questão, a autora formula uma distinção discursiva entre esses dois modos de circulação do dizer na contemporaneidade.

A formulação do assessor funciona pela saturação, dizendo mais do mesmo e retomando, ela explicita e *expõe* o pré-construído que *caracteriza uma distorção clara do espírito momesco*, como se houvesse em algum lugar um código de condutas e regras que rege permissões e interditos no carnaval. Há ainda um dizer sobre a enunciação - um movimento metaenunciativo na forma de um comentário tanto sobre o que é dito quanto sobre o lugar de quem diz e, principalmente, sobre o lugar de dizer como “posição pública”, com efeito de justificativa para um dizer e um dito (retomando o gesto de tuitar e o próprio tuíte) que rompem com o que se espera do modo de enunciação e do enunciável por um presidente.

Sobre a “des-localização tendencial do sujeito enunciador”, Pêcheux (2016, p.28) afirma: Isso circula como adquirimos o hábito de dizer, fazendo dessa circulação a imagem positiva de nossa modernidade discursiva liberada ou, ao contrário, a falsa moeda de línguas de vento: os turbilhões esfumaçados do não importa o quê destinados a chamar a atenção, desviando-a dos problemas reais.

No entanto, para além dos “turbilhões esfumaçados”, como formulou Pêcheux, ou das *cortinas de fumaça*, como formulam alguns analistas políticos da atualidade a respeito das tempestivas postagens ou declarações do presidente, percebemos a partir de nossa análise que esse funcionamento deslocalizado aponta para um determinado processo discursivo. Esse processo, como sabemos se atravessa de uma relação simbólica, real e imaginária, o que significa ressaltar que seus efeitos muitas vezes dizem daqueles que podem viver sob a proteção e o amparo do Estado e daqueles que são o alvo de uma política de perseguição e morte.

O dizer sobre o sexo, ou ainda, a colocação do sexo em discurso se relaciona de maneira radicalmente contraditória com um efeito de identificação com os sentidos do medo, posicionando determinadas vidas como sem importância, imorais, precárias, aviltantes à família e às crianças, de modo a justificar de uma posição de poder a violência que lhes toma como objeto. Fala-se de sexo e do medo, de medo do sexo, mas quais corpos e quais sujeitos têm sentido medo? Quais corpos e sujeitos estão sob ameaça?

#### 4 O DEDO QUE APONTA E A MÃO QUE FAZ ARMINHA

Silveira (2015, p. 131) afirma que no *twitter* se pode observar um certo efeito de rumor, essa *capacidade de rumor* “está na possibilidade que os sujeitos ordinários têm de colocar em relação, por meio da midiatização de versões “não autorizadas” em uma mesma timeline, as versões sistematicamente silenciadas de um e de outro lado do discurso político- midiático”. Ao mesmo tempo, Zoppi-Fontana (2019a, s/n) menciona, a partir da análise de jogos enunciativos como o que descrevemos acima, a existência de um “gesto hegemônico de interpretação dos fatos da atualidade”. Entre autorizações de versões e de *tópicos* hegemônicos (como os *trending topics* do twitter, os *assuntos mais falados do momento*), acabamos nos deparando com uma negociação desigual, uma disputa, sobre o que se falar e de que modo se dizer e mostrar. Essa negociação sobre os limites do que se pode dizer, projeta, sim, alguns perigos ou ameaças, mas não exatamente para onde ou para *aquilo* que se aponta no dizer. Dentre diversas direções possíveis, elencamos duas a seguir.

Primeiramente, pela ruptura do ritual enunciativo, uma direção naquilo que identificamos anteriormente como a des-localização do sujeito enunciativo. Existe um efeito de ultrapassagem das bordas daquilo que se pode dizer do lugar do presidente, ao mesmo tempo em que esse des-limite projeta e provoca sentidos profundamente conservadores. Nessa disputa sobre o que falar e de que modo, do lugar daqueles que tentaram defender alguma posição democrática e alguma possibilidade de diálogo, saíram a se explicar a respeito da vinda da Butler, afirmando que a palestra não seria sobre gênero, e nós perguntamos: mas e se fosse sobre gênero e sexualidade? Já a respeito da exposição *Queer* Museu, circularam dizeres afirmando de que não havia nada de sexual na exposição. E se houvesse? Sobre a postagem desde a posição de presidente sobre o *golden shower*, muito se falou sobre o lugar ou posição ocupados, dizendo que ele não deveria ter postado. Ao que nós questionamos: e se fosse de outro lugar, seria aceitável esse amálgama entre fantasia sexual, 'estado de degeneração' e pessoas homoafetivas? E assim se impõe ao se falar sobre sexo e sexualidade uma naturalização de um lugar do absurdo e do abjeto reservado a alguns corpos e sujeitos, mas também um desejo de espreitar, de ver pelo buraco da fechadura, de compartilhar nos grupos do *whatsapp*, de fazer desses vídeos e fotografias a grande falação, mas antes e, sobretudo, a matéria de um gozo, que recusado pelo sujeito, o envenena, o mortifica, faz do outro-olhado o grande inimigo, porém, não deveríamos, antes, nos perguntar pelo olhar?

Em segundo, nessa negociação em que se percebe a *hegemonia* do gesto que *interpreta os fatos* e que indica, indexa, aquilo sobre o que se pode e deve falar, é possível identificar que essa falação do sexo, nesse gesto de apontar ameaças, e anunciar medos, que esse dizer sobre o sexo é um não dizer sobre um outro gesto que ameaça corpos e sujeitos. Projeta-se um sujeito que vê e mostra o outro, que goza e é policial do seu desejo, do desejo do outro, um sujeito que amedronta e que tem medo também<sup>15</sup>. Existe um gesto que atualiza a memória do medo e da morte, o dedo que aponta isso, aquilo, que funciona como uma dêixis, que também é efeito de promessa de segurança para os que aderem e de ameaça de morte tanto aos que resistem quanto àqueles cujos corpos *não importam*, sujeitos mulheres, negros, indígenas, pobres que pela abjeção tornam-se objeto sob a mira, objeto inespecífico, sem nome próprio, até que uma bala ou outra ação violenta o acerte - cada um é só mais um para as estatísticas.

*O funcionamento dêitico*, segundo Courtine (1981, p. 230), “coloca em posição de tema de discurso um elemento anafórico tendo em seu campo um pré- construído”. A

<sup>15</sup> Encontramos em Safatle (2015) uma reflexão que visa compreender o poder a partir do modo como ele constrói corpos políticos, circuitos de afetos e regimes de implicações: “A forma como os afetos circulam determina comportamentos sociais, regressões políticas, certas possibilidades de vida em detrimento de outras, assim, olhar para o circuito dos afetos é desvelar: “[...] como normatividades sociais fundamentam-se em fantasias capazes de reatualizar continuamente os mesmos afetos em situações materialmente distintas uma das outras”. Para Safatle, encarar a sociedade como um circuito de afetos implica partir dos modos de gestão social do medo como um mecanismo de sustentação das normas e obediência às leis. Esse medo, que perpassa uma ameaça constante sobre a vida, os corpos, os objetos, a invasão da privacidade, não só leva o indivíduo a determinadas práticas auto protetoras, mas ele é constitutivo da própria concepção de indivíduo, com interesses e fronteiras incessantemente defendidos e, sobretudo, o medo serve de fundamento para os processos de reconhecimento. Quando pensamos o medo como afeto a partir das condições de uma política liberal, que transforma sujeitos em indivíduos livres, capazes e responsáveis, somos jogados inevitavelmente na dimensão de um perigo constante, esse perigo é o Outro, um invasor potencial” (In: Baldini, L.; Chaves, T., 2018, p. 802).

deixis do *isto* funciona, nesse modo hegemônico, impondo um tema do discurso, um tópico, que toca pelas bordas o sexo, o medo, a morte. Nessa discursividade, o que traz a teoria de gênero e o debate sobre sexualidade se constitui como uma defesa da existência de corpos e vidas várias que a “ideologia de gênero” (como se projeta dos lugares hegemônicos) quer assassinar e já assassina. Nas palavras de Butler (2017, s/p), pessoas que não se enquadram nas normas de gênero e nas expectativas heterossexuais cuja necessidade urgente é criar as condições para uma vida possível de viver. E nesse sentido, sim, não somente a teoria de gênero - que busca “maior liberdade e aceitação para a gama ampla de identificações de gênero e desejos que constitui nossa complexidade como seres humanos”, mas todo o pensamento crítico se tornam incômodos, dado que questionam os dizeres hegemônicos que selecionam quais ficam na mira dos discursos de ódio e apontam para aqueles que defendem a violência como instrumento da política e da moral religiosa ameaçando qualquer projeto democrático.

O nosso contemporâneo se constitui por um mal-estar diante disso, e do sexo, como numa relação com a memória da ordem do real, daquilo o que não cessa de não se escrever (Lacan *apud* Pêcheux, 2012), e que se inscreve o tempo todo. Há algo que escapa e que ao mesmo tempo, insiste, explode de sentidos, mas também fere na carne e não faltam estatísticas de um Brasil-país-do-carnaval que mais violenta e mata mulheres, gays, lésbicas, travestis e trans no mundo. Enfim, nessa relação entre dizer e não dizer, desfazendo-se do efeito de evidência desse mostrar com efeito de verdade, na qual o que se aponta não é somente em relação ao sexo, nessa discursividade do sexo no contemporâneo, o excesso de fala é também uma falta, dizer sobre o sexo é um não dizer sobre nomes próprios: um não dizer sobre Marielle, Ágata, Evaldo Rosa, Henrique Gonzaga, Emyra Waiãpi.<sup>16</sup>

De nosso lugar de analistas de discurso, diante da memória e da atualidade desse acontecimento que demanda uma tomada de posição, diante dessa *exigência à qual não podemos não responder*, certas paráfrases se tornam urgentes. Como sabemos, gestos de resistência se constituem, também, em gestos que levam os enunciados ao pé da letra: “Não me sinto confortável em mostrar, mas temos que expor a verdade para a população ter conhecimento e sempre tomar suas prioridades. É isto:

“As lágrimas por Ágata no Complexo do Alemão, onde crianças se habituaram a fugir de tiros.”

---

<sup>16</sup> Sobre a abjeção dos corpos (e os nomes próprios - completamos), Butler afirma: “Podemos notá-la, por exemplo, na matança de refugiados libaneses: o modo pelo qual aqueles corpos, aquelas vidas, não são entendidas como vidas. Podem ser contados, geralmente causam revolta, mas não há especificidade. Posso verificar isso na imprensa alemã quando refugiados turcos são mortos ou mutilados. Seguidamente podemos obter os nomes dos alemães que cometem o crime e suas complexas histórias familiares e psicológicas, mas nenhum turco tem uma história familiar ou psicológica complexa que o *Die Zeit* alguma vez mencione, ou pelo menos nenhuma que eu tenha encontrado em minhas leituras desse material” (In: PRINS & MEIJER, 2002, p.162).



## As lágrimas por Ágatha no Complexo do Alemão, onde crianças se habituaram a fugir de tiros

Velório de menina de oito anos, morta com um tiro de fuzil nas costas durante operação policial, reúne centenas de moradores, ativistas e artistas no Rio. "Nossa luta só está começando", discursa o avô



Fonte: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/22/politica/1569186636\\_712007.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/22/politica/1569186636_712007.html). Acesso em: 12/10/2019

“Não me sinto confortável em mostrar, mas temos que expor a verdade para a população ter conhecimento e sempre tomar suas prioridades. É isto:” Foi enterrado corpo do músico Evaldo Rosa, morto por soldados do exército com 80 tiros.

“Não me sinto confortável em mostrar, mas temos que expor a verdade para a população ter conhecimento e sempre tomar suas prioridades. É isto:”

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? In: *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2014.

BALDINI, Lauro J. Siqueira & CHAVES, Tyara Veriato. Do visível ao nomeado: enquadramentos do humano. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas*, n (57.2): 799-820, mai./ago., 2018.

BATAILLE, Georges. Olho. In: *Documents: George Bataille*. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie, 2018.

BOLSONARO pergunta o que é golden shower; internautas não perdoam. Blog do Esmael, 2019. Disponível em: <https://www.esmaelmorais.com.br/2019/03/bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower-internautas-nao-perdoam/>. Acesso em 29 de nov. 2019.

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2017. Ilustríssima, s/p. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2019.

CARNEIRO, Julia Dias. ‘Queermuseu’, a exposição mais debatida e menos vista dos últimos tempos, reabre no Rio. *BBC News Brasil no Rio de Janeiro*, 16 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>. Acesso em: 29 nov. 2019

CHAVES, Tyara Veriato; MEDEIROS, Karine. É metafísica pura ou putaria das grossas?: o (baixo) materialismo no corpo da língua. Disponível em: <https://docplayer.com.br/88935233-E-metafisica-pura-ou-putaria-das-grossas-o-baixo-materialismo-no-corpo-da-lingua.html>.

CHAVES, Tyara Veriato; (Est)éticas do sexual no campo do discurso. Trabalho apresentado na Jornada Binacional Mulheres em Discurso e Paris 13, Campinas, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político*. O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FRANÇA, Glória; CESTARI, Mariana; CHAVES, Tyara Veriato. O sexo em discurso na contemporaneidade: o fantasma do gênero e o acontecimento Golden Shower. *Crítica Cultural – Critic*, Palhoça, SC, v. 14, n. 2, p. 223-240, jul./dez. 2019.

- DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- FINCO, Nina. Filósofa Judith Butler é agredida em Congonhas antes de deixar São Paulo. *Época*, 10 nov. 2017. Cultura, s/p. Disponível em: <https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofo-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- G1 (SP). Após postar vídeo com pornografia, Bolsonaro pergunta o que é 'golden shower'. In: *Portal G1*, 6 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/apos-postar-video-com-pornografia-bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- GADET, Françoise e Pêcheux, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes, 2004.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Campinas: Unicamp, 2012.
- NECKEL, Nádia & FLORES, Giovanna. As fogueiras contemporâneas e as práticas de resistência. In: Cestari, Mariana & França, Glória. *Dossier temático: Raça, gênero e brasilidade: discursos, identificações, subjetividades*. Littera online. v.9, n. 17, 2018.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. Abertura do colóquio. In: CONEIN, Bernard et.al.(orgs.) *Materialidades discursivas*. 1ed. 1981. Campinas: Unicamp, 2016.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Caderno de estudos linguísticos*. Campinas: Unicamp, 1990, n.19.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes Editores, 2010.
- PÊCHEUX, Michel. Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- PAVEAU, Marie-Anne. *L'analyse du discours numérique*. Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann, 2017.
- PRADO, Marco Aurélio Maximo e CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista de Psicologia e Política* [online]. 2018, vol.18, n.43, pp. 444-448. ISSN 1519-549X.
- POSTAGENS sobre 'golden shower' somem de rede social de Bolsonaro. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/03/21/postagens-sobre-golden-shower-somem-de-rede-social-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 29 de nov. 2019.
- PRINS, Baujke, & MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, 10 (1), 155-167. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- SENRA, Ricardo. Bolsonaro apaga tuíte do 'golden shower' após revelação de ação no STF. *BBC News Brasil*, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47662013>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- SILVEIRA, Juliana da. *Rumor(es) e Humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter*. 2015. 200 f. Tese (Doutorado). Curso de Doutorado em Letras, Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.
- TWEET de Bolsonaro com 'golden shower' em carnaval repercute no mundo. Youtube, Jornal o Globo, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OJ1hxr7cRJK>. Acesso em 29 de nov. 2019.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica G. Argu(meme)ntando. Argumentação, discurso digital e modos de dizer. In: Piris, Eduardo & Azevedo, Isabel. *Discurso e argumentação: fotografias interdisciplinares 1*. Coimbra: Gracioso Editor, 2016.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. (2019a), Transformações da fala pública: do porta-voz autorizado aos tuítes do filho amado. Mesa-redonda “Nos limites do discurso”. Congresso da Associação Brasileira de Linguística. Maceió, maio de 2019

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. (2019b). O Amor à língua e à política. Mesa-redonda: “um pouco de memória e discurso: sentidos e resistência”. IV Seminário Internacional (SINEL), Cascavel, junho de 2019.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019241-250>

## DESFAMILIARIZAÇÕES NO POEMA 'BÓSNIA, 92, 93', DE DRAGICA RAJČIĆ DEFAMILIARIZATIONS IN DRAGICA RAJČIĆ'S POEM 'BOSNIEN 92, 93'

Dionei Mathias\*

**Resumo:** O poema 'Bósnia, 92, 93' faz parte da coletânea *Post Bellum*, publicada em 2000, em Zurique. Dragica Rajčić, autora dessa coletânea, nasceu na Croácia e viveu por muitos anos na Suíça, onde escreveu e publicou textos literários em língua alemã. Inserindo a marca de estrangeiridade em seus poemas, Rajčić desfamiliariza uma série de percepções que envolvem ideias de pertencimento nacional, de fala lírica, de questões de gênero, mas também do material linguístico que compõe a base do poema. Nesse sentido, este artigo pretende analisar as estratégias de desfamiliarização presentes no poema 'Bósnia, 92, 93'.

**Palavras-chave:** Dragica Rajčić. *Post Bellum*. 'Bósnia; 92, 93'. Desfamiliarização.

**Abstract:** The poem 'Bosnien 92, 93' belongs to the collection of poems *Post Bellum*, published in 2000 in Zurich. Dragica Rajčić, author of this collection, was born in Croacia and lived in Switzerland, for many years, where she wrote and published literary texts in German. Introducing the imprint of foreignness in her poems, Rajčić defamiliarizes a series of perceptions, which concern ideas about national belongingness, lyrical speech, gender questions, but also ideas about the linguistic material which forms the basis of a poem. Thus, this article aims to analyse defamiliarization strategies present in the poem 'Bosnien 92, 93'.

**Keywords:** Dragica Rajčić. *Post Bellum*. 'Bosnien, 92, 93'. Defamiliarization.

Recebido em: 25/11/2018. Aprovado em: 27/09/2019.

### INTRODUÇÃO

Dragica Rajčić nasceu em 1959, na cidade de Split, na Croácia. Entre 1978 e 1988 ela passou a viver na Suíça, voltando para esse país após a eclosão da guerra na ex-Iugoslávia. Já em sua primeira estada, Rajčić publica poemas em alemão e em 1994 é condecorada com o prêmio Adelbert-von-Chamisso, o que aumentou substancialmente a visibilidade de sua produção literária. A experiência da guerra, da qual teve que fugir, é um dos temas da coletânea *Post Bellum*, publicada em 2000. Nesse conjunto de poemas, Rajčić se utiliza da língua alemã, indicando um lugar de fala peculiar: a voz de estrangeira, com sua alteridade no sotaque e no uso das palavras. Sem negar ou mascarar sua estrangeiridade, Rajčić introduz na literatura de expressão alemã a presença do estrangeiro em sua integridade linguística, desencadeando com isso um processo de

---

\* Professor do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal de Santa Maria. Possui formação em Letras pela Universidade de Hamburgo (Grund- und Hauptstudium, Magister Artium, Doktor phil.) e pela Universidade Federal do Paraná (Doutorado em Letras). E-mail: [dioneimathias@gmail.com](mailto:dioneimathias@gmail.com)

desfamiliarização linguística no âmbito da produção literária, a qual chama atenção para a voz do estrangeiro de forma inovadora.

O conceito de desfamiliarização não é novo nos estudos literários. De fato, os formalistas russos teceram uma série de reflexões em volta desse conceito que permanece importante para a compreensão especialmente dos mecanismos da linguagem poética e sua lógica de produção de sentidos:

Textos literários tendem a “estranhar”, a deslocar nossas percepções habituais do mundo real, a fim de transformá-lo em objeto de atenção renovada. De fato, eles argumentavam que essa habilidade de desfamiliarizar as formas por meio das quais nós habitualmente percebemos o mundo era o que distinguia de modo único a literatura de outras formas do discurso. A grande maioria de seus estudos queria revelar os mecanismos formais por meio dos quais os efeitos de desfamiliarização eram produzidos (BENNETT, 2003, p. 16-17)<sup>1</sup>

No cerne desse pensamento, portanto, encontra-se o desejo de refletir sobre as formas de captação e administração daquilo que chama a atenção do leitor. Chklóvski (2013, p. 83) nos ensina que “a poesia é um jeito especial de pensar, um pensamento por imagens; esse jeito proporciona certa economia das forças mentais, uma ‘sensação de leveza relativa’, e o sentimento estético não é senão um reflexo dessa economia”. Esse argumento que está praticamente no início do texto canônico “A arte como procedimento” continua atual em muitos aspectos, começando pela reflexão sobre o percurso da percepção intrínseca ao texto literário. A forma como algo é dito definitivamente tem um impacto no modo como isso pode ser decodificado, criando um dispositivo de percepção. Com isso, as diversas modalidades de estranhamento analisadas detalhadamente pelos formalistas russos têm, antes de mais nada, um impacto no modo como o leitor enxerga o mundo.

Ao causar uma sensação de desconforto diante do não familiar, há um enfeixamento de forças cognitivas que desencadeia processos de percepção, alterando o modo como o indivíduo acessa e constrói a realidade. Assim, os “novos procedimentos para dispor e elaborar o material verbal” (CHKLÓVSKI, 2013, p. 83) têm como objetivo central frear a automatização e as visões familiarizadas do mundo, com seus roteiros previsíveis de interpretação. Isto é, desconstruir o “automatismo perceptivo” (CHKLÓVSKI, 2013, p. 92) implica reconfigurar os dispositivos que vão viabilizar o acesso ao conhecimento, exigindo do leitor novas estratégias para administrar as informações mediadas a partir do texto literário.

Numa discussão dos textos de Deleuze e Guattari, Colebrook (2002, p. 137) escreve:

---

<sup>1</sup> “Literary texts tend to ‘make it strange’, to dislocate our habitual perceptions of the real world so as to make it the object of a renewed attentiveness. Indeed, they argued that it was this ability to defamiliarize the forms through which we customarily perceive the world that uniquely distinguished literature from other forms of discourse. The vast majority of their studies accordingly set out to reveal the formal mechanisms whereby this effect of defamiliarization was produced” (BENNETT, 2003, p. 16-17). Onde não indicado de outro modo, as traduções são do autor deste artigo.

Alternativamente, literatura pode ser lida por aquilo que ela produz, por suas transformações. No lugar de ler os ‘animais’ da literatura como símbolos – o que eles significam? – podemos ver o animal como uma possível abertura para novos estilos de percepção. Nesse caso, devir-animal indicaria uma tendência na literatura, na arte, de abrir a percepção para o que não é em si. Literatura não seria uma expressão de significado, mas sim a *produção* de sentido, permitindo novas percepções e novos mundos.<sup>2</sup>

Como os formalistas russos, Deleuze e Guattari têm um interesse em pensar os processos de percepção, especialmente também quando relacionados com a experiência estética da literatura. Enquanto os formalistas russos refletem sobre a engenharia textual necessária para desencadear novos processos de percepção, Deleuze e Guattari estão mais interessados na fenomenologia da percepção, especialmente no seu devir. Para os teóricos franceses, parece não haver sentido anterior à experiência, isto é, todo sentido devém, num constante processo de transformação, sem se tornar fixo. Nisso, literatura instaura engenharias da percepção no seu devir. Em seu texto sobre Kafka, Deleuze e Guattari (2003, p. 38) definem esse tipo de literatura como ‘literatura menor’: “Uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior. E a primeira característica é que a língua, de qualquer modo, é afectada por um forte coeficiente de desterritorialização”. Essa “desterritorialização” entendo aqui como um potencial de percepção, ainda não transformado em algo fixo a que o sujeito pudesse recorrer para recuperar a referência. Diante da ausência de uma referência, isto é, de um território conhecido, cada indivíduo empreende um novo percurso de percepção, abrindo-se para o radicalmente singular.

Nesse sentido, este artigo pretende discutir o poema “Bósnia 92, 93”, da coletânea *Post Bellum*, de Dragica Rajčić e analisar de que modo a voz lírica desconstrói percepções automatizadas, cria novos dispositivos de percepção e afirma sua estranheiridade. Vale antecipar que a voz lírica não oculta seu lugar de fala. Pelo contrário, há inúmeras estratégias que chamam a atenção para uma voz que em sua materialidade se caracteriza como não nativa. Já nessa dinâmica, há um movimento de afirmação da alteridade e de deslocamento perceptivo, incitando o leitor a reinterpretar a realidade concebida nos moldes de uma socialização tradicional. Isso vale tanto para a socialização sociocultural como para a socialização literária e suas práticas estabelecidas.

Com efeito, o lugar de fala tem um papel central neste contexto. Dragica Rajčić opta por emigrar para a Suíça, um país que em princípio tem alguma experiência com multiculturalismo, dada a convivência harmônica de comunidades linguísticas e culturais bastante díspares. Essa imagem de tolerância, contudo, precisou ser revista, após as discussões sobre a proibição da construção de mesquitas naquele país, onde “um discurso de integração cultural politicamente carregado se tornou emblemático de uma realidade social que, em grande parte, continua lançando ‘estranheiridade’ contra a norma cultural dominante” (SCHALLIÉ/FRITZE, 2010, p. 146)<sup>3</sup>. Nesse contexto social, a fala com sotaque e a não conformidade com a norma cultural ainda apresentam um problema de legitimação. É nesse embate que a poesia de Dragica Rajčić se insere.

<sup>2</sup> “Alternatively, literature can be read for what it produces, for its transformations. Instead of reading the ‘animals’ of literature as symbols – what do they mean? – we can see the animal as a possible opening for new styles of perception. In this case, becoming-animal would indicate a tendency in literature, and art, of rendering perception open to what is not itself. Literature would not be about the expression of meaning but the *production* of sense, allowing new perceptions and new worlds” (COLEBROOK, 2002, p. 137).

<sup>3</sup> “a politically fraught discourse of cultural integration became emblematic of a social reality that largely continues to pitch “foreignness” against the dominant cultural norm” (SCHALLIÉ/FRITZE, 2010, p. 146).

## VISÕES DA GUERRA

Como dito na introdução, Dragica Rajčić precisou fugir de seu país quando eclodiu a guerra nos Bálcãs, voltando para a Suíça, onde já tinha morado por praticamente uma década. Diante dessa experiência traumática, a autora busca por caminhos em seus textos líricos que permitam instaurar um dispositivo que desencadeie outros sentidos que aqueles veiculados pelos meios de comunicação de massa. É importante lembrar que guerras se transformaram em material comum dos agentes midiáticos, bombardeando seus espectadores e leitores, num ritmo quase que diário, com imagens de alto impacto emocional. O que resulta dessa produção em massa de imagens bélicas e de violência é uma espécie de entorpecimento afetivo que já não desencadeia mais reações de compadecimento e, sobretudo, de revolta diante da brutalidade, com a qual muitas pessoas mundo afora são confrontadas.

Um outro elemento de entorpecimento afetivo parece residir nos fluxos migratórios de massa, especialmente em direção aos países ricos. A chegada diária de imigrantes que fogem de guerra, fome e perseguição, por um lado, e a instrumentalização das imagens de dor dessas pessoas fragilizadas, por outro, pode causar uma saturação imagética que, como no caso das imagens bélicas, já não desperta mais diálogos marcados pelo princípio da empatia. Como a poesia automatizada discutida pelos formalistas russos, também nesse contexto midiático há um movimento de automatização de imagens de sofrimento. Com isso, o estrangeiro com sua fragilização e seus sotaques já não representa mais um fenômeno excepcional em alguns contextos sociais. De fato, ele deixa de ser visto e passa despercebido pelos excessos do cotidiano.

Nos seus poemas sobre a guerra nos Bálcãs, Dragica Rajčić parece tentar desautomatizar esses dois fenômenos da sociedade contemporânea: criar dispositivos poéticos que permitam que leitor volte a enxergar o que significa a guerra e, ao mesmo tempo, volte a ver o estrangeiro, não alguém que desaparece nas massas, mas como ser humano digno de um diálogo. O poema “Bósnia 92, 93”, representa um dispositivo que pode desencadear uma nova percepção:

1	Bosnien 92, 93
2	sie sagen
3	es lesst sich alles wieder gut machen
4	glauben
5	wir sind dumme, auf nase gefallene kinder
6	ein stück land
7	wegen ein stück land
8	anderes wort für KRIEG
9	waschmittel für hirn
10	vattermutterschwester land verteidigung
11	vattermutterschwester auf beerdigung

12	ruffen Dein name einziger sohn
13	hat deine geburts uhrkunde
14	für dein land Todesanzeige bedeutet
15	schrei
16	nein, danke
17	bleib ungeboren mein sohn
	RAJČIĆ (2000, p. 7)

## Tradução

1	Bósnia 92, 93
2	eles dizem
3	que é possível consertar tudo novamente
4	acreditam
5	que somos bobos, crianças tolinhas
6	um pedaço de terra
7	por causa de um pedaço de terra
8	outra palavra para GUERRA
9	sabão para cérebro
10	defesa da terra pátria, mátria, sororal
11	paimãeirmã no enterro
12	chamam teu nome único filho
13	tua certidão de nascimento significou
14	para tua terra anúncio de morte
15	grite
16	não, obrigado
17	permaneça não nascido meu filho
	RAJČIĆ (2000, p. 7) <sup>4</sup>

O poema está dividido em duas estrofes, escrito em letras minúsculas e utilizando uma grafia que não se atém ao uso ortodoxo da escrita. A utilização de consoantes duplas, o que no alemão está atrelado a regras fonéticas, parece imitar uma fala estrangeira, focando, portanto, no lugar de fala e na instauração da voz de alguém que não é nativo. A introdução de mecanismos de estranhamento no gênero lírico – que muitas vezes parece se destacar por um caráter quase sacrossanto – não é novo. A inovação parece residir no fato da afirmação da estrangeiridade da voz lírica, sem que esta renuncie a um desejo de pertencimento à comunidade linguística. Isto é, há um movimento de imaginação criativa daquilo que pode ser entendido como lírica de expressão alemã, movimento este pautado pela introdução das vozes estrangeiras que habitam esse espaço cultural. Há uma nova forma de falar essa língua, a saber, com sotaque e com construções morfossintáticas de

<sup>4</sup> Tradução do autor deste artigo.



estrangeiro. Nessa afirmação da diferença que se recusa a colocar a máscara do nativo, mesmo no território sacralizado da lírica, surge um processo de desfamiliarização que deseja abrir novos caminhos para a apropriação de realidade.

Essa nova concepção de realidade ou de crivo perceptivo passa pela reformulação do princípio de pertencimento, atrelado ao campo imagético de “Heimat” (pátria lar), tão frequentemente abordado na literatura escrita por autores com afiliações estrangeiras. As formatações discursivas do século XIX legaram uma tradição de pensamento que entende “Heimat” como pertencimento nacional, com uma socialização linguístico-cultural específica, o que era central para os projetos de nação, especialmente também no contexto alemão. Essa forma de conceber o pertencimento ainda impera em muitas práticas perceptivas, a despeito da intensificação dos fluxos migratórios e da mobilidade cultural no início do século XXI. Reimaginar esse conceito de “Heimat” significa portanto romper uma prática de percepção.

Numa entrevista concedida a Schallié e Fritze, (2010, p. 150), Dragica Rajčić elabora essa ideia:

Considerando todas as pessoas neste mundo que foram expulsas de suas casas, seria irrisório dizer que *Heimat* é irrelevante, porque é possível encontrar *Heimat* em qualquer lugar. Legalmente, poderia argumentar-se que somos intrinsecamente parte da comunidade humana e temos, por isso, um *Mensch-Pass* (passaporte o qual nos designa como seres humanos).

Um ser humano somente é ser humano quando ele ou ela é admitido na tessitura social da comunidade<sup>5</sup>.

O passaporte humano, do qual Dragica Rajčić fala, ainda permanece um ideal inalcançável, especialmente porque há interesses econômicos na manutenção dos muros de contenção, seja no Rio Grande ou no Mediterrâneo ou no Mar do Japão. A forma de administrar inclusão e exclusão, com base na condição humana, ainda permanece longe das práticas de percepção, especialmente porque isso demandaria uma redistribuição dos recursos e um pensamento de responsabilidade social para além dos muros nacionais, o que não desperta o interesse daqueles que detém o conforto do poder econômico. Para a lógica do poema, isso poderia significar que a guerra na Bósnia não é um problema que diz respeito somente àqueles que fazem parte daquele espaço geográfico específico, o que talvez possa ser reforçado pelo fato de que o poema está escrito para um público leitor não diretamente envolvido com a barbárie bélica ocorrida nos Bálcãs. De todas as rupturas perceptivas esta talvez seja a mais difícil de conceber.

Um segundo pensamento aventado nessa fala reside na reflexão sobre a condição de humanidade. O desejo de pertencer a algum tipo de comunidade parece representar uma constante antropológica que independe do pertencimento cultural. Essa inserção nas tessituras da comunidade, contudo, se revela dificultosa, se o princípio de inclusão impreterivelmente passar pela normatização cultural. Desse modo, quando Dragica

---

<sup>5</sup> “Considering all the people in this world who have been expelled from their home, it would be derisive to say *Heimat* is irrelevant because one can find *Heimat* everywhere. Legally, one could argue we are all innately a part of the human community and therefore have a *Mensch-Pass* (a passport, which designates us as human beings). A human is only a human if he or she is admitted into the social fabric of the community” (SCHALLIÉ/FRITZE, 2010, p. 151).

Rajčić compõe poemas marcados pela língua do estrangeiro, ela também revê a percepção de pertencimento e da imaginação de comunidades. Na comunidade conjurada na esfera de seus poemas, a alteridade no modo de se expressar tem um lugar de fala e pode articular sua voz, sem necessidade de mascarar a diferença.

Assim, o primeiro eixo da afirmação da estrangeiridade se dá pela utilização de uma ortografia adaptada (por exemplo, ‘lesst’, v. 3), por meio da supressão de artigos (‘auf nase gefallene’, v. 5), na supressão de morfemas de declinação (por exemplo, ‘wegen ein stück land’, v. 7), na construção de palavras compostas (por exemplo, ‘vattermutterchwester land verteidigung’, v. 10). Todas essas estratégias causam estranhamento num gênero, muitas vezes caracterizado por um vocabulário rebuscado e atento a matizes semânticos. De fato, o poema em questão também faz isso, mas a materialidade linguística não nega o lugar de fala da autora ou, ao menos, a encenação da voz lírica. Nesse sentido, a percepção automatizada do estrangeiro, posicionado geralmente em formatações discursivas marginais, sofre uma alteração, afirmando seu desejo de participação como tal em discursos reservados a outros atores sociais e produtores culturais. Na entrevista concedida a Schallié e Fritze, (2010, p. 150), Dragica Rajčić afirma: “Meus escritos não são publicados por aquilo que tenho a dizer, mas porque aquilo que tenho a dizer é considerado ‘errado’. Mas eu me pergunto, como alguém pode dizer a coisa certa com palavras erradas?”<sup>6</sup>. A utilização do supostamente errado é um posicionamento político e identitário que não deseja negar nem mascarar seu lugar de fala, desafiando assim as práticas estabelecidas.

No segundo eixo que se refere à desautomatização das imagens bélicas, há um deslocamento da produção de impressões sanguinolentas para a dor muito pessoal e íntima no cerne da família. Com isso, há uma modificação na frequência e na qualidade daquilo que é emitido em forma de sinais. As turbulências dos sofrimentos pessoais são menos passíveis de encenação midiática ou mercantilização, com isso, o texto lírico surge como uma outra modalidade de acesso a esse excerto de realidade. Para o processo de desautomatização dos fluxos de recepção, isso significa não mais inserir o refugiado num grupo sem face, mas enxergá-lo como alguém com biografia e dignidade próprias que merecem compadecimento.

No lugar do sangue e da mutilação, a voz lírica se concentra na forma como os argumentos são administrados, começando por indicar a mendacidade que caracteriza a tentativa de minimizar o impacto de ações bélicas. Nisso, a voz lírica assume um tom crítico em relação aos detentores de poder, chamando a atenção para forma como os integrantes desse espaço nacional são tratados. Do mesmo modo como a ruptura perceptiva se faz necessária para um obter uma mudança da visão da guerra e do estrangeiro, essa quebra também é necessária dentro do espaço nacional de origem.

Nessa outra camada de sentidos, a voz lírica indica como os detentores de poder em sua pátria inicial procuram instaurar uma visão de mundo que opta por ignorar os verdadeiros motivos que os levam à guerra. De fato – assim a voz lírica indica –, não se trata de outro motivo que não seja a ganância por terra. Qualquer outra legitimação para

<sup>6</sup> “My writings are not printed because of what I have to say but because I say it in a way that is considered “wrong.” But I wonder, how can one say the right thing with wrong words?” (SCHALLIÉ/FRITZE, 2010, p. 150).

justificar a destruição e o sofrimento, implica em lavagem cerebral. Nisso a voz lírica não utiliza a palavra lexicalizada em alemão para ‘lavagem cerebral’; no seu lugar, utiliza um sintagma nominal simplificado, parafraseando o termo lexicalizado com termos básicos. Ao mesmo tempo que essa estratégia linguística retoma o vetor da estrangeiridade, ela também intensifica a intenção crítica direcionada aos responsáveis pela guerra. Com efeito, a voz lírica parece jogar com uma linguagem infantilizada, retomando um elemento do verso cinco, onde ela insere a imagem da população tratada como crianças. Aqui, contudo, esse modo de organizar a fala ironiza a prática perceptiva dos detentores de poder, desconstruindo ou desfamiliarizando a percepção que eles têm daqueles que, no fim, são as vítimas da guerra.

Os dois versos iniciais da segunda estrofe apresentam uma estratégia parecida de contraposição e produção de ambivalência na dinâmica do poema. Primeiramente a palavra ‘verteidigung’ rima com ‘beerdingung’, isto é, defesa com enterro. Esse elemento de uma tradição pautada por práticas retóricas, muito mais raro na poesia contemporânea, desacelera a leitura e criando um foco de atenção. A voz lírica parece indicar que o discurso da defesa é o caminho direto para o enterro, rompendo a percepção de que defesa é uma necessidade nacional, a ser seguida a qualquer preço. No plano formal, a composição melódica produzida pelas rimas rompe a expectativa do leitor, uma vez que essa peculiaridade fonética não reforça uma experiência de beleza ou harmonia, mas enfatiza o tom irônico, causado pela justaposição desses dois conceitos.

Um outro elemento que desautomatiza o fluxo de percepção é a formação de palavras compostas. No alemão, a palavra “Vaterland” (pátria) está lexicalizada. Todas as outras estão mais próximas de uma licença poética, apesar da ampla flexibilidade existente nos processos de composição de palavras no alemão. Há duas dimensões importantes nesse jogo com palavras e com a tradição que regra seu uso. Primeiramente, a voz lírica indica que a terra não é somente dos pais, como a palavra lexicalizada poderia sugerir, ela também pertence a mãe e irmãs. Além de causar um estranhamento na percepção da palavra no seu uso lexicalizado, ela também produz uma ruptura no maquinário perceptivo que imagina a guerra como algo que diz respeito somente a homens, introduzindo com isso um elemento da discussão de gêneros que volta em outros elementos da coletânea *Post Bellum*.

Ao isolar a palavra ‘land’ (terra) no sintagma nominal do verso dez – as palavras compostas não ficam separadas na ortografia vigente – a voz lírica volta a chamar atenção para um argumento que já tinha sido introduzido na primeira estrofe sobre a ganância como crivo de percepção. O que causa estranhamento é justamente o fato de que essa palavra recebe um destaque central, enquanto os lexemas ‘mãe’ e ‘irmãs’ permanecem aglutinados ao lexema ‘pai’, permanecendo, portanto, num posicionamento marginal. A palavra ‘land’ (terra) volta a surgir no verso catorze, aqui claramente com conotações negativas, uma vez que enfeixa as ações voltadas para a morte.

Ao refletir sobre o filho, a voz lírica sugere a equivalência de nascimento e morte, rompendo a percepção da palavra lexicalizada ‘Urkunde’ (certidão), que no poema aparece como ‘uhrkunde’, uma composição da palavra ‘Uhr’ (relógio) e ‘Kunde’ (notícia), aproveitando a homofonia para desacelerar a construção de sentidos. A confluência de sentido parece residir na avidez dos sistemas oficiais que registram o

nascimento dos filhos para utilizar o cidadão como material humano. Essa avidez parece estar indicada na imagem do relógio que prevê com exatidão a morte certa desses filhos. Trata-se de uma questão de tempo previsível, portanto, até que a certidão de nascimento se transforme em notícia de morte. A previsibilidade instaurada pelo sistema que procura estabelecer uma única forma de ver a realidade, ou seja, que instaura mecanismos de percepção que orientam a interpretação da morte pela pátria como algo necessário e natural são desacelerados. No lugar da percepção majoritária que já previu o lugar no recém-nascido naquele espaço nacional, surge uma elaboração do material linguístico que suscita outra imagem, a saber, uma imagem que questiona essa percepção.

Especialmente a segunda estrofe transfere o discurso sobre ações bélicas para o espaço íntimo da vida privada, adotando a perspectiva feminina que chora e teme pelo destino certo de seus filhos. Rompe-se a modalidade desumanizante e indiferente de percepção da guerra, para introduzir uma imagem da dor muito pessoal, no cerne da família. Esse dispositivo poético pode desencadear uma performance imaginativa completamente nova, enxergando por meio dele a estrangeira, poeta, dissidente política e mãe. Trata-se de uma voz com sotaque e com uma ortografia própria que rompe e freia as interpretações demasiado rápidas da realidade.

A partir do verso quinze, a voz lírica dissidente rompe o movimento de exposição dos paradoxos para assumir um comportamento de oposição ativa. Assim, o imperativo do grito tem o intuito de quebrar o silêncio e alertar, ao mesmo tempo, também deseja desfazer os mecanismos de agência previstos nesse espaço social. Desse modo, exorta o filho a não nascer num mundo que acolhe o princípio da ganância e da violência, indicando a agência da mulher como opositora a um regime da indiferença. Ao gritar pela emancipação da lógica patriarcal da posse e da belicosidade, a voz lírica também indica o potencial de agência sobre o próprio corpo feminino. Renunciar ao filho pode significar aqui um movimento de oposição à máquina indiferente da morte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da desfamiliarização é o elemento central da organização da fala lírica no poema “Bósnia 92, 93”. Isso também vale para as diversas implicações que o poema atualiza frente ao contexto de produção. Nesse sentido, o poema reflete indiretamente sobre o que significa pátria e pertencimento a espaço nacional, quando a língua da voz lírica é estrangeira e se direciona a um público leitor diferente daquele, no qual os acontecimentos bélicos aconteceram. O poema pode sugerir que pátria e pertencimento vão além dos muros nacionais, frutos de construções discursivas cuja percepção foi normatizada.

Num outro vetor de aproximação, o poema se contrapõe às representações midiáticas dos noticiários de guerra e também do lugar de estrangeiros, nos fluxos migratórios contemporâneos. A percepção da guerra deixa de ser um espetáculo midiático para focar no sofrimento do espaço privado, deixando de representar o estrangeiro como superfície de alteridade para revelar uma voz que tenta simbolizar a dor. Essa ruptura da percepção também vale para o papel da mulher no contexto da discussão de gêneros. No

lugar de representar um agente social passivo diante da guerra, a mulher, neste poema, se revela como alguém diretamente envolvido nos acontecimentos da violência. Nisso, a voz lírica conclama as mães a resistirem no sentido de não parirem filhos para a máquina indiferente da barbárie.

Por fim, o poema desautomatiza a fala lírica, começando pelo direito de fala nesse gênero literário. Assim, a estranheiridade não é empecilho para a participação na produção e inovação desse modo de organizar o material linguístico. Pelo contrário, a língua supostamente errada instaura uma fala que expressa de forma íntegra e cabal a dor específica do sujeito envolvido nos fluxos migratórios. Nisso, a voz lírica cria uma imagem do espaço literário nacional que vai além do pertencimento étnico e também linguístico.

## REFERÊNCIAS

- BENNETT, Tony. *Formalism and Marxism*. London e New York: Routledge, 2003.
- CHKLÓVSKI, Victor. “A arte como procedimento”. In: TODOROV, Tzvetan (ed.). *Teoria da literatura. Textos dos formalistas russos*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 2013, p. 83-108.
- COLEBROOK, Claire. *Gilles Deleuze*. London & New York: Routledge, 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. “O que é uma literatura menor”. IN: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka. Para uma literatura menor*. Tradução e prefácio Rafael Godinho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003, p. 38-56.
- RAJČIĆ, Dragica. *Post bellum*. Zürich: Edition 8, 2000.
- SCHALLIÉ, Charlotte; FRITZE, Christine. “‘Switzerland Has Run Out of Steam on Its Way to Multiculturalism’: An Interview with Dragica Rajčić. In: *Women in German Yearbook*, vol. 26, 2010, p. 146-166.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019251-260>

## REPRESENTAÇÃO E DISCURSO: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO FEMININA NA ARTE REPRESENTATION AND DISCOURSE: AN ANALYSIS OF THE REPRESENTATION OF THE FEMALE FIGURE IN ART

Anelise Rublescki\*  
Daniela Cristina Menti\*\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo refletir sobre os arquétipos femininos nas artes visuais, através da análise imagética de alguns cânones da pintura ocidental. Questões como a construção da idealização do corpo feminino, relações de gênero e de poder são discutidas ao longo do texto. Esta reflexão foi realizada a partir das teorias da representação do sociólogo Stuart Hall (1997) e do estudo das teorias do Discurso e os sujeitos da linguagem proposto pelo linguista Patrick Charaudeau, através dos quais se pode identificar o discurso produzido pelas imagens. Conclui-se que as imagens analisadas não são neutras de significados, e foram produzidas com determinadas intencionalidades.

**Palavras-Chave:** Arte. Representação. Figura feminina. Semiótica.

**Abstract:** This article aims to reflect on the feminine archetypes in the visual arts, through the imagistic analysis of some canons of Western painting. The following issues are discussed throughout the text such as the construction of the idealization of the female body, gender relations and power. This reflection was based on the theories of the representation of the sociologist Stuart Hall (1997) and the study of the discourse theories and the subjects of the language proposed by the linguist Patrick Charaudeau, who can identify the discourse produced by the images. We conclude that the analyzed images are not neutral of meanings and were produced with certain intentionalities.

**Keywords:** Art. Representation. Female figure. Semiotics.

Recebido em: 26/11/2018. Aprovado em: 27/09/2019.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No atual momento em que se entende que as noções de gênero e sexualidade são construídos e modelados através de práticas discursivas, sendo uma delas o campo das

---

\* Doutora em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Docente no Mestrado e no Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais e nos cursos de graduação em Comunicação da Universidade Feevale. E-mail: [anelise\\_sr@hotmail.com](mailto:anelise_sr@hotmail.com).

\*\* Bolsista CAPES. Mestrado em Processos e Manifestações Culturais na Universidade FEEVALE. Graduada Design de Moda (UCS), MBA em Gestão de Projetos (UNISINOS). Licenciada em Design de Moda com pesquisa focada na construção do feminino na arte pelo (IFRS). Integrante do NEPGS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS - Campus Farroupilha. E-mail: [danielamenti@gmail.com](mailto:danielamenti@gmail.com)

artes visuais, é possível fazer uma reflexão sobre a representação da figura feminina na arte.

Arte é conhecimento e, partindo deste princípio, pode-se dizer que é uma das primeiras manifestações culturais da humanidade. A história da humanidade, desde a pré-história, teve seus registros de figuras femininas idealizadas, como é o exemplo da Vênus de Willendorf, produzida em 25.000 a 28.000 antes de Cristo. Essa obra foi a primeira figura feminina que se tem notícia a ser retratada com curvas voluptuosas, seios fartos e quadris largos, numa forte alusão à fertilidade. As relações de poder e gênero também são vistas e possíveis de serem estudadas através das representações da figura feminina na arte. Segundo Smelik apud Loponte (2002, p.285), "este poder que de uma forma não unitária, estável ou fixa vem privilegiando e reforçando um determinado olhar masculino". Quando se busca a representação da figura feminina ao longo da História da Arte, percebem-se as implicações ideológicas que as mulheres enfrentavam em cada época.

A figura feminina aparece nas artes plásticas, que é o objeto de estudo deste artigo, segundo idealizações decorrentes dos valores de cada momento histórico. Em qualquer sociedade ou período artístico que se recorte para estudar, sempre haverá uma representação feminina, que é o reflexo de diversos fatores sociais e culturais. Geralmente elas aparecem como arquétipos, ou seja, imagens formadas no inconsciente coletivo da humanidade, que transmitem diversas informações ao longo dos anos.

Dessa forma, propõe-se um estudo da representação da figura feminina, procurando evidenciar seu lugar na sociedade dos contextos explorados. A problemática que a pesquisa aborda pode ser resumida na seguinte pergunta: de que modo o estudo da representação da figura feminina na arte reflete os papéis sociais e de gênero na sociedade?

Para fazer esta abordagem, foram selecionadas três obras cânones da arte ocidental, Vênus de Urbino (1538) de Ticiano e Susana e os Velhos, uma de Tintoretto (1555) e a outra de Artemisia Gentileschi (1610). Optou-se por estas obras devido a carga ideológica que há na representação da figura feminina, que será discutida ao longo do texto.

## REFLETINDO SOBRE O TRABALHO DAS REPRESENTAÇÕES

A representação é uma parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e trocado entre os membros de uma cultura. Para encaminhamento da discussão será utilizada a Teoria do Trabalho das Representações (HALL, 1997), segundo a qual a interpretação de uma obra de arte ou de um texto está comprometida pela carga de signos e símbolos que serão decifrados pelo espectador de acordo com sua interpretação, também carregada de ideologias.

Sintetizando a teoria de Hall (1997), as pessoas que dividem uma cultura amplamente similar acabam compartilhando a mesma maneira de interpretar os signos de uma linguagem, pois somente dessa forma os significados podem efetivamente representar conceitos. Para Hall (1997, p. 5),

Os sinais, por sua vez, possuem significado compartilhado –representam nossos conceitos, ideias e sentimentos de forma que outros decodifiquem ou interpretem mais ou menos do mesmo jeito. Dito de outra forma, as linguagens funcionam através da representação: elas são sistemas de representação.

Entende-se que, através da representação imagética de uma mulher em determinada cena, existe uma abordagem reflexiva. Nesse sentido, para Hall (1997, p.17) a "linguagem funciona simplesmente refletindo ou imitando a verdade que já existe e está fixada no mundo, por vezes é chamada de mimética". Ao longo deste trabalho é utilizada a expressão "figura feminina" para se referir às imagens de mulheres em pinturas e esculturas, optou-se por essa designação, por ser a mais apropriada quando se fala em representação.

Nesse sentido, entende-se que o olhar particularmente masculino<sup>1</sup>sobre a figura feminina condiciona a arte ocidental, faz com que estas imagens sejam estruturadas com uma forte base nas relações de poder e de gênero. Hall (1997, p.6) retoma que as "relações de poder passam a permear todos os níveis da existência e, portanto, funcionam em todos os pontos da vida social – tanto nas esferas privadas quanto nas esferas públicas". Loponte (2002, p.289) reforça o que é dito por Hall (1997), justificando que as obras de arte ocidentais produzem um cenário de sexualidade no imaginário masculino, e que podem ser entendidas as relações de poder.

Através das imagens pictóricas da arte ocidental, as mulheres constituíram-se como objetos de um discurso que produz a sexualidade feminina a partir de um olhar masculino, um olhar daqueles autorizados em uma determinada prática discursiva a ver e representar. Um olhar que, congelado na definição de 'arte universal', subjetiva e molda nossas concepções do que é arte e artista, e (...) 'inventa' sexualidades, feminidades e também masculinidades. Há uma rede de saberes e verdades legitimada através das imagens canônicas da arte ocidental (LOPONTE, 2002, p. 290).

Ainda, segundo Loponte (2002, p.288) "há uma conexão muito estreita entre visão e relações de poder". É através do olhar dos artistas homens de cada época estudada que a mulher se transforma em um objeto de contemplação. O sujeito interpretante irá assimilar a obra de acordo com sua carga ideológica de signos. Segundo Santi e Santi (2008, p.5) estes signos significam ou representam os "conceitos e as relações conceituais entre estes que levamos em nossas mentes e que juntos compõem os sistemas de significação de nossa cultura".

Hall (1997, p.6) finaliza enfatizando que o significado "só acontece em função de convenções associadas à linguagem que, por sua vez, funciona como sistema de codificação do mundo". Este sistema de codificação tem que ser reconhecido e aceito comunitariamente por cada cultura segundo suas especificidades. Logo, o significado é produzido pela prática, pelo trabalho da representação.

## A REPRESENTAÇÃO FEMININA E SEUS ARQUÉTIPOS

Entende-se que a sexualidade e o gênero são condições que passam a ser modeladas por processos culturais, inclusive as artes plásticas. Discursos que, de acordo com Loponte (2002, p.286), "inventam sexualidades femininas e masculinas circulam em torno das imagens produzidas por artistas". No campo das artes visuais é comum a

---

<sup>1</sup> Refere-se ao fato de o campo das artes plásticas era majoritariamente dominado por homens.



existência de um número expressivo de representação de nus femininos. A representação do corpo nu tem muita importância por terem sido amplamente retratados na história da arte. Estas representações aparecem desde a pré-história com a Vênus de Willendorf, já mencionada no início do texto.

Com o advento do Renascimento, mudanças importantes acometem a sociedade da época: a burguesia passa a ter mais relevância política e econômica, há uma valorização de aspectos relacionados à humanidade e se contrapondo em alguma medida aos cânones religiosos, a ciência se desenvolve de forma mais rápida. No que diz respeito ao campo da Arte, essas mudanças são muito evidentes, pois tem-se o início do uso de perspectiva e profundidade na pintura suportado por princípios matemáticos. A representação de ícones religiosos abre espaço para a representação da figura humana. Com a ajuda dos mecenas no desenvolvimento artístico, iniciaram-se as séries de retratos das famílias nobres, e o desenho passa a ser tratado como uma representação naturalista ou idealizada dos elementos do Universo, bem como o estudo anatômico do corpo humano.

Retomando características da estética clássica grega, como o nu heroico, este período é o responsável pela produção de diversas Vênus, representações de figuras femininas nuas em meio a natureza ou em cenas descontraídas dentro de casa. Também apareceram as grandes coleções de *Madonnas*. Representadas por vários artistas, estas figuras eram a representação da mulher-mãe, sempre com o filho no colo ou próximo ao seu corpo. As *Madonnas* eram representadas em cenas ao ar livre, como um campo, ou dentro de suas casas. Ou seja, são imagens que significam e representam os ideais sociais atribuídos ao feminino naquela época.

Retomando a concepção de representação, discutida anteriormente, entende-se que Eco (2001) trabalha com uma noção muito semelhante daquela elaborada Hall (1997), já referenciada. Para Eco (2001) a transformação da representação da figura feminina em telas de uma maneira mais circunspecta e reservada para séculos depois ser retratada como sujeitos protagonistas de festas e eventos, deu-se devido às novas propostas culturais, como o Humanismo que viera junto ao Renascimento. Segundo esse autor:

Entre os séculos XVI e XVII, a imagem feminina transformou-se, sendo retratada pelos artistas de maneira mais recatada, assumindo papéis como de dona de casa, educadora, administradora. No século XVIII, observa-se a presença das mulheres em salões femininos, bem como sua afirmação como sujeito, nas pinturas, essas mulheres eram retratadas de maneira mais solta, sem o uso do corpete e com os cabelos flutuantes (ECO, 2001, p. 52).

As artes plásticas são um campo de estudo muito abrangente. Estas questões de relações de poder e idealizações dos padrões de feminilidade através da representação geram ricos debates a respeito da significação.

## OS SUJEITOS DO DISCURSO

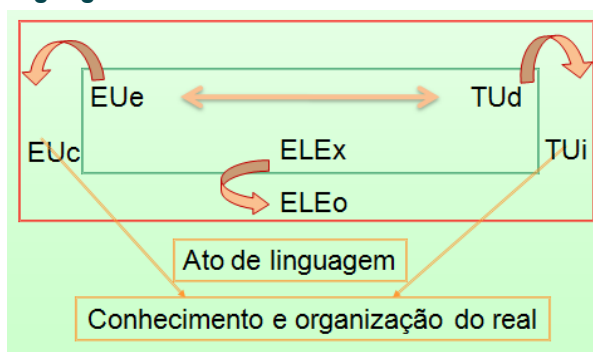
O linguista Patrick Charaudeau deu início à teoria do Discurso em 1979. Charaudeau defende que o Discurso não deve ser assimilado como a expressão verbal da linguagem, nem compreendido apenas como a unidade que ultrapassa a frase, mas sim

como algo que corresponde a um código semiológico, ou seja, um conjunto de símbolos e signos estruturados. Charaudeau pontua que o discurso não deve ser compreendido segundo a tradição linguística, pois, a relação entre diversas frases não constitui uma unidade-discurso. Não se deve confundir discurso com texto, porque, se o discurso for associado somente ao texto, serão descartadas todas as outras formas discursivas, o que o que impediria a análise de uma obra de arte. O autor considera que os sujeitos se comportam de maneira distinta nas diversas possibilidades comunicativas

Todo o ato de linguagem é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem. Isso nos leva a colocar que o ato de linguagem não é totalmente consciente e é subsumido por um certo número de rituais sociolinguageiros. (CHARAUDEAU, 200, p.29)

A linguagem é um construto social ou, como o autor ressalta, um produto como o autor ressalta, determina a importância dos sujeitos da comunicação dentro de um discurso, que podem ser vistos através da seguinte figura:

Figura 1: Sujeitos da linguagem



Fonte: Charaudeau, adaptado por Juracy Assmann Saraiva

O sujeito comunicante (EUc) é quem detém a iniciativa no processo da interpretação. No caso do estudo de uma pintura, o EUc é o artista que executou a obra. O sujeito destinatário (TUd) é o interlocutor fabricado pelo sujeito comunicador (EUc) como um destinatário ideal, adequado ao seu ato de enunciação. Segundo Charaudeau (2008, p.45) "o EUc tem sobre ele um total domínio já que o coloca em um lugar onde supõe que sua intenção de fala será totalmente transparente para o TUd"

O sujeito interpretante (TUi) é o parceiro que tem a iniciativa do processo da interpretação. Segundo Charaudeau (2008), ele age fora do processo de comunicação e escapa do controle do EUc. O Eu Enunciador (EUe) é um ser de fala sempre presente no ato da linguagem. Em síntese o EUe é a imagem projetada do enunciador construída pelo TUi como uma hipótese de como é a intencionalidade do EUc realizada no campo ato da produção. (p.48). O EUc e o TUi estão no mundo real, rodeados pelo conhecimento e a organização real, enquanto o EUe e o TUd estão no mundo subjetivo.

Tendo em vista a definição dos sujeitos da comunicação, pode-se exemplificá-los através da leitura semiológica de uma obra de arte. Para analisar um signo, primeiramente é preciso segmentá-lo em três partes: significação, objetivação e interpretação. O primeiro exemplo a ser estudado através dos conceitos de Hall (1997) e Charaudeau é a *Vênus de Urbino*, pintura Renascentista com autoria de Ticiano (1534).

**Figura 2: Vênus de Urbino**



Fonte: Ticiano, 1534

A significação são os signos visuais que têm a capacidade de significar. Eles são representativos. Pode-se destacar na obra que o corpo da jovem desnuda representa o ideal de beleza e gostos eróticos do Renascimento pleno<sup>6</sup>. A mulher está totalmente nua, ornada com brincos e uma pulseira, sua mão levemente cobrindo suas partes íntimas. Sua cintura e quadris são largos, características que remetiam a uma mulher fértil e de uma família abastada.

Os seios pequenos, redondos e rígidos também constituem parte de um ideal da beleza feminina, significando que eles ainda não haviam atingido a maturidade. Por fim, ela carrega flores em sua mão, possivelmente são rosas vermelhas que eram símbolo da feminilidade atribuídas a Vênus.

A objetivação trata-se de qual linguagem está se remetendo, ou seja, é uma linguagem visual de uma cena de nudez. A interpretação é o ato de comunicação que cria uma produção com uma determinada recepção, ou seja, são as hipóteses. A nudez no ponto de vista da religião pode significar vergonha e uma luxúria a ser conquistada, ou mesmo simbolizar a inocência, uma falta de pudor e também uma negação do corpo<sup>2</sup>.

Na esfera política pode significar força bruta e autoridade, ou vulnerabilidade e escravização. Com o passar dos séculos e as mudanças do pensamento ocorridos, a representação da mulher passou a se diferenciar, e o nu volta a ser presente no século XX.

Entre os séculos XVI e XVII, a imagem feminina transformou-se, sendo retratada pelos artistas de maneira mais recatada, assumindo papéis como de dona de casa, educadora,

<sup>2</sup> A Brief Story of Nakedness, CARR-GOM, Phillip 2010, em tradução livre.

administradora. No século XVIII, observa-se a presença das mulheres em salões femininos, bem como sua afirmação como sujeito, nas pinturas, essas mulheres eram retratadas de maneira mais solta, sem o uso do corpete e com os cabelos flutuantes (ECE, 2001, p.92)

Na perspectiva dos sujeitos da comunicação de Charaudeau (1992) entende-se que o sujeito comunicador (EUC) é o pintor Ticiano. O sujeito enunciador (EUe) compreende que, como Ticiano convive com a nobreza e entende as relações de poder, o mito do feminino, e as influências da mitologia e da arte grega, ele pode ser considerado um enunciador do subconsciente masculino da época, representando tal ideal de beleza numa tela.

O sujeito destinatário (TUD) é quem Ticiano e sua carga ideológica vão projetar como expectador. Ou seja, pode ser um mecenas, ou um admirador de arte que quer ver a beleza de uma mulher desnuda. O sujeito interpretante (TUi) é variável, ou seja, alguém que está vendo a obra nos dias de hoje, a verá com outros olhos, diferentes do TUD. Pode-se dizer que o TUi está vendo um arquétipo de beleza feminina, com uma possível relação de poder, se considerar a figura das duas mulheres no fundo, que aparentam ser sua ama e sua filha pequena.

Como a cena enfatiza a Vênus em seu quarto, com os lençóis ensaiadamente bagunçados e um cão dormindo ao seu lado, entende-se que esta provavelmente é um despertar de uma família rica, pois entende-se que as outras mulheres fazem o serviço doméstico e cuidam dos filhos do senhorio.

Outra obra que deve ser mencionada aqui é *Susana e os Velhos* de autoria do pintor italiano Tintoretto (1555). A objetivação é uma ilustração de uma passagem do Antigo Testamento, onde a jovem Susana que toma banho em um jardim, quando dois velhos juízes a surpreendem e tentam abusar dela, perante ameaças de morte. A alegórica cena, que representa o triunfo da verdade, nada mais é que a representação de um estupro.

**Figura 3: Susana e os Velhos**



Fonte: Tintoretto. 1555

Como se pode analisar na imagem, a significação da obra encontra-se na jovem que exhibe as formas voluptuosas, características do Renascimento, onde expressa tranquilidade, beirando a sedução. O tecido enrolado em seu pé exhibe certa fluidez, tornando a imagem algo alusivo às ninfas da mitologia grega. Um dos velhos espia diretamente entre suas pernas, enquanto o outro velho, em segundo plano, também se aproxima. Tintoretto fez com que os espectadores se tornassem cúmplices deste estupro no qual apenas observam o desejo lascivo dos dois intrusos.

Aqui, o EUc é o pintor Tintoretto. O EUe é um homem que vivia em um contexto patriarcal, representa uma cena de estupro como algo belo, onde uma ninfa se banha numa fonte e seduz dois velhos. O TUD seriam seguidores do Livro de Daniel, o texto bíblico que o artista se inspirou para fazer a obra. Por fim o TUi entende que a obra é um arquétipo feminino criado pelo imaginário masculino, no qual Susana recebe passivamente as agressões dos dois anciões.

A cena de *Susana e os Velhos* foi retratado diversas vezes por muitos pintores. Porém, uma única mulher trabalhou com a releitura deste quadro. Artemisia Gentileschi é uma das poucas mulheres a serem reconhecidas na pintura Barroca. A artista fugia dos temas recorrentes, retratava as mulheres como heroínas, principalmente em passagens bíblicas. Seu estilo poderoso talvez esteja fortemente ligado a acontecimentos de sua vida.

Aos 19 anos, Artemisia foi estuprada por Agostino Tassi (Agostino Buonamici; c. 1580–1644), pintor amigo de seu pai e contratado por este para ser tutor da jovem artista e lhe ensinar desenho e perspectiva, entre outras técnicas de pintura. Ao falhar em manter sua promessa de casamento, Agostino foi denunciado pelo pai da pintora, o caso foi levado à corte e num julgamento que se arrastou durante sete meses, Artemisia foi humilhada e severamente torturada, enquanto o agressor, apesar de ter sido condenado ao exílio por cinco anos, nunca cumpriu a pena, tendo retornado a Roma quatro meses depois. Como principal protagonista deste talvez primeiro caso de estupro público, ao ser acusada de promiscuidade, Artemisia acabou adquirindo uma reputação dúbia. (ROSSI, 2010. s/p)

A sua representação do mesmo quadro de Tintoretto é muito diferente, aproximando-se da realidade que talvez a própria autora tenha sido vítima. A significação da obra encontra-se em jovem Susana que outrora se banhara e estava a deleite dos olhares masculinos, agora é dominada, tendo seu cabelo puxado por um dos velhos, enquanto o outro faz sinal para que a moça se cale.

A objetivação é novamente uma cena de nudez, e sua interpretação é que seja uma possível cena de estupro. Pereira (2012, p.138) explica que "não há natureza neste quadro, apenas Susana sentada em um banco de pedra decorado com os dois anciões sobre ela". A ponto de cair de joelhos, ela exhibe uma expressão de repulsa e algo como medo em seus olhos. A cena é clara e marcada pelos contrastes de luz e sombra típicos do período Barroco, dando mais dramaticidade à cena.

O EUc aqui é a artista Artemisia. O EUe é uma mulher que fora estuprada pelo tutor e por isso foi ridicularizada na sociedade, que ninguém acreditava nela, fazendo-a viver em constante humilhação. o TUD é a sociedade que virou as costas para ela ao saber do crime ocorrido. O quadro é como um grito de desabafo da artista. Por fim o TUi é o entendimento da gravidade do crime que a artista sofreu, e com maestria representou no quadro.

Figura 4: Susana e os Velhos



Fonte: Artemisia Gentileschi, 1610

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As artes visuais são um campo desafiador para o estudo do gênero e da sexualidade feminina, bem como a formação dos arquétipos de feminilidade através do olhar masculino. A ideia da sexualidade é percebida através da análise de diversos cânones da História de Arte e tem-se o reflexo dos valores sociais de cada época estudada, refletindo na representação da figura feminina.

O exercício da representação ou, como pontua Hall (1997), o trabalho da representação é fundamental para o entendimento de práticas discursivas. As imagens vistas nesta pesquisa seguiram a abordagem reflexiva, a qual o autor diz que linguagem funciona como espelho, refletindo o verdadeiro significado que já existe no mundo. A análise através dos sujeitos da comunicação de Charaudeau possibilitou o entendimento de que as imagens nunca são neutras, sempre são produzidas como uma intencionalidade, e nota-se que existe por trás delas um discurso, no qual a sexualidade e o poder tornam-se articulados.

A articulação do gênero com as relações de poder não é tema que possa ser afastado na hora de analisar as imagens, pois esta é um construto cultural. As produções destes artistas podem ser entendidas como metáforas para a compreensão da representação feminina de seu tempo histórico.

## REFERÊNCIAS

- CARR-GOM, Phillip. *A brief story of nakedness*. Reaktion Books, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H., MACHADO, I. L., MELLO, R. (orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: UFMG/NAD, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ECO, Umberto. *A história da beleza*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GENTILESCHI, Artemisia. *Susana e os velhos*. 1610. Original da arte, óleo sobre tela 170 x 121 cm. Schloss Weissenstein, Pommersfelden, Alemanha.

GOMBRICH, E.H. *A história da arte*. Tradução Álvaro Cabral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HALL, Stuart. *The work of representation*. The Open University. Walton Hall. Milton Keynes MK7 6AA. 1997.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. *Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 283-300, jul. 2002. Disponível em <<https://goo.gl/sfe7tU>>. Acesso em: 04/ mar/ 2018

PEREIRA, Débora de Viveiros. 2012. *Susanna e os anciãos: Análise comparativa das obras de Artemisia Gentileschi (1610) e Jan Both (1642)*. VIII EHA. Encontro de História da Arte, 2012.

SMELIK, Anneke. "What Meets the Eye: Feminist Film Studies." In: BUIKEMA, Rosemarie, and SMELIK, Anneke (eds.). *Women's Studies and Culture. A Feminist Introduction*. London: Zed Books, 1993. p. 66-81.

ROSSI, Elivio Antônio. *Artemisia Gentileschi (1593–1652/53)*. Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação a Distância - NAPEAD. UFRGS. Disponível em: <<https://goo.gl/x36Lbc>> Acessado em 01/jun/2018

TICIANO. *Vênus de Urbino* (1538). Original de arte, óleo sobre tela, 119 cm × 165 cm. Galleria Degli Uffizzi, Florença, Itália

TINTORETTO. *Susana e os Velhos*. (1555). Original da arte, óleo sobre tela 146 cm × 194 cm. Kunsthistorisches Museum, Viena, Áustria.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019261-267>

## CARL SADAKICHI HARTMANN, UM CRÍTICO DE ARTE NA BELLE ÉPOQUE AMERICANA CARL SADAKICHI HARTMANN, AN ART CRITIC AT AMERICAN BELLE ÉPOQUE

Antonio Carlos Santos\*  
Roberto Svolenski\*\*

**Resumo:** Poeta, dramaturgo, crítico de arte e de fotografia, ator, Sadakichi Hartmann foi um intelectual muito ativo na virada do século XIX para o XX em Boston, New York e Los Angeles, caindo no esquecimento depois de sua morte. Pouco conhecido no Brasil, apresentamos aqui cinco de seus textos que dão uma mostra da versatilidade e do alcance de sua crítica e de sua pena: são textos que revelam sua posição em relação à fotografia (Um apelo à fotografia direta), ao retrato na pintura e na fotografia (Pintura de retrato ou fotografia de retrato), à obra do pintor Whistler (Crisântemos brancos) e um texto literário, um conto (As chapas quebradas) que também pode ser lido como uma teoria da fotografia.

**Palavras-chave:** Crítica de Arte. Belle Époque. Carl Sadakichi Hartmann.

**Recebido em: 28/08/2019. Aprovado em: 21/11/2019**

SADAKICHI: “Well, we had better go.  
I hope you will soon feel better.”

WHITMAN: “It is clouded now,  
possibly, it’ll pass by.” These were the  
last words Walt Whitman spoke to me.

(Hartmann, *Conversations with Walt Whitman*)

Nascido em 1867 na ilha artificial de Dejima, localizada na baía de Nagasaki no Japão, com o nome de Carl Sadakichi Hartmann, esse japonês/alemão filho da japonesa Osada Hartmann e do empresário alemão Carl Herman Oscar Hartmann, foi um importante crítico na história da arte norte-americana. Mesmo sendo mais conhecido por suas contribuições na área da fotografia, Sadakichi foi crítico de arte e um profundo conhecedor da arte norte-americana do final do sec. XIX e início do sec. XX.

Com o falecimento de sua mãe dois meses após parto, Sadakichi e seu irmão mais velho Oscar Toru foram enviados para morar com o tio Ernst Hartmann, em Hamburgo no Norte da Alemanha. De família burguesa, a infância de Hartmann foi cercada pela melhor educação em escolas particulares, bem como no comportamento da classe alta. Na volta do pai de Sadakichi para a Alemanha anos depois o adolescente é enviado para

---

\* Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). E-mail: caco1955@hotmail.com.



a *Academia Naval Imperial Alemã (Marineakademie)* em Kiel. Justamente por ser forçado a frequentar a academia, Sadakichi não se adapta à disciplina e foge para Paris. Nesse desacordo familiar, o jovem é deserdado e enviado para os EUA para morar com outro tio na Filadélfia. Com seus 14 anos, o jovem Hartmann trabalha em lojas de impressão e gravação e passa as noites estudando artes na biblioteca da cidade na busca por uma carreira.

**Figura 1: Os últimos dias de Sadakichi Hartmann em Catclaw Siding – Foto: Cliff Wesselman**



Fonte: <https://www.californiadesertart.com/king-of-bohemia-sadakichi-hartmann-in-the-san-gorgonio-pass/>

Nesses estudos sobre arte e literatura aos 17 anos de idade, em 1884, Sadakichi tem contato com a poesia de Walt Whitman. Fascinado com os escritos do poeta, descobre que Whitman vive no distrito de Camden desde 1874, cidade vizinha da Filadélfia.

Whitman se torna então um mentor para Sadakichi que acaba sendo contratado como tradutor de correspondências estrangeiras para o poeta. Sadakichi escrevia e falava inglês, francês e alemão. Foram 8 anos de amizade em encontros frequentes até um ano antes da morte de Whitman em 1892. Essas visitas foram registradas por Hartmann em um pequeno livro intitulado *Conversations with Walt Whitman* (1895).

No final da década de 1880, Sadakichi começa a escrever críticas de arte (não assinadas) em Boston, para onde tinha se mudado, para *The Advertiser* e *The Boston Transcript*. Sempre a partir do incentivo do mentor Walt Whitman, para além das traduções, ambos discutiam literatura simbolista, poesia japonesa e arte norte-americana.

Hartmann deixou Boston em 1889 e mudou-se para Nova York, onde se envolveu com os jovens artistas e literatos da cidade escrevendo poemas, peças de teatro e reportagens. Nesse período, Hartmann é contratado por Samuel S. McClure, em 1892,

fundador do primeiro sindicato de jornais dos EUA (*McClure Syndicate*) e da revista *McClure's* em 1893, para ser correspondente na França. Nesse período na Europa, Hartmann conhece, por meio de Whitman, o poeta simbolista francês Stéphane Mallarmé (1842-1898), além de outros artistas como os pintores J.A.M Whistler (James Abbott McNeill Whistler, 1834-1903), Claude Monet (1840-1926) e o dramaturgo Maurice Maeterlinck (1862-1949). Depois de Whitman, a próxima grande influência na arte de Hartmann foi o simbolismo francês na poesia de Mallarmé e Arthur Rimbaud (1854-1891). Hartmann visitou a Europa em diversas ocasiões entre 1885 e 1892. Além de estudar arte e literatura em Berlim, Bruxelas, Paris, foi aprendiz de palco no Royal Theatre em Munique e também estudou ballet. O estudo da dança fez Sadakichi desenvolver uma forma peculiar e única com as improvisações e performances que realizou até seus últimos anos de vida.

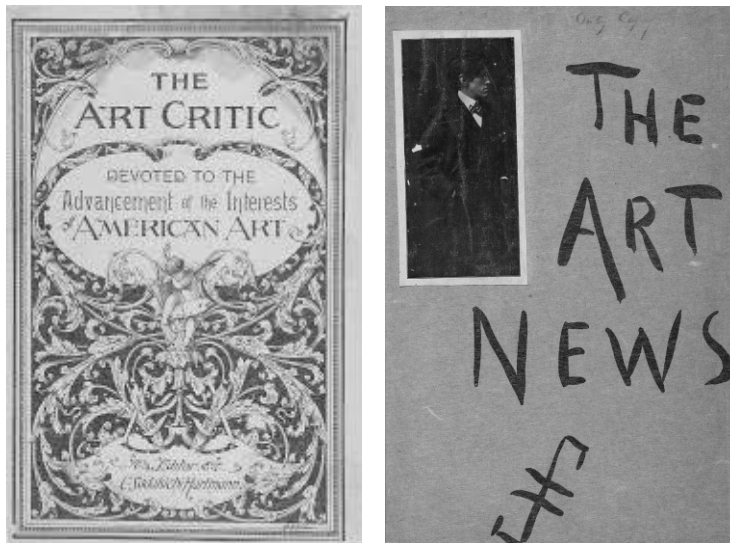
**Figura 2: Sadakichi Hartmann Dances**



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=phrXd2YJTAs>

No retorno a Boston, Hartmann se sente inspirado pelos avançados movimentos artísticos e literários na França e decide começar uma publicação própria, chamada *The Art Critic*. Segundo Sadakichi, na introdução do primeiro número da revista lançada em 1893, a revista publicada a cada dois meses “procura se constituir no órgão de todos os amantes da Arte [...] *The Art Critic* se dedicará à propagação dessa ideia e à elaboração de um plano para sua execução bem-sucedida.” A revista lança apenas três números (Nov. de 1893, Jan. e Mar. de 1894) mas não sobrevive devido à falta de financiamento. Em 1897, Hartmann lança outra revista, agora *The Art News*, com a proposta de ser mensal. Entretanto, também não consegue levar adiante seu projeto por falta de financiamento e publica apenas quatro edições (março, abril, maio e junho).

Figura 3: Revista Art Critic – 1893/1894



Fonte: <https://www.jstor.org/journal/artcritic1893>

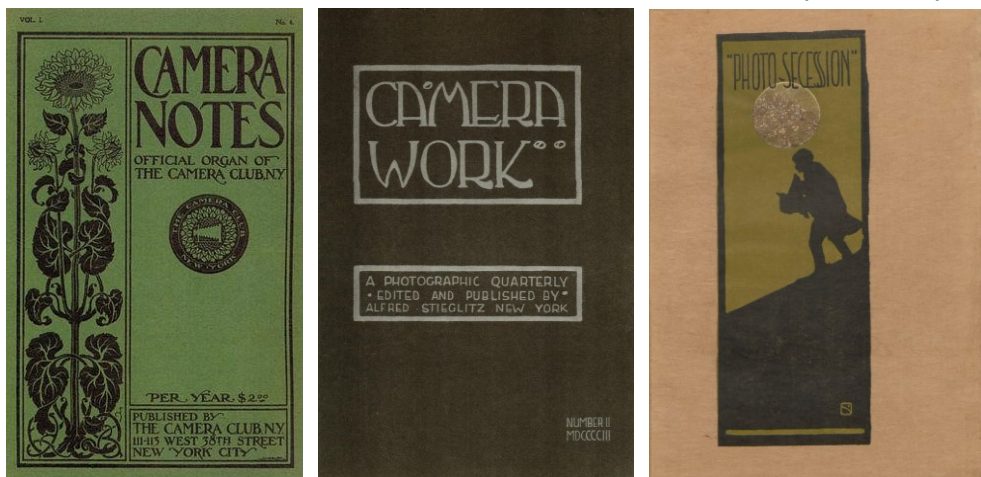
Um outro motivo pelo qual a revista *The Art Critic* não obteve sucesso foi a ruína financeira causada pela prisão de Hartmann após a publicação de sua primeira peça erótica *Christ: a dramatic poem in three acts*, em 1893. Ele viajou para Boston a partir de sua casa em Nova York para envolver-se com a próspera cena teatral. Foi em Boston que sua controversa peça foi apresentada pela primeira vez. Hartmann foi preso no final desse mesmo ano. Conforme publicação no *The Art Critic* meses antes da publicação e apresentação da peça, Sadakichi escreve: “Christ, de C. Sadakichi Hartmann, publicado pelo autor, não tem nada de teológico a não ser o título. É um poema dramático de originalidade notável e algum poder, no qual o domínio da paixão sexual é apresentado como a fonte de influência e supremacia moral. A tentação de Jesus deste ponto de vista é representada sob um aspecto inteiramente novo. O realismo com o qual o tópico é tratado provavelmente impedirá que o livro se torne popular.” Após a publicação, as quase mil cópias de *Christ* foram queimadas e Sadakichi preso. O público ficou horrorizado com a peça teatral e a polícia proibiu as apresentações fechando o teatro.

Essa peça foi seguida por seu segundo drama simbolista *Buddha* (1897) e por outros dramas religiosos: *Confúcio*, *Maomé*, *Moisés* e *A Religion in the Making* sobre Mary Baker Eddy (não finalizado). Seus estudos sobre o movimento simbolista aparecem não apenas em grande parte da crítica de arte e em muitos dos ensaios que escreveu na década de 1890, mas também nas peças de teatro e na poesia.

O primeiro livro sobre arte escrito Hartmann, *Shakespeare in Art*, foi publicado em 1900. Nele, Hartmann estuda diversas pinturas e ilustrações realizadas sobre as peças e retratos de Shakespeare. O seguinte, *A history of American Art* publicado em dois volumes e usado como um dos principais livros nos estudos sobre história da arte norte-americana, foi publicado em 1901, com uma reedição revisada em 1938. Outras obras de Hartmann consideradas extremamente importantes para a história da arte são *Japanese Art* (1903) e *The Whistler Book* (1910). Hartmann também colabora com o movimento anarquista escrevendo alguns artigos para a revista *Mother Earth* (1906-1915) publicada por Emma Goldman, Edwin Bjorkman e John R. Coryell. Mas Hartmann nunca se comprometeu com o movimento de forma ativa.

Em 1896 Alfred Stieglitz propôs ao *Camera Club of New York* que as dicas, técnicas e anotações das reuniões fossem publicadas em um periódico denominado de *Camera Notes*. Dessa maneira, seria possível expandir o conhecimento e melhorar o discurso sobre a fotografia artística. Hartmann participa escrevendo para esses periódicos, mas seu amigo Stieglitz, depois de diversos conflitos internos, deixa o cargo de editor de *Camera Notes* em 1902 e funda outros periódicos, a *Photo-Secession* e *Camera Work* (1902-1917). Hartmann continua a escrever para essas novas revistas.

Figura 4: Periódicos *Camera Notes*, *Camera Work* e *Photo-Secession* (1902-1917)



Fonte: <https://media.artic.edu/stieglitz/camera-notes/>; <https://media.artic.edu/stieglitz/camera-work/> e <https://media.artic.edu/stieglitz/the-photo-secession/>

A revista *Camera Work*, publicada trimestralmente possuía fotografias de alta qualidade de muitos fotógrafos, dentre eles James Craig Annan, Frank Eugene, Gertrude Käsebier, Edward Steichen, Frederick Evans, Alvin Langdon Coburn, Clarence White e Paul Strand. Além das fotografias, eram publicados também diversos ensaios sobre a arte norte-americana. Dentre os colaboradores estava Sadakichi Hartmann, que contribuiu com ensaios sobre fotografia, resenhas de exposições de arte e poemas para acompanhar essas impressões. Muitos desses ensaios pioneiros sobre fotografia escritos por Hartmann também foram publicados na revista especializada em fotografia *Wilson's Photographic Magazine*, a partir de 1915, sob o pseudônimo de Sidney Allan, homenagem ao autor idolatrado, Edgar Allan Poe. Depois de se mudar para a Califórnia, Hartmann não usou mais a assinatura de Sidney Allan.

Mesmo publicando de maneira ininterrupta em revistas de fotografia no início dos anos de 1920, Hartmann se muda para Los Angeles em 1923. Passa a discursar sobre Edgar Allan Poe e arte norte-americana na *Kings Road House*, casa considerada a primeira no estilo moderno construída em 1921 pelo amigo e arquiteto Rudolf Schindler. Já em Los Angeles, Hartmann conhece o meio cinematográfico e sob a influência do mais novo amigo e ator John Barrymore, ele participa do filme de Douglas Fairbanks, *The Thief of Bagdad* (1924), atuando como o mágico da corte. A carreira cinematográfica de Hartmann nunca decolou, mas ele se tornou conhecido como crítico de cinema, artista e com uma presença extravagante nos círculos de arte e cinema de Los Angeles.

Figura 5: Sadakichi em *O ladrão de Bagdá*, 1924



Fonte: <https://www.californiadesertart.com/king-of-bohemia-sadakichi-hartmann-in-the-san-gorgonio-pass/>

Hartmann sofria constantemente de ataques asmáticos graves que foram piorando com o passar dos anos. A doença, os problemas financeiros e a dependência do álcool o impossibilitavam de ter um trabalho fixo. Com isso muda-se para *San Gorgonio Pass*, perto de Beaumont. O declínio físico e profissional do crítico que dependia de patrocínio de amigos e admiradores o afasta cada vez mais do meio artístico.

Mesmo com todos os problemas, Sadakichi percorreu diversas cidades dos EUA fazendo palestras sobre arte e fotografia. Ajudou a reunir diversas coleções de arte e estimulou o interesse pelas artes nas cidades por onde passava, indo de Nova York a Los Angeles.

Por volta de 1934, Hartmann foi morar perto de sua filha Wistaria Linton na Reserva Indígena de Morongo, em Banning, Califórnia. Nesse momento sua saúde piora. Família e amigos, entre eles Ezra Pound, ajudaram financeiramente na construção de uma pequena casa na reserva. Sadakichi a nomeia de *Catclaw Siding* por ter uma superabundância de plantas de “Unha-de-gato” ao redor da casa. Mesmo afastado, continua escrevendo e pintando esporadicamente. Sadakichi trabalhou principalmente em pastéis porque era alérgico a óleos e evitava esse meio devido a seus ataques asmáticos. Ficava sentado por horas fora de casa tentando capturar o sombreamento do Monte San Jacinto em diferentes horários.

Após o ataque a Pearl Harbor, Sadakichi com cerca de 72 anos, tornou-se suspeito de espionagem por causa de sua dupla ascendência alemã e japonesa. Mesmo sendo cidadão norte-americano desde 1894, o governo dos EUA determinou que ele devia ser culpado de alguma coisa, talvez ajudando um dos dois lados inimigos. Ele foi acusado de escalar o Monte San Jacinto e enviar sinais para a inteligência japonesa ou alemã. Sadakichi adorava andar no deserto à noite fazendo gráficos das constelações. Isso foi interpretado como prova de que ele estaria de alguma forma sinalizando com uma lanterna para os bombardeiros japoneses que sobrevoavam a costa. Toda a família de Hartmann foi vigiada.

Depois de serem entrevistados por agentes do FBI, muitos amigos e artistas de Hollywood rapidamente abandonaram Hartmann e os convites para festas cessaram. Hartmann solicitou ao governo que não o prendessem, argumentando que não poderia haver nada mais americano do que ter escrito *A History of American Art*.

Em 1944, Hartmann, com 77 anos, iniciou sua jornada final em direção ao leste para visitar outra filha, Dorothea Gilliland, em St. Petersburg, Flórida. Ele pretendia reunir material para completar sua longa autobiografia inacabada, mas morreu antes disso, na casa de sua filha enquanto estava sentado em uma cadeira, em novembro, o mês de seu nascimento.

**Figura 6: Última foto de Sadakichi tirada por sua filha em frente à *Catclaw Siding*, em 1943, na Reserva Indígena de Morongo, Banning, Califórnia**



Fonte: [https://www.recordgazette.net/in-search-of-sadakichi-hartmann-part-three/article\\_324639cc-7aef-11e8-8bc6-53cdf5d9b2ca.html](https://www.recordgazette.net/in-search-of-sadakichi-hartmann-part-three/article_324639cc-7aef-11e8-8bc6-53cdf5d9b2ca.html)



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019269-278>

## UM APELO À FOTOGRAFIA DIRETA\* A PLEA FOR STRAIGHT PHOTOGRAPHY

Carl Sadakichi Hartmann

Tradução: Antonio Carlos Santos

A exposição da Foto-Secessão, aberta no sábado, 6 de fevereiro, nas Galerias de Arte do Instituto Carnegie, Filadélfia, oferece uma oportunidade única de comparar os estilos e métodos de uso da fotografia com fins artísticos.

O mérito geral dessa coleção está nitidamente acima de todos os seus predecessores. Superou os Salões de Chicago e Filadélfia de 1898 e 1901, as exposições do Clube Nacional de Arte, de New York, em 1902, e a recente apresentação da Foto-Secessão na Galeria de Arte Corcoran, Washington, não apenas em número, mas também em excelência quanto a seu refinamento, e pode sem erro ser descrita como a exposição de fotografia pictórica mais interessante e mais representativa jamais montada. O júri está constituído pelos senhores Alfred Stieglitz, Joseph T. Keiley e Edouard J. Steichen, que também supervisionou a montagem da exposição.

Como já era de se esperar de uma exposição selecionada e organizada por três extremistas do pictorialismo que valorizam mais “a expressão individual” do que qualquer outra qualidade, a maioria das imagens apresenta uma certa similaridade em qualidade e ideia, assim como na maneira de montar e enquadrar. E, contudo, pelo menos três quartos dos exibidores deram mostras de intenção artística pessoal e, clara e incontestavelmente, refletiram o gosto, as preferências e a imaginação do produtor individual.

O que estes artistas têm em comum é apenas uma tendência geral para o misterioso e o bizarro; eles gostam de apagar todos os delineamentos e detalhes e diluí-los em sombras delicadas, de maneira que seu significado e sua intenção se tornem difíceis de se descobrir. Eles não apenas lançam mão de qualquer dispositivo e processo conhecido pela arte do fotógrafo, mas sem nenhuma hesitação – como Steichen em seu “Nascer da lua” (fig. 1) e “Retrato de um jovem” (fig. 2), e Frank Eugene em seu “Canção da Lily” (fig. 3) – ultrapassam todas as fronteiras legítimas e deliberadamente misturam fotografia com os dispositivos técnicos da pintura e das artes gráficas. Ambos são culpados de terem pintado, mais de uma vez, completamente o fundo de suas imagens. Os destaques de Steichen são quase todos realizados artificialmente e Eugene invariavelmente simula pintura e gravura em seus negativos para obter sombras artísticas.

Quase não há nenhum expositor, seja Foto-Secessionista ou não, que não utilize os truques da eliminação, generalização, acentuação e aumento; e muitos deles, que não têm a menor ideia de desenho ou pintura, o fazem de maneira desajeitada e amadorística.

---

\* Este ensaio apareceu originalmente em *American Amateur Photographer*, n. 16 (mar.1904), p.101-109.



Esforçar-se para alcançar efeitos e qualidades da pintura é a ordem do dia e em todas as imagens selecionadas – embora praticamente nada arbitrariamente excêntrico ou repulsivo em sua artificialidade tenha sido admitido – não há quase nenhuma que não tenha sido influenciada pelo clamor predominante por uma arte culta. Até em seus títulos eles tentam manter essa ideia. Por que, por exemplo, Yarnall Abbott chama seu nu com árvores ao fundo (quase senso comum no tratamento) “Waldweben”? O que um fragmento pictórico sem sentido tem a ver com as tonalidades pictóricas realistas de Wagner? Tais procedimentos não seriam levemente enganadores e de algum modo pretensiosos?

Mas ninguém pode negar que o trabalho deles, como um todo, não seja o resultado de um esforço inteligente e consistente. Graça e sutileza e uma boa dose de imaginação ele possui, sem dúvida, e seus expositores põem tanto entusiasmo em seus trabalhos que sua seriedade exige respeito, mesmo que nem sempre mereça admiração. Mas a questão – ou o problema – é se esses trabalhos pictóricos ainda pertencem ao domínio da fotografia. Não estão essas pessoas sendo injustas com um método belo de expressão gráfica e, às vezes, destruindo os poderes estabelecidos em sessenta anos de pesquisa e progresso fotográfico?

Isto é muito difícil de responder. Depende totalmente das circunstâncias e do espírito com que alguém se aproxima de uma tal imagem. Deveria eu, por exemplo, visitar a galeria de arte de um homem rico e esbarrar em algum lugar nas paredes com “Lenbach” (fig. 4), de Steichen em que algumas linhas foram gravadas, muitos destaques acentuados e meios tons pintados com um pincel, ou “A Charcoal Effect” (fig. 5), de Mary Devens, me afetaria com uma expressão de prazer única e especial; não faria nenhuma diferença se fosse um monótipo, um desenho a carvão, uma gravura, ou uma impressão fotográfica. Mas quando eu vou a uma exposição de fotografia e encontro as mesmas impressões, a situação muda. Pergunto, desde logo, a mim mesmo: que tipo de fotografia é essa? Como é feita? Por que essa parte parece uma monotipia pintada a mão, e essa outra uma gravura ou um desenho a carvão? É ainda fotografia ou simplesmente uma imitação de algo? E se sim, que valor estético tem?

Certamente todo meio de expressão artística tem suas limitações. Esperamos que uma gravura pareça uma gravura, que uma litografia pareça uma litografia, por que então uma impressão fotográfica não pode parecer uma impressão fotográfica? Uma gravura, é verdade, pode imitar outras artes e um gravurista inteligente pode produzir uma gravura que pareça uma estampa, e uma outra que pareça um *mezzo-tinto* e um terceiro que é quase como um desenho preto e branco com aquarela. Mas se não vemos nada além de imitações – e raramente as vemos em mestres como Jacque, Appian, Veyrassat, Meryon e Whistler – estaríamos inclinados a dizer, “Bom, isto é mesmo formidável, mas agora vamos supor que o gravurista imite uma gravura!” Assim como o buril é o instrumento de grande expressão para um trabalho de cavar a linha, também os métodos fotográficos são o grande instrumento de expressão para uma descrição direta das belezas pictóricas da vida e da natureza, e abandonar suas especificidades para se fixar em qualidades técnicas de outras artes é imprudente, porque a perda é certamente maior do que o ganho.

Por “descrição direta das belezas pictóricas da vida e da natureza” entendo trabalhos como “*Scurrying Homewards*”, “*Winter on Fifth Avenue*”, “*The Net Mender*”, etc., ou

seu recente *“The Hand of Man”* (fig. 6). “Eles também foram manipulados”, questionariam os foto-secessionistas. Sim, eu sei que ele eliminou várias toras de madeira que estavam perto da calçada quando tirou o instantâneo de seu *“Winter on Fifth Avenue”*, suprimiu uma corda que atrapalhava o fundo de seu *“Scurrying Homewards”*, iluminou o céu em *“The Net Mender”*, e escureceu as linhas em *“The Hand of Man”*. Por que não? Claro que é admissível, pois é nada além do velho retoque. Se “forjar” é errado, então também Eickemeyer, e quase todos os fotógrafos pictorialistas, têm de ser condenados. Mas se é permitido fazer eliminações, o que teria contra acentuar seus destaques? Claro que sim, mas somente onde está indicado no negativo e não deliberadamente, mesmo que possa parecer melhor. Todo o efeito pictórico de uma impressão fotográfica deve ser alcançado com técnica fotográfica, pura e simplesmente, e não somente uma parte dela. Certamente não é justo deixar a câmera fazer a parte mais difícil, por exemplo, a reprodução de uma figura, e então, depois de embelezá-la com algumas pinceladas ou linhas gravadas (uma tarefa comparativamente fácil para uma pessoa acostumada a pintar), afirmar que tudo foi feito pela fotografia. Certamente uma figura pode ser colocada e contornada tão artisticamente – assim como a natureza às vezes compõe a si mesma tão lindamente – que o resultado seria uma imagem que satisfaria até um júri secessionista, sem necessitar de dispositivos de falsificação (*fake devices*).

As impressões estritamente diretas desses extremistas pictorialistas – como *“Theobald Chartran”* (fig. 7) e *“Solitude”* (fig. 8) de Steichen, e *Portrait of Miss Jones”* (fig. 9), de Eugene – são a prova. São tão bonitas quanto seus outros trabalhos; por que então fazê-las todas da mesma maneira? Seria mais difícil. Mas esses homens são em todos os outros aspectos tão cuidadosos e meticulosos; por que não em relação à própria fotografia, cujos interesses eles desejam promover. Temo que eles nunca irão “forçar o reconhecimento da fotografia pictorialista, não como uma subalterna da arte, mas como um meio diferente de expressão individual”, enquanto pegarem emprestado tão livremente de outras artes como o fazem no presente. A fotografia tem de ser absolutamente independente e confiar em suas próprias forças de modo a alcançar aquela alta posição que os secessionistas reivindicam para ela.

Mas toda a pregação é inútil e, julgando pela atual condição das coisas, vai levar anos até que essa última fase da fotografia pictorialista seja substituída por uma fase mais normal, pois será necessário um reajuste total das ideias em relação a que tipo de arte a fotografia realmente é.

Talvez seja interessante investigar como essa mudança de gosto fotográfico se desenvolveu. No início, era apenas o resultado de uma revolta contra a obtenção convencional da fotografia de detalhes precisos e duros contrastes. Isso era novo, pois o trabalho anterior, fora de moda, tinha pouco desejo de beleza e nenhum de arte. Stieglitz, Eickemeyer, Dumont, fizeram excelentes trabalhos na época. Então, novos métodos técnicos foram introduzidos que revolucionaram completamente o trabalho fotográfico. O primeiro foi o processo da goma bicromatada introduzida por Demachy e levada a seu limite possível mais distante por Steichen, o segundo foi o processo da glicerina, tal como usado por Keiley, e o terceiro a manipulação da chapa, o assim chamado processo de fotogravura inventado por Eugene.

É difícil dizer qual dos três processos causou o maior mal. Nesse meio tempo, Alfred Stieglitz, que se tornou o campeão da fotografia artística na América, clama sem parar por mais “expressão individual”. E como “expressão individual” em fotografia direta é extremamente difícil de se obter, o fotógrafo artista começou a imitar o artista. “Expressão individual” se tornou sinônimo de “expressão igual a do pintor”, e como os três processos mencionados facilitassem seus esforços nessa direção, eles foram adotados por todos os que operam câmeras do novo movimento. Alfred Stieglitz se viu, de repente, rodeado por muitos homens e mulheres que professavam ser artistas em suas vidas assim como em seus trabalhos. O resultado final foi a fundação da Sociedade Foto-Secessão em 1902 e a exposição no Instituto Carnegie, Pittsburgh.

Através dos vários grupos expostos, poder-se-ia traçar claramente a evolução do movimento. Começou com Eckemeyer; seguiu-se então em rápida sucessão Gertrude Käsebier (uma *expert* em processos de simulação), F. Holland Day, Clarence H. White, Eugene, Keiley e, finalmente, Steichen e Alvin Langdon Coburn. Embora Stieglitz esteja presente em todas as diferentes fases, ele permaneceu, por mais estranho que seja, fiel à fotografia direta em toda sua obra.

Nenhum dos outros fotógrafos conseguiu resistir à tentação de se aventurar com a goma e a glicerina ou de utilizar o processo de aumento de Eugene-Steichen. Tornou-se moda borrar objetos e o assim chamado “culto da impressão tratada” (*spoilt print*) se impôs. Os resultados estavam às vezes longe de serem satisfatórios, geralmente porque a maioria dos trabalhadores não poderia se gabar de qualquer treinamento em arte e tinha nenhuma habilidade com o pincel e instrumentos da gravura. O prazer produzido em toda a parte com a “impressão obscura” (*fuzzy print*) não era de todo injustificada.

Claro que nenhum crítico tem o direito de ser tão absolutamente positivo a ponto de o trabalho com que ele sonha ser totalmente a única obra que está no estilo certo e tudo o mais é apenas esforço e estudo para fazê-lo rir e se divertir. Ele tem de ser capaz de pensar com independência em relação a qualquer tradição, a qualquer ideia fechada do que seja bom ou ruim e estar pronto a tentar compreender o que os fotógrafos têm a dizer.

A revelação com glicerina, especialmente quando empregada com mercúrio, tem muitas possibilidades. Tem qualidades muito próprias e não necessita ser apropriada por imitação, mas por que tem de ser invariavelmente utilizada para produzir efeitos de obscurecimento (*fuzzy effects*)? Por que insistem com obstinação em levar esses meios mais longe do que eles podem ir?

Sim, não posso negar que tenho visto amostras belas, convincentes e autoexplicativas nessa linha de trabalho. A Exposição de Pittsburgh foi, em muitos aspectos, uma revelação para mim, e eu seria o último a desacreditar os méritos de trabalhadores entusiastas como John G. Bullock, Rose Clarck, Mary Devem, Wm. B. Dyer, Herbert S. French, Mary M. Russel, Eva Watson Schütze, Edmund Stirling, S. L. Willard, etc. Mas afirmo, e estou totalmente convencido, que grandes triunfos ainda podem ser alcançados com a fotografia direta, e que eles foram alcançados por esses trabalhadores sempre que utilizaram os métodos simples da fotografia direta ou quase direta. Me incomoda ver pessoas de talento como Gertrude Käsebier e Coburn, por exemplo, desperdiçar seus talentos com métodos que não têm nenhuma justificativa para existir e que não tem – marquem minhas palavras – nenhum valor permanente e nenhum

futuro. Além do mais, todos eles podem trabalhar com fotografia direta e estão em seu melhor quando o fazem.

“E o que eu chamo de fotografia direta?”, eles podem perguntar. “Você pode definir?” Bom, é muito fácil. Confie em sua câmera, em seu olho, em seu bom gosto e em seu conhecimento de composição, considere qualquer flutuação de cor, luz e sombra, estude as linhas e os valores e a divisão espacial, espere pacientemente até que a cena ou objeto de sua visão da imagem se revele em seu mais supremo momento de beleza. Em suma, componha a imagem que você procura obter tão bem que o negativo seja absolutamente perfeito, não necessitando de qualquer manipulação ou de muito pouca. Não me oponho ao retoque, simulação ou acentuação, desde que não interfiram nas qualidades naturais da técnica fotográfica. Marcas de pincel e linhas, por outro lado, não são naturais para a fotografia e eu me oponho, e sempre serei contra, ao uso de pincel, manchas de dedo, rabiscos, arranhões e inscrições na chapa, e aos processos de goma e de glicerina, se são usados apenas para produzir obscurecimento.

Não interprete mal minhas palavras. Não quero que o trabalhador fotográfico se atenha a métodos preexistentes e a padrões acadêmicos. Não quero que ele seja menos artista do que é hoje, pelo contrário, quero que ele seja *mais artista*, mas somente por caminhos legítimos.

O movimento atual fez muita coisa na medida em que despertou o interesse nas possibilidades artísticas da fotografia e provou, para além da dúvida, de que é capaz de uma expressão individual distinta. Mas que ele não pode continuar desta maneira, até o senhor Stieglitz o percebe. A total supressão de quase toda a qualidade que costumamos associar com a fotografia deve cessar. O fotógrafo não tem justificativa, como quer o senhor Steichen, para se esforçar na obtenção de resultados do pintor, do gravurista e do litogravurista. E estou convencido que uma reação virá e com ela a recusa de toda (na melhor das hipóteses apenas fracas) a imitação da técnica utilizada por outras artes.

Para mim, o movimento da Foto-Secessão é apenas a oscilação extrema do pêndulo que é necessária antes que uma reação no trabalho fotográfico o leve de volta ao normal, e ao mesmo tempo mais elevado, plano artístico que nunca ocupou antes.

Eu mesmo estive envolvido com este movimento desde o começo; estive com ele em tudo porque entendi que meu ideal de fotografia direta só poderia ser alcançado através de concessões e desvios. Mas agora, quando o tempo da reação chegou, espero sinceramente que minhas palavras tenham tanto peso para alguns desses trabalhadores que eles leiam esse apelo pela fotografia direta e o levem a sério; pois é minha mais íntima convicção de que tem de haver uma mudança se não desejamos sacrificar tudo o que conseguimos alcançar. Quero que a fotografia pictorialista seja reconhecida como arte. É um ideal que eu prezo tanto quanto eles, e eu lutei por ele durante muitos anos, mas também estou convencido de que ele só pode ser realizado pela fotografia direta.

**Figura 1: Moonrise, Mamaroneck, New York - Edward Steichen - 1904.**



Fonte: <https://www.moma.org/collection/works/51812>

**Figura 2: The Portrait of a Young Man - Edward Steichen - 1905**



Fonte: <https://photogravure.com/collection/portrait-of-a-young-man-self-portrait/>

**Figura 3: Song of the Lily - Frank Eugene Smith - 1897**



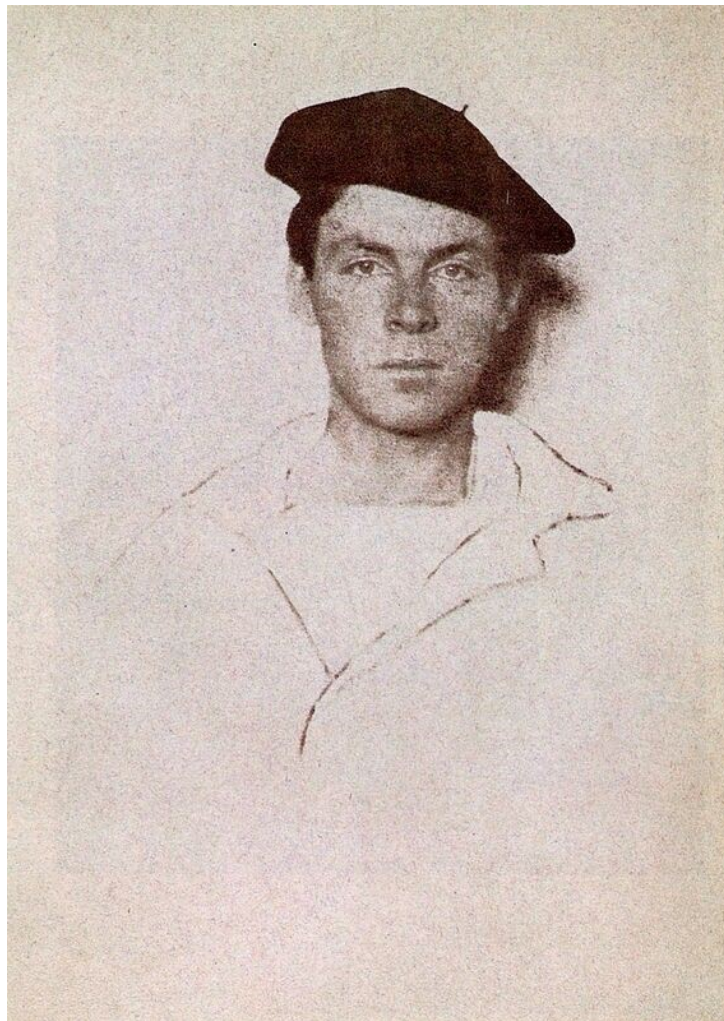
Fonte: <https://www.pinterest.com.mx/pin/75646468718639356>

**Figura 4: Lenbach - Edward Steichen – 1903**



Fonte: <https://www.mutualart.com/Artwork/Lenbach-from-Camera-Work-2/A2662A70BD4A346A>

**Figura 5: The Charcoal Effect - Mary Devens - 1902**



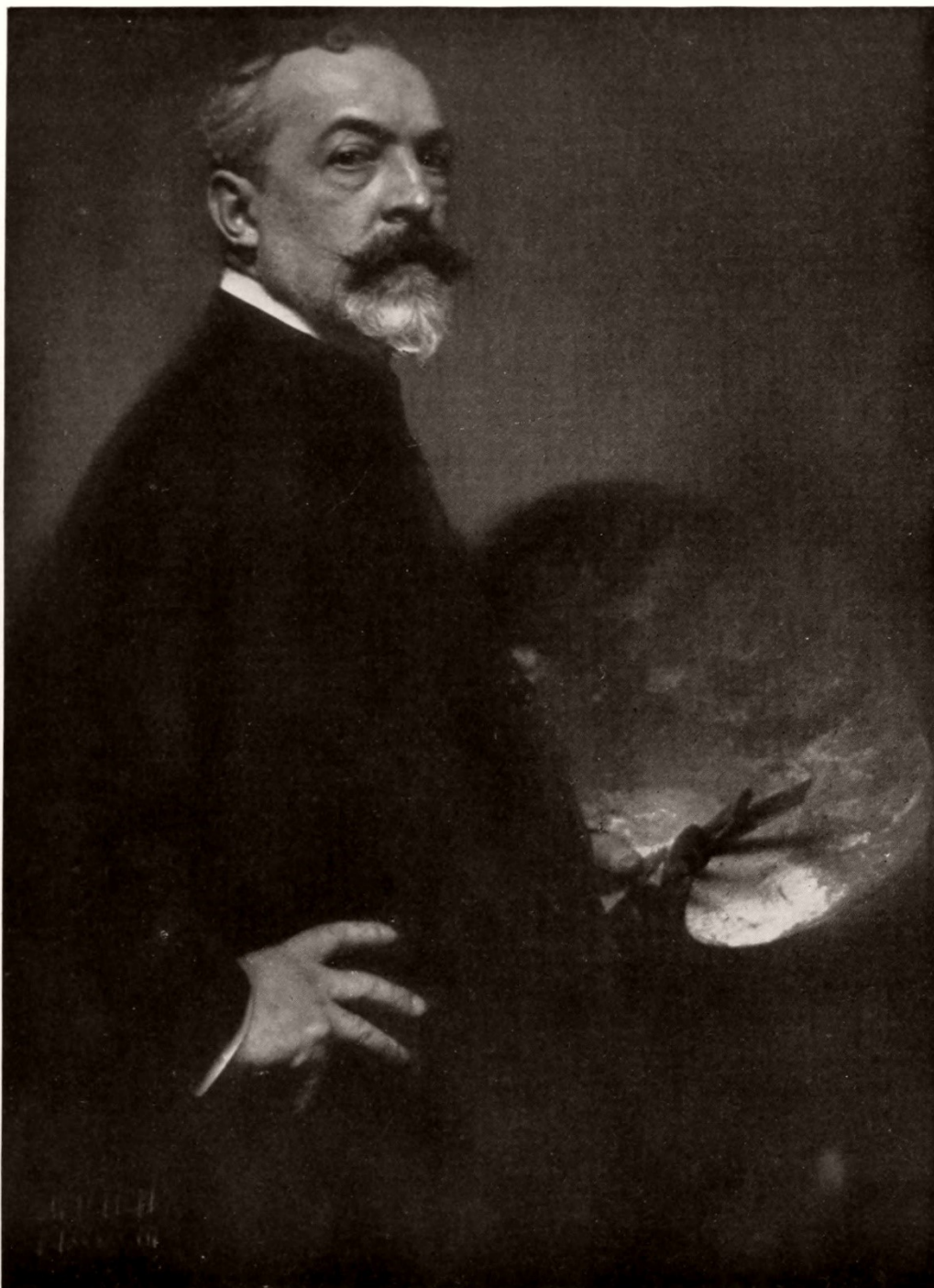
Fonte: <https://collections.artsmia.org/art/11797/charcoal-effect-mary-devens>

**Figura 6: The Hand of Man - Alfred Stieglitz - 1902**



Fonte: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/269461>

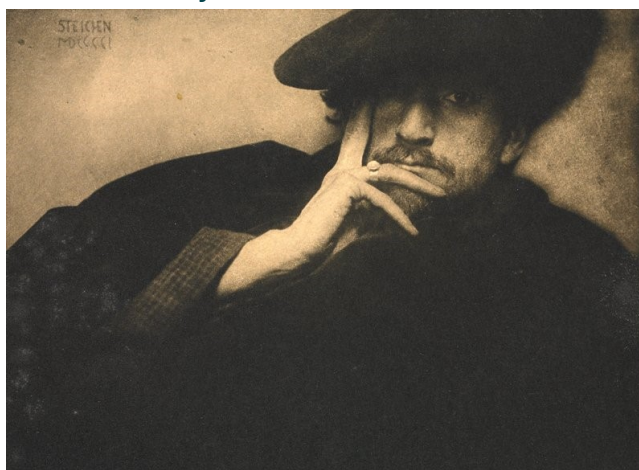
Figura 7: Théobald Chartran – Edward Steichen - 1904



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Théobald\\_Chartran\\_by\\_Eduard\\_Steichen.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Théobald_Chartran_by_Eduard_Steichen.jpg)



**Figura 8: Solitude, Fred Holland Day - Eduard Steichen – 1901**



Fonte: <https://www.mnha.lu/en/Tours-A-B-C-D-/Edward-Steichen-The-Photographer>

**Figura 9: Portrait of Miss Jones - Frank Eugene - 1901**



Fonte: <https://www.moma.org/collection/works/140991>



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019279-290>

## UMA APRECIÇÃO CRÍTICA DE ALFRED STIEGLITZ\* A CRITICAL APPRECIATION OF ALFRED STIEGLITZ

Carl Sadakichi Hartmann

Tradução: Antonio Carlos Santos

Deixe a rotina para os tímidos, clareie com um salto o trajeto comum e quando você tiver criado uma trilha onde ninguém pode te seguir; quando você tiver dado vida a uma obra livre, liberta dos grilhões das normas cotidianas, seu lugar será estabelecido e você verá, vindo em sua direção, a glória e a fortuna.

*Contos de Hoffmann*

Todas as vezes que falei sobre as possibilidades da fotografia se tornar tão independente e artística a ponto de poder reivindicar ser classificada como uma das expressões da arte pictórica, a obra de homens como Robert Demachy e Alfred Stieglitz formavam a base e o ponto de partida de minhas especulações.

Alfred Stieglitz é para mim o principal fotógrafo de arte da América – e digo isso levando em consideração o realismo científico de Eickemeyer e o retratismo decorativo de F.H. Day – um homem cuja personalidade e realizações são dignos de serem tratados pelo crítico com a mesma consideração que a vida e a obra de um mestre da arte. O que diferencia o gênio da pessoa comum e o eleva acima da multidão? Para mim, é o domínio de três dons que também outros possuem, mas não no mesmo grau e juntos, a saber, primeiro, a capacidade de seleção em que as realizações técnicas encontram sua expressão; segundo, a profundidade da emoção que formula a criação da ideia a ser retratada; e, terceiro, a perseverança, em grande parte dependente do temperamento e da constituição.

Na escolha de seu objeto, o fotógrafo é tão artista quanto um pintor, apenas forçado a se limitar, como o pintor de *plein air*, voluntariamente à reprodução das realidades. Ele é obrigado a dominar a ciência da composição, as leis da perspectiva, os efeitos do espaço vazio e da beleza linear, a concentração de luz e sombra e a arte dos valores (particularmente difícil em razão da falta de credibilidade dos valores das cores em fotografia); em suma, ser um conhecedor a tal ponto de saber em que momento perceber um certo sentimento e expressá-lo na chapa. A habilidade de escolher, depois da definição da imagem ter sido satisfatoriamente selecionada e composta, o momento em que as atmosferas e as figuras que passam tenha uma harmonia perfeita com a concepção premeditada, ultrapassa qualquer outro modo de expressar uma ideia artística. Neste momento, o fotógrafo pode mostrar genialidade. Esperar dias, à mesma hora, por um determinado efeito, esperar anos por uma determinada expressão atmosférica e, mais tarde, a revelação da chapa, o processo de reprodução e o não tão válido processo de retoque, demandam principalmente a prática da perseverança com conhecimento, juízo e sorte como guias.

---

\* Este ensaio foi publicado em *The Photographic Times*, n. 30 (jun. 1898), p. 257-62.

Isto é simplesmente para provar que o gênio é possível em fotografia.

Até que ponto Alfred Stieglitz percebe estas condições, vou deixar a cargo do julgamento dos leitores. O campo da crítica é analisar os resultados reais da obra de um artista.

Embora destinatário de muitas medalhas em exposições internacionais, em contato com os fotógrafos de arte mais conhecidos da Europa e reconhecido por eles como seu igual, sempre solicitado pelos profissionais da América para conselhos e críticas, sua posição é a de um solitário, como tem de ser, de um homem que é um desbravador e um pioneiro em uma nova direção da arte.

Sua obra, bastante conhecida dos fotógrafos amadores, permanece em comparação desconhecida não apenas do grande público – facilmente explicável pela indiferença geral em questões de arte – mas também dos artistas que, na média, não desprezam a fotografia como um coadjuvante mecânico para um tipo de plágio da natureza, porém não se dignam a reconhecê-la como uma rival possível em suas produções. Superar este preconceito seria de seu próprio interesse, pois um artista não deveria ser apenas consciente de seus objetivos, mas também dos limites de sua arte, ambos dependentes das mudanças intelectuais da época.

Alfred Stieglitz deu recentemente pela primeira vez ao público em geral a oportunidade de apreciar sua obra ao permitir que a editora de R.H. Russel reproduzisse doze de suas fotografias originais em fotogravura (*Picturesque Bits of New York and Other Studies*).

Temos tantos quadros e ilustrações que parecem fotografia que é revigorante ver uma vez fotografias que parecem de algum modo pinturas.

Embora eu tenha consciência de não poder fazer justiça ao senhor Stieglitz criticando o conteúdo deste livro – percebendo plenamente o quanto se perde no processo de reprodução – seria de toda maneira mais aconselhável do que criticar os originais mesmos, dos quais apenas duas ou três cópias existem e que poucos vão ter a oportunidade de estudar.

O livro contém dois completos fracassos: “The Incoming Boat” (fig. 1), que é em todos os aspectos um lugar comum; e “The Glow of Night” (fig. 2), a Quinta Avenida com uma vista total do Savoy e sua longa série de candelabros refletidos na calçada molhada, que foi totalmente estragada pela tentativa de dar a ela um efeito de cor, uma monotonia barata em amarelo que roubou da imagem, que seria sem isto excelente, toda sua delicadeza e força vibrante. Reproduções de obras de arte são quase sempre enobrecidas com o preto ou pelo menos com uma cor de tom escuro.

“The Old Mill” (fig. 3), um refúgio pitoresco em algum lugar da Floresta Negra, é uma dessas cenas de realismo que se tornam românticas não apenas pela habilidade do artista, mas pelas lembranças que essas paisagens despertam em nós. Mostra composição competente e primorosa gradação de luz e sombra – forte e poderosa no primeiro plano e frágil nas partes mais remotas.

Também “The Letter Box” (fig. 4), duas pequenas camponesas descalças com seus trajes de Baden arrumados, colocando uma carta com a parede diagonal de uma casa, é só um estudo de gênero, uma tentativa de contar uma história que não desperta nenhum interesse especial. Outros homens poderiam ter feito a mesma imagem e eu só estou interessado na parte da obra de uma pessoa que a maioria acharia muito difícil de realizar.

Dos dois estudos de Veneza, os reflexos no canal de um deles, chamado “Reflections” (fig. 5), são por demais grosseiros nos delineamentos e valores para permitir um gozo satisfatório. A água está muito opaca e perdeu em parte todo poder de transmitir fluidez. Creio que é uma das tarefas mais difíceis fotografar reflexos em uma lâmina d’água, pois quase todas as tentativas parecem exageradas e falsas. Que as dificuldades possam ser superadas, Stieglitz o mostra em seu “Bits of Venice” (fig. 6). Uma extensão de água do canal em primeiro plano, perdendo sua perspectiva nas barragens, alinhadas com as gôndolas, de muros caseiros manchados pelo tempo, com uma ponte e a sugestão de uma passagem transversal como fundo. A textura do reflexo é esplêndida, suave, borrada e de múltiplas variações; só quando o céu é refletido no primeiro plano, perde-se um matiz delicado, o que dá um charme especial ao original. A composição da parte superior é perfeita. Dá uma ideia melhor de Veneza do que muitas pinturas. Transmite o verdadeiro espírito de Veneza, essa cidade poética “de fragmentos quebrados e cores lavadas” que reflete em sua melancolia singular a história de um passado suntuoso.

Em seu “Wet Day on the Boulevard” (fig. 7), o fotógrafo tentou uma composição figural em larga escala. Embora não totalmente satisfatória do ponto de vista de um pintor, tem muitas qualidades excelentes. O primeiro plano vazio, a loja de esquina à esquerda, e, principalmente, a vista nebulosa do boulevard com suas charretes é digna de um de Nittis. Uma crítica forte que tenho de fazer é que os pedestres que vêm em direção a nós, atravessando a rua, levantam seus pés de uma maneira que não parece natural, embora a fotografia instantânea tenha provado sem sombra de dúvida a correção desses movimentos fugidios. O problema é que talvez estejamos já muito acostumados à representação de uma tal realidade instantânea para descobrir qualquer beleza nela ou talvez não haja beleza na análise científica de movimentos cujos detalhes nossos olhos não são capazes de relatar. Talvez pedestres mais característicos, uma *grisette* graciosamente levantando suas saias ou qualquer outro tipo característico dos bulevares, pudessem melhorar a imagem.

A rotunda na esquina da Quinta Avenida com a Rua 59, com o Savoy e o Hotel New Netherlands (Reflections Night, fig. 8) como fundo é uma tentativa ousada de fotografia noturna. O efeito é muito lindo, mas um exame mais acurado revelaria seus pretos monótonos, especialmente os galhos desfolhados das árvores formando uma rede confusa que atrapalha.

Um elogio especial deve ser feito, no entanto, ao fotógrafo por descobrir para a arte um dos mais pitorescos lugares da New York noturna. Não conheço uma só pintura em exposições recentes que tente semelhante tema com tanta garra por uma beleza pictórica. É uma lição para nossos pintores que não pode ser subestimada.

“Winter Sky” (fig. 9), um pinheiro solitário em um morro coberto de neve com o sol lutando através de um véu de nuvens e cintilando nos galhos cobertos de gelo. Stieglitz se pôs à prova como virtuoso. O efeito é notável, mas muito próximo da fronteira do sensacionalismo para ser considerada uma obra de arte.

Agora chegamos às três últimas imagens: “On the Seine” (fig. 10), “Scurrying Home” (fig. 11) e “Winter Day” (fig. 12). Elas são, com seu “Net Mender” (fig. 13) (não incluída nessa coleção), uma jovem sentada nas dunas costurando suas redes, um simples poema à natureza como uma tela de Liebermann – as obras primas de sua carreira. Diante delas, a crítica naturalmente fica muda ou se torna em grande parte descritiva, como sempre o faz quando a arte se aproxima da perfeição.

“On the Seine”, uma estrada na margem do rio, com uma série de árvores no meio, se perde em um ângulo obtuso na distância. Um rebanho de cabras se agrupou na estrada, perto do rio. À direita, a vista do Sena, um rebocador com uma fila de barcas e a silhueta dos telhados de Paris à distância. É um quadro decorativo cheio da cadência musical de um dia que termina e aquela atmosfera peculiar que estradas que misturam a cidade e o campo sempre têm para mim. Que paciência o artista deve ter exercitado antes que as cabras se agrupassem de maneira adequada! De fato, o senhor Stieglitz me contou que por mais de uma semana esteve todas as tardes com sua câmera no mesmo lugar, até que, finalmente, viu diante de si o que considerava essencial para a imagem. O grupo de folhas escuras, a margem com gramado ao longo da beira da água e a distância perderam valores na reprodução, mas apesar disso é uma imagem de que meu mestre moderno poderia se orgulhar. É uma composição artística bem equilibrada de rara sugestividade decorativa que mostra que o artista compreende o charme e o poder da beleza linear e espacial. “On the Seine” é um tributo à verdade inegável de que o futuro da arte reside em grande parte na decoração.

“Scurrying Home” poderia ensinar a muitos artistas o que significa uma composição. É mais simples e direta do que a imagem anterior. Duas mulheres holandesas atravessando um areal ermo, com a igreja de Katwyk, que se tornou famosa por pintores modernos, à distância. Que interessante a textura do primeiro plano! Como suas linhas oblíquas cortam bem aquelas linhas de média distância! Como a distância é bem arranjada! E como as figuras são maravilhosamente dispostas, considerando que se tivessem sido fotografadas um segundo antes ou depois a imagem teria sido arruinada. Seu movimento é tão natural quanto pode ser; sugere a tranquilidade do tempo; só os pés da maior delas são de algum modo indefiníveis e as saias de ambas muito opacas. Parece quase impossível em fotografia conseguir sutilezas de tom à Whistler em um objeto escuro. “Scurrying Home” é um ponto de referência no campo da câmera artística e vale sozinha uma viagem à Europa. Muitos artistas, depois de três anos de estadia fora, voltam para casa sem poder mostrar a metade. “Scurrying Home” prova melhor do que qualquer outra fotografia americana que eu conheço as possibilidades da fotografia de arte.

“Winter Day”, uma carruagem abrindo caminho em meio a massas caóticas de neve, é talvez menos pictórica do ponto de vista de um pintor, mas por essa mesma razão mais original e singular do que as outras, porque não nos lembra nada, enquanto a maioria das outras sugere de alguma forma vagas reminiscências de alguma escola de arte. É uma expressão realista de um acontecimento cotidiano da vida metropolitana sob condições atmosféricas especiais, representada fielmente e, no entanto, com perfeita arte. Como um literato, ficaria orgulhoso se pudesse expressar um “Winter Day” em palavras com a mesma força, correção e singularidade como o senhor Stieglitz em sua chapa fotográfica. Suas conquistas nessa imagem não são apenas orientações para fotógrafos amadores, mas para nossa arte americana em geral.

Vamos esquadrihar um pouco mais de perto a personalidade desse homem. Como tantos outros fotógrafos amadores proeminentes, está tão bem situado na vida que pode se permitir uma constante devoção a sua arte, o que é bom não tanto porque o eleva para além dos perigos da ganância (pois a fotografia de arte está ainda naquele estágio idílico em que um valor de mercado de suas produções é algo ainda não ouvido), mas porque o capacita a se deixar levar em experimentos caros que estão totalmente fora das possibilidades da carteira dos simples mortais.

Stieglitz é um homem da universidade; fez três anos de química e fotoquímica na Universidade de Berlim sob orientação de Vogel e Hoffman. É um mestre em sua técnica, embora nunca tenha tentado melhorar seus meios inventando alguma coisa; está satisfeito em fazer o seu melhor na expressão artística.

Viajou bastante, esteve em contato com todas as várias fases da arte moderna e do pensamento artístico e se ligou a um grande número de pintores europeus. Em nossa primeira conversa, me contou que seus pintores favoritos eram Thaulow e Besnard e que ele ia ver a Duse todas as noites e também que era um grande admirador de Yvette Guilbert. Menciona isso só para mostrar que a tendência de sua vida intelectual é estritamente moderna.

Simplicidade é a tônica de sua arte. Reconhece que a “arte está oculta na natureza”, como Dürer disse tão adequadamente e “que aquele que puder dela arrancá-la a terá”. Não tenta idealizar a natureza – veja seus retratos cheios de vigor, à Bonnat, que são semelhanças e não, como tantos outros, caprichos decorativos ou comentários individuais – ele simplesmente representa ideias pictóricas que apresentam a si mesmas de maneira simples e natural. Ele se empenha em representar o espaço e a atmosfera e agrupa suas figuras de acordo com as leis que a própria natureza oferece. Isso parece simples o suficiente mas raramente se encontra na arte moderna. Para o senhor Stieglitz, era necessário desde o início material para um artista, mas ao pegar a câmera e as químicas em vez de pincel e tinta, ele conseguiu encontrar uma nova expressão da arte pictórica elevando-a através de incessantes experimentações a tal altura que não pode mais se manter desconhecida dos artistas. Ele revelou princípios que servem para todas as artes.

O mérito principal da obra do senhor Stieglitz, no entanto, reside na independência ousada que o capacita a resistir a todas as tentações para ultrapassar os limites da fotografia. Nunca utiliza nada além da fotografia “pura e simples” e despreza a ajuda do retoque com o qual Demachy atingiu alguns de seus melhores resultados. Percebe que, para se tornar poderosa e autossustentável, a fotografia de arte deve se basear em seus próprios recursos e não se ornamentar com plumas estranhas de modo a parecer uma gravura, um desenho a carvão ou nanquim ou a reprodução de um mestre antigo.

Tenho confiança de que o senhor Stieglitz vai na direção certa e se ele se liberar também totalmente na concepção e na composição de todas as escolas de arte existentes, se acreditar somente em seu julgamento e em sua experiência e se descobrir para nós em uma série de imagens o pitoresco da cidade de New York, como tenta fazer, ganhará um lugar em nossa vida artística que o historiador da arte do futuro não pode desprezar. De qualquer modo, a última palavra sobre Alfred Stieglitz ainda não foi dita.

Figura 1: The Incoming Boat, Picturesque Bits of New York and Other Studies  
Alfred Stieglitz – 1894



Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

Figura 2: The Glow of Night—New York, Picturesque Bits of New York and Other Studies  
Alfred Stieglitz – 1897



Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

**Figura 3: The Old Mill, Picturesque Bits of New York and Other Studies**  
Alfred Stieglitz – 1894



Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

**Figura 4: The Letter Box, Picturesque Bits of New York and Other Studies**  
Alfred Stieglitz – 1894





Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

**Figura 5: Reflections—Venice, Picturesque Bits of New York and Other Studies**  
**Alfred Stieglitz – 1894**



Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

**Figura 6: A Venetian Canal (Bits o Venice), Picturesque Bits of New York and Other Studies – Alfred Stieglitz – 1894**



Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

Figura 7: A Wet Day on the Boulevard—Paris, Picturesque Bits of New York and Other Studies – Alfred Stieglitz – 1894



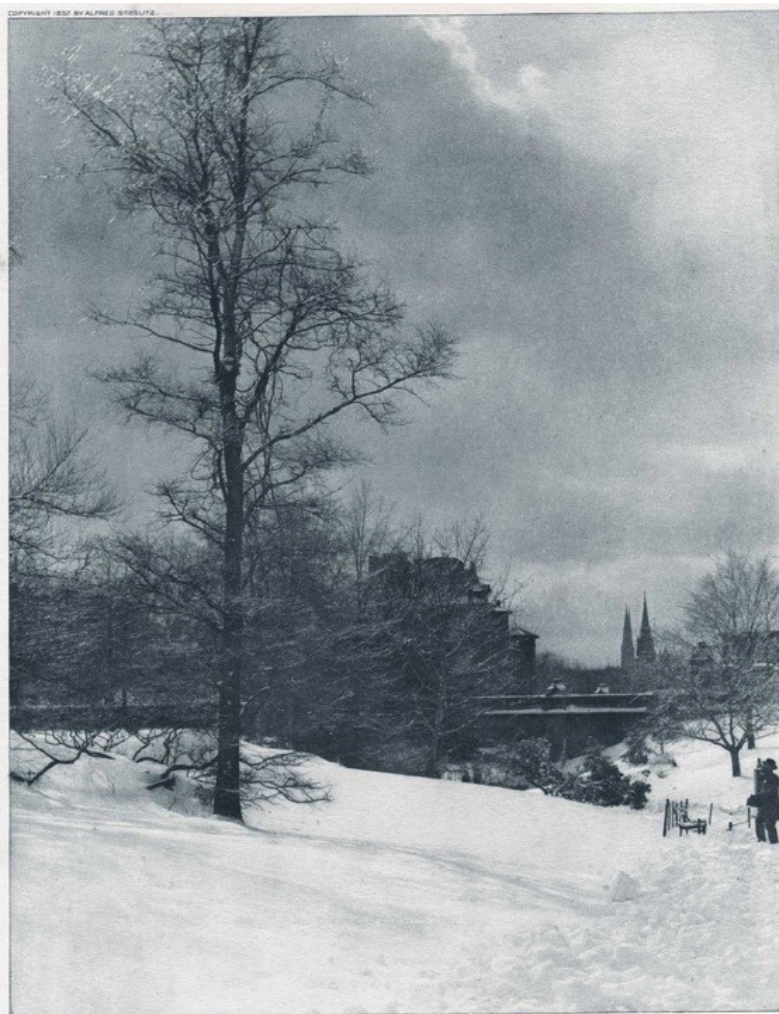
Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

Figura 8: Reflections Night—New York, Picturesque Bits of New York and Other Studies Alfred Stieglitz – 1897



Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

**Figura 9: A Winter Sky—Central Park, Picturesque Bits of New York and Other Studies**  
Alfred Stieglitz - 1894



Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

**Figura 10: On the Seine—Near Paris, Picturesque Bits of New York and Other Studies**  
Alfred Stieglitz – 1894



Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

**Figura 11: Scurrying Home, Picturesque Bits of New York and Other Studies**  
Alfred Stieglitz - 1894



Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

**Figura 12: Winter on Fifth Avenue (Winter Day), Picturesque Bits of New York and Other Studies – Alfred Stieglitz – 1893**



Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)

Figura 13: The Net Mender – Alfred Stieglitz - 1894.



Fonte: [https://www.sfmoma.org/artist/Alfred\\_Stieglitz/](https://www.sfmoma.org/artist/Alfred_Stieglitz/)



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019291-294>

## CRISÂNTEMOS BRANCOS\*

### WHITE CHRYSANTHEMS

Carl Sadakichi Hartmann

Tradução: Antonio Carlos Santos

Crisântemos brancos são minhas flores favoritas. Há outras flores, admito, talvez mais belas, que não deixo de admirar, mas o crisântemo branco me atrai muito mais do que qualquer outra. Por quê? Isso é mais do que eu posso dizer. Os movimentos inconscientes das atividades anímicas não podem se transformar em prosa embotada. Qual poderia ser o uso de uma flor favorita se fosse possível dar qualquer razão para sua preferência? Ela apenas revela aquela parte de nossa personalidade, impossível de ser explicada, que nasce dentro de nós como reminiscência de uma existência anímica anterior. Há cores, certos sons e odores que me afetam de modo similar. Cada vez que olho para um crisântemo branco, minha mente se torna consciente de algo que só diz respeito a mim; algo que eu gostaria de expressar em minha arte, mas que nunca serei capaz de fazer, pelo menos não da maneira vaga e, ao mesmo tempo, persuasiva que a flor o expressa para mim. Gosto também de às vezes colocá-lo na lapela; não para produzir um efeito, mas simplesmente porque quero que outras pessoas saibam quem eu sou: pois os humanos que são sensíveis ao charme do crisântemo devem proceder do mesmo país que minha alma habita, e eu gostaria de encontrá-los. Não teria muito o que dizer a eles – as almas não são muito de falar – mas trocaríamos cortesias e daríamos crisântemos brancos uns aos outros.

Whistler passou a vida pintando justamente esses crisântemos brancos. Os realistas endossam toda reprodução fiel dos fatos. Whistler também acreditava que todos os objetos são belos, mas apenas sob certas condições, em determinados momentos favoráveis. Apenas em longos intervalos, em raras ocasiões, a natureza e a vida humana revelam sua beleza mais alta. Fixar na tela esses momentos supremos e felizes, o crisântemo branco de sua doutrina estética, foi o empenho de sua longa vida. Você nunca viu uma moça do campo e pensou que ela deveria estar vestida como um pajem – seus membros têm um jeito tão lírico, como diria George Meredith – que ela deveria estar nos degraus de um trono e o salão deveria ser iluminado por mil velas? Nunca encontrou uma moça da Nova Inglaterra e pensou que ela estava no lugar errado, que ela só ficaria bem se estivesse diante do átrio de uma mansão colonial, à noite, quando o aroma do pelargônio e do gladiolo tomam conta do jardim? Já reparou que um punhado de flores que ficam lindas em um vaso se tornam feias em outro? E quantas vezes já nos aconteceu a todos de ser tocados por uma revelação súbita de beleza em uma pessoa que conhecemos há anos e que parecia tão comum para nós? De repente, por via de uma expressão de tristeza ou de alegria, ou simplesmente por meio de uma luz passageira ou sombra, toda a beleza escondida explode na superfície e nos surpreende com seu charme fugidio. “Ao

---

\* Publicado em Camera Work, 1903.

piano” (fig. 1), “A bota amarela” (fig. 2), “A ponte velha de Battersea” (fig. 3), “Chelsea: Neve” (fig. 4), de Whistler, são pintados desta maneira. Podem imaginar seu “A senhora de botas amarelas” de outra forma que não abotoando suas luvas e olhando para trás, pela última vez, sobre seus ombros, como se estivesse indo embora em direção a distâncias cinzentas! Esta virada singular do seu corpo revela a quintessência de sua beleza. E esta é a razão por que Whistler a pintou nesta pose. Pois todo objeto tem seu momento de beleza suprema. Na vida, estes momentos são fugidios como uma fração de segundo. Através da arte, eles podem se tornar um gozo permanente e duradouro.

Os gregos antigos acreditavam em um padrão ideal de beleza ao qual todo o universo deveria se conformar. O artista moderno, por sua vez, só vê o belo naqueles momentos de total singularidade em relação às formas e às condições de vida que ele deseja retratar. E quando lhe dói que essa concepção de beleza morreria com ele, torna-se artista através deste mesmo empenho em preservar ao menos poucos fragmentos dele para seus companheiros. Com Whistler, esta concepção foi em geral um sentido de tonalidade, a realização de um sonho em preto e cinza prateado, em ouro pálido ou azul esverdeado. Uma chama imprecisa de cor em alguma tonalidade escura era, para ele, a ilha no deserto que ele tinha que procurar, incapaz de descansar enquanto não a encontrasse. Ele viu a vida em visões e seus temas eram apenas meios de expressá-los. Em seu “Senhora Archibald Campbell”, ele deu mais atenção às gradações de preto e cinza e ao detalhe amarelo das botas do que à pessoa que posa. A figura é, por assim dizer, inventada para o arranjo de cores. Whistler disse uma vez que preferia pintar para uma audiência que pudesse dispensar a representação de objetos e figuras, com toda a realidade pictórica, e ficar satisfeito unicamente com a música das cores.

E por que não aproveitar sua lição e aprender a olhar imagens como olhamos para o rubor do céu noturno, para uma nuvem que passa, para a visão de uma mulher bela ou para um crisântemo branco!

**Fig 1 - James Abbott McNeill Whistler - At the piano, 1858**



Fig 2 - James Abbott McNeill Whistler - The Lady in the Yellow Buskin, 1883





Fig 3 - James Abbott McNeill Whistler - Old Battersea Bridge, 1872

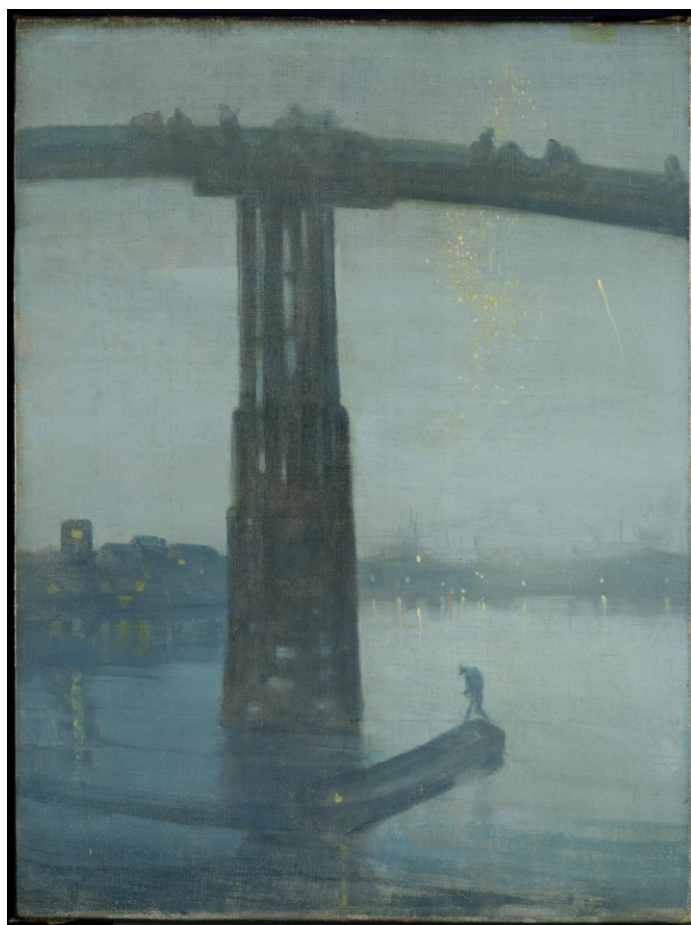


Fig 4 - James Abbott McNeill Whistler - Chelsea snow, 1876



DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019295-312>

## PINTURA DE RETRATO OU FOTOGRAFIA DE RETRATO I\* PORTRAIT PAINTING AND PORTRAIT PHOTOGRAPHY I

Carl Sadakichi Hartmann

Tradução: Antonio Carlos Santos

“Eu consideraria uma grande honra se você me permitisse pintar seu retrato”, ouvi um pintor dizer ao príncipe Peter Kropotkin durante sua recente estadia em New York. Kropotkin replicou sorrindo, “Peço desculpas, mas, primeiro, é muito cansativo para quem posa; e, segundo, nunca se consegue uma semelhança. Vi uns seis ou sete retratos de Gladstone por eminentes artistas ingleses. Nenhum parecia com ele. Artistas têm muita individualidade. Não se pode ser um pintor de retratos e um artista ao mesmo tempo.”

A resposta curiosa, válida, vinda de um homem – cientista, explorador, entusiasta e altruísta egoísta – interessado na expressão de qualquer empenho humano, mas com uma preferência para aquelas condições que dizem respeito ao bem-estar das massas, e portanto olha tudo a partir de um ponto de vista utilitário, contém mais verdade do que alguém estaria disposto a reconhecer. Ela sugere muitas daquelas contradições inerentes ao retratismo que nunca foram satisfatoriamente explicadas. Neste artigo, vou me empenhar em expor as complexidades do problema mais do que resolvê-lo.

Lessing, que com precisão científica em seu *Laocoön* e *Hamburgische Dramaturgie*, concebeu as leis fundamentais da arte moderna que vão resistir às marés dos muitos séculos por vir, não concedeu ao retratismo um lugar muito alto na arte da pintura, porque o retratismo, embora permitindo a idealidade da expressão, tem de ser dominado pela necessidade de produzir semelhança e assim só pode representar o ideal de um ser humano, e não o ideal de toda a humanidade. Nem os gregos, nem os japoneses – os dois estilos que os artistas ocidentais preferem para mascarar sua incompetência em criar um estilo próprio – cultivaram o retratismo no sentido em que nós o fazemos.

O objetivo da pintura de retrato é produzir uma semelhança – uma semelhança que revela em uma postura o tanto quanto possível da individualidade do retratado em uma superfície plana. Beleza de contornos, correção no desenho, harmonia de cores, verdade nos valores dos tons, divisão do espaço, a singularidade do trabalho com o pincel, contraste de luz e sombra, virilidade de toque, variedade de textura, tudo se torna secundário porque, antes de mais nada, o retratado vai exigir semelhança e tem de obtê-la pelo preço e pelo tempo que dispõe.

Mas que este seja raramente o caso, sabe todo mundo que já esteve sentado para um pintor de retratos; por isso, cheguei a considerá-la uma espécie de ramo incapacitado da arte que não pode ser levado a uma harmonia perfeita com as exigências feitas pelo público de quem, além do mais, depende. O retratismo tal como praticado hoje é, na

---

\* Ensaio publicado em *Camera Notes*, n. 3 (jul.1899), p. 1-20.

melhor das hipóteses, nada além de uma satisfação estética para os poucos que gostam de ver uma personalidade delineada da maneira como uma outra personalidade a vê e cujo prazer aumenta à medida que é repetido. Quem não gostaria, por pura vaidade, de ser pintado por Whistler, Sargent, Bonnat, Boldini, Lenbach, Watts etc.?

Parece que um retrato se torna uma obra de arte apenas quando o retratado assim como o artista têm uma individualidade forte e decidida. Se estas condições não existem, o retrato invariavelmente se torna uma interpretação convencional. Produzir uma semelhança de um idiota qualquer é impossível sem que se ignore as leis da arte de uma forma ou de outra e, triste dizer, um retrato que é uma obra de arte raramente apresenta uma semelhança perfeita.

Os mestres do *cinquecento* quase todos fizeram do retrato um hábito, mas naquele tempo o retratismo não era executado como em nosso presente democrático em que qualquer um que tenha o mínimo gosto pela arte e pode pagar já teve seu retrato pintado. O retratismo se restringe (em grande parte pelas condições do tempo) a homens e mulheres de projeção, de caráter ou de rara beleza e alguns tipos que o artista acredita serem dignos de um desenho. Por esta razão, quase todos os retratos holandeses e italianos do Renascimento mostram boa habilidade. O quanto estão corretos em relação à semelhança está, no entanto, além de nossa capacidade de julgamento. Acredito que as pessoas eram mais fáceis de se deixarem convencer. A fotografia ainda não havia lhes ensinado como seus rostos apareciam em uma superfície plana, como no caso de nossa geração. A exigência de uma semelhança se tornou desde então mais forte e mais difícil de se satisfazer. O próprio retratado, os membros de sua família, seus amigos e conhecidos, todos formaram uma opinião sobre sua aparência e o pintor de retratos tem de possuir o dom de descobrir e perpetuar estes traços característicos que atraem o círculo íntimo do retratado. A pintura de retratos, como a arte moderna em geral, está dividida em três diferentes fases. Posso explicá-las melhor mencionando três homens que usaram o pincel com este propósito: Bonnat, Boldini e Sargent.

De todos os franceses, Bonnat foi sempre o mais agradável para mim. É alguém que luta pela verdade. Seus retratos são sempre brutalmente corretos; são como confissões feitas involuntariamente por seus retratados. Sua arte nunca mente; é fria, mas sincera e às vezes tem um quê de grandeza. Representar o homem como ele é, por assim dizer, significa escavar as próprias raízes de sua existência, como todo esse solo enegrecido do qual sua personalidade emergiu – para isso, Bonnat trabalhou incansavelmente com ardor e paixão durante toda a vida. Com ele, a pintura se aproximou da ciência. Ele queria agarrar toda a verdade, apreendê-la teoricamente, e convencer o mundo pintando os resultados de suas investigações. A imaginação não tinha muito espaço em sua arte.

O excêntrico Boldini não confia menos na natureza, mas em outra direção. Ele pinta os desejos, as teorias, os sonhos de uma civilização decadente, a sede de prazer, o pessimismo de um período de dissolução. Suas linhas fluidas, suas poses grotescas, seu instinto para o charme brilhante, caprichoso e sensual da vida, são inigualáveis. Ele só pode pintar personalidades altamente maduras, como Whistler (fig. 1), o conde Montesquieu de Fezensac (fig. 2) e as mundanas caprichosas. Assim Rafaëlli, o pintor do socialismo proletário, só pode retratar mendigos, permitindo-se em seus retratos até a idiossincrasia de fazer homens como Zola e Huysmans parecer vagabundos esqueléticos à beira do anarquismo.

Paul Bourget disse uma vez, ao tomar o bastão da Escola Psicológica de Literatura, que começou com Stendahl: “A vida que ultrapassa a imaginação em brutalidades, a ultrapassa também em delicadezas.” Boldini também acredita nisso. Como Henry Gervex, Blanche, Jan van Beers, ele simboliza de uma maneira superior, mais clara, nossa vida intelectual moderna em que encontramos entesourada toda a riqueza do passado, o que os milênios criaram. E apesar de nossa ambição desmesurada de criar coisas novas, só conseguimos perder nosso tempo brincando e flertando com o tesouro arquivado de eras mortas, exclamando em momentos de abatimento: “Oh, se pudéssemos esquecer tudo o que aprendemos, ser *naive* outra vez, como crianças, abertos para todas as novas impressões, sem pensar infinitamente no que aconteceu antes de nós!” É a doença do século e Boldini é um desses artistas que se empenham em representá-la.

A terceira fase é representada por John Sargent, expressa no desejo irresistível de obter uma técnica perfeita que tomou conta de todos os estúdios. Todos conhecemos a largueza de seus métodos, seu trabalho ostentoso com o pincel, seus esquemas elegantes de cor, sua maneira magistral de utilizar os acessórios, tapeçaria, drapeados de seda etc. Sua ambição é permear cada pincelada com cor e virilidade, independentemente de uma ideia, uma obra de arte em si mesma. Cada quadro é apenas mais um degrau na obtenção de seu ideal. Sargent é um fanático da técnica, que sacrifica até as características faciais para servir a seu gosto próprio. Ele não dá a mínima para a individualidade do retratado se ela não se harmoniza com as fantasias decorativas de sua execução maravilhosa. Quem deseja um retrato sóbrio, característico, não deve, certamente, buscar o senhor Sargent.

A pessoa que combina as faculdades características destes três homens é James McNeill Whistler, na minha opinião, junto com Chavannes, Manet e Monet, o maior artista deste século. Ele combina o fanatismo de uma técnica perfeita, a busca pela verdade e o refinamento para criar novas sensações. Boldini é também curioso ao analisar o que os franceses chamam de *La Modernité*, o que, em uma palavra, expressa nossa vida moderna, incessante e nervosa com todos os seus desejos intrincados, mas ele apenas a corteja, Whistler a domina. Sua arte revela os domínios da imaginação desconhecidos pelo realismo de Bonnat e as exibições pirotécnicas de técnica de Sargent parecem cruas e bárbaras em comparação com o pincel discreto e certo de Whistler que domina todas as ilusões de ótica deste mundo com destreza de mágico. Conhece Paganini? Este não é o Paganini da vida normal, nem aquele que conhecemos da sala de concerto. O artista tentou nos dar toda a atmosfera que cerca o gênio artístico. E como ele desempenhou uma tal tarefa? Com uma figura de homem em um terno comum com uma camisa brilhante, cujos contornos estão perdidos em um espaço de vazio vibrante.

Em sua obra prima no Luxemburgo, Whistler não apenas representa sua mãe (fig. 3). Ele dota esta velha senhora, sentada pensativa em um interior cinza, de uma das mais nobres e poderosas emoções de que a alma humana é capaz – a reverência e a calma que sentimos na presença de nossa envelhecida mãe. E com esse sentimento grandioso e poderoso, no qual todas as discórdias do hábito são suprimidas e com os valores tônicos de duas cores apagadas, ele logra escrever um épico de uma amplitude e beleza excepcionais, o símbolo de uma mãe de todas as idades e de todos os países, envelhecendo devagar, sentada, pensando em meio a cores monótonas da vida moderna. Nada mais simples e mais digno foi criado na arte moderna.

Duas outras fases interessantes do retratismo são expressas por George Frederick Watts e Franz von Lenbach. Desde Leonardo da Vinci, ninguém expressou a vida anímica de um ser humano em um rosto como Watts. Os olhos brilham com uma intensidade espantosa. Watts parece concentrar todos os seus sentimentos neles. Tomemos seu Burn-Jones (fig. 4). Não é que tudo o que é valioso neste homem parece irradiar-se dos olhos e existe em seu olhar direto e perscrutador? Cor não significa força. Assim como são às vezes tão encantadores seus verdes e marrons profundos e dourados esmaecidos, sua pintura da carne é também tão desagradável. Até mesmo seu desenho vigoroso é secundário em relação à amplitude da concepção que despreza toda característica externa de modo a revelar a vida interna. Todos os seus retratos – devo mencionar seu Sir Panizzi (fig. 5), Stuart Mill (fig. 6), Dr. Martineau (fig. 7), Spottiswoode (fig. 8), Lord Shaftsbury (fig. 9) – sugerem a grandeza do trabalho mental, os traços peculiares e nobres de seus caracteres específicos, sejam eles homens de ação ou de estudo, cientistas, economistas ou filantropos. Nisto reside o valor intrínseco da arte de Watts e também seu limite. Ele é o pintor da alma humana.

A tônica dos retratos de Lenbach é a intelectualidade. Ele é um reproduzidor extremamente confiável das características faciais, mas insatisfeito em apenas copiá-las, ele invariavelmente faz de suas linhas, por assim dizer, um comentário sobre a personalidade do retratado; é a sua maneira de dizer o que pensa sobre elas. Toda curva e dobra de suas linhas fica eriçada pelo pensamento; esta é sua reivindicação de originalidade. E com estas linhas – as outras qualidades de sua técnica são muito dependentes dos velhos mestres – ele está empenhado em escrever história e como ele criou para si mesmo a oportunidade de pintar homens mais representativos do que qualquer outro pintor de retratos, ele o conseguiu em alguma medida; tanto que ao perceber que é impossível fazer justiça e exaurir personalidades como Bismarck (fig. 10), o Papa (fig. 11) ou Duse em uma imagem, fez vários comentários sobre cada pessoa. Seus retratos de Bismarck vão se tornar documentos confiáveis porque ele pintou o estadista tantas vezes que as gerações futuras serão capazes de deduzir deles uma semelhança fiel.

Agora, eu gostaria de mencionar dois dos nossos pintores americanos que mesmo entre tão ilustres companhias justamente se mantêm. Me proporciona um grande prazer assinalar que os dois melhores retratos na última exposição de retratos – uma destas instituições peculiares em que somente personagens do círculo mais exclusivo se apresentam – foram pintados por dois americanos, F.P. Vinton e Thomas W. Dewing. Vinton é nosso Bonnat americano; seu vigor e sua força na caracterização de homens são maravilhosos, enquanto Dewing é para mim, com Stevens, o mais extraordinário pintor de senhoras elegantes do mundo pensante. Ele é o intérprete das mulheres aristocráticas. Um pintor não pode descrever as situações melodramáticas da vida de uma mulher em cores; seu pincel pode somente se preocupar com seu charme sensual e seus flertes, com a atmosfera e o ambiente em que ela vive. Isto Dewing conseguiu realizar. Suas melhores imagens têm algo tão delicado e curioso sobre elas como quase a sugerir os sonhos vagos e as aspirações femininas. Com que sentimento este homem pode incutir a textura de uma simples bata! E que voluptuosidade casta pode sugerir na face lânguida de uma senhora ou no movimento furtivo de suas mãos ou pescoço!

Meu favorito particular entre os pintores modernos de retrato – embora ele seja pouco conhecido nesta vocação – é Bastien-LePage. De todos os grandes naturalistas que enriqueceram a pintura desde que Courbet e Manet pegaram a palheta, Bastien-LePage foi o maior, porque seu naturalismo desdenha qualquer pose, sempre possui simplicidade e dignidade, e ainda era alguma coisa para além da mera fidelidade à natureza, pela qual nos costumamos a procurar em vão entre os seguidores ardentes deste credo. Também Manet e Courbet amam a verdade, mas não tão-somente pela própria verdade, mas para afrontar o convencionalismo e os velhos métodos. Bastien-LePage não foi um naturalista nem pela intenção, nem pela teoria e menos ainda pelo efeito, mas porque ele tinha que ser; para ele, era uma intuição inconsciente, a maneira natural de se expressar.

Eu vi quatro destes retratos – seus Albert Wolff (fig. 12), André Theuriet (fig. 13), Príncipe de Wales (fig. 14) e Sarah Bernhardt (fig. 15). Seu extraordinário – pode-se dizer até clarividente – poder de caracterização, que percebe o mais mínimo detalhe, assim como seus traços superiores, faziam com que ele trocasse suas pinceladas de acordo com cada retratado. No primeiro retrato, seu estilo é coquete, caprichoso, brilhante e intelectual, como aquele do famoso crítico parisiense; no segundo, reticente no gesto e de uma dignidade burguesa; o terceiro, volumoso, extravagante, aristocrático, e cerimonioso, e por último grotesco, nervoso, um gênio como que elétrico. A Sarah Bernhardt de Bastian LePage é um dos poucos retratos que é semelhança e obra de arte ao mesmo tempo. Observe a pureza do perfil, a elegância das mãos nervosas, a originalidade da postura, a virilidade da linha nas costas! E a variedade da textura! Vestido, rosto, cabelo, fundo, estatueta, cada um tratado diferentemente. E no que diz respeito à concepção, não é Sarah Bernhardt como a imaginamos em sua vida privada – bizarra, exótica, enigmática, o supremo artifício? Olhando para esta imagem, talvez cheguemos à conclusão que havia, apesar de tudo, uma possibilidade de união harmoniosa entre arte e retratismo.

Não podemos, no entanto, deixar de ver o fato de que até mesmo Bastien-LePage e todos os outros artistas mencionados, incluindo Whistler, acham impossível se adaptar a mais de uma dúzia de tipos simpáticos a eles, ou a homens e mulheres de uma individualidade contundente. Todos produziram inúmeras peças inteligentes de pintura, e às vezes, obras primas, mas apenas em ocasiões raras, porém, uma semelhança, e então sempre de uma personalidade de quem o público já havia formado uma concepção ideal.

Há um grande perigo para os pintores de retrato, ser muito individual. Boldini demonstra isto mais claramente. Em suma, nada é mais raro do que um pintor de retrato que tem o poder de simplesmente repetir a natureza e assim produzir uma obra de arte. Só conheço um que poderia pegar uma pessoa qualquer – o primeiro que lhe passar pela frente – e simplesmente estudando a cor e a forma, realizar uma semelhança interessante e artística. Este é Anders Zorn. Ele simplesmente pinta o que vê. Ele deseja reproduzir a natureza tanto quanto possível.

O senhor Chartran me disse outro dia: “Não tenho paciência para artistas que dizem que ‘tal ou qual pessoa não me interessam. Não posso pintá-las.’ Porque em cada pessoa arde uma chama que aparece de vez em quando à superfície.” Chartran pensava que um pintor de retratos não deveria ter muita individualidade em sua técnica, mas que deveria ser uma pessoa com suficiente individualidade para encontrar algo interessante em cada pessoa. Ora, tanto quanto desprezo Chartran e por pouco que ele possa reivindicar seu

“dizer” para si próprio – seus retratos são como poemas dedicados ao retratado; não há nada genuíno neles, e a gente os aceita sorrindo porque eles nos lisonjeiam – ele estava perfeitamente correto em sua afirmação (o que prova que um artista ruim pode ser às vezes um bom crítico). Há certamente algo de interesse em uma fisionomia ou patognomia de qualquer um, do meu doceiro ou do fornecedor de carvão, por exemplo, não importa o quão insignificante e débil possa ser, que às vezes lampeja e pode ser reproduzido na tela.

Bom, Anders Zorn pode fazê-lo, mas falha quando tenta pintar uma personalidade brilhante; nesse caso ele só consegue virilidade e cor e uma semelhança externa geral, nada do interior dessa pessoa. Aí mora o problema. É da sua individualidade compreender as aparências da vida comum.

Ter o poder de compreender todos os tipos de humanidade, ficar entusiasmado com eles e pintá-los com fidelidade, subordinando os ataques de imaginação às necessidades do momento, seria para alguém com um amor como o de Whitman pela humanidade. Se esse homem aparecesse, seria sem dúvida uma individualidade mais forte do que todos os outros. E individualidade faz um artista, como demonstrei acima, incapaz de realizar uma semelhança. E que arte sem individualidade não é mais arte é igualmente claro.

Sim, Kropotkin produziu um argumento aproximadamente verdadeiro ao dizer: “Não se pode ser um pintor de retrato e um artista ao mesmo tempo”.

O objetivo da fotografia de retrato é, no entanto, a semelhança e a câmera é capaz de produzi-la. É verdade, nenhuma lente é igual a outra e cada câmera tem portanto uma certa individualidade, mas em certas coisas está sempre correta; por exemplo, um homem com um nariz de Cyrano de Bergerac nunca será representado por nenhuma lente como tendo um nariz romano ou grego, como às vezes acontece na pintura de retrato. Os resultados das câmeras na produção de um retrato podem diferir, por exemplo, na expressão facial. Mas como é impossível tirar do mesmo objeto com várias câmeras ao mesmo tempo e do mesmo ponto, e como o tema e a luz estão constantemente mudando, não se pode saber com precisão o quanto é trabalho da câmera, o quanto é de seu manipulador.

E na maioria somos tão maus observadores de expressão facial. Não apenas todos os chineses parecem iguais para nós, nem nos lembramos das linhas e das peculiaridades plásticas nos rostos dos membros de nossa própria família. O quão pouco se conhece o outro pode ser visto no comentário do senhor Keiley, que tão graciosamente cruzou espadas comigo em *Camera Notes*, Vol II, Nº 3, no qual se satisfez ao me chamar de “um homem que nunca ri”. Ora, acredito que não há nenhum outro homem que ri e sorri como eu, pois eu o faço o tempo todo, em qualquer ocasião. É um traço racial, como Lafcadio Hearn explicou tão habilmente que inconscientemente desempenha sua parte na minha expressão facial. A razão pela qual eu parecia tão mal-humorado na presença do senhor Keiley foi sua própria aparência peculiar de carola que reprimiu em mim todos os sentimentos de alegria de maneira tão forçada que nem ousei sorrir. E os tais senhores queriam se fotografar um ao outro e produzir semelhança! Não – uma maneira de posar cuidadosa, inteligente, clareamento e retoque não é suficiente.

Um fotógrafo de retrato deve ser até um melhor leitor de caráter do que um pintor de retrato. Ele deve pôr em prática as teorias dos fisionomistas como della Parta ou

Lavater, Piderit, Claus Harms ou Shyler, pois está sempre sendo confrontado com pessoas que nunca viu antes. Ele não pode conhecê-las como um pintor, que precisa de muitas sessões de pose; ele deve confiar em seu julgamento geral.

Não há nenhuma arte que proporcione menos oportunidade para executar uma expressão quanto a fotografia. Tudo está concentrado em alguns segundos, quando talvez depois de uma hora procurando, esperando, hesitando, o fotógrafo vê a realização de sua visão íntima e, neste momento, ele tem uma vantagem em relação a muitas artes – seu meio é suficientemente ágil para gravar sua inspiração momentânea. Certo desde o início, devo confessar que nunca encontrei uma tal espontaneidade de julgamento em uma pessoa que fosse um competente leitor de caráter, artista e fotógrafo ao mesmo tempo.

No presente, a arte da fotografia de retrato pode ser dividida em três classes distintas, o amador, o profissional e o fotógrafo artista.

Sobre a primeira classe, que consiste nestas milhares de pessoas que apertam o botão ou se escondem sob o pano de foco para seu próprio deleite, nada tenho a dizer. A segunda classe, constituída por aqueles que desejam tirar nossa fotografia por dinheiro, a partir de 25 centavos, aparece proeminentemente nas vias públicas de nossa vida metropolitana. Mas eles não têm, exceto um ou dois, nada a ver com arte. Eles simplesmente reproduzem nosso rosto e figura em seu aspecto mais vão, e retocam a chapa até que toda semelhança se perca. Hollinger, com sua delicada modelagem de todos os tons em cinzas levemente matizados, é uma exceção notável.

A terceira classe é a que me interessa. Eles se empenham em fazer da fotografia uma arte independente, um novo processo em preto e branco para representar elementos pictóricos da vida. Há muita agitação entre eles. Há clubes, ligas e sociedades de fotografia artística, e conferências e debates sobre o tema. Há montes de revistas explorando a fotografia artística e exposições em abundância. Uma fotografia artística é, no entanto, a coisa mais rara sob o sol.

A maioria destas senhoras e destes senhores representa objetos indiscriminadamente ou tomam maus pintores como modelo para suas composições e os resultados, claro, são terríveis. Outros imitam, com toda a sorte de truques, processos de preto e branco e o lado pictórico da pintura em geral, e produzem algo que, em minha opinião, é ilegítimo.

Há um número de artistas fotógrafos na cidade que se dedicam ao retrato e te fazem parecer com um quadro de Holbein ou Dürer, ou como um fantasma japonês, todo embrulhado na névoa. Tive o prazer de ser fotografado por uma destas senhoras – Emmeline Rives. Anthony Hope e Rosenthal estavam posando para ela na mesma semana, eu estava, então, em boa companhia – e o resultado foi uma impressão que ela declarou ser uma das melhores que ela jamais fez. Verdade, era uma excelente semelhança, mas a posição da cabeça, inclinada para a frente, era tão peculiar que nove entre dez de meus conhecidos me perguntaram se ultimamente eu havia me tornado um aficionado por bicicleta, porque a imagem parecia ter sido tirada por um instantâneo no momento em que saía de uma exposição de imagens que fez tudo para me deixar melancólico. Hoje, essa senhora é uma das melhores fotógrafas artistas que nós temos e meu retrato é um de seus melhores esforços. Isto, me parece, não depõe a favor da fotografia artística.



Eu também não gosto de sua atitude peculiar. Em vez de administrar seus negócios como profissionais normais eles evitam a propaganda e agem como se o dinheiro não tivesse interesse para eles e, no entanto, se contradizem ao cobrar 25 dólares por 12. Eles incomodam celebridades para ir a seus estúdios, como se fossem sempre muito orgulhosos em focar o autor de tal ou tal livro, e dão a eles duas ou três impressões como recompensa. Estas fotografias são mostradas a outros fregueses e, claro, se este grande homem se deixou fotografar por fulano ou fulano, por que o humilde senhor X não deveria ser representado pelo mesmo fotógrafo por vinte e cinco dólares?

Igualmente absurdo me parece o fato de um número limitado de uma fotografia deva torná-la mais valiosa. Produzir impressões de uma chapa é uma arte extremamente delicada, mas, de toda forma, um processo mecânico. Pode-se fazer muitos milhares assim como apenas um (talvez nem todos com a mesma qualidade, mas podem ser feitos) e dependeria da vocação do fotógrafo exercer sua influência em uma edição ilimitada em vez de uma limitada. Uma boa fotografia não consegue menos valor porque uma centena de outras cópias estão espalhadas pelo mundo. Com uma pintura ou um desenho é muito diferente; ele não pode ser repetido, assim como um fotógrafo não pode colocar o retrato exatamente da mesma maneira. Mas depois da chapa ter sido feita, o resto deve ser um processo normal de impressão. Que a chapa não tenha ainda atingido o estado de perfeição, talvez seja uma desculpa para a mania atual de retocar. Tenho um fraco pela fotografia artística, mas devo confessar que não gosto de seus modos atuais de autoafirmação, embora eu tenha a maior admiração pelos trabalhos de fotógrafos de retrato como F.H. Day, a senhora Gertrud Käsebier, J.T. Keiley e Frank Eugene.

F.H Day, aparentemente um homem de ampla cultura estética e de intuição artística genuína, altamente desenvolvida, tem o dom peculiar de tornar tudo decorativo. Sensibilidade em alto grau (temo que supersensível), ele só pode satisfazer seu código individual de beleza arrumando e rearrumando seu objeto com toda a sorte de acessórios e efeitos de luz, que mostra um conhecimento grande da arte clássica assim como da contemporânea. Não há fotógrafo que possa armar uma pose com o corpo humano como ele, que pode fazer uma tapeçaria cair mais poeticamente ou arranjar as flores no cabelo de um homem ou de uma mulher da maneira mais artística. Ele poderia ter sido (falando sério) um excelente *manager* de estrelas de uma companhia dramática como a Saxon-Meiningen. Mesmo Irving poderia aprender algo com ele. Há passagens em seus retratos que são primorosas, mas a todas as suas representações faltam simplicidade e naturalidade. Ele se empenhou em alcançar os resultados de um pintor e isto, do meu ponto de vista, não é válido. Ele levou o lirismo no retratismo o mais longe possível antes de se deteriorar em um maneirismo; até mesmo seus fundos falam uma língua especial, vibrantes de ritmo e melodia; são incandescentes em vistas escuras. Day é sem dúvida o mais ambicioso e talentoso de nossos fotógrafos de retrato americanos.

Mais tarde, resolveu surpreender o mundo fotográfico produzindo uma série de representações fotográficas da Crucificação (fig. 16), de cenas do Sepulcro, da cabeça de Cristo. Ao representar este tema extremamente difícil, ele seguiu, em termos de concepção, linhas absolutamente convencionais; digo, ele não interpretou Cristo de uma maneira nova, como, por exemplo, Uhde e Edelfelt fizeram, para uma tal inovação ele não tinha nem a inclinação, nem o nervo. A sua é, no entanto, uma inovação no campo

da fotografia digna de ilimitado louvor. Algo para nos livrar da estagnação do lugar comum, das produções estereotipadas! E Day deu um passo, embora curto e vacilante, em direção às alturas do Parnaso. A representação pictórica de um tema clássico em linhas clássicas dá seus primeiros passos em fotografia artística e ninguém sabe para onde vai nos levar.

**Figura 1: James McNeill Whistler - Giovane Boldini - 1897**



Fonte: <https://www.brooklynmuseum.org/opencollection/objects/4654>

Figura 2: Robert de Montesquiou - Giovane Boldini - 1899



Fonte: <https://www.artstation.com/artwork/RkaOr>

Figura 3: Whistler Mother - James McNeill Whistler - 1871



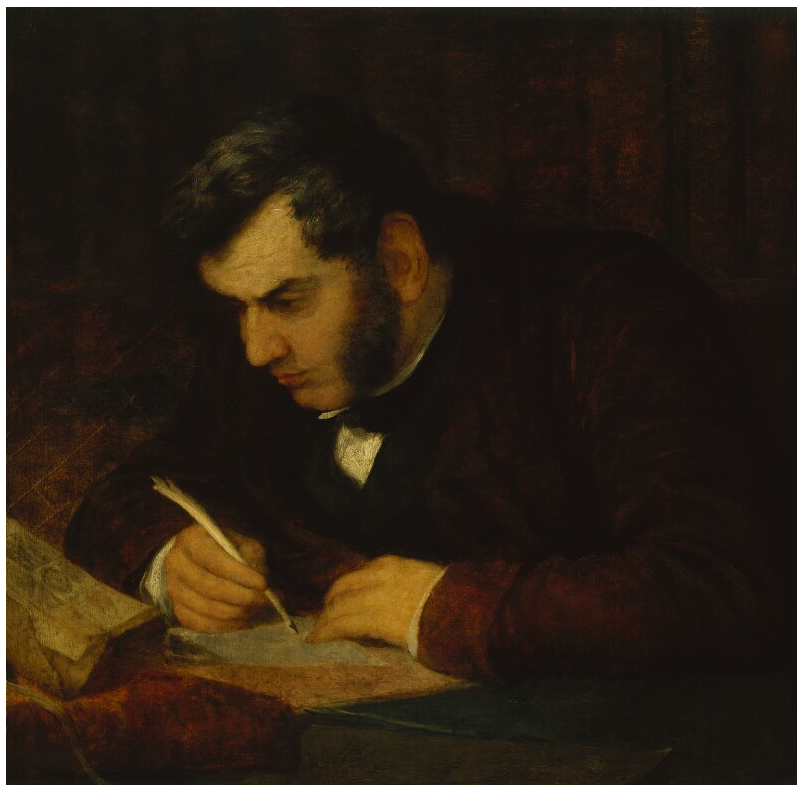
Fonte: <https://useum.org/artwork/Whistler-s-Mother-James-McNeill-Whistler-1871>

Figura 4: Sir Edward Coley Burne-Jones - George Frederick Watts - 1870



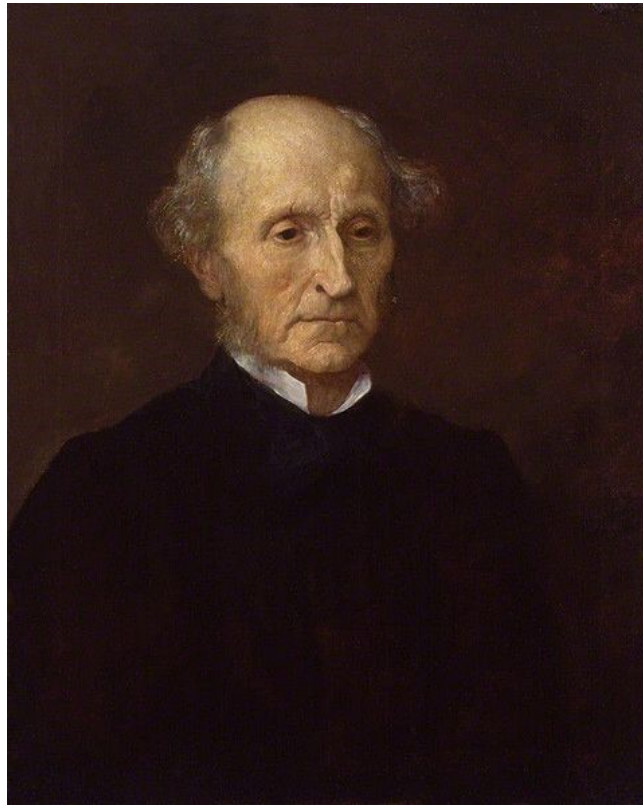
Fonte: <http://www.georgefredericwatts.org/Portrait-Of-Edward-Burne-Jones-1833-98-1870.html>

Figura 5: Sir Anthony Panizzi - George Frederic Watts - 1847



Fonte: <http://www.georgefredericwatts.org/Sir-Anthony-Panizzi.html>

Figura 6: John Stuart Mill - George Frederic Watts - 1873



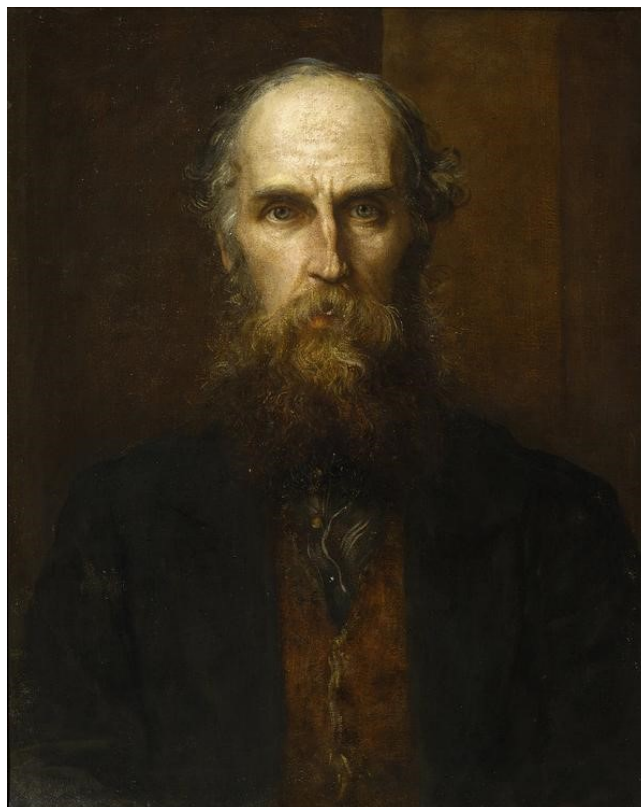
Fonte: <http://www.georgefredericwatts.org/John-Stuart-Mill-1806-73-1973.html>

Figura 7: James Martineau - George Frederic Watts - 1873



Fonte: <http://www.georgefredericwatts.org/James-Martineau.html>

**Figura 8: William Spottiswoode - George Frederick Watts - 1880**



Fonte: <https://www.the-athenaeum.org/art/detail.php?ID=214135>

**Figura 9: Anthony Ashley-Cooper, Earl of Shaftesbury - George Frederic Watts - 1862**



Fonte: <https://www.the-athenaeum.org/art/detail.php?ID=122637>

Figura 10: Otto von Bismarck - Franz von Lenbach - 1884



Fonte: <https://paintingvalley.com/otto-von-bismarck-painting#otto-von-bismarck-painting-7.jpg>

Figura 11: Papa Leo XIII - Franz von Lenbach - 1885



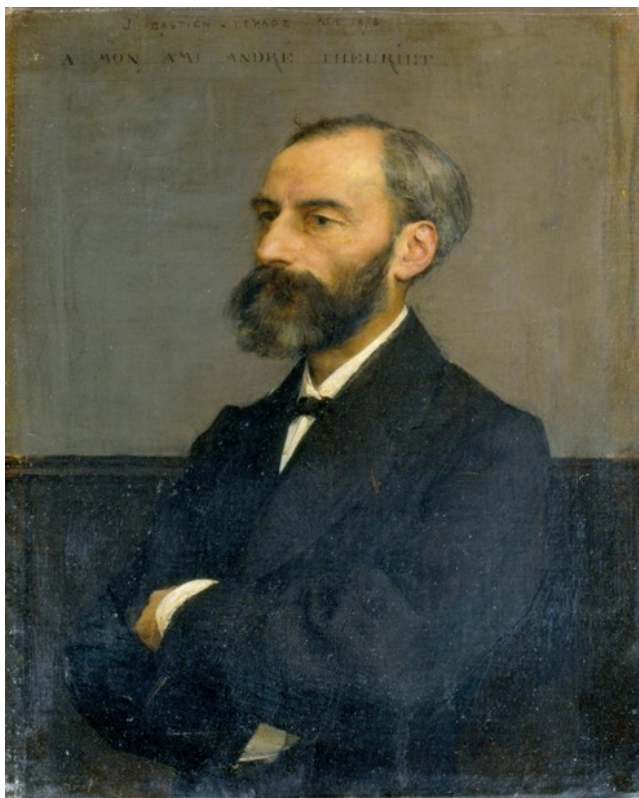
Fonte: <https://www.the-athenaeum.org/art/detail.php?ID=69124>

Figura 12: Albert Wolff in His Study - Jules Bastien-Lepage - 1881



Fonte: <https://www.the-athenaeum.org/art/detail.php?ID=264929>

Figura 13: André Theuriet - Jules Bastien-Lepage - 1878



Fonte: <https://www.the-athenaeum.org/art/detail.php?ID=264942>



Figura 14: King Edward VII when Prince of Wales - Jules Bastien Lepage 1888-1900



Fonte:

[https://research.britishmuseum.org/research/collection\\_online/collection\\_object\\_details/collection\\_image\\_gallery.aspx?assetId=813240001&objectId=3284424&partId=1](https://research.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details/collection_image_gallery.aspx?assetId=813240001&objectId=3284424&partId=1)

Figura 15: Sarah Bernhardt - Jules Bastien-LePage - 1879



Fonte: <https://www.the-athenaeum.org/art/detail.php?ID=22448>

**Figura 16: Last Seven Words - Fred Holland Day - 1898**



Fonte: <https://www.loc.gov/resource/cph.3b00908/>

**Figura 17: Sadakichi Hartmann – Foto: Zaida Ben-Yúsf - 1899**



Fonte: [https://npg.si.edu/object/npg\\_NPG.2009.39](https://npg.si.edu/object/npg_NPG.2009.39)



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019313-322>

## PINTURA DE RETRATO OU FOTOGRAFIA DE RETRATO II\* *PORTRAIT PAINTING AND PORTRAIT PHOTOGRAPHY II*

Carl Sadakichi Hartmann

Tradução: Antonio Carlos Santos

A senhora Gertrude Käsebier levou sua arte a um patamar de perfeição interpretativa nunca alcançada antes. Ela imita (Day não imita, mas adapta) os velhos mestres com rara exatidão. Seu manejo dos valores tonais é às vezes esplêndido; ela também compreende a divisão do espaço e a medida de luz e sombra. Mas é totalmente dependente de acessórios. Sem um chapéu caído ou uma grande manta que tudo cobre, uma camisola estampada de corte singular, um xale ou uma peça drapeada, ela é incapaz de produzir uma semelhança satisfatória. Fracassa completamente em dominar o estilo moderno; apenas em casos raros como, por exemplo, seu “Twachtman” (fig. 1) ou “Standing Girl with the Violin” (fig. 2), ela tem êxito e unicamente porque os retratados têm individualidade suficiente. Comparativamente, é mais fácil tirar uma boa fotografia de uma personalidade, pois a câmera é capaz de produzir algo dessa individualidade sem a ajuda do fotógrafo. As pessoas diriam que apenas suas imagens de “Mother and Child” (fig. 3) estão livres desses maneirismos, e, sim, elas têm muitas boas qualidades; eu, de minha parte, associo alegria materna mais com uma brusca aparição da luz do sol do que com a atmosfera artificial sufocante em que a senhora Käsebier as coloca. Seus habilidosos esquemas de luz e sombra carecem de luminosidade. Além do tema em si, contém tanto charme poético que sugere poesia mesmo sem a ajuda da artista.

As pessoas que a senhora Käsebier representa são muito raras em nossas ruas e onde quer que apareçam elas o fazem para a grande tristeza do resto da humanidade. Por que um cidadão respeitável deveria ser transformado em uma monstruosidade? Mas o senhor Day, assim como a senhora Käsebier, o desejam expressamente, pois estão decididamente dispostos a representar essa classe de seres humanos que se vestem com dobras desleixadas em vez de com trajes cortados por alfaiates e usam girassóis, cálices do santo Graal ou vasos – cheios, imagino, de cinzas de um pensamento profundo – em suas mãos. As pessoas parecem não compreender que pode ser adequado a uma mulher ídolo como Sarah Bernhardt ser representada com uma estatueta na mão (além do mais, ela também é escultora), mas que seria absurdo representar uma jovem comum da sociedade (terceira geração de um *parvenu* que se casou com uma lavadeira) da mesma maneira. Só mostra a incompetência do fotógrafo em revelar o caráter.

Não acredito no Maeterlinckismo. Entendo por isto uma combinação de tudo o que é sugestivo e modernizável nas artes antigas – assim como se pode retrair, por exemplo, em Maeterlinck a influência da simplicidade grega. As fantasias de Chaucer, as leis

---

\* Ensaio publicado em *Camera Notes*, n. 3 (jul.1899), p. 1-20.

japonesas de repetição, de Shakespeare, Virgílio, etc. – nossa vida moderna é suficientemente bela e nossas roupas modernas de modo algum menos pitorescas ou menos absurdas (como quiser) do que aquelas do tempo de Holbein ou Velasquez e mesmo assim eles conseguiram traduzi-las estilisticamente sem precisar se refugiar em modas assírias ou egípcias.

Não há um grão de vida em tal arte. É natimorta. A procura por inspiração nos velhos mestres sem utilizá-la de maneira original não constitui uma criação. A fabricação intencional de uma fotografia para que ela se pareça com um desenho de Holbein nada tem em comum com os nobres desejos de nossa era e é um insulto ao gênio colossal deste homem que estava ligado a seu tempo e o dominou.

Deixe a obra destes grandes homens sossegadas, a não ser nas horas devotadas a uma devoção silenciosa! Eles contribuíram com a sua parte para a história da arte e se você pudesse pelo menos produzir a sugestão epigramática de uma ideia original, tais como eles as criaram, você faria jus e ganharia seu pequeno nicho no panteão da fama!

Frank Eugene é um pintor de notável versatilidade, que se virou recentemente para a fotografia de retrato e nem por um momento ele renega sua profissão original. Ele se esforça pela mesma turbidez pitoresca em suas chapas assim como em sua pintura. Ele confia totalmente em seu instinto. O senhor Day e a senhora Käsebier pensam previamente como arranjar seus temas. O senhor Eugene sabe com um olhar o que pode fazer com quem está posando. Ele simula um fundo artístico com gobelins, vegetação desbotada, flores etc., põe algum tecido com dobras no colo ou no ombro, deixa alguém segurar um espelho para trazer um reflexo do fato e tira a foto. Todos os outros pensam para alcançar seus objetivos; ele sente. Veja, por exemplo, seu retrato da senhora H (fig. 4). Nunca vi nada tão casualmente artístico em fotografia antes. Os acessórios são maravilhosamente interessantes sem ferir a importância das figuras. Sem ser ainda um mestre no exercício de sua nova profissão, comete muitos erros técnicos, mas sabe como encobri-los. Ele rabisca, escrevinha e raspa suas chapas de um modo que os processos de “*stopping out*”, sprays, lavagens e banhos da senhora Käsebier parecem brinquedos de criança. Essas correções não são legítimas, mas estão sempre corretas onde ele as utiliza, corretas para ele e no lugar certo. Ele é um virtuoso em efeitos de desfoque (*blurred effects*) e entende de valores tonais como ninguém; seus rostos e frentes de camisa nunca têm os mesmos valores. É pouco conhecido no mundo da fotografia atual, mas prevejo que sua exposição no *Camera Club* planejada para o próximo outono será uma revelação para muitos. Ele é, que eu saiba, o primeiro pintor americano que se tornou um fotógrafo de retratos.

J.T. Keiley representa a fase japonesa em fotografia que, por certas razões, é muito estimada por mim. Quanto mais as pessoas a consideram “louca”, mas eu gosto dela. Isto só mostra que outras pessoas entendem muito pouco o espírito da arte japonesa que a maioria afirma admirar tanto. Seus efeitos de desfoque, sua maneira de diminuir os detalhes aqui e descartá-los inteiramente acolá e ainda sugerindo-o muitas vezes com um espaço totalmente vazio – você vê uma linha mas ela não está lá – são totalmente japoneses. A beleza de uma cabeça com cabelo é suficientemente interessante, sem o perfil, o pescoço e os ombros, principalmente se são tratados de modo tão delicado e poético como o senhor Keiley às vezes consegue realizar (fig. 5). Se eu fosse um Herrick,

escreveria uma *villanelle* para o seu “Japanese Coiffure”. Mas estas explosões fragmentárias de sua musa não podem ser chamadas de retratos; são estudos (sabidamente ele assim os nomeia) e mesmo que ele deva reproduzir um rosto completo com pescoço e não apenas uma visão dos ombros, a silhueta quebrada de uma vista de sete oitavos ou os frágeis valores do músculo esternocleidomastoideo, eles vão brincar com o rosto do retratado que talvez fique encantado em saber como se parece quando convertido pelos códigos japoneses de linha, espaço e valores tonais.

Os quatro artistas (artista é a expressão correta para eles; são muito artistas, mas não suficientemente fotógrafos – só a assinatura engenhosa da senhora Käsebier o comprova) tem uma falta grave em comum, todos ultrapassam os limites da fotografia. Podemos perdoar um Wagner por ignorar as leis fundamentais da música, mas não *mademoiselle* Chaminade. Todos os quatro experimentam. São modificadores da meia verdade que a câmera é capaz de reproduzir, pois o retoque é somente a destruição artificial da luz e da forma feitas tão graciosamente pela Senhora Natureza – um recobrimento de erros técnicos e a supressão, modificação, ampliação, etc., de detalhes incongruentes, até que a imagem não pareça mais uma fotografia, mas uma expressão hermafrodita de uma das artes gráficas. Uma chapa em que o retoque é necessário não é uma chapa perfeita, isso é tudo o que tenho a dizer sobre o assunto.

Os fotógrafos que vou mencionar agora, creio que são todos – talvez não tão fanaticamente como eu – adeptos da fotografia “pura e simples”. Desdenham a ajuda do retoque, pelo qual Demachy, em Paris, e Einbeck, em Hamburgo, alcançaram seus resultados mais maravilhosos. Eles entenderam que para a fotografia artística se tornar poderosa e autossuficiente, ela tem que se basear em seus próprios recursos e não ornamentar a si mesma com plumas estrangeiras de modo a parecer uma gravura, um pôster, um desenho a carvão ou nanquim, ou uma reprodução feita por Käsebier de velhos mestres.

A senhora Zaida Ben-Yusef, G. Cox, R. Eickemeyer, Jr, e, creio, também C.H. White trabalham nessa direção. Eles estão menos carregados de tradições estéticas e, por essa razão, mais adaptados à fotografia. Eles querem semelhança e só isso pode fazer a fotografia ser grande.

De C.H. White vi apenas uma impressão, seu “Mrs. H.” (fig. 6) que o coloca entre os melhores fotógrafos de retrato. Uma moça moderna em um vestido de verão, convencional até mesmo para as dobras na frente, isto é tudo. A figura posa tão bem quanto no caso de Sargent. A qualidade tonal é admirável em sua delicadeza e clareza. Os únicos erros que encontrei são: o guarda-sol não conseguiu ficar tão interessante quanto podia e a imagem na parede poderia ter melhorado o retrato se fosse uma paisagem ou uma gravura japonesa em vez de uma cabeça.

A senhora Ben-Yusef, de todos os fotógrafos que conheço, confia sempre em sua câmera. É suficientemente sábia para não retocar. Ela é uma boa leitora de caracteres e sabe usar uma pose. Compõe suas imagens com os meios mais simples, sem utilizar qualquer arranjo especialmente artístico; bom gosto e senso comum parecem suficientes a ela. Sua simplicidade de propósitos, ausência de afetação e da demonstração de grandes estoques de conhecimento são revigorantes. Ela persegue sua arte nas linhas certas. Só é deplorável o fato de seu trabalho atual ser assustadoramente irregular. Muitos de seus

retratos são tão ruins quanto aqueles de um fotógrafo da Browery, enquanto outros, por exemplo, seu Anthony Hope (de pé) (fig. 7) é uma das chapas mais magistrais existentes. O retrato inicial deste artigo é uma semelhança justa; ela conseguiu o balanço do meu corpo, embora tivesse me conhecido há apenas uma hora. As mãos nos quadris e o fundo à esquerda, no entanto, não são interessantes.

Cox tirou vários retratos notáveis, entre os quais a cabeça de Whitman (fig. 8) pertence aos melhores. Aí temos um manuseio forte, direto, que sabe do que se trata; nenhum capricho genioso – um método simples, definido e genuíno. Não se pode falar nem de gosto elegante, nem de individualidade de caracterização, mas a unidade, simplicidade e amplitude de sua execução vai além do elogio. É Whitman, sem dúvida, para todos aqueles que conheceram o “bom poeta grisalho” quando estava em seus setenta anos, muito mais divertido do que o retrato de Alexandre no Metropolitan.

Breese e Eickemeyer produziram uma chapa que merece generoso reconhecimento – o retrato de Yvette Guilbert intitulado “Le Désir” (fig. 9), o que mostra que eles apenas pretendiam que fosse um estudo. Embora essa imagem contenha o suficiente da arte de uma certa fase de Yvette Guilbert, um certo injustificado esquecimento característico dessa “Lady of Vain Virtue” (como Rossetti poderia chamá-la), não é, e nem poderia ser, um retrato. Nós americanos nunca conhecemos a verdadeira Yvette Guilbert – o “fauno feminino” – e tudo por estar usando uma peruca aqui, enquanto em Paris ela aparecia com seu cabelo vermelho cenoura. Em New York, ela era uma solteira maliciosa pré-Rafaelita, enquanto no “Concert Parisien” ela representava a feiúra cantando as misérias e as frivolidades da sociedade moderna. Nem eu sabia que os lírios do vale expressavam desejo; uma flor lilás teria sido mais apropriada. Ou será que o Carbon Studio queria transmitir aquela Yvette Guilbert que entrou em transe ao inalar o perfume puro e inocente de lírios do vale – uma mistura de refinamento com *naïveté*, como vemos nos murais decorativos de Chavanne? Dificilmente eu pensaria nisto.

Muito mais no ponto, embora menos curioso, são os estudos de Eickemeyer de um rancheiro e o retrato de seu pai (fig. 10). Esta é uma fotografia de retrato. Não há transfiguração, magnificação e generalização da realidade. A exatidão não é de maneira alguma violada. E eles não são um acaso. Eickemeyer é simplesmente muito científico; talvez seja *naive* no simbolismo das flores, mas não em seus métodos técnicos. Leia o seu “Como uma imagem foi feita” e ficará sabendo por que treinamento duro e severo ele passou e que estudo penoso fez. Ele está também no caminho certo, embora um pouco mais de temperamento não caísse mal.

Sobre Alfred Stieglitz como fotógrafo de retrato, também não estou muito seguro. Todos sabemos que um estudante de fotografia não poderia ter (em referência ao uso da técnica) um mestre melhor do que ele. Ele é um fanático da simplicidade, mas fez muito poucos retratos e não suficientemente individuais para se poder estimar. Em seu “Sr. R.” (fig. 11) – exato e frio como a ciência, o que pode ser um mérito no caso de representar um professor – ele teve de verdade um enorme êxito. A linha monótona do braço esquerdo e as veias de sua mão direita, no entanto, atrapalham minha apreciação. Em todo caso, é um objeto válido como lição e como tal digno de ser pendurado onde os estudantes se reúnem.

Deixo passar todos esses artistas em revisão uma vez mais nos olhos de minha mente, me parece que apesar de tudo o gênio da pintura, comparativamente falando, tem mais sucesso em obter uma semelhança artística do que o mecanismo da fotografia. Isto se deve em grande parte, com pouquíssimas exceções, ao fato de somente talentos medíocres terem sido atraídos pelo obturador e pelo pano de focalização. Temperamentos artísticos têm evitado a fotografia com medo de suas restrições e então acontece que até agora a palavra gênio nunca pôde ser aplicada a nenhum artesão neste ramo da fotografia artística.

A variedade da expressão técnica da fotografia, em comparação com a pintura, é na verdade muito limitada. Primeiro, falta a cor. Ela controla a linha apenas enquanto produzida por amplas oposições de luz e sombra (das quais a cópia do senhor White é um exemplo excelente); é impossível acentuar qualquer parte em especial como, por exemplo, Bastien-LePage fez no fundo de Sarah Bernhardt. Não se pode produzir uma linha clara, sem hesitação, cheia de vida do começo ao fim. Também na representação de textura a fotografia tem desvantagem. Claro que a câmera reproduz muito fielmente certos detalhes não importantes, mas a superfície é sempre a mesma, a não ser onde você retoca de modo tão inteligente que chegue a sugerir variedade. Mas ela comanda a tonalidade, mas isso outras artes também expressam muito bem e se a fotografia deseja se afirmar como uma arte menor, independente – e provavelmente por um bom tempo – ela tem que desenvolver aquela qualidade que nenhum outro meio tem em comum com ela. A beleza de linhas desfocadas, produzida pela ação da luz, pois a fotografia não traça linhas mas antes as sugere ao pintar valores, pode ser comparada em importância a expressão linear da gravura ou gravura em madeira\* – e as massas de preto (cf. Goya) e as gradações de cinza como musgo (cf. Whistler) em litografia. Estas artes, embora permitindo grande alcance no poder criativo estão expostas a certas restrições em relação aos temas. Este não é o caso da fotografia, já que tem o poder de expressar *movimento*, por exemplo, a expressão espontânea do rosto, que nenhuma outra arte pode realizar no mesmo grau e com a mesma facilidade.

O que a fotografia artística necessita é de um fotógrafo experiente que seja ao mesmo tempo um fisionomista e uma pessoa de gosto e grande o suficiente para estar subordinado a sua máquina; só uma pessoa assim adequadamente dotada poderia nos mostrar uma nova fase no retratismo com a qual mesmo o olho e a mão do pintor achariam difícil competir.

No entanto, só quando a fotografia a cores se tornar possível e a fotografia com cinetoscópio na mão de artistas ter se desenvolvido o suficiente para poder fazer justiça à espontaneidade do movimento real – às mudanças contínuas, quase indiscerníveis, no rosto humano, as nuances delicadas na evolução de um sorriso ou qualquer outro sentimento humano, paixão, ou a expressão cotidiana da vida rotineira – a fotografia artística de retrato terá cumprido sua mais alta vocação. Pois não preferimos um fragmento de nossa infância representado em movimento real, simplesmente como se ele

---

\* Também a caneta e a tinta e vários processos de gravação deram conta da expressão, mas a gravura e a gravura em madeira são capazes de expressar ao mesmo tempo tonalidade. A gravura em cobre ou metal só o faz até um determinado limite e, além do mais, não possui a liberdade de expressão o que as restringe totalmente a propósitos de reprodução.



estivesse vivo, a qualquer representação de uma posição estereotipada por um pintor, não importa o quão habilidoso? Uma criança nos olhando malandramente, rapidamente mudando sua expressão facial em um sorriso, significaria infinitamente mais (e seria igualmente artístico) do que um Sargent colocando a mesma criança como uma grande boneca embaixo de um vaso grande em uma sala vibrante de vacuidade (cf. “Hall of the Four Children”, de Sargent) (fig. 12). E um gesto característico, uma atitude pensativa ou o movimento furtivo da esposa, como expresso pelo cinetoscópio do futuro, seriam muito mais válidas do que o prazer estético raro de deixar Watts embrulhá-la em uma névoa anímica pré-Rafaelita ou Lenbach traçar sua imagem em linhas dignas de Heródoto ou Boldini fazê-la parecer com uma bacante lânguida da alegria moderna.

Mas a fotografia artística cinetoscópica a cores está tão longe! Temos de lidar com o presente, temos de fazer o melhor nas condições existentes e formar com elas, se possuímos o poder e formos altruístas o suficiente, esses fundamentos sobre os quais a fotografia do futuro irá construir a si própria.

**Fig 1 - Gertrude Kasebier – John Henry Twachtman, 1900**



Fig 2 - Gertrude Kasebier - Standing Girl with the Violin, 1896-1898



Fig 3 - Gertrude Kasebier - Mother and Child, 1899



Fig 4 - Frank Eugene – Hortensia, 1898



Fig 5 - Joseph T. Keiley - A head Study, 1903



Fig 6 - Clarence H. White - Portrait of Mrs. H, 1898



Fig 7 - Zaida Ben-Yusef - Anthony Hope Hawkins, 1897

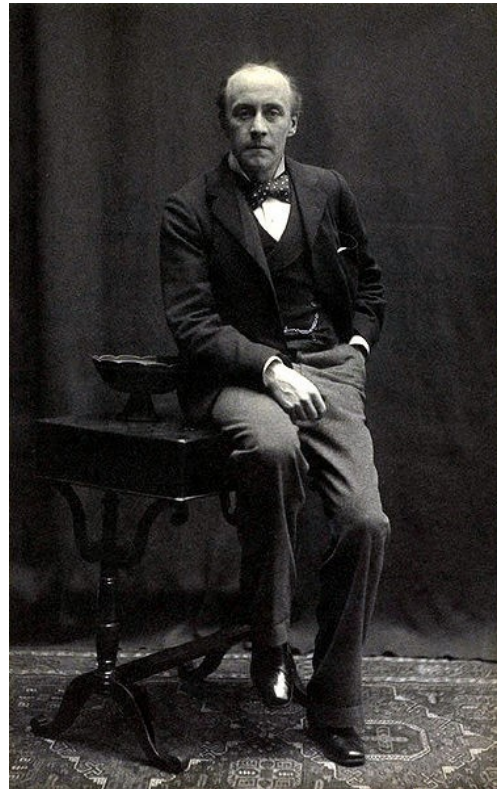


Fig 8 - George Collins Cox - Walt Whitman, 1831

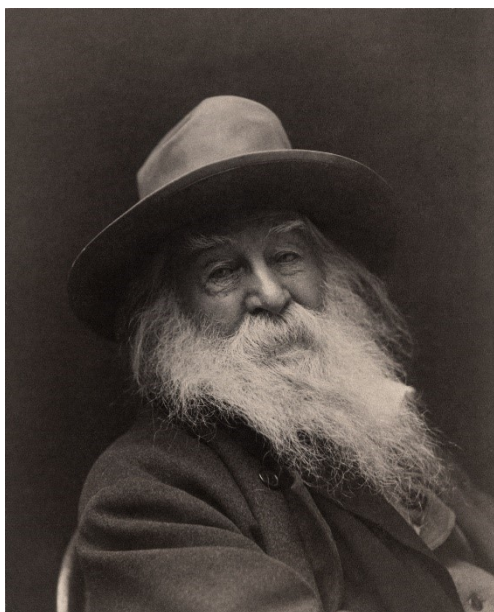


Fig 9 - James L. Breese - Le Desir - Retrato de Yvette Guilbert, 1896



Fig 10 - Rudolf Eickemeyer Jr - The Ranchman, 1901

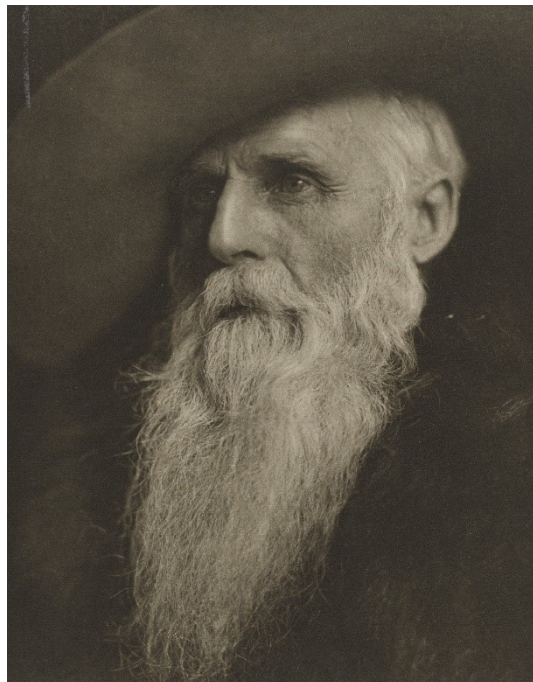


Fig 11 - Alfred Stieglitz - Portrait of Mr. R., 1897

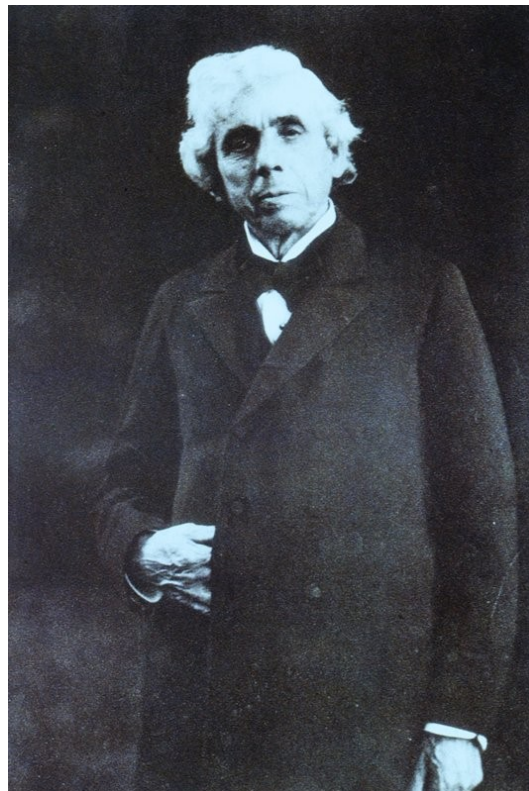


Fig 12 - John Singer Sargent - The hall of four children, 1882



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14012019323-326>

## AS CHAPAS QUEBRADAS (CONTO)\* *THE BROKEN PLATES (SHORT STORY)*

Carl Sadakichi Hartmann

Tradução: Antonio Carlos Santos

Houve um tempo em que também eu queria me tornar um proeminente fotógrafo artista. Mas a luta por fama e reconhecimento de qualquer tipo é fútil. Sua realização depende de inúmeras pequenas circunstâncias totalmente fora do controle humano. Pelo menos, tem sido assim pra mim.

Meu pai era um pintor de alguma reputação; herdei dele meus instintos artísticos, um sentimento ávido de apreciação. Mas sendo por natureza um sonhador – a antecipação do futuro sempre rouba o prato diante de mim de seu sabor – não tenho nem a paciência, nem a perseverança para me submeter a um treinamento árduo da mão e do olho. Deixei-me levar pela fotografia em grande parte com a esperança de que seu mecanismo iria suprir o que eu havia falhado em alcançar. Logo entendi que estava seriamente equivocado; a ação do mecanismo e o acaso, que desempenha um papel tão caprichoso em fotografia, exerciam, no entanto, uma estranha fascinação sobre mim. A alegação do artista de que nada de artístico poderia ser produzido pela câmera me enchia de indignação e eu, corajosamente, me pus a trabalhar. Anos de labor voluntário se seguiram; eu estava determinado a vencer. Mas o mundo, que parecia tão lindo em meus sonhos acordados, se mostrava opaco e frio no papel. A espontaneidade de minha visão pictórica era invariavelmente perdida na tradução. Apenas uma vez cheguei muito perto de minha ideia. Mas o fracasso, devido a um acidente ingovernável, destruiu todas as minhas esperanças de algum dia realizá-la.

A história que tenho pra contar é sem enredo e incidentes emocionantes; tão simples como o caso cotidiano mais comum do qual as pessoas quase não tomam conhecimento. E, no entanto, pra mim parece mais importante do que qualquer história jamais escrita.

Eu estava em algum lugar na costa do Maine. O nome do lugar não tem muita importância, assim como o nome de minha heroína. Havíamos nos hospedado no mesmo hotel, no entorno de uma antiga e singular vila de pescadores. Os outros hóspedes – um monte de puritanos meio chatos sem nenhuma ideia de como a vida deveria ser desfrutada – não tinham nada em comum com nossas inclinações; dispensávamos com alegria sua companhia e tentávamos desfrutar um do outro. Nossa excursão favorita eram, claro, as dunas. Ambos sentíamos o mesmo desejo de perambular; aventurar-se no calor do sol; vasculhar a praia e o espaço em volta. Passávamos o tempo discutindo arte e literatura e os princípios da sociedade moderna. Ela sempre zombava da ambição de me tornar um fotógrafo “de arte”. Já estava acostumado e não dava bola. Sabia que minha oportunidade ia acontecer algum dia e estava determinado a que minha bela moqueuse fosse útil no

---

\* Este conto foi publicado em *Camera Work*, n. 6 (abril 1904), p. 35-39.

meu sucesso final. Havíamos desenvolvido afeto um pelo outro. Eu estava encantado por sua franqueza apaixonada e inteligência apurada. Até mesmo as notas de discordância em nossos caracteres – como qualquer jovem que nada no lago do amor, brigávamos e nos excitávamos desnecessariamente com o acontecimento mais mínimo – só a faziam mais preciosa pra mim. Ela me satisfazia com sua rebeldia quando mantinha suas posições contra mim.

Naquele dia, quando minha ingênua história era encenada, ela vestia um casaco de sarja branca e saia, com um cinto cor de biscuit e uma fita do mesmo tom em volta de seu chapéu de marinheiro. Ela estava sentada olhando pra mim, ocupado com minha estúpida e velha máquina, o período amável que ela se comprazia em conceder a minha câmera, seus pés apoiados e as mãos fechadas abaixo dos joelhos. Era uma linda tarde de outono. O sol havia esquentado as velhas rochas e o amplo horizonte se abria diante de um céu deslumbrante. O capim balançava, corpos verdes com a melodia e o vento, e o oceano fazia marolas e sussurrava para os seixos na praia. A conversa tinha chegado a uma pausa. Então, comecei:

“Este dia parece ser a realização de meu sonho. Depois de tudo, fiz bem em permanecer fiel a ele. Ele floresceu ao longo dos anos em uma planta de maravilhoso crescimento, enchendo minha vida de perfumes. E agora chegou a hora de fazer sua colheita.”

“Você é incorrigível. Você possui em alto grau a qualidade fatal de ver objetos em um halo de aperfeiçoamento.”

“Mas será que você não vê as condições perfeitas para se produzir uma obra prima como nunca antes foi feita? Veja como a água está clara na praia; só pelo matiz mais brilhante dos seixos cobertos a margem do mar pode ser narrada. É como uma terra lendária e você é a fada-rainha que anima a cena.”

“Você está maluco hoje?”, ela perguntou, olhando os morros topázios para além da baía. A mancha de um vermelho opaco em sua bochecha deveria ter deixado escapar para mim seus pensamentos, mas eu estava tão absorto nas linhas e valores da cena que eu só a vi como um reluzir passageiro, um brilho branco em minha composição.

“Oh, só estou intoxicado pela beleza do dia”, repliquei, fazendo um gesto abrangente com meu braço. “A vida me trouxe finalmente o que eu pensava, não sou, apesar de tudo, nenhum cavaleiro em uma busca fútil, como você disse. Desta vez, vou agarrar o sonho antes que ele fuja.”

“Bom, vamos ver se seu sonho se torna realidade”, e ela se levantou com um sorriso cansado em seus lábios e olhou na direção do mar.

“Fique nessa posição!” gritei entusiasticamente. Eu a via naquele momento como se uma cortina, que havia escondido sua beleza, tivesse sido subitamente arrancada. Com seus membros finos, seu corpo forte e esbelto claramente desenhado contra o céu, sua saia tremulando com o vento, ela me parecia a incorporação da juventude e da vida dinâmica.

Este era o sonho que eu havia guardado no santuário de meu coração. Toda a vida, eu havia ansiado por uma tal visão de juventude, fresca, viçosa e perfumada. E o dia calmo de outubro, o céu translúcido e o mar azul profundo, formavam um fundo

harmonioso para sua beleza. Trabalhei com precipitação febril. Não sei se simplesmente por minutos ou horas. Perdi a noção do tempo. Mudava minha posição a cada momento para analisar alguma nova maravilha pictórica. E, mesmo que ela fosse o centro de todo meu entusiasmo, eu parecia ter esquecido sua presença real. Ela aparecia para mim como uma donzela de algum conto de fadas deslizando no vento com vestidos brancos de neve com marcas douradas da luz do sol. E, no entanto, eu havia notado que de vez em quando ela me olhava com um interesse que aos poucos se tornava irritado.

“Olha, está feito”, gritei. “Consegui.”

“Você age como nunca tivesse tirado uma foto antes.”

“Não tirei mesmo – não como essas”, gritei. “Elas serão surpreendentes. Achavam que eu não era capaz. Mas está feito.” E eu queria envolvê-la em meus braços e premir um beijo em seus lábios, mas ela escapou a meu domínio.

“Não está contente por eu ter conseguido?”

“Sim, claro; mas sou bom juiz em tais assuntos.” Suas palavras tinham som peculiar, grave, mas eu estava ainda muito feliz para captar todo seu sentido.

“Oh, você está!”, exclamei. “Mas não é maravilhoso que haja um mundo inteiro em nossa volta para olhar por anos e anos? E, no entanto, nunca estamos conscientes dele, nunca o vemos até que algum súbito momento feliz o revele para nós. E eu devo tudo isso a você!”

“Me ignorando”, disse me reprovando.

Agi como se não tivesse ouvido suas palavras. Era apenas um de seus humores. Ela o iria ultrapassar. Arrumei minhas coisas e começamos a voltar. Um vento frio soprou por entre as dunas. O sol estava rapidamente se pondo no mar escuro. Toda a cena, um momento tão prazeroso antes, parecia sem cor e extremamente monótona. A magia havia passado. Viria ela em meu socorro, pensei, com um sorriso ou uma palavra amiga, ou o desencanto se instalaria fornecendo as consequências de meu momento de triunfo. Ela permaneceu em silêncio e seu olhar estava longe, para além de mim, na baía.

A volta se torna difícil quando cada passo adiante é uma descida morro abaixo. Escolhíamos nosso caminho descuidada e silenciosamente lado a lado em direção à praia. Em uma saliência repentina, seu equilíbrio hesitou e eu estiquei meus dois braços para apoiá-la. Ao fazê-lo, o estojo com as chapas, que eu havia descuidadamente jogado sobre os ombros, escorregou, caiu e bateu no chão com um baque seco. Fiquei perplexo. Elas haviam batido em uma pedra. Nenhum amante de joias, temendo ladrões, jamais abriu seu estojo com uma aflição mais febril do que eu, o meu estojo com as chapas em seu interior. Estavam todas quebradas, esmigalhadas em fragmentos.

Meu sonho acabou. Poderia ter sentado ali mesmo, o rosto mergulhado nas mãos, e chorado. Olhei pra ela. Havia um brilho estranho em seus olhos; foi embora tão rápido como veio, mas me pareceu uma expressão vaga de alegria maliciosa sobre o acidente.

“Oh, sinto muito!” seus lábios murmuraram.

“Está mesmo?” perguntei zombando. “Você não tem ideia do que essa perda significa pra mim. Você não compreende.”



Olhei inquisitivamente seus traços escurecidos. Uma palavra com um toque de ternura poderia finalmente ter salvado nosso amor dos destroços de minha arte. Mas ela escolheu não dizer. Talvez fosse sua timidez a responsável pela decisão, talvez seu orgulho. Ela simplesmente respondeu, “Permita-me a ousadia.” Então, ajeitando-se, acrescentou com uma voz dura, “Você me acompanha ou tenho que ir pra casa sozinha?”

O que mais há pra contar? Sua indiferença em relação àquele momento desastroso me ofendeu profundamente e aos poucos destruiu todo meu afeto por ela. Também seus sentimentos em relação a mim haviam mudado. A maneira pela qual eu estava destinado a nunca realizar nada de valor duradouro havia construído uma barreira intransponível entre nós.

Ainda pertenço à pequena classe de trabalhadores fiéis e às vezes acontece algum estalo. Ainda vivo no reino dos sonhos, mas estou mais do que nunca convencido de que nada os levará a sua realização. Talvez você pergunte por que me falta a coragem para tentar outra vez. Oh, eu tentei de novo, mas em vão. As condições nunca mais serão tão perfeitas de novo como naquele dia. Está bom, talvez eu encontre outra mulher que vai me parecer tão linda quanto ela naquela hora e, se for suficientemente paciente, também um outro dia de outubro me ajude com todo seu charme radiante de verão, mas poderia eu invocar as mesmas emoções que me inspiraram? Talvez você argumente que sou por demais exato, que a harmonia daquela cena era meio imaginária, uma visão suavizada pelo êxtase do amor. Duvido. Acredito que naquela hora as notas correspondentes de nossas duas naturezas soaram até o mais profundo e alcançaram um acorde totalmente harmonioso e que sua beleza estava tão influenciada pela minha presença, quanto minha inspiração pela presença dela. Mas mesmo que o seu argumento fosse verdadeiro eu não poderia ter coragem suficiente para viver a vida outra vez. E isso é o fim pra mim.

Minha fama foi enterrada com aquelas chapas. E se você soubesse, como eu, quantas esperanças vagas são destruídas por acidentes e influências assim incontroláveis, quantas demonstrações de gênio são enterradas antes de terem visto a luz do dia, você concordaria comigo que a luta pela fama é a mais fútil de todas as batalhas.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.